EDITORA univille

Quem somos

A Editora Univille, subordinada à Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação (PRPPG), nasceu oficialmente em março de 2000 na Universidade da Região de Joinville (Univille), confirmando o propósito da Instituição de destacar a produção científica da comunidade acadêmica. Nosso principal desafio é despertar e manter o prazer pela leitura, oferecendo publicações que convidem ao debate e à reflexão sobre temas importantes para a nossa sociedade.

Para isso, a Editora conta com a colaboração de um grupo de professores de diferentes áreas que formam o Conselho Editorial, responsável pela análise e seleção dos textos candidatos a publicação.

Além de livros, publicamos alguns periódicos em formato eletrônico e textos institucionais. Conheça nossas publicações acessando https://www.univille.edu.br/pt_br/institucional/proreitorias/prppg/setores/editora/597829.

Grande demonstração da vitalidade do ensino e da pesquisa de diferentes grupos, dentro e fora da academia, que impulsionaram a consolidação do uso da metodologia da história oral no sul do Brasil, este livro apresenta o nosso fazer científico cotidiano. Trata-se de uma obra que oferece um panorama da própria história do desenvolvimento do campo desde a criação da Associação Brasileira de História Oral (ABHO), em 1994. Coletivos mais jovens unem-se a grupos mais antigos, apresentando reflexões e pesquisas desenvolvidas por instituições do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná. A publicação deste livro sobre os espaços de história oral no sul do Brasil, com suas trajetórias e experiências singulares, vem contribuir para divulgar e ampliar ainda mais nossas conversas com todos aqueles que se interessam pelo uso de relatos orais nas mais diferentes áreas do conhecimento.

Andréa Casa Nova Maia
(Presidente da ABHO)

Patrocínio:

fapesc
Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado de Santa Catarina

Apoio:

Associação Brasileira de História Oral

Centro Memorial da Univille

mestrado em patrimônio cultural e sociedade

Grupo de Pesquisa Cidade, Cultura e Diferença

40 ANOS

LHO
LABORATÓRIO DE HISTÓRIA ORAL DA UNIVILLE

Curso de História
univille

Espaços de história oral no sul do Brasil: trajetórias, experiências e perspectivas

ISBN 978-65-87142-39-5

Organizadores
Fernando Cesar Sossai
Arselle de Andrade da Fontoura
Ilanil Coelho

Espaços de história oral no sul do Brasil:

trajetórias, experiências e perspectivas

Esta publicação é fruto de um esforço colaborativo entre pessoas e instituições historicamente dedicadas ao campo da história oral no Brasil. O livro é um desdobramento das discussões construídas no Fórum de Coletivos de História Oral da Associação Brasileira de História Oral – Regional Sul, realizado em agosto de 2021, durante o XI Encontro Regional Sul de História Oral: História Oral, Sociedade e Meio Ambiente. Em seu conjunto, o livro conta com capítulos que, em comum, possuem o fato de discutir projetos e ações de ensino, pesquisa, extensão e gestão em história oral. À sua maneira, o conjunto dos textos desta publicação permite-nos compreender a especificidade da trajetória da história oral no sul do Brasil. No Paraná, em Santa Catarina e no Rio Grande do Sul, desde o fim dos anos 1970 e início dos 1980, os coletivos de história oral não somente tiveram um papel importante no processo de construção, consolidação e difusão dessa metodologia, mas também uma força histórica extraordinária, atribuindo à história oral praticada na região uma dimensão pública e criando um espaço dinâmico, colaborativo e socialmente compartilhado de histórias de vida.

Organizadores
Fernando Cesar Sossai
Arselle de Andrade da Fontoura
Ilanil Coelho

Espaços de história oral no sul do Brasil:

trajetórias, experiências e perspectivas

Joinville, 2022

EDITORA
univille

ISBN 978-65-87142-39-5

Catalogação na fonte pela Biblioteca Universitária da Univille

E77 Espaços de história oral no sul do Brasil: trajetórias, experiências e perspectivas / organizadores Fernando Cesar Sossai, Arselle de Andrade da Fontoura, Ilanil Coelho. – Joinville, SC : Univille, 2022.

226 p. : il.

ISBN: 978-65-87142-39-5

1. História oral – Brasil, sul. I. Sossai, Fernando Cesar (org.). II. Fontoura, Arselle de Andrade da (org.). III. Coelho, Ilanil (org.).

CDD 907.2

Elaborada por: Rafaela Ghacham Desiderato – CRB 14/1437

O conteúdo dos textos apresentados nesta publicação é de inteira responsabilidade de seus(as) autores(as).

Organizadores
Fernando Cesar Sossai
Arselle de Andrade da Fontoura
Ilanil Coelho

Espaços de história oral no sul do Brasil:

trajetórias, experiências e perspectivas

Parcerias:

Associação Brasileira de História Oral

Arquivo Histórico de Joinville

Centro Memorial da Univille

mestrado em patrimônio cultural e sociedade

40 ANOS

LHOE
LABORATÓRIO DE HISTÓRIA ORAL DA UNIVILLE

Curso de História
univille

Financiamento:

Associação Brasileira de História Oral

fapesc
Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado de Santa Catarina

univille

univille

EXPEDIENTE

FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DA REGIÃO DE JOINVILLE – FURJ – MANTENEDORA

ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR DA FURJ

Conselho de Administração
Presidente – Loacir Gschwendtner

Conselho Curador
Presidente – Rafael Martignago

ÓRGÃOS EXECUTIVOS DA FURJ

Presidente
Alexandre Cidral

Vice-Presidente
Therezinha Maria Novais de Oliveira

Diretor Administrativo
José Kempner

Procuradora-Geral da Furj
Ana Carolina Amorim Buzzi

UNIVERSIDADE DA REGIÃO DE JOINVILLE – UNIVILLE – MANTIDA

ÓRGÃO DELIBERATIVO SUPERIOR DA UNIVILLE

Conselho Universitário
Presidente – Alexandre Cidral

ÓRGÃO EXECUTIVO SUPERIOR DA UNIVILLE

Reitor
Alexandre Cidral

Vice-Reitora
Therezinha Maria Novais de Oliveira

Pró-Reitora de Ensino
Patrícia Esther Fendrich Magri

Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação
Paulo Henrique Condeixa de França

Pró-Reitora de Extensão e Assuntos Comunitários
Yoná da Silva Dalonso

Pró-Reitor de Infraestrutura
Gean Cardoso de Medeiros

Diretor do *Campus* São Bento do Sul
Eduardo Silva

PARQUE DE INOVAÇÃO TECNOLÓGICA DE JOINVILLE E REGIÃO – INOVAPARQ – MANTIDA

Diretor Executivo
Marcelo Leandro de Borba

EDITORA univille

Produção Editorial

Coordenação Geral
Silvio Simon de Matos

Revisão
Marília Garcia Boldorini

Diagramação
Marisa Kanzler Aguayo

Gravura capa
Marilu Trevisan

CONSELHO EDITORIAL

Membros internos (Univille): Prof. Dr. Paulo Henrique Condeixa de França · Prof. Dr. Silvio Simon de Matos · Prof. Me. Daniel Westrupp · Profa. Dra. Berenice Rocha Zabbot Garcia · Profa. Dra. Denise Monique D. S. Mouga · Prof. Me. Fabricio Scaini · Profa. Dra. Liandra Pereira · Denise Lemke Carletto · Profa. Dra. Taiza Mara Rauen Moraes

Membros externos: Profa. Dra. Adair de Aguiar Neitzel (Univali) – Representante da Área das Ciências Humanas, Letras e Artes; Prof. Dr. Delcio Pereira (Udesc) – Representante da Área de Sociais Aplicadas; Prof. Dr. Pedro Albeirice (UFSC) – Representante da Área das Ciências Humanas, Letras e Artes; Profa. Dra. Jurema Iara Reis Belli (Udesc) – Representante da Área das Ciências Humanas, Letras e Artes

Sumário

Prefácio 7
Andréa Casa Nova Maia

Introdução 10
Fernando Cesar Sossai, Arselle de Andrade da Fontoura, Ilanil Coelho

Capítulo 1
Centro de Documentação e Laboratório de História Oral: criação, papel na comunidade regional, espaço de ensino, pesquisa e extensão 15
Débora Clasen de Paula, Gérson Wasen Fraga

Capítulo 2
Laboratório de História Oral da UFPel e a democratização do conhecimento 32
Lorena Almeida Gill

Capítulo 3
Laboratório de História Oral da Univille: 40 anos de ensino, pesquisa e extensão 48
Fernando Cesar Sossai, Ilanil Coelho

Capítulo 4
Narrativas de professoras de uma escola rural nos tempos da ditadura civil-militar brasileira (1964-1985) . .79
Darciel Pasinato, Jorge Luiz da Cunha

Capítulo 5
Núcleo de História Oral da PUCRS: trajetória e acervos . .97
Claudia Musa Fay

Capítulo 6
Núcleo de Pesquisa e Documentação sobre o Oeste do Paraná: trajetória, acervos e desafios no campo da história oral 107
Marcos Nestor Stein, Rodrigo Ribeiro Paziani

Capítulo 7
Núcleo de Pesquisa e Estudos Amadurecer e Labedum, da Faculdade Municipal de Educação e Meio Ambiente de Clevelândia (PR): uma construção por demanda 123
Maralice Maschio, Sergio Ricardo Ferreira, Thaís de Jesus Ferreira

Capítulo 8
O acervo feminista de história oral e afetiva do Laboratório de Estudos de Gênero e História da UFSC . .141
Luiz Augusto Possamai Borges, Alina dos Santos Nunes, Janine Gomes da Silva, Cristina Scheibe Wolff

Capítulo 9
Por uma história oral da Covid-19 no Rio Grande do Sul: as contribuições do Núcleo de Pesquisa em História e do Repositório de Entrevistas de História Oral da UFRGS 160
Carla Simone Rodeghero, Alanna de Jesus Teixeira, Eduarda Borges da Silva, José Augusto Zorzi, Sulena Cerbaro

Capítulo 10
"Quem contará aos nossos filhos?": a constituição do acervo de história oral do Instituto Cultural Judaico Marc Chagall 186
Fabiana Pinheiro da Costa

Documento anexo
A criação da Associação Brasileira de História Oral e os Coletivos de História Oral do Brasil (1994). 208

Sobre os(as) autores(as). 221

Imagem da capa 226

Prefácio

Grande demonstração da vitalidade do ensino e da pesquisa de diferentes grupos, dentro e fora da academia, que impulsionou a consolidação do uso da metodologia de história oral no sul do Brasil, este livro apresenta o nosso fazer científico cotidiano.

É uma obra que oferece um panorama da própria história do desenvolvimento do campo desde a criação da Associação Brasileira de História Oral (ABHO), em 1994. Coletivos mais jovens se unem aqui a grupos mais antigos, apresentando reflexões e pesquisas desenvolvidas por 12 instituições do Rio Grande do Sul, de Santa Catarina e do Paraná.

A existência de um espaço de discussão sobre os rumos teórico-metodológicos da história oral surgiu na institucionalização do Fórum de Coletivos de História Oral, cujos objetivos já se apresentavam no estatuto da ABHO. De lá para cá, cresceu em número, em quantidade e em diversidade a participação de grupos em nossos encontros nacionais e regionais por todo o Brasil, mas é preciso destacar a presença e a qualidade dos grupos oriundos do sul do país, e alguns resultados poderão ser lidos e apreciados nas próximas páginas.

Nos anos 1990, os desafios eram outros... Era necessário quebrar preconceitos, fomentar o uso da metodologia, que ainda era muito questionada por seu caráter subjetivo, realizar trabalhos com equipes multidisciplinares no sentido de buscar uma visão coletiva dos relatos, produzir conhecimento sobre os atos de rememorar, reconstruir e analisar o passado em relação ao presente e ao cotidiano de diferentes sociedades. Havia também o desafio de pensar as diferenças, o que mais tarde seria chamado de abordagem em *perspectiva interseccional*, trazendo para a discussão problematizações em torno de temáticas transversais como classe, gênero, raça e trabalho, por exemplo.

Outro desafio era transcender o espaço da pesquisa acadêmica e levar a prática do *movimento de história oral* para fora dos muros das universidades, propondo projetos com grupos sociais vulneráveis, que enfrentavam e ainda enfrentam processos de exclusão social, bem como pensar o caráter pedagógico da história oral, constitutiva da vontade de uma história pública, como seria pensada mais adiante, também como princípio educativo nas escolas. Um papel político colocava-se

como pauta desde o início, desde os primeiros encontros nos fóruns de Coletivos de História Oral, que passavam a ocorrer nos 15 encontros nacionais (bianuais) e nos encontros regionais, que se alternavam desde 1994.

Hoje, há novos desafios, com a complexificação das relações humanas no mundo ante os novos arranjos do capitalismo, e a história oral, mais uma vez, por meio de seus coletivos, procura responder a eles com pesquisas que pensam nosso papel social conforme novas pautas e o aprofundamento das antigas temáticas – todas propondo a produção, o arquivamento e a preservação de memórias de comunidades que precisam não esquecer e lembrar-se do que se lembram, para que as novas gerações tenham condições de resistir.

Os capítulos deste livro mostram como a Regional Sul da ABHO tem respondido aos novos desafios. Existem textos que trazem experiências com educação, muitas narrativas de professoras e professores, trabalhos sobre gênero, meio ambiente, idosos, bem como a preocupação em documentar a experiência da pandemia de Covid-19 e refletir sobre ela.

A publicação deste livro a respeito dos espaços de história oral no sul do Brasil, com suas trajetórias e experiências singulares, vem contribuir para divulgar e ampliar ainda mais nossas conversas com todos aqueles que se interessam pelo uso de relatos orais nas mais diferentes áreas do conhecimento. Resultado dos debates ocorridos no último Fórum de Coletivos de História Oral, do XI Encontro Regional Sul de História Oral, em agosto de 2021, oferece uma espécie de cartografia do que está sendo produzido na área em diversas instituições de ensino e pesquisa no sul do país.

Lendo essas histórias e conhecendo tais experiências, dá gosto lembrar o significado de *coletivo* e pensar que é necessário fortalecer ainda mais o fomento e o incentivo a práticas coletivas de construção de nossa memória e preservação da cultura. Muito bom saber que profissionais das mais diversas áreas do conhecimento se unem em prol de objetivos comuns: fazer, salvaguardar e divulgar nossas histórias.

Nos últimos anos, em que passamos pela terrível pandemia, pela queimada do pantanal, pela destruição da Amazônia por garimpeiros e madeireiros, pelas mudanças climáticas que assolam o planeta, pela poluição cada vez maior dos rios e oceanos, cheios de plástico, a história oral reforça seu importante papel na compreensão desses

acontecimentos e na divulgação das vozes que clamam pelo fim da destruição e que contam, em suas histórias de vida, sobre sua luta cotidiana por sobrevivência e direitos. Mesmo direitos de terceira e de quarta geração, como respirar um ar não poluído e poder plantar e colher os frutos que a terra nos dá! A história oral deve, diante da distopia contemporânea, ajudar os povos a recuperar os horizontes utópicos.

Afinal, por que trabalhamos com história oral? Vamos tentar resumir uma resposta citando um historiador oralista italiano, Alessandro Portelli, quando esteve no Rio de Janeiro, em 1998, na Conferência Internacional de História Oral. Ele disse o seguinte:

> Ora, recordo-me de uma época em que os raios solares não eram nocivos e as praias não eram sujas. Recuso-me a partir da premissa de que não podemos nadar no mar, nem se deitar ao sol, de que devemos temer a beleza de lugares como o Rio de Janeiro. Para meus filhos, esse é um fato da vida: os raios solares são perigosos e o ar e a água, sujos. É meu dever resistir a isso em minha memória e contar-lhes aquilo de que me lembro, para que eles tenham condições de resistir (PORTELLI, 1997, p. 33).

Os capítulos a seguir contam uma história de construção e resistência. Este é um livro que já nasce enquanto lugar de memória da história oral no Brasil. Boa leitura!

Andréa Casa Nova Maia
Universidade Federal do Rio de Janeiro
Associação Brasileira de História Oral

Rio de Janeiro, 1.º de maio de 2022.

Referência

PORTELLI, Alessandro. Tentando aprender um pouquinho: algumas reflexões sobre a ética na história oral. **Projeto História**, São Paulo, n. 15, p. 13-33, abr. 1997.

Introdução

Esta publicação é fruto de um esforço colaborativo entre pessoas e instituições historicamente dedicadas ao campo da história oral no Brasil.

O livro é um desdobramento das discussões construídas no último Fórum de Coletivos de História Oral da Associação Brasileira de História Oral: Regional Sul, realizado no dia 27 de agosto de 2021, durante o XI Encontro Regional Sul de História Oral: História Oral, Sociedade e Meio Ambiente[1]. No fórum, foi apresentada a "proposta de publicação de um livro (impresso e digital) sobre o histórico e as atividades desenvolvidas pelos coletivos de história oral do sul do Brasil" (ABHO, 2021), com a finalidade de compartilharmos uma visão abrangente das iniciativas dos coletivos atualmente existentes na região.

Objetivando assegurar a coesão do conteúdo da publicação, o fórum recomendou aos autores interessados em participar do livro que elaborassem os seus capítulos tomando como referência, no mínimo, uma das seguintes temáticas:

> História de espaços de história oral do sul do Brasil (institucionais ou não-institucionais); História de programas, projetos e práticas de ensino, pesquisa e/ou extensão em espaços de história oral situados no sul do Brasil; Processos de constituição de espaços de história oral em instituições públicas, privadas, comunitárias, confessionais, [organizações não governamentais] ONGs, entre outras; Articulações entre a história de espaços de história oral do sul do Brasil e a biografia de pessoas envolvidas com a criação desses espaços, com o fortalecimento e/ou a difusão da história oral no Paraná, em Santa Catarina e no Rio Grande do Sul (ABHO, 2021).

[1] O evento ocorreu de 25 a 27 de agosto de 2021, na Universidade da Região de Joinville (Univille), em Joinville, Santa Catarina. Há detalhes sobre o encontro em: https://www.sul2021.historiaoral.org.br/site/capa. Acesso em: 21 abr. 2022.

À época, a proposta foi aprovada por unanimidade entre os presentes no fórum[2], sugerindo-se, ainda, que os trabalhos de editoração fossem finalizados no primeiro semestre do ano de 2022, garantindo o lançamento do livro no contexto do XV Encontro Nacional de História Oral: Pandemia e Futuros Possíveis[3].

A adesão a esta obra foi bastante expressiva. Em seu conjunto, o livro conta com 10 capítulos, redigidos pelo total de 23 autoras/autores, os(as) quais se encontram vinculados(as) a 12 instituições[4] que, em comum, possuem o fato de agenciarem projetos e ações de história oral, assim como custodiarem fontes orais produzidas com base nos marcos teórico-práticos da história oral.

Em seus capítulos, os autores deixam ver dois complexos processos atinentes à recontextualização, difusão e consolidação da história oral no sul do Brasil. Em primeiro lugar, ao narrarem como se deu a criação de centros de documentação, laboratórios, núcleos e projetos de ensino, pesquisa e/ou extensão que, intencionalmente, mobilizaram a metodologia história oral em seus fazeres, eles nos mostram como, nos últimos 40 anos, certos debates teórico-conceituais de história oral que circulavam em diferentes partes do Brasil – por vezes suportados em materiais bibliográficos de caráter manualístico – foram sendo ressignificados no interior de instituições que, pouco a pouco, tomaram para si a missão de promover e disseminar aquela metodologia em suas regiões de atuação. Dados a diversidade e o escopo de cada instituição – espaços de memória, universidades, arquivos públicos, laboratórios, núcleos, centros de documentação, entre outras –, a leitura dos textos permite-nos depreender como as encarnações institucionais de debates teórico-conceituais resultaram na conformação de uma espécie de campo teórico-prático da história oral no sul do Brasil. Nessa passagem, tanto os praticantes da história oral quanto as instituições a que eles estavam

[2] A listagem de pessoas e instituições presentes no fórum pode ser encontrada no memorial da reunião, disponível em: https://www.sul2021.historiaoral.org.br/modalidadetrabalho/public/ForumdeColetivosdeHO. Acesso em: 21 abr. 2022.

[3] Informações do evento disponíveis em: https://www.historiaoral.org.br/informativo/view?TIPO=&ID_INFORMATIVO=181. Acesso em: 21 abr. 2022.

[4] Nomeadamente: Faculdade Municipal de Educação e Meio Ambiente, Instituto Cultural Judaico Marc Chagall, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Universidade Federal da Fronteira Sul, Universidade Federal de Pelotas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Universidade Federal de Santa Catarina, Universidade Federal de Santa Maria, Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Univille e Universidade de Passo Fundo.

vinculados tiveram de encontrar soluções criativas ao operarem com essa metodologia de maneira contextualizada às demandas emergentes de seus fazeres cotidianos.

Em segundo lugar, um estudo mais aprofundado dos textos que integram este livro nos oportuniza compreender a especificidade da trajetória da história oral no sul do Brasil. Levando-se em conta o que os capítulos e suas fontes indicam, no Paraná, em Santa Catarina e no Rio Grande do Sul, desde o fim dos anos 1970 e início dos 80, os coletivos de história oral não somente tiveram papel importante no processo de construção, consolidação e difusão da metodologia da história oral. Para além disso, historicamente, tais coletivos tiveram uma força extraordinária ao longo desse processo, atribuindo à história oral praticada na região dimensão pública, isto é, criando um espaço dinâmico, colaborativo e socialmente compartilhado. Daí que a noção de coletivos de história oral naqueles estados se reveste de contornos particulares.

De nossa perspectiva, no Paraná, em Santa Catarina e no Rio Grande do Sul, a ideia de coletivos de história oral expressa mais do que um lugar institucionalizado comprometido com a prática dessa metodologia. Antes, tal ideia corporifica um entendimento comum entre os estudiosos dedicados à história oral no sul do país: *com base* na e *por meio* da história oral, efetivamente na interação com *os outros*, podemos construir, registrar, preservar e disseminar diálogos a respeito de tempos, espaços e histórias de vida compartilhadas. Aliás, é também nesses domínios que se abriga parte dos argumentos a respeito da pertinência contemporânea das fontes e dos acervos de história oral produzidos no passado ou no presente.

Nessa direção e como conclusão, compartilhamos no fim desta publicação (como anexo) o primeiro Estatuto Social da Associação Brasileira de História Oral (ABHO)[5]. No momento em que a associação começava a se institucionalizar e ganhar projeção nacional (1994), de maneira mais ou menos explícita, o seu estatuto registrava a importância de se incluir na ABHO os coletivos de história existentes no Brasil.

[5] Em junho de 1994, o referido documento foi registrado no Cartório de Registro Civil das Pessoas Jurídicas do Rio de Janeiro (RCPJ-RJ), sob número de matrícula 133.614.

Mediante a leitura atenta do documento, podemos perceber que, à época, a história oral era compreendida como o "trabalho de pesquisa que utiliza fontes orais em diferentes modalidades, independentemente da área de conhecimento na qual essa metodologia é utilizada" (ABHO, 1994). Nesse âmbito, ademais de permitir a associação individual de "professores e pesquisadores", também se admitia a filiação à ABHO de "quaisquer institutos, núcleos, programas e outros órgãos das universidades públicas e privadas" (ABHO, 1994), além de "outras entidades existentes no país" (ABHO, 1994) que se sintonizassem à definição de história oral expressada pelo estatuto.

Esperamos que esta publicação, especialmente a diversidade de experiências de história oral que ela registra, contribua para o (re)conhecimento da história dos coletivos de história oral da Região Sul do Brasil e, de maneira mais ampla, para inspirar e subsidiar a efetiva constituição de novos coletivos desse tipo em um futuro próximo.

Desejamos a todas e todos uma ótima leitura!

Fernando Cesar Sossai
Arselle de Andrade da Fontoura
Ilanil Coelho

Referências

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE HISTÓRIA ORAL (ABHO). **Estatuto Social da Associação Brasileira de História Oral**. Rio de Janeiro: ABHO, jun. 1994. Acervo Laboratório de História Oral/ Universidade da Região de Joinville.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE HISTÓRIA ORAL (ABHO). **Memorial da reunião do Fórum de Coletivos de História Oral da Associação Brasileira de História Oral:** Regional Sul. Joinville: ABHO, 27 ago. 2021. Disponível em: https://www.sul2021.historiaoral.org.br/modalidadetrabalho/public/ForumdeColetivosdeHO. Acesso em: 10 jan. 2022.

1

Centro de Documentação e Laboratório de História Oral: criação, papel na comunidade regional, espaço de ensino, pesquisa e extensão

▪ Débora Clasen de Paula, Gérson Wasen Fraga

Contar a história do Centro de Documentação e Laboratório de História Oral da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), *campus* Erechim, ainda que brevemente, é algo que nos remete à criação dessa instituição no ano de 2009 e a suas vinculações com a sociedade em seu entorno. A UFFS, com efeito, é uma instituição *multicampi* e multiestadual, tendo suas estruturas atuais localizadas nas cidades de Cerro Largo, Erechim e Passo Fundo, no Rio Grande do Sul; Laranjeiras do Sul e Realeza, ambas no Paraná; e Chapecó, em Santa Catarina, onde está localizada sua reitoria.

A universidade, criada pela Lei n.º 12.029/09, surgiu em regiões marcadas pela agricultura familiar, de pequena e média propriedade, e pela agroindústria. Historicamente desassistidas pela rede federal de ensino superior, tais regiões viram surgir no ano de 2005 o Movimento Pró-Universidade, uma aliança de movimentos sociais, organizações não governamentais, sindicatos e setores progressistas da Igreja Católica, apresentando a demanda de uma universidade pública federal na região, capaz de diminuir a evasão de jovens quando do ingresso no ensino superior, bem como o fenômeno da litoralização.

Segundo Pereira (2015), a criação da UFFS caracteriza-se por uma série de ineditismos:

> 1) Ineditismo regional – é a primeira experiência de universidade federal na sua região de abrangência e que se organiza em três estados da federação; 2) Ineditismo de acesso – desde o início, sem vestibular, e considerando o [Exame Nacional do Ensino Médio] Enem mais o "fator escola pública" como política afirmativa; 3) Ineditismo político – tem como "marca de origem" a mobilização de

> sujeitos políticos dos três estados da Região Sul; 4) Ineditismo curricular – a proposta de organização curricular em três domínios (comum, conexo e específico); 5) Ineditismo social – projetada como uma universidade popular, a UFFS se constitui com mais de 90% de seus estudantes oriundos da escola pública (PEREIRA, 2015, p. 131).

Desse modo, a UFFS surgiu com o que podemos chamar de marca de origem: sua proximidade com os movimentos sociais e as forças progressivas da sociedade. Objetivava democratizar o acesso ao ensino superior público, ao mesmo tempo que visava dinamizar o desenvolvimento regional por meio da qualificação de seus alunos.

Universidades, contudo, não se instalam em lugares sem historicidade. É importante compreendermos o contexto histórico da região que recebia essa nova instituição – de maneira especial o *campus* Erechim, onde se localiza o Centro de Documentação e Laboratório de História Oral –, a fim de que possamos pensar nas diversas potencialidades de trabalho que nos aguardavam.

Com efeito, o norte do Rio Grande do Sul é marcado por uma forte ideologia de valorização da cultura migrante de origem europeia, sobretudo alemã e italiana, entendida e celebrada como sinônimo de desenvolvimento em oposição a outras identidades étnicas, preconceituosamente vistas como representantes de atraso (o que, de certo modo, acaba por reproduzir as leituras eugenistas do início do século XX acerca da formação histórica da população brasileira). Cabe lembrar que a região do Alto Uruguai reúne uma grande quantidade de aldeias indígenas, recebe migrantes de origens africana (notadamente senegaleses) e haitiana, além de ter uma significativa presença de afrodescendentes, configurando, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2000), o total de 15% de sua população como preta ou parda.

Tal contexto, associado ao caráter socialmente seletivo das narrativas oficiais, acaba por nos apresentar um campo fértil para as pesquisas em história oral na região, dado que as narrativas dos anônimos, dos socialmente desfavorecidos, não costumam ganhar páginas elogiosas normalmente destinadas à elite. Isso para não falar das narrativas que criminalizam os movimentos sociais, suas demandas e formas de manifestação.

Não se trata aqui de assumirmos a velha postura de dar voz aos sem voz, mesmo porque em geral a estes não falta a voz, mas sim canais para que essa voz seja ampliada e chegue aos ouvidos dispostos a escutá-la. Antes, interessa-nos compreender que tanto o contexto em que a UFFS se insere quanto a historicidade da região nos apontam para um terreno fértil no que se refere a narrativas outras para além das já consagradas, em uma verdadeira história vista de baixo, que atravesse os meandros das relações sociais e de poder nessas regiões.

Outra característica diz respeito ao fato de Erechim ser considerada um polo regional, agregando em torno de si um cinturão de cidades de menor porte (algumas com população de cerca de três mil habitantes ou menos), estruturadas economicamente sobre a pequena e média produção agrícola. Ademais, a região é tida como uma área de colônias novas no Rio Grande do Sul, posto que a formação das linhas, picadas ou cidades se remete aos anos iniciais do século XX, quando os migrantes oriundos das colônias velhas (a região do Vale do Rio dos Sinos para os migrantes de origem germânica e a serra gaúcha para a migração de origem italiana) passaram a ocupar as zonas do Alto Uruguai, disputando recursos e espaços com a população indígena e com os caboclos que residiam naquelas terras.

Esse processo, de qualquer forma, proporciona-nos um conjunto de narrativas ainda recentes acerca do passado e das transformações operadas no meio ambiente. É plausível, por exemplo, encontrarmos entre as pessoas idosas de determinada localidade uma série de memórias e narrativas que remetem a esse processo de colonização, constituindo não somente um pequeno acervo de narrativas, mas um rico material capaz de ser acessado e, por que não, produzido, pelas gerações em idade escolar. Em outras palavras, por ser uma região de ocupação relativamente recente, teríamos a possibilidade de averiguar diretamente como se deu a formação da história e da identidade local por intermédio das narrativas que passam de geração em geração.

Isto posto, iniciamos, ao longo de 2011, ainda que em estruturas provisórias, um conjunto de trabalhos visando assentar o Centro de Documentação e Laboratório de História Oral enquanto um espaço de pesquisas no *campus* Erechim capaz de proporcionar aos alunos com ele envolvidos o suporte necessário para que pudessem experienciar a pesquisa e ter o devido enriquecimento em sua formação acadêmica.

Há que se considerar, ao mesmo tempo, que esses primeiros movimentos, constituídos em grande parte de entrevistas piloto, ocorriam no momento em que a universidade se apresentava a uma comunidade não acostumada às características de uma instituição pública de ensino superior[1], o que servia também para nos integrarmos a esse movimento de reconhecimento mútuo.

Em 2015, as estruturas definitivas do *campus* Erechim foram inauguradas. Após um lapso de tempo em que os espaços do laboratório foram cedidos à administração do *campus* por motivos de força maior, pudemos nos dedicar a estruturar esse espaço de formação, ensino e pesquisa. Desde então, temos tido a oportunidade de organizarmos grupos de estudo, reuniões de formação e momentos de formação prática. Ainda, recebemos alunos das redes pública e privada de ensino, que, em visita ao *campus*, têm ali contato não somente com o curso de História, mas também com discentes e docentes do curso e a oportunidade de visualizar atividades ligadas a ele.

Há que se considerar, contudo, que a memória local e sua relação com um espaço que se pretende voltado às pesquisas sobre essa memória eram (e talvez ainda sejam) um fator a ser devidamente pensado na idealização de projetos. Por um lado, como já foi referido, a memória local é em grande medida uma construção de narrativas sobre a idealização de um tipo específico de migrante, o que nos leva a pensar na existência de uma discursividade já constituída, que nos rodeia e que impõe sua verdade haja vista os locais de poder que ocupa e em que se reproduz. Por outro, sempre percebemos que essa memória hegemônica historicamente construída se coloca em uma luta constante de afirmação/deslegitimação com outras histórias, passíveis de serem encontradas mesmo na trajetória de vida de muitos de nossos alunos.

Por fim, cabe levar em conta que, especialmente a partir de 2015, com o ingresso da instituição no Sistema de Seleção Unificada (Sisu), do Ministério da Educação, tem crescido o número de alunos da UFFS oriundos de outras regiões do país, o que nos faz ter acadêmicos que nos chegam com outras memórias, outros códigos e histórias que não os difundidos historicamente na região. Assim, mais do que trabalhar com a memória regional, cabe-nos também a missão de aproximar

[1] A título de exemplo, não era incomum que pessoas da comunidade procurassem a universidade questionando o valor de mensalidades, em que pese sua natureza pública.

realidades e memórias distintas (posto que também os pesquisadores não são uma tábula rasa destituída de historicidade), buscando formar nossos alunos ao mesmo tempo que nos inserimos como produtores de dispositivos de memória na região.

Foi por meio dessa interação entre o ensino superior e o básico, promovendo momentos de formação e de aproximação com a comunidade, que desenvolvemos o Projeto Aratiba, proposta concebida como uma atividade de extensão envolvendo a comunidade escolar de um pequeno município às margens do Rio Uruguai em um projeto de história oral.

Projeto Aratiba

A ideia de começar um projeto de história oral com a Escola Municipal de Ensino Fundamental Aratiba (Figura 1), em Aratiba[2] (RS), partiu de uma ex-aluna do curso de História que estava trabalhando nessa escola. A referida instituição conta com uma excelente infraestrutura, que inclui na sua área externa um amplo espaço com pomar e horta e, na parte interna, salas bem equipadas[3]. A acolhida da proposta de trabalhar com a história oral em sala de aula foi imediata, e começamos a refletir sobre a formação da equipe, a metodologia de trabalho, o esboço de um projeto com cronograma, o diálogo envolvendo a direção da escola e também a professora responsável pela disciplina de História. O projeto tinha como objetivo abordar a memória da cidade de Aratiba por meio do relato de seus moradores. Para tanto, os alunos seriam os protagonistas, conduzindo o processo de realização das entrevistas com os moradores, ao passo que a transcrição do material ficaria a cargo da equipe do centro de documentação.

[2] Aratiba é um município com cerca de 6.565 habitantes, de acordo com o último censo do IBGE, de 2010, disponível em: http://www.pmaratiba.com.br. Acesso em: 21 abr. 2022.

[3] Destacamos a biblioteca, a sala de música, a sala da capoeira, entre outros espaços, que encantaram os acadêmicos envolvidos no projeto.

Figura 1 – Vista da Escola Municipal de Ensino Fundamental Aratiba, em Aratiba (RS)

Fonte: Google Maps (2021)

Iniciamos o trabalho com a leitura de bibliografia sobre a história da cidade e também acerca de um dos principais acontecimentos que marcaram a localidade, a instalação da Usina Hidrelétrica de Itá. Berço de um dos movimentos sociais mais atuantes, o Movimento dos Atingidos por Barragens, a região do Alto Uruguai tem sua história bastante marcada pelo processo de retirada dos habitantes das regiões que foram atingidas pela barragem, fato que perpassa por várias entrevistas. Quanto à instalação da usina, comenta Martini (2015, p. 83):

> Em 1988, com 8 anos de construção da usina, foi descrito o contingente atingido diretamente pela obra, sendo o alagamento de 25,64 km^2 de área no espaço rural de Aratiba afetando 466 propriedades com 667 famílias localizadas nas comunidades de Nossa Senhora das Dores da Volta Fechada, Santo Antônio da Volta Fechada, São Roque da Volta Fechada, Três Barras, Sarandi, Ouro, Navegantes, Prainha, Tamanduazinho, Volta do Uvá e Porto Lucas.

Dessa forma, após a formação da equipe mediante leituras sobre a história de Aratiba e da região e sobre a metodologia da história oral, fomos para a escola. Esta nos forneceu todo o suporte, como períodos para a reunião com os 32 alunos das duas turmas de 8.ª série, sala de aula e uma van com motorista para nos deslocarmos com os alunos

até as *linhas* no interior do município. Cabe ressaltar que a escola também realizou uma visita à universidade e, especialmente, ao Centro de Documentação e Laboratório de História Oral, onde ocorreu mais uma conversa sobre o projeto. Essa visita foi um momento importante na construção de uma relação sólida entre pesquisadores e alunos, pois foi a hora de abrirmos nossa casa, de mostrarmos de onde vínhamos e a importância daquilo que estávamos propondo, como se fôssemos uma fábrica de histórias que, para materializar seu produto, necessitasse da matéria-prima que por eles seria colhida dos familiares mais velhos.

Para além de qualquer metáfora, promovíamos ali uma ação não apenas visando ao nosso projeto, mas também oportunizando um sentido prático ao ensino de História àqueles alunos, fosse pelo envolvimento direto em uma ação de pesquisa, fosse pela oportunidade de verem a legitimação da história local, suas e de seus familiares, por meio das discussões em sala de aula, do interesse da universidade e, por fim, do próprio resultado prático da pesquisa, apresentado à comunidade em uma feira municipal. Ao mesmo tempo, estabelecia-se a contrapartida, uma vez que o envolvimento dos bolsistas no projeto possibilitava que também os discentes se vissem engajados em uma atividade prática de construção historiográfica pela oralidade e pelo envolvimento em sala de aula. Podemos dizer assim que todos nos educávamos à medida que o projeto ia galgando seus passos.

A visita ao Centro de Documentação e Laboratório de História Oral foi, então, um momento em que algumas coisas puderam ser ressignificadas. Naquela tarde, sabíamos, cabia-nos mostrar àqueles estudantes da escola de Aratiba como a pequena cidade do norte gaúcho poderia tomar uma nova dimensão pelas narrativas de avós, pais e mães, daqueles que talvez contassem as histórias de antigamente sem que estas fossem conectadas entre si ou que pudessem livrar-se do estigma de banalidade que carrega toda história que ouvimos desde pequenos, no interior de nossa própria casa.

Importante pensar que, para nossos interesses na pesquisa, era dentro das casas que se guardava uma parte significativa da história regional, das experiências de migrações, reterritorializações, disputas, negociações, construções de um local e de si, em que buscávamos a

materialização de nossa investigação. Abrir as portas para aquelas alunas e aqueles alunos naquela tarde nos impunha a missão de não perder de vista a necessidade de valorização das diversas histórias pessoais que, em seu conjunto, conformam um pouco da história do Alto Uruguai sul-rio-grandense. Isso significava também estarmos alertas (e alertarmos nossos visitantes) para versões contraditórias, com conflitos, seletividades e esquecimentos que porventura pudessem ser diagnosticados nas histórias emanadas por aquelas pessoas queridas.

Realizada a formação inicial da equipe, composta de um bolsista e cerca de dez voluntários, partimos – professores e acadêmicos – para a formação dos alunos da 8.ª série, objetivando discutir noções básicas acerca da história, da história oral e da memória. Os 32 alunos dividiram-se em duplas e começaram a pensar acerca de quem seriam os(as) entrevistados(as) e quais perguntas fariam parte do roteiro. Assim, construímos nossa prática partindo do pressuposto de que a história oral como ferramenta de ensino "diversifica caminhos em direção ao conhecimento, porque valoriza a autonomia do aluno e proporciona um aprendizado ativo, participativo e colaborativo" (SANTHIAGO; MAGALHÃES, 2015, p. 10).

As primeiras reuniões com os alunos visavam refletir sobre a construção do conhecimento histórico, os saberes e memórias partilhados a respeito da formação da cidade e também quanto às histórias que as famílias contavam (Figura 2). Tratava-se de um momento importante, de conceber a memória como um patrimônio a ser transmitido. Era necessário sensibilizar para a escolha dos entrevistados, diálogos a serem levados para casa, uma vez que muitos entrevistaram avós e parentes próximos ou vizinhos, num reforço dos "laços entre pessoas, gerações, comunidades e tempos" (SANTHIAGO; MAGALHÃES, 2015, p. 7).

Figura 2 – Primeira reunião com as turmas de 8.ª série da Escola Municipal de Ensino Fundamental Aratiba, Aratiba (RS)

Fonte: foto de Carla Barros. Acervo do Centro de Documentação e Laboratório de História Oral

Ao final do primeiro encontro com os alunos de Aratiba, saímos da escola com um grupo criado no WhatsApp intitulado História Oral e um *emoji* de coração ao lado. Esse grupo foi uma iniciativa dos próprios alunos e logo aceita pela equipe do Centro de Documentação e Laboratório de História Oral. Estreitavam-se, assim, no cotidiano de trabalho, os laços entre a universidade e a escola por meio do projeto de extensão.

A elaboração dos roteiros talvez tenha sido a parte mais desafiadora. Afinal, por onde começar? Essa pergunta inquietou os alunos e também os professores da escola que se envolveram no projeto ao longo dos encontros. O tempo demandado por essa atividade foi maior do que o esperado, entretanto fundamental para estabelecer parâmetros e adaptações de acordo com o perfil dos entrevistados. Partiu-se da compreensão de que o planejamento reforça o compromisso

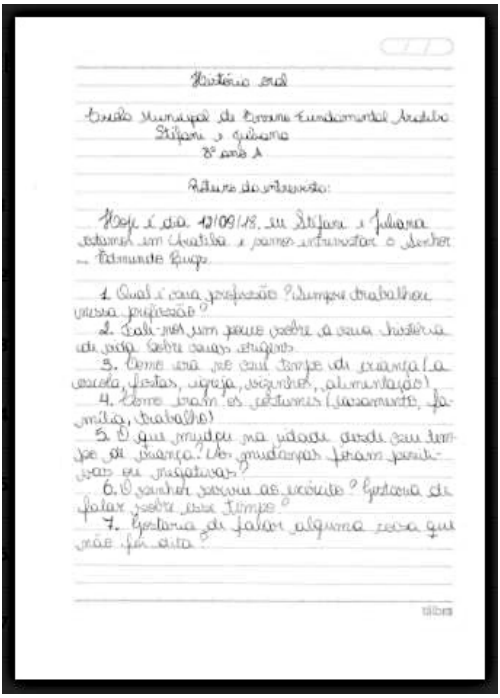
dos participantes com o andamento do projeto. Nesse sentido, refletir sobre a construção do roteiro assumiu a perspectiva já colocada por Ayers e Ayers (2013, p. 6, tradução nossa):

> A história oral pode ser uma pedagogia verdadeiramente revolucionária. Porque o trabalho é impulsionado por perguntas em vez de respostas, ele libera os alunos das rotinas enfadonhas de receber passivamente informações pré-digeridas. Em vez disso, eles se tornam atores na construção da história e contribuem substancialmente para a trajetória do currículo. Eles inventam e experimentam o método da ciência, propondo explicações do mundo, e então investigam para testar a verdade ou modificar suas explicações.

A elaboração do roteiro foi feita em duplas ou trios e contou com a supervisão da professora da disciplina de História, que tem formação em Geografia (Figura 3). Em geral, os roteiros abordavam, em sua primeira parte, a trajetória do entrevistado, para depois enfocar em como era a vida da comunidade no passado. Família, sociabilidades, migração, acontecimentos que marcaram a comunidade, como a construção da barragem de Itá, foram os temas norteadores.

Com uma média de sete questões, o roteiro escrito, a caneta ou digitado, foi levado pelas duplas ou trios. Esse roteiro, algumas vezes caprichosamente escrito e com destaques em letras coloridas, era composto de um cabeçalho com a data e os nomes dos entrevistadores e do entrevistado. O encerramento do roteiro deu-se por meio de uma pergunta aberta: mais alguma coisa que queira comentar? Alguns dos roteiros se iniciaram com a informação “ligar o gravador”, equipamento que nos acompanhou em todas as reuniões para ser manuseado pelos alunos no teste das gravações, simulando uma entrevista.

Figura 3 – Exemplo de roteiro de entrevista elaborado por uma dupla de alunas



História oral

Escola Municipal de Ensino Fundamental Aratiba
Stéfani e Juliana
8º ano A

Roteiro da entrevista:

Hoje é dia 12/09/18. eu Stéfani e Juliana estamos em Aratiba e vamos entrevistar o Senhor Edmundo Rugs.

1. Qual é sua profissão? Sempre trabalhou nessa profissão?
2. Fale-nos um pouco sobre a sua história de vida. Sobre seus origens.
3. Como era no seu tempo de criança (a escola, festas, igreja, vizinhos, alimentação)
4. Como eram os costumes (casamento, família, trabalho)
5. O que mudou na cidade desde seu tempo de criança? As mudanças foram positivas ou negativas?
6. O senhor serviu ao exército? Gostaria de falar sobre esse tempo?
7. Gostaria de falar alguma coisa que não foi dita?

Fonte: acervo do Centro de Documentação e Laboratório de História Oral

Cada vez que a equipe do Centro de Documentação e Laboratório de História Oral se deslocava até Aratiba, cerca de duas duplas ou trios de alunos partiam rumo ao interior do município para entrevistar avós, familiares, vizinhos, entre outros moradores da cidade. Assim, a cada 15 dias mais ou menos, no início da tarde, encontrávamo-nos na escola para, de van, nos deslocarmos pelo interior em direção às linhas Esperança Alta, Santo Expedito, Sede Dourado, Agulha ou o centro da cidade. As entrevistas ocorriam à tarde, durante o período em que os/as

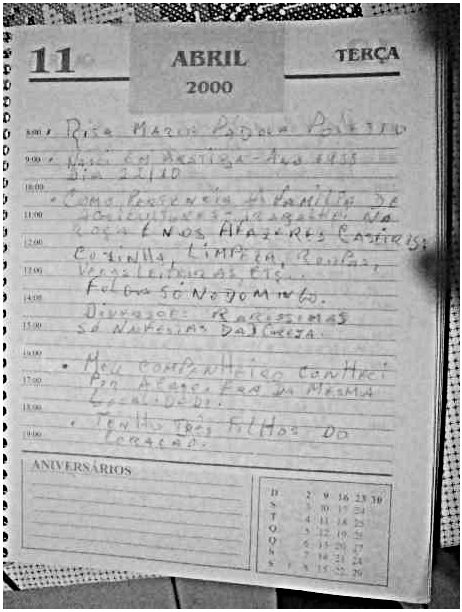
estudantes estariam na escola, e também respeitavam o hábito da sesta de alguns dos entrevistados.

Conduzidas pelas duplas, as entrevistas seguiram uma dinâmica em que, geralmente, um aluno cuidava do gravador – sua colocação e verificação de funcionamento – e o outro realizava as perguntas. A equipe do Centro de Documentação e Laboratório de História Oral – professor(a) e um ou dois acadêmicos – acompanhava em silêncio a entrevista e participava dela somente quando havia dúvida por parte dos alunos ou mesmo inserindo alguma questão, ao final, que pudesse ser mais bem explorada pelo entrevistado. Foi possível observar o cuidado dos alunos em começar o registro com as informações de quando e onde estava ocorrendo a entrevista, quem eram o entrevistador e o entrevistado, para então iniciar as perguntas.

A experiência de encontro e/ou reencontro dos alunos com os antigos moradores da cidade foi permeada de momentos enriquecedores não só pelo conteúdo da fala, mas também por outros fatores inerentes ao instante da entrevista, tais como lidar com a emoção dos entrevistados, os silenciamentos e as interrupções nas entrevistas.

A maioria dos entrevistados aguardava já com documentos e fotografias à vista, solicitados anteriormente pelos alunos, para serem copiados no dia da entrevista. A expectativa de ser entrevistado era notória, e alguns entrevistados agradeciam aquele momento de conversa. A preparação dos entrevistados que antecedia o encontro, em alguns momentos, se traduziu na elaboração escrita da fala, como se pode visualizar na Figura 4.

Figura 4 – Agenda da entrevistada dona Rita Poletto[4]



Fonte: acervo do Centro de Documentação e Laboratório de História Oral

A experiência de escuta de avós e parentes mais idosos fez com que, muitas vezes, os alunos comentassem na van, durante o retorno à escola, que havia inúmeras coisas que eles não sabiam, que nunca tinham ouvido; tratava-se de um redescobrir a família e as memórias dessas pessoas sobre a cidade. Essa experiência de escuta talvez seja uma das mais relevantes a ser destacadas aqui. Os alunos e as alunas aguardavam pacientemente a elaboração das lembranças respeitando o tempo de fala, as repetições, as limitações do corpo, como o cansaço expresso ao falar, e a voz, por vezes bastante baixa.

[4] A entrevista foi realizada no dia 17 de outubro de 2018. A filha da entrevistada explicou que a mãe havia começado dias antes a se preparar para responder às perguntas das alunas. Entre as entrevistadoras, estava sua neta. Sendo assim, anotou a lápis na agenda: "Rita Maria Pádova Poletto. Nasci em Aratiba. Ano 1935. Dia 22/10. Como pertencia à família de agricultor, trabalhei na roça e nos afazeres caseiros: cozinha, limpeza, roupas, vacas leiteiras etc. Folga só no domingo. Diversões raríssimas, só nas festas da igreja. Meu companheiro conheci por acaso e era da mesma localidade. Tenho três filhos do coração".

Após a etapa de realização das entrevistas, estas foram transcritas pela equipe do Centro de Documentação e Laboratório de História Oral e, posteriormente, revisadas para que pudessem ser devolvidas aos alunos para conferência por parte dos entrevistados. As entrevistas foram, em sua maioria, levadas pelos alunos, que colheram também o termo de cessão autorizando o uso das falas na exposição que seria montada pela turma.

Ao todo, foram realizadas 15 entrevistas, com tempo de duração que variou entre 13 minutos e uma hora e 21 minutos. Imprescindível destacar que, sem o apoio da escola, teria sido impossível desenvolver o projeto, uma vez que ela disponibilizou não só o meio de transporte adequado, como também a liberação dos alunos durante toda a tarde para as entrevistas e o trabalho de confecção da exposição.

A visualização da entrevista impressa, com cabeçalho, perguntas e termo de cessão, gerou empolgação. Era o momento de ver o trabalho pelos alunos elaborado agora transformado em escrita, perceber o formato, a mudança da linguagem coloquial para a formal e, diante do material impresso, levar à frente a difícil tarefa de selecionar trechos para serem utilizados juntamente com as fotografias reproduzidas a fim de compor a exposição que seria montada pela turma. Desse modo, após quase um ano de projeto, as entrevistas estavam transcritas, revisadas, autorizadas e encadernadas, prontas para a consulta[5].

Dando andamento ao cronograma, era o momento de pensar na construção da exposição itinerante, que deveria circular na cidade de Aratiba e também na universidade. A exposição, intitulada *A História e a Memória Aratibense por Meio da Narrativa de seus Moradores*, foi um dos resultados do projeto de extensão. A expografia foi montada com fotografias e trechos das entrevistas selecionados pelos alunos e colocados em *banners* desenvolvidos pela equipe que integra o projeto (Figura 5). Ela foi apresentada na 32.ª Expoara, uma feira comercial, industrial, de serviços e de agropecuária, a principal da cidade, realizada no Parque Municipal de Eventos de Aratiba entre os dias 4 e 6 de outubro de 2019, e também levada para o *campus* Erechim, exposta no corredor de acesso ao Centro de Documentação e Laboratório de História Oral.

Durante a feira, em Aratiba, o bolsista, assim como os alunos envolvidos no projeto, permaneceu na exposição tirando dúvidas dos visitantes e contando acerca da experiência de realização das entrevistas.

[5] Apenas uma das entrevistadas não autorizou o uso da entrevista.

Figura 5 – Exposição itinerante elaborada pelos alunos na 32.ª Expoara, de Aratiba (RS), em outubro de 2019

Fonte: acervo do Centro de Documentação e Laboratório de História Oral

O desenvolvimento de um projeto como esse demandou tempo, paciência, escuta e autoavaliação constante, assim como um diálogo afinado com a escola, parceira inseparável da universidade.

A Aratiba que emergiu nos relatos dos moradores foi tecida com vivos fios de experiência que mesclaram narrativas sobre as dificuldades da vida, as sociabilidades e as mudanças profundas pelas quais passou a região. Sendo assim, se a "memória oral é fecunda quando exerce a função de intermediário cultural entre gerações" (BOSI, 2003, p. 73), as tardes compartilhadas em salas e varandas, com cheirinho de café, bolo quente e jabuticabas, marcaram encontros que trataram da história de Aratiba, mas trouxeram sobretudo a redescoberta por parte dos alunos de familiares e vizinhos como narradores esmerados, incansáveis no trabalho de contar suas histórias e memórias, memórias aratibenses que inscrevem os sujeitos na construção da cidade. Afinal,

como diz dona Rita: "*Bom, mas eu andei aqui por toda Aratiba. Sempre penso comigo mesma que não tem pedra de Aratiba que não conheça o peso do meu pé* [risos]" (POLETTO, 2018).

A experiência de desenvolver um projeto de extensão, pesquisa e ensino de História envolvendo a história oral foi enriquecedora. Para além dos produtos obtidos, o uso pedagógico da metodologia tornou o processo o mais importante. O protagonismo dos alunos, as trocas intergeracionais e, principalmente, a construção do conhecimento pelas perguntas fizeram com que os futuros professores de História, em suas primeiras práticas em sala de aula, refletissem acerca das metodologias utilizadas no ensino.

Últimas considerações

A construção de um espaço de memória em uma universidade, também em construção, pode parecer uma empreitada condenada a não ter fim, um projeto a ser constituído ao longo de uma carreira, ao cabo do qual talvez possamos dizer que os anseios iniciais tenham sido atingidos. Todavia, aquele espaço que, a princípio, pode ter-nos parecido um tanto utópico hoje consiste em um local *em* e *de* formação, compondo o seu acervo ao mesmo tempo que contribui com a formação dos discentes do curso de Licenciatura em História.

Nesse sentido, a experiência do Projeto Aratiba é exemplar considerando a ampla gama de possibilidades de atuação do Centro de Documentação e Laboratório de História Oral da UFFS. Seja em projetos com as escolas da região, seja em parcerias a ser desenvolvidas com segmentos da comunidade local, o Centro de Documentação e Laboratório de História Oral tem pela frente um terreno fértil para sua ação, bem como para a formação de futuros professores e pesquisadores inseridos em projetos cujo foco são as diversas histórias regionais que nos cercam.

Esse é o nosso desafio. Que o levemos a bom termo.

Referências

AYERS, William; AYERS, Richard. Foreword. *In*: MAYOTTE, Cliff (org.). **The power of the story:** the voice of witness teacher's guide to oral history. São Francisco: Voice of Witness, 2013. p. 6-7.

BOSI, Ecléa. **O tempo vivo da memória:** ensaios de psicologia social. São Paulo: Ateliê, 2003.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo demográfico 2000:** características gerais da população. Resultados da amostra. Rio de Janeiro: IBGE, 2000.

MARTINI, Liamara. **Repercussões territoriais e econômicas em Aratiba - RS, a partir da construção da Usina Hidrelétrica Itá**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Geografia) – Universidade Federal da Fronteira Sul, Erechim, 2015.

PEREIRA, Thiago Ingrassia. **Classes populares na universidade pública brasileira e suas contradições:** a experiência do Alto Uruguai Gaúcho. Curitiba: CRV, 2015.

POLETTO, Rita Maria Pádova. **Rita Maria Pádova Poletto:** entrevista [17 out. 2018]. Entrevistadores: Amanda Poletto, Luize Ody, Cassiano Presotto e Erik Zabot. Aratiba, 2018.

SANTHIAGO, Ricardo; MAGALHÃES, Valéria Barbosa de. **História oral na sala de aula**. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.

2

Laboratório de História Oral da UFPel e a democratização do conhecimento

▪ Lorena Almeida Gill

O Laboratório de História Oral (LaHO) da Universidade Federal de Pelotas (UFPel) foi fundado oficialmente no ano de 2010, mas suas atividades iniciaram-se bem antes. Em 1990 havia sido criado o Núcleo de Documentação Histórica (NDH), um centro de documentação que hoje recebe o nome de Beatriz Loner[1] e cujo primeiro projeto se vinculou a uma pesquisa sobre a reconstrução da história da UFPel, fundada em 1969[2]. O estudo concretizou-se por meio de entrevistas de história oral com professores e técnicos administrativos considerados pioneiros na instituição.

Naquele momento havia ascendido ao cargo de reitor o médico humanitário Amílcar Gigante, uma pessoa de esquerda e que tinha sido perseguida pela ditadura civil-militar, responsável, durante sua gestão como administrador da universidade, por algumas práticas inovadoras, entre elas uma relação mais estreita com a comunidade externa. Desse modo, as primeiras narrativas existentes no laboratório foram feitas ainda em 1991, com pessoas como, por exemplo, o médico Naum Keiserman[3], articulador da Faculdade de Medicina, a qual começou como uma entidade vinculada a um instituto privado passando depois a compor a recente universidade pública que se criava. Seguiram-se a essa narrativa conversas com Carmem Anselmi Duarte da Silva, professora da Faculdade de Educação e chefe de gabinete da reitoria, na gestão Gigante; Luís Henrique Schuch, vice-reitor e professor da Faculdade de

[1] Beatriz Loner foi professora de História da UFPel por anos desenvolvendo inúmeros projetos, entre eles a fundação do NDH. Ela aposentou-se em 2011 e, infelizmente, faleceu em 2018.

[2] Para saber mais sobre a história da UFPel, ver: Loner, Gill e Magalhães (2017).

[3] Naum Keiserman foi entrevistado em duas ocasiões pela equipe do NDH, uma em 1991, por Beatriz Loner, e outra no ano de 2007, por Ângela Pomatti. A segunda entrevista foi publicada na íntegra na revista *Sillogés* (GILL; POMATTI, 2019).

Veterinária; Ari Costa, morador da Palma, uma fazenda experimental da UFPel; Eurico Kramer de Oliveira, professor da Faculdade de Odontologia, entre outros.

O NDH, que se iniciou, portanto, com um projeto vinculado à metodologia de história oral, foi essencial como esse lugar que acolheu o laboratório anos mais tarde, até porque vários dos estudos realizados nesse centro de documentação, que preserva materiais históricos e instrumentos de trabalho, passaram a compor o acervo do LaHO (BELLOTTO, 2004).

> Um Centro de Documentação difere de um arquivo pelo caráter misto dos acervos ali depositados, dificilmente provenientes de uma única fonte emissora e também pela flexibilidade dos tipos de suporte da documentação, podendo aceitar desde imagens, cartazes, fotos e vídeos, até a documentação tradicional em suporte papel. É diverso também, de uma biblioteca, pelo fato de que revistas e livros disponíveis (às vezes até edições fotocopiadas ou escaneadas, no caso de livros mais raros) se encontram ali com o objetivo fundamental de auxiliar as atividades realizadas pelo próprio centro, subsidiariamente também sendo usadas para outras pesquisas, como de alunos e/ou outros interessados. No caso do NDH, a maior parte de suas características o identifica como um Centro de Documentação, ainda que de origem diferente, pois nascido por vontade da própria Reitoria da época, desejosa de ter um local específico para a guarda e a preservação de sua própria história (LONER; GILL, 2013, p. 243).

Apesar de ter começado por uma demanda interna, atualmente o NDH possui algumas coleções de documentos muito importantes para a historiografia, na maior parte relacionadas ao chamado mundo dos trabalhadores, como o Arquivo da Justiça do Trabalho de Pelotas, o qual conta com 93.845 processos trabalhistas físicos, cujos resumos estão sendo colocados em um banco de dados *on-line*, com acesso irrestrito; a documentação da Delegacia Regional do Trabalho, com mais de 627 mil fichas de qualificação, que abarcam todo o Rio Grande do Sul e que também possui banco de dados próprio; além de acervos de fábricas,

como a de lã Laneira Brasileira Sociedade Anônima, fundada em 1950, em Pelotas (RS); documentos variados de institutos e faculdades da própria UFPel, como, por exemplo, da Faculdade de Agronomia e da Faculdade de Medicina; materiais ligados ao movimento estudantil da cidades; revistas e jornais da região; e documentos de partidos políticos e sindicatos de trabalhadores.

Já o LaHO foi criado para ser um local de produção e arquivamento de entrevistas e materiais audiovisuais, bem como de todas as atividades que englobam a metodologia de história oral. Especialmente a cada projeto de pesquisa gestado, novas narrativas incorporavam-se ao material existente no NDH, que passou a compor depois o acervo do laboratório. Assim, no decorrer dos anos, estudos diversos foram implementados, como o pioneiro, a reconstrução da memória da UFPel; o dos colonos da Fazenda Palma, que dialogavam com pessoas vinculadas ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, as quais haviam invadido a fazenda experimental da universidade e, mais tarde, foram assentadas naquele lugar (LONER *et al.*, 1996); o dos clubes carnavalescos negros de Pelotas, que construíram diversas narrativas com mulheres e homens negros que ergueram clubes como o Fica Ahí Pra Ir Dizendo, o Chove Não Molha e o Depois da Chuva (LONER; GILL, 2009); o dos judeus em Pelotas, envolvendo o contato com a comunidade judaica, que em seu início era formada por 120 famílias (GILL, 2001); o das histórias de uma doença e de seus enfermos, a tuberculose e os tuberculosos em Pelotas, por intermédio do qual foram entrevistados doentes, familiares, médicos e uma visitadora sanitária; o das memórias de uma cidade, Pelotas pela voz de seus moradores, que trabalhou com um roteiro bastante aberto; o estudo "À beira da extinção: memórias de trabalhadores cujos ofícios estão em vias de desaparecer", o qual se desenvolve desde 2009; e, por fim, o das narrativas sobre a pandemia de Covid-19[4], que contempla entrevistas com trabalhadores diversos, como profissionais da saúde e professores.

[4] Sobre a pandemia de Covid-19, é interessante dizer que o NDH fez uma parceria com o Programa de Educação Tutorial Diversidade e Tolerância (PET-DT) e disponibiliza os resultados de estudos realizados por meio de formulários Google, abarcando os impactos da pandemia no cotidiano de vida de alunos da UFPel e na trajetória dos moradores da cidade. Informações disponíveis em: https://wp.ufpel.edu.br/ndh/files/2021/11/covid_pelotas_fase_1.pdf. Acesso em: 5 nov. 2021.

Todas as entrevistas se originam de um projeto, que postula uma pergunta inicial, com base na qual a narrativa é construída. Segundo Meihy e Seawright (2020, p. 27):

> História oral é um conjunto de procedimentos que se inicia com a elaboração de um projeto e que continua com a definição de um grupo de estudos a serem entrevistados. O projeto prevê planejamento das gravações, com indicação de locais, tempo de duração e demais fatores contextuais, bem como o tratamento a ser dado: estabelecimento de textos, conferência do produto escrito; autorização para o uso. O projeto estabelece parâmetros para eventuais análises das histórias ou disponibilização de entrevistas inteiras; arquivamento ou criação de bancos de histórias e, sempre que possível, a publicação dos resultados que devem, em primeiro lugar, ser devolvidos ao grupo que gerou as entrevistas.

O conjunto dos projetos, à exceção de um, é da chamada história oral temática[5], ou seja, a perspectiva era formar uma rede com base em um assunto específico, e o diálogo vinculava-se a esse tema. Tinha-se, por isso, um roteiro básico, que apresentava uma ficha técnica inicial do entrevistado e depois questões relacionadas ao interesse do projeto.

De todos os projetos desenvolvidos com base em um tema, o maior foi o intitulado "À beira da extinção: memórias de trabalhadores cujos ofícios estão em vias de desaparecer" (GILL; SCHEER, 2015). Ele possui mais de 70 entrevistas, com motorneiros, estivadores, consertadores de guarda-chuva, fabricantes de chapéus, afiadores de faca, alfaiates, sapateiros, relojoeiros, pescadores artesanais, artesãos e benzedores. Apenas em um tema, benzedura, são 19 narrativas, que incluem as vertentes de benzedores vinculados à tradição, ao dom e à religião (GILL; SILVA, 2019). As demais entrevistas se vinculam a projetos de trabalhos de conclusão de curso, dissertações e teses ou foram abordadas de forma específica para algum artigo, como

[5] No laboratório, usam-se especialmente os gêneros narrativos propostos por Meihy e Seawright (2020), ou seja, história oral de vida, história oral temática, história oral testemunhal e tradição oral.

relojoeiros (LONER; GILL, 2014) e pescadores artesanais (GILL, 2019), por exemplo, sendo utilizada, em todos os casos, a história oral híbrida, isto é, o confronto entre as narrativas e a análise documental (CELLARD, 2008).

Para a construção e análise das entrevistas, é fundamental pensar em dois conceitos: memória e identidade. Para essa discussão se busca, entre outros, o auxílio de Candau (2011). Segundo o autor, há três tipos de memória: a de baixo nível, ou protomemória, que se relaciona ao nosso senso prático; a memória propriamente dita, ou de alto nível, que se vincula aos nossos saberes, fazeres, sentimentos; e a metamemória, ou a representação que cada pessoa faz de sua própria memória. O autor relaciona a memória à identidade ao dizer que a "memória é a identidade em ação", ou ainda que a memória é "uma força de identidade" (CANDAU, 2011, p. 18).

À exceção da história temática, conforme já dito, houve o projeto intitulado "Memórias da cidade: Pelotas a partir da voz de seus moradores", o qual se vinculou à história oral de vida, ao construir narrativas com alguns moradores da cidade que haviam sido protagonistas em alguma atividade. Para esse estudo, foram entrevistados o professor aposentado à época da Faculdade de Direito, escritor e desenhista, nascido em Jaguarão (RS), Aldyr Schlee; o professor de literatura do Centro de Letras e Artes e primeiro presidente do Diretório Central de Estudantes João Manoel Cunha; Afonso Pedrotti, nascido em Canguçu (RS), que lutara na campanha da Itália, na Segunda Guerra Mundial; Orvandir Sebaje, um músico vinculado à Banda União Democrata; Irma Buchweitz, viúva de Max Buchweitz, um dos fundadores da Kolonistenfest, festa que homenageava o Dia do Colono (25 de julho), desde o ano de 1934; Pedro Quintana Alves, trabalhador do frigorífico Anglo, um dos mais importantes da região e cujo prédio hoje abriga a reitoria da UFPel; Valter Sobrero Junior, formado em Direito, que dedicou grande parte da sua vida ao teatro; e Manoel Luís Vieira de Souza Coelho, um engenheiro agrônomo e militante de esquerda que foi perseguido pela ditadura e que, por isso, precisou exilar-se durante anos.

Muitos dos projetos se atrelaram aos pressupostos do início do desenvolvimento da história oral, isto é, abordavam especialmente pessoas das chamadas minorias, aquelas que não costumavam constar de outras fontes históricas: mulheres, negros, imigrantes, trabalhadores vulneráveis, perseguidos políticos, entre outros, em um vínculo com a chamada história vista de baixo (SHARPE, 1992; THOMPSON, 1998).

Ensino

Com a experiência adquirida após anos no LaHO e o crescente interesse dos alunos em utilizar a metodologia, foram iniciadas atividades de ensino nesse espaço de formação. Construiu-se uma disciplina teórico-prática no Bacharelado em História com o mesmo nome do laboratório. Nessa cadeira, os alunos dialogam sobre todos os passos necessários para a boa execução de um projeto, precisam escrever uma proposta e, ao menos, construir e transcrever uma narrativa, além de obter o termo de cessão para que o material possa ser usado, considerando alguma demanda existente. Já na pós-graduação, atualmente é oferecida uma cadeira que tem como título Memória, Identidade e Construção de Narrativas, a qual costuma contar com alunos de diferentes cursos de pós-graduação, como História, Sociologia, Antropologia, Geografia, Direito, Enfermagem, entre outros.

Outra forma de se obter entrevistas é a doação. Como são desenvolvidas disciplinas sobre a metodologia tanto na graduação quanto na pós-graduação, além de oficinas que abarcam a temática, é comum que após a realização de um trabalho prático, muitas vezes relacionado a dissertações ou teses, ou ainda textos finais de graduação, os alunos doem o material construído, que teve termo de cessão registrado para o uso com fins acadêmicos. Assim, temáticas diversas vão compondo o acervo e fazendo com que mais pessoas, não só da academia, mas também da comunidade externa, tenham acesso às entrevistas.

Uma doação recente ocorreu quanto à pandemia de Covid-19, feita por alunos de uma disciplina, a qual possuía uma parte prática. O material consta das seguintes entrevistas: quatro técnicas em enfermagem; uma enfermeira; dois psicólogos; um professor de

Educação Física; uma secretária de escola; um barbeiro; uma proprietária de uma empresa de tecnologia da informação; uma microempresária; uma produtora cultural; uma recepcionista; duas professoras da rede básica; um trabalhador de supermercado; uma trabalhadora terceirizada de hospital; e um aluno do curso de Medicina. Foram construídas, sobre a mesma temática, entrevistas com três profissionais da saúde, todas professoras da UFPel e que atuam diretamente na vacinação e, também, no canal Conta Comigo, o qual oferece ações de prevenção e atenção ligadas à saúde mental, além de três professoras da rede básica e do ensino médio. Todas as entrevistas foram realizadas pelos graduandos remotamente, de diferentes formas, como pelo Skype, pela WEBConf, entre outras plataformas. Antes do procedimento, fizeram-se leituras acerca dos cuidados que deveriam ser tomados.

> Em primeiro lugar, uma maior atenção à qualidade da gravação do áudio, tendo em vista que o som pode se dispersar na interação mediada pelo computador, gerando ruídos desnecessários. Outro cuidado é garantir ao entrevistado toda a informação possível sobre o pesquisador e sobre o projeto de pesquisa, de modo que ele fique assegurado em relação à confiabilidade do projeto e à idoneidade do entrevistador. Além disso, é necessário que se combine com o entrevistado a forma de autorização de uso, seja ela gravada (como no caso desses projetos) ou assinada e escaneada, para garantir futuros usos (SANTHIAGO; MAGALHÃES, 2020, p. 9-10).

As narrativas costumam ser usadas em outros trabalhos, levando-se em conta certos cuidados, como a maneira como a narrativa ou a coleção foi construída. Para isso, é colocado no *site* o maior número de informações possíveis sobre a feitura do material, de modo que o interessado não tenha acesso apenas à transcrição, mas a outros dados importantes para analisar o material, que foi construído por outra pessoa. Essa transcrição, muitas vezes, é acessada por pesquisadores que já não têm a possibilidade de conversar com o narrador, por motivos vários, desde a sua morte até a falta de vontade do narrador de contar mais uma vez a mesma história, o que é comum em casos de experiências traumáticas, por exemplo.

No tocante ao ensino, ainda são proporcionadas no LaHO experiências de estágio, em disciplinas como Introdução ao Estudo de Acervos, Organização de Arquivos Históricos e Arquivos Especiais, as quais são ministradas no Bacharelado em História e em cursos de formação, tendo em vista o catálogo existente ou ainda por demanda, como uma realizada há pouco tempo e que abordou a ética e a metodologia da história oral. Nesses cursos são utilizados desde manuais já bastante conhecidos, como de Meihy e Holanda (1998), Alberti (2005), Delgado (2010) e Meihy e Seawright (2020), até materiais próprios constituídos para oficinas, como de Gill e Silva (2016), além de textos que discutem memória (HALBWACHS, 2004; CANDAU, 2011) e identidade (SILVA, 2000; HALL, 2006).

Organização do material

No laboratório há uma diversidade de suportes relacionados às entrevistas. Algumas destas são manuscritas, outras datilografadas e há as impressas. Também, existem fitas cassete, CDs, DVDs, gravações, por meio de diferentes plataformas, como o Skype. O acervo conta ainda com fotografias dos entrevistados e dos temas abordados por eles, além de um acervo visual específico vinculado ao projeto "À beira da extinção", feito pelo fotógrafo e mestre em Antropologia Social e Cultural pela UFPel Vinícius Kusma. Esses registros foram expostos nas cidades de Pelotas, Piratini (RS) e São Leopoldo (RS).

O arranjo proposto para o LaHO segue o modelo e a forma arquivística construídos por Bellotto (2004). Os fundos são divididos nas duas vertentes existentes no LaHO – História Oral de Vida (HOV) e História Oral Temática (HOT) –, e as seções são os projetos já mencionados.

Ainda que a organização interna do material seja feita assim, nos últimos anos têm sido disponibilizadas a pesquisadores todas as entrevistas já realizadas pelo laboratório. Logo, a lista de narrativas disponíveis consta por ano de realização da aba Acervo do LaHO[6]. As informações existentes para cada narrativa são: entrevistador, projeto, entrevistadores, data em que a entrevista foi feita, resumo e

[6] Informações disponíveis em: https://wp.ufpel.edu.br/lho/acervo/. Acesso em: 5 nov. 2021.

palavras-chave. Em seguida, há um ícone com a informação Solicitar a Entrevista, a qual remete a um termo de compromisso, que precisa ser preenchido afirmando que cada entrevista só poderá ser utilizada para fins acadêmicos.

O desafio nesse momento é fazer o resumo de todas as entrevistas existentes e colocar o material no *site*. Alguns resumos já estão disponíveis, mas uma grande parte precisa ser efetivada. Ainda, tem-se a pretensão de divulgar todos os projetos por meio dos quais foram construídas as narrativas, de modo a torná-los mais acessíveis. Não se trata de tarefa fácil, especialmente relacionada ao projeto que utilizou a história de vida. Para que se tenha ideia do trabalho a ser desenvolvido, apenas uma entrevista, com o escritor Aldyr Garcia Schlee, resultou em 11 horas de gravação e cerca de 225 páginas transcritas.

Dificuldades para a manutenção do laboratório

O problema principal do laboratório é a falta de servidores que possam atuar, com exclusividade, no espaço. O historiador que auxilia no trabalho precisa cuidar de várias outras demandas existentes, vinculadas a todo o NDH e a seus diferentes acervos.

Para tentar resolver o que precisa ser feito, a cada ano é constituído um pequeno grupo de estudantes, que se vinculam ao espaço por meio de bolsas de extensão ou de ensino, ou ainda voluntários, mas o auxílio costuma ter curta duração, entre nove e 12 meses. Assim, quando os alunos aprendem as rotinas do laboratório, já é hora de vivenciarem outras experiências no curso de graduação, o que é muito importante para a formação acadêmica de cada um deles.

Por essa razão, o que se desenvolve no acervo do LaHO é feito vagarosamente, sem que se consiga atualização permanente do material realizado ou recebido de doação de forma ágil.

Outra dificuldade diz respeito aos equipamentos existentes, tanto para a realização de entrevistas como para manter o acervo existente. Ou se conseguem verbas mediante editais específicos, o que não é fácil, pois os recursos estão a cada dia mais escassos, ou ainda é necessário que a própria equipe se disponha a investir recursos particulares para que haja a possibilidade de disponibilizar o que foi construído ao longo dos anos.

No que se refere a editais, faz-se preciso dizer que não é comum que se abram propostas visando à constituição ou manutenção de um banco de dados, ou banco de histórias, como é chamado o LaHO. Portanto, além da falta de recursos ou do corte de verbas para a educação, costuma-se escolher não observar a necessidade de constituição ou manutenção desses lugares de memória (NORA, 1993).

A democratização do conhecimento

Embora sempre tenha sido pretensão do LaHO disponibilizar o acervo aos interessados, uma pandemia, nas proporções da Covid-19, com milhões de mortos pelo mundo e a exigência premente de distanciamento social, acentuou essa necessidade.

Inúmeros foram os alunos que precisaram mudar a temática do trabalho final, por não terem acesso às fontes de que necessitavam à feitura do texto, ou ainda que tiveram de buscar documentos que estavam disponíveis em diferentes *sites* acadêmicos. Dessa maneira, a equipe vinculada ao laboratório imprimiu maior rapidez para que todas as cerca de 200 entrevistas existentes fossem disponibilizadas aos interessados com a maior brevidade.

Outra questão apareceu como definidora da construção de um *site* que dialogasse mais não só com a comunidade acadêmica, mas com a comunidade externa, ou seja, a perspectiva de se construir interfaces com a chamada história pública. Nessa perspectiva, seguem algumas ponderações feitas por Rovai (2020, p. 11):

> A história pública leva a história científica às grandes audiências e abre a Academia para novas narrativas e saberes; também procura constituir "comunidades de escuta" e "historiadores públicos" nas coletividades diversas. Abre-se ao aprendizado diante das narrativas dos chamados "historiadores locais", sem negligenciá-los ou estabelecer hierarquias, num encontro de saberes que deve permitir, humilde e coletivamente, a democratização do fazer histórico e historiográfico. Amplia-se quanto aos procedimentos, os espaços, as formas e os públicos: ela ganha não apenas sentido teórico-conceitual, mas prático,

> colaborando para o registro de inúmeras vozes, para confronto de oposições, para a mediação na resolução de problemas sociais e litígios legais (por meio dos testemunhos orais e documentos antes não considerados), para o debate em torno do patrimônio e de questões identitárias, para a construção de arquivos empresariais, de museus comunitários, numa gama tão grande de possibilidades que considera, mas dinamiza e ultrapassa, a textualidade historiográfica.

Duas experiências no NDH fizeram com que se refletisse mais fortemente sobre a temática: a divulgação do *Dicionário de história de Pelotas*, construído pela equipe do NDH, o qual nas duas edições impressas teve 300 e 500 exemplares disponibilizados e na terceira edição, em *e-book*, obteve a marca impressionante de mais de 27 mil *downloads*[7]; e a discussão *on-line* se um *show* deveria ou não ser realizado em uma antiga charqueada de Pelotas, com base em um texto acadêmico produzido no NDH sobre escravidão e morte. O fato é que um vídeo a respeito do assunto foi publicizado em um canal na internet, Quadro em Branco[8], e teve mais de 260 mil acessos, fazendo com que o artista, de nome Matuê, desistisse da apresentação naquele lugar.

Essas questões, juntamente com as adversidades advindas da ocorrência de uma pandemia, fizeram com que o grupo vinculado ao NDH e ao LaHO refletisse ainda mais sobre a necessidade da democratização do conhecimento, e, por conta disso, pessoas como as vinculadas à Universidade Aberta da Pessoa Idosa (Unapi), com as quais sempre se interage fortemente, puderam ter acesso às nossas produções acadêmicas, por meio de jogos didáticos[9] e oficinas *on-line*, com conteúdos diversos. Ainda, houve a necessidade de conversar de maneira

[7] Disponível em: https://wp.ufpel.edu.br/ndh/dicionario-de-historia-de-pelotas/. Acesso em: 25 out. 2021.

[8] O texto utilizado pelo canal Quadro em Branco foi de Loner, Gill e Scheer (2012), e o vídeo está disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=bgKtp29QYJ0. Acesso em: 2 nov. 2021.

[9] Da página do NDH, constam jogos didáticos com os seguintes conteúdos: presidentes do Brasil, religiões em Pelotas, enfermidades, povoamento, escravizados, lazer, história das mulheres, ruas e passeios, imprensa, história indígena, educação, estabelecimentos de saúde, enfermidades e literatura, anos de chumbo no Brasil, futebol e história, ofícios à beira da extinção, Pelotas no século XIX, Era Vargas, rádio e TV. Disponível em: https://wp.ufpel.edu.br/ndh/jogos/. Acesso em: 1.º nov. 2021.

mais específica com os professores das redes municipal e estadual de ensino, o que se concretizou, por exemplo, com a construção de jogos, além de cursos para a formação continuada, como os relacionados às lutas de trabalhadores e trabalhadoras através dos tempos.

Não se trata apenas de divulgar conhecimento, mas de fazer o que o LaHO já realiza, ou seja, a integração de diferentes ferramentas, ligadas ao ensino, à pesquisa e à extensão, "não só pensando na preservação da cultura material, mas em como colaborar para a reflexão da comunidade sobre sua própria história, a relação entre passado e presente. Enfim, como tornar o passado útil para o presente" (ALMEIDA; ROVAI, 2013, p. 3).

Considerações finais

O LaHO é um espaço recente, pois foi fundado em 2010. De todo modo, como se integrou ao NDH, acabou por receber importantes entrevistas que tinham sido feitas em período bem anterior, para projetos fundadores daquele centro de documentação. Entre as entrevistas, algumas são emblemáticas, pois dialogam com assuntos importantes para a história da cidade, como a fundação da Faculdade de Medicina, que em 2023 fará 60 anos. Outras narrativas, por exemplo, se vinculam à temática que hoje é mais debatida pelo grupo de pesquisadores que atuam no NDH, ou seja, o mundo dos trabalhadores. No ano de 1995, Beatriz Loner entrevistou, por exemplo, um advogado de esquerda que havia representado a maioria dos trabalhadores e trabalhadoras nas décadas de 1940 e 50, em processos em Pelotas. Trata-se de Antônio Ferreira Martins, o qual recentemente teve sua vida abordada em uma dissertação de mestrado (BRAGA, 2016). Um ano depois Beatriz Loner construiu uma narrativa com José Facundo Mira, que havia atuado em vários clubes negros da região, sendo uma figura bastante reconhecida por isso.

Com o passar do tempo, o laboratório acompanhou as pesquisas sobre o mundo dos trabalhadores, tanto que o maior acervo é aquele que dialoga com ofícios em extinção. Mas o LaHO é mais do que um lugar de guarda de entrevistas, pois se relaciona a projetos de pesquisa, extensão e ensino, que se constituem como o tripé fundamental de uma universidade. É comum que alguns alunos e alunas atuem no espaço desde o início da graduação, familiarizando-se com a metodologia

e, depois, ajudando a oferecer cursos à comunidade externa, já que oficinas acerca da temática costumam ser bastante solicitadas.

Assim, embora existam dificuldades para a manutenção do laboratório, trata-se de um espaço pelo qual se precisa continuar lutando. Não só o acervo já existente pode auxiliar em pesquisas que estão sendo realizadas, como o lugar oferece possibilidades concretas para um maior diálogo com a comunidade, tarefa imprescindível de toda e qualquer instituição acadêmica.

Referências

ALBERTI, Verena. **Manual de história oral**. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2005.

ALMEIDA, Juniele; ROVAI, Marta. História pública: entre as "políticas públicas" e os "públicos da história". *In*: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 27., 2013. **Anais** [...]. Anpuh, 2013. p. 1-10. Disponível em: https://snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1364156201_ARQUIVO_TextoFinal_ANPUHNATAL_HistoriaPublica_2013.pdf. Acesso em: 15 nov. 2021.

BELLOTTO, Heloisa. **Arquivos permanentes:** tratamento documental. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2004.

BRAGA, Camila. **"Os operários não mentem perante a Justiça":** análise do exercício da advocacia de Antônio Ferreira Martins em Pelotas (RS) de 1941 a 1945. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2016. Disponível em: http://guaiaca.ufpel.edu.br:8080/handle/prefix/5561. Acesso em: 30 out. 2021.

CANDAU, Joël. **Memória e identidade**. São Paulo: Contexto, 2011.

CELLARD, André. A análise documental. *In*: POUPART, Jean *et al*. (org.). **A pesquisa qualitativa:** enfoques epistemológicos e metodológicos. Petrópolis: Vozes, 2008. p. 291-316.

DELGADO, Lucília. **História oral:** memória, tempo, identidades. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

GILL, Lorena Almeida. ***Clienteltchiks*:** os judeus da prestação em Pelotas (RS) 1920-1945. Pelotas: Editora e Gráfica Universitária UFPel, 2001.

GILL, Lorena Almeida. Um ofício em transformação: a pesca artesanal contada por quem a pratica (Pelotas, RS). **Mundos do Trabalho**, Florianópolis, v. 11, p. 1-17, 2019. Disponível em: https://periodicos.ufsc.br/index.php/mundosdotrabalho/article/view/1984-9222.2019.e66941. Acesso em: 5 nov. 2021.

GILL, Lorena Almeida; POMATTI, Ângela B. Entrevista realizada com Naum Keiserman – Acervo do Laboratório de História Oral, do Núcleo de Documentação Histórica da UFPel. **Sillogés**, Porto Alegre, v. 2, n. 2, p. 459-472, jul./dez. 2019. Disponível em: http://historiasocialecomparada.org/revistas/index.php/silloges/article/view/76. Acesso em: 5 nov. 2021.

GILL, Lorena Almeida; SCHEER, Micaele Irene (org.). **À beira da extinção:** memórias de trabalhadores cujos ofícios estão em vias de desaparecer. Pelotas: Editora UFPel, 2015. Disponível em: https://drive.google.com/file/d/1qY4ToBja-R_vJWCVWH0QQZzRLML0sw4q/view. Acesso em: 10 nov. 2021.

GILL, Lorena Almeida; SILVA, Eduarda. O cuidado com os outros: a benzedura no sul do Brasil. **Tempos Históricos**, Marechal Cândido Rondon, v. 23, p. 663-689, 2019. Disponível em: https://e-revista.unioeste.br/index.php/temposhistoricos/article/view/20547. Acesso em: 5 nov. 2021.

GILL, Lorena Almeida; SILVA, Eduarda. Perspectivas para a história oral. *In*: ROBERTT, Pedro *et al*. (org.). **Metodologia em ciências sociais hoje:** práticas, abordagens e experiências de investigação. Jundiaí: Paco, 2016. v. 2. p. 107-126. Disponível em: https://wp.ufpel.edu.br/ndh/files/2021/05/Perspectivas-para-a-Historia-Oral-.pdf. Acesso em: 9 set. 2021.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2004.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

LONER, Beatriz Ana; GILL, Lorena Almeida. Clubes carnavalescos negros na cidade de Pelotas. **Estudos Ibero-Americanos**, Porto Alegre, v. 35, p. 145-162, 2009. Disponível em: https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/iberoamericana/article/view/5798. Acesso em: 10 nov. 2021.

LONER, Beatriz Ana; GILL, Lorena Almeida. O trabalho de um centro de documentação: o núcleo de documentação histórica da UFPel. **Patrimônio e Memória**, São Paulo, v. 9, n. 2, p. 241-256, jun.-dez. 2013. Disponível em: https://pem.assis.unesp.br/index.php/pem/article/view/369. Acesso em: 9 set. 2021.

LONER, Beatriz Ana; GILL, Lorena Almeida. Relojoeiros: análise de uma profissão em dois tempos. **Taller**, Pelotas, v. 3, p. 38-55, 2014. Disponível em: https://wp.ufpel.edu.br/ndh/files/2019/08/relojoeiros-revista-taller.pdf. Acesso em: 3 nov. 2021.

LONER, Beatriz Ana; GILL, Lorena Almeida; MAGALHÃES, Mario Osorio. **Dicionário de história de Pelotas**. 3. ed. Pelotas: Editora UFPel, 2017. Disponível em: http://repositorio.ufpel.edu.br:8080/bitstream/prefix/3735/1/Dicion%c3%a1rio%20de%20Hist%c3%b3ria%20de%20Pelotas.pdf. Acesso em: 15 out. 2021.

LONER, Beatriz Ana; GILL, Lorena Almeida; SCHEER, Micaele. Enfermidade e morte: os escravos na cidade de Pelotas. **História, Ciências, Saúde-Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 19, p. 133-152, 2012. Disponível em: https://www.scielo.br/j/hcsm/a/RzG9vKhxrVdtSZySjR74J9M/?lang=pt#. Acesso em: 30 out. 2021.

LONER, Beatriz Ana *et al*. O assentamento da Palma: a individualização do coletivo. **História em Revista**, Pelotas, n. 2, p. 65-83, 1996. Disponível em: https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/HistRev/article/view/15999. Acesso em: 10 nov. 2021.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom; HOLANDA, Fabíola. **História oral:** como fazer, como pensar. São Paulo: Contexto, 1998.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom; SEAWRIGHT, Leandro. **Memórias e narrativas:** história oral aplicada. São Paulo: Contexto, 2020.

NORA, Pierre. Entre história e memória: a problemática dos lugares. **Projeto História**, São Paulo, v. 10, p. 7-28, 1993. Disponível em: https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/12101/8763. Acesso em: 20 set. 2021.

ROVAI, Marta. História pública: um desafio democrático aos historiadores. *In*: REIS, Tiago *et al*. (org.). **História do tempo presente**. Boa Vista: Editora da UFRR, 2020. v. 2. p. 131-153.

SANTHIAGO, Ricardo; MAGALHÃES, Valéria. Rompendo o isolamento: reflexões sobre história oral e entrevistas à distância. **Anos 90**, Porto Alegre, v. 27, e2020011, 2020. Disponível em: https://www.seer.ufrgs.br/anos90/article/viewFile/102266/58383. Acesso em: 5 nov. 2021.

SHARPE, Jim. História vista de baixo. *In*: BURKE, Peter (org.). **A escrita da história:** novas perspectivas. São Paulo: Editora da Unesp, 1992. p. 39-62.

SILVA, Tadeu (org.). **Identidade e diferença**. Petrópolis: Vozes, 2000.

THOMPSON, Edward. **Costumes em comum:** estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

3

Laboratório de História Oral da Univille: 40 anos de ensino, pesquisa e extensão

▪ Fernando Cesar Sossai, Ilanil Coelho

Introdução

De acordo com o Estatuto da Associação Brasileira de História Oral (ABHO, 2021), podemos compreender como coletivos de história oral "quaisquer instituições, programas, núcleos, grupos de pesquisa e outros órgãos das universidades públicas e privadas, e outras entidades, existentes no País" que "operam no campo da história oral através de pesquisas e formação de pessoal especializado em nível de graduação e pós-graduação" (ABHO, 2021). Para a escrita deste capítulo, é nesse âmbito que situamos o Laboratório de História Oral (LHO) da Universidade da Região de Joinville (Univille), um espaço de ensino, pesquisa e extensão criado em 1982 no interior da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Joinville (FFCL/JLLE) da então Fundação Educacional da Região de Joinville (Furj), a atual Univille.

Como um coletivo de história oral, no tempo presente, o LHO, formalmente criado em 1982, caracteriza-se como "meio de interação entre diferentes agentes que utilizam a história oral em Joinville e região, bem como figura como vetor de aglutinação e integração de projetos de ensino, pesquisa e extensão em história oral" (CONARQ, 2021). Sua missão consiste em "contribuir para o desenvolvimento e fortalecimento da metodologia da história oral na Univille, assim como nas regiões norte e nordeste de Santa Catarina" (CONARQ, 2021), especialmente por intermédio de "projetos de ensino, pesquisa e extensão desenvolvidos pelas comunidades interna e externa à Universidade" (CONARQ, 2021). Em termos institucionais, destacam-se como objetivos do laboratório:

> Difundir a metodologia da história oral em Joinville e região;
> Apoiar projetos de ensino, pesquisa e/ou extensão que utilizam a metodologia da história oral;

> Organizar, manter, ampliar e disseminar fontes orais que compõem o acervo do Laboratório de História Oral da Univille (CONARQ, 2021).

No âmbito da missão e de seus objetivos, o LHO possui cinco linhas de atuação: Patrimônio Cultural, História Regional e História e Educação, as quais respondem a objetivos da formação historiadora definida no projeto pedagógico do curso de História da Univille (UNIVILLE, 2018); e Patrimônio, Memória e Linguagens e Patrimônio Cultural, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, que estão associadas ao conjunto das atividades de formação promovidas pelo Programa de Pós-Graduação em Patrimônio Cultural e Sociedade da referida universidade (CONARQ, 2021).

Ademais, no tempo presente, o LHO conta com uma equipe integrada por dois coordenadores, seis pesquisadores e oito bolsistas. Em seu conjunto, tal equipe vincula-se aos cursos de graduação em Artes Visuais, Direito, História e Pedagogia – Educação Escolar Quilombola, assim como aos cursos de mestrado e doutorado em Patrimônio Cultural e Sociedade da Univille. Além de sua equipe, o laboratório ainda conta com uma Comissão de Acervo, que tem como responsabilidade deliberar sobre "descarte e eliminação de documentos do acervo; incorporação de novas entrevistas orais e documentos conexos ao acervo do LHO", bem como sugerir eventuais "reformulações nos objetivos e nas estratégias de ação do LHO"[1] (SOSSAI; COELHO, 2019, p. 6).

No que diz respeito ao seu acervo, o laboratório recebe e incorpora a ele entrevistas de história oral resultantes de projetos de ensino, pesquisa e/ou extensão desenvolvidos por professores, pesquisadores, técnicos e alunos vinculados aos cursos de graduação e pós-graduação da Univille. Fora isso, o "acervo também recebe e custodia entrevistas orais produzidas por pessoas externas à universidade, tais como professores da Educação Básica, profissionais de espaços de memória, entre outras" (CONARQ, 2021). Atualmente, o laboratório possui 690

[1] Tal comissão é integrada pelos coordenadores do LHO, pelo coordenador do curso de História da Univille, pelo coordenador do Programa de Pós-Graduação em Patrimônio Cultural e Sociedade da referida universidade, por dois docentes indicados pelo colegiado do curso de História e por outros dois professores apontados pelo colegiado do programa de pós-graduação já citado. Tal comissão reúne-se, no mínimo, duas vezes ao ano e, extraordinariamente, quando solicitada.

entrevistas, organizadas em 44 coleções, suportadas em 531 fitas cassete, 43 microcassetes, 61 CDs e 30 DVDs. A consulta e o possível uso dessas entrevistas e de seus documentos técnicos (transcrição, sumário, ficha de identificação, termos de doação) podem ser realizados de maneira totalmente gratuita por qualquer pessoa interessada.

No marco das comemorações dos 40 anos do LHO, este capítulo propõe-se a refletir sobre uma importante questão tanto para a continuidade dos trabalhos do presente e para a construção de perspectivas de futuro do LHO da Univille quanto para outros coletivos de história oral do Brasil: quais caminhos estão e poderiam ser abertos para experienciarmos a história oral, desde a universidade, nas sociedades contemporâneas? No bojo dessa reflexão, como a trajetória do LHO – um coletivo de história oral com 40 anos de existência – poderia, por um lado, servir de referência para a criação de coletivos de história oral no sul do país e, por outro, evidenciar a pertinência dos coletivos de história oral para pensarmos a construção de uma nova universidade, democrática, emancipatória, comprometida com as suas comunidades e com a crítica ao mercado do conhecimento, vertiginosamente inflado nas primeiras décadas do século XXI (SANTOS; ALMEIDA FILHO, 2008)?

Nessa esteira, o capítulo encontra-se dividido em duas partes principais. Na primeira, com base na bibliografia pertinente e em fontes primárias pesquisadas no Centro Memorial e LHO da Univille, pensamos a respeito da constituição do LHO no início dos anos 1980. Além disso, procuramos discutir o papel institucional do LHO numa instituição de ensino superior que, à época, almejava converter-se em universidade comunitária dedicada ao ensino, à pesquisa e à extensão para responder às demandas de Joinville e região.

Em continuidade, na segunda parte do texto, buscamos discutir algumas perspectivas de presente e de futuro para o LHO, sobretudo considerando novas demandas de história oral que, no transcurso de 2020 e 2021, emergiram do contexto pandêmico da Covid-19.

Por fim, concluímos o capítulo argumentando acerca da importância de construirmos, no interior das universidades contemporâneas, espaços coletivos, dialógicos, colaborativos e compartilhados de história oral, no intuito de empreender ações que culminem na produção de acervos de história oral que não apenas

poderão subsidiar atividades de ensino, pesquisa e extensão, mas também contribuirão para (re)pensar o papel e o sentido das universidades nas sociedades em que elas se inserem.

A constituição do Laboratório de História Oral da Univille no início dos anos 1980[2]

No que diz respeito à sua trajetória institucional, a criação do LHO ocorreu em 1982, porém a primeira entrevista incorporada ao seu acervo data de 21 de julho de 1978. Trata-se de uma entrevista realizada pela professora Dúnia Anjos de Freitas com o político Pedro Ivo Campos[3]. Esse descompasso cronológico e o perfil do próprio entrevistado foram tomados por nós como os primeiros indícios no levantamento de uma vasta documentação sobre a iniciação de pesquisadores brasileiros na história oral e os movimentos em prol da implantação de uma rede de instituições catarinenses voltadas à disseminação da metodologia e à divulgação pública de acervos orais.

Numa publicação alusiva a uma entrevista que fez com o historiador Carlos Humberto Pederneiras Corrêa pouco antes de sua morte, Ricardo Santhiago (2015, p. 223) destacou que houve "um evento pouco conhecido na cronologia da história oral brasileira". Em 1974, foi realizado pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) um curso de Especialização em História, o qual incluiu a história oral como tópico da disciplina de Metodologia da Pesquisa, ministrada pelo professor doutor George P. Browne, da Seton Hall University, de Nova Jérsei, Estados Unidos. No ano seguinte, o curso foi convertido em mestrado, dando-se início ao Programa de Pós-Graduação em História da UFSC (PPGH/UFSC).

Conforme o primeiro coordenador desse programa, o historiador Walter Fernando Piazza, naquele período, desejava-se impulsionar a pesquisa histórica catarinense para além do que era produzido pelo

[2] Uma primeira versão do texto desta seção foi originalmente publicada na revista *Tempo e Argumento* como parte do artigo "Aproximações entre história pública e história oral: o caso do Laboratório de História Oral da Univille" (COELHO; SOSSAI, 2016). Todavia, nesta versão do escrito, reelaboramos nossas análises adicionando novas fontes primárias recentemente encontradas nos acervos do Centro Memorial e LHO da Univille.

[3] Pedro Ivo Campos (1930-1990) foi prefeito de Joinville de 1973 a 1977, governador de Santa Catarina de 1987 a 1990 e deputado federal por dois mandatos (1971-1975 e 1979-1983) (COELHO; SOSSAI, 2015).

Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina. Para tanto, fora a criação do PPGH/UFSC e articulado a ele, houve a formalização do Projeto Perfil Social-Econômico de Santa Catarina com Base em Fontes Primárias, que, também sob sua coordenação, previa a implantação dos programas de pesquisa em história oral, história demográfica e indexação de documentação histórica (PIAZZA, 1982, p. 103).

Um dos primeiros alunos do Mestrado em História da UFSC foi Carlos Humberto Pederneiras Corrêa, que, em 1975, participou de um curso também ministrado pelo professor Browne promovido pela Fundação Getulio Vargas, em parceria com a Universidade Federal Fluminense. Foi nesse mesmo ano que o Programa de História Oral da UFSC teve início e, segundo Piazza (1982), as atividades envolveram planejamento, gravação, transcrição e indexação de entrevistas "da maior relevância para o estudo da história recente do país e da região" (PIAZZA, 1982, p. 104).

Em 1977, foi editado por Corrêa o Catálogo de História Oral da UFSC, reunindo informações sobre um acervo com 34 entrevistas realizadas com pessoas de várias regiões de Santa Catarina acerca de temas e episódios relacionados, entre outros, à colonização estrangeira do estado e aos arranjos políticos regionais e municipais. Contudo, observou Schütz (2015), de 1977 a 1985, dos 43 alunos e alunas que defenderam suas dissertações, "apenas duas alunas não contam com entrevistas de sua autoria armazenadas no Laboratório" (SCHÜTZ, 2015, p. 74). Entre elas, está Eneida Raquel de S. Thiago, professora que implantou com Dúnia Anjos de Freitas, em 1982, o LHO na então FFCL/JLLE.

Do nosso ponto de vista, essa ausência pode ser explicada não por falta da adesão dessas historiadoras ao Programa de História Oral da UFSC, sob coordenação de Corrêa. Ao contrário, com base nas atas de reuniões do Departamento de Ciências Sociais da FFCL/JLLE (1971; 1980a; 1980b; 1981), é possível vislumbrar o envolvimento de ambas num trabalho que pretendia criar e fortalecer uma rede entre pesquisadores e instituições envolvidos com a história oral. Alguns aspectos podem ser considerados como principais vetores dessa articulação.

Em primeiro lugar, é preciso destacar que os próprios professores Piazza e Corrêa eram docentes atuantes na criação (1968) e no funcionamento dos primeiros anos do curso de História da

FFCL/JLLE. Piazza foi até mesmo o primeiro a exercer a presidência do Departamento de Ciências Sociais. Conforme se constata pelas atas, eram esses professores que indicavam docentes recém-formados a assumirem cadeiras como assistentes no curso. Não é de se estranhar, por isso, a aproximação entre alguns docentes e atividades de pesquisa histórica da UFSC e da Furj até pelo menos meados da década de 1980. Para se ter uma ideia, ainda em 1971, Piazza criou o Centro de Estudos Históricos de Joinville, congregando alunos "para efetivação de trabalhos de História Regional" (FFCL/JLLE, 1971, p. 4). Entre os alunos matriculados nas primeiras turmas que posteriormente se envolveram com a pesquisa histórica e alguns com a história oral em âmbito estadual, destacam-se: Rufino Porfírio de Almeida e Edmundo Vegini, ingressantes na primeira turma daquele curso de História, Afonso Imhof (1969), Eneida Raquel de S. Thiago (1970) e Dúnia Anjos de Freitas (1971).

Em segundo lugar, em Santa Catarina, a configuração da própria rede de instituições de história oral foi possibilitada pelas articulações políticas entre dirigentes da UFSC, das instituições de ensino superior integrantes da Associação Catarinense das Fundações Educacionais (Acafe), do então Ministério da Educação e Cultura (MEC) e da Organização dos Estados Americanos (OEA). Mediante pesquisa nos acervos do Arquivo Central, do LHO e do Centro Memorial da Univille, podemos vislumbrar como isso teria ocorrido.

Em 18 de junho de 1980, Piazza encaminhou para Silvio Coelho dos Santos, à época professor do Departamento de História e pró-reitor de Pesquisa e Pós-Graduação da UFSC, um ofício (UFSC, 1980) informando que a OEA, por intermédio de seu escritório em Brasília (DF), havia aprovado o "Plano de Operações para a execução do Projeto Piloto de Centros Regionais de História Oral" (Projeto S68146/Brasil). Anexados a ele havia o aludido plano e outro documento assinado pelo secretário-geral interino do MEC, o catarinense Pedro Demo, informando que a Secretaria de Cooperação Internacional (Subin) também destinaria verba, a ser implementada no decorrer de 1980, para a implantação dos centros regionais de História Oral nas cidades catarinenses de Blumenau, Caçador, Chapecó, Joinville, Lages, Tubarão e Mafra (BRASIL, 1980b).

Conforme o plano enviado, a verba captada da OEA estava destinada à promoção de um curso de "capacitação de pessoal para dirigir a condução e o processamento de entrevistas" (BRASIL, 1980a, p. 2), bem como para "coordenar o arquivamento e a utilização do material colhido de acordo com os critérios internacionais aceitos" (BRASIL, 1980a, p. 2). O curso seria realizado na UFSC por 15 dias, e os participantes deveriam obrigatoriamente ser formados em História ou Ciências Sociais e possuir vínculo empregatício com as instituições de ensino superior a serem integradas, por meio de convênio, ao projeto. Como contrapartida nacional, a Subin/o MEC destinaria recursos para que a UFSC adquirisse equipamentos e material de consumo para a primeira etapa de atividades em seu *campus*[4].

Como sabemos, os centros regionais de História Oral somente foram concretizados graças à adesão de instituições de ensino vinculadas à Acafe. Nessa direção, Lauro Ribas Zimmer, reitor da Universidade do Estado de Santa Catarina (Udesc) e então presidente da Acafe, em julho de 1980, comunicou à direção da Furj que a entidade apoiaria a implantação dos referidos centros, destinando recursos para a aquisição de equipamentos necessários à constituição de laboratórios de História Oral em cada instituição. Ademais, solicitou uma manifestação formal da Furj quanto à aceitação do projeto e à indicação de candidato ao curso patrocinado pela OEA e que, num futuro próximo, assumiria a direção local do Centro Regional de História Oral. A contrapartida institucional para a adesão ao projeto consistia em "oferecer condições de trabalho ao [futuro] Diretor do Centro, tais como espaço físico exclusivo, datilógrafo e transcritor de textos" (ACAFE, 1980).

Poucos dias após o recebimento do ofício de Zimmer, o Departamento de Ciências Sociais da FFCL/JLLE indicou Dúnia de Freitas Toaldo para realizar o curso, conforme registrado em ata de departamento datada de 12 de agosto de 1980:

> O professor Afonso Imhof [chefe do Departamento de Ciências Sociais] leu o Projeto Regional de História Oral. O projeto visa a criação de Departamentos Regionais de História Oral nas

[4] A verba da OEA correspondia a USD 8.900 para cobertura de viagem e estadia dos 15 participantes e para contratação, por seis meses, de serviços de datilografia e de transcrição. A contrapartida nacional era equivalente a 20% do total captado da OEA (USD 1.246) (BRASIL, 1980a, p. 5).

> Fundações, devendo a fundação interessada enviar um professor licenciado em história para um treinamento de 16 dias em Florianópolis. Os presentes concordaram com a criação do Departamento e indicaram a professora Dúnia Toaldo para o treinamento em Florianópolis (FFCL/JLLE, 1980a, p. 37).

Além disso, segundo informações fornecidas pela professora Dúnia, ela já tinha participado de uma capacitação sobre história oral ministrada por Carlos Humberto Corrêa em Joinville, bem como realizado, em 1978, uma entrevista com o ex-prefeito Pedro Ivo Campos. Ainda que essa entrevista conste do acervo do LHO, as fitas, contendo seis horas de gravação, foram doadas ao LHO da UFSC, como se lê na própria transcrição do áudio gravado:

> Dúnia Anjos de Freitas: em primeiro lugar, gostaríamos de pedir que o senhor fizesse um "Termo de Doação" desta nossa entrevista, dizendo que o senhor faz doação das declarações que aqui fizer, para o Laboratório de História Oral da Universidade Federal de Santa Catarina de forma que, num futuro próximo, possa ser pesquisado por qualquer aluno que dele fizer uso e que vai servir de fonte histórica.
> Pedro Ivo Campos: devo inicialmente cumprimentar a UFSC e particularmente o Curso de Pós-Graduação de História, que, em convênio com a Furj, realizam em nossa cidade de Joinville o primeiro curso de pós-graduação[5]. Além da satisfação de poder prestar o meu depoimento a respeito das atividades das quais participei, tomei conhecimento e vivi. É sem dúvida alguma razão para uma satisfação muito grande. E sem dúvida alguma, procurarei expressar da maneira mais fidedigna os fatos que tomei conhecimento e que contribui para que se realizassem; *e da mesma maneira entrego este depoimento à nossa*

[5] Não foram localizados documentos acerca da realização desse curso de pós-graduação em Joinville. De acordo com a professora Dúnia, o curso mencionado pelo entrevistado é a capacitação ministrada por Corrêa. Dúnia contou ainda que teria ficado entusiasmada com a possibilidade de abrir um LHO na Furj, em cooperação com a UFSC.

> *Universidade Federal de Santa Catarina a fim de que possa servir como documento no futuro para aqueles que, querendo retratar a história hoje, colham ali dados e subsídios para estabelecer, juntamente com o depoimento de outras pessoas, a verdade dos fatos e o transcorrer da história* (CAMPOS, 1978, p. 1, grifo nosso).

Em que pese a citação suscitar debates sobre as práticas e os usos da história oral no período, a indicação de Freitas para participar do projeto dos centros regionais de História Oral ganhou colorações locais específicas. Após retornar do curso oferecido na UFSC, em reunião de colegiado, a docente assim expressou aos professores do Departamento de Ciências Sociais da FFCL/JLLE a situação do então Centro de História Oral:

> Tomando a palavra, a citada professora disse que no próximo ano estará funcionando o Centro de História Oral. Adiantou que já realizou duas entrevistas, e para o próximo ano já estão previstas entrevistas com todos os ex-prefeitos de Joinville, e uma campanha para divulgação do Centro (FFCL/JLLE, 1980b, p. 43).

Todavia, os planos poderiam ser frustrados, pois, mesmo tendo recebido "dois gravadores" eletrônicos, faltavam outros materiais prometidos, sobretudo as "fitas magnéticas" para gravação, bem como "condições financeiras internas para o empreendimento", principalmente para a contratação de serviços e adequação do espaço de tratamento e disponibilização das fontes produzidas (FFCL/JLLE, 1981, p. 48).

Em um texto recentemente publicado, a diretora-geral da Furj (1979-1982) Lúcia Margarida Currlin Japp salientou que a instituição passava por problemas que deveriam ser superados, de maneira especial a dependência de professores que vinham de Florianópolis (SC) e de Curitiba (PR) para ministrar disciplinas nos vários cursos de graduação, assim como a reduzida inserção social na comunidade regional. Após ser nomeada pelo prefeito Luiz Henrique da Silveira, Japp assumiu a direção-geral da Furj e iniciou um programa de estímulo para que os docentes locais realizassem cursos de especialização, mestrado

e doutorado tanto para cumprir as exigências de credenciamento permanente no Conselho Estadual de Educação de Santa Catarina como para submeter aos órgãos competentes o projeto para implantar a Universidade da Região Norte Catarinense. Quanto ao segundo problema, começou a desenvolver o Projeto Furj-Comunidade, elaborado por professores atuantes em várias áreas de conhecimento na instituição (JAPP, 2015).

No documento *A nova e a velha universidade*, espécie de manifesto preliminar do aludido projeto, são destacados os pontos críticos enfrentados pelas "universidades pequenas do Brasil" na década de 1970: "Pobreza de recursos financeiros; divórcio dos seus objetivos com respeito aos problemas que afligem as comunidades onde se situam; fraca capacidade de pesquisa; quase nenhuma capacidade de criação de ideias em proveito das comunidades onde se inserem" (FURJ, 1982a, p. 1).

Visando proteger "o patrimônio cultural e econômico de Joinville e região" e superar a "tendência centralizadora e mimetista do sistema político e econômico, desfigurando o passado de participação comunitária já existente" (FURJ, 1982b, p. 1), o Projeto Furj-Comunidade previa três grandes frentes de atuação pública: desenvolvimento cultural, melhoria da educação básica e superação da crise econômica que estava afetando a "saúde financeira da comunidade" (FURJ, 1982b, p. 1) – indústria, comércio, prefeitura e a própria Furj.

No âmbito desse projeto, as professoras Dúnia Anjos de Freitas e Eneida Raquel de S. Thiago foram incumbidas de elaborar e executar o denominado Sub-Projeto A – Cultural. A citação a seguir sinaliza tanto a tática utilizada pelas professoras para dar visibilidade à história oral em âmbito institucional quanto às expectativas depositadas no seu uso e em sua disseminação:

> A memória histórica da cidade precisa ser, não somente mantida, mas inserida no espírito do cidadão, promovendo sua continuidade. Contudo, as instalações do atual Arquivo Histórico Municipal não apresentam as mínimas condições de preservação, organização ou uso do acervo. A par disto, a comunidade joinvilense vem se pronunciando constantemente acerca do "problema" Arquivo Histórico. Somado a

> este problema, é grave a carência de registros documentais das tradições, uso e costumes locais, de fontes escritas que forneçam dados para a pesquisa histórica contemporânea (FURJ, 1982c, p. 4).

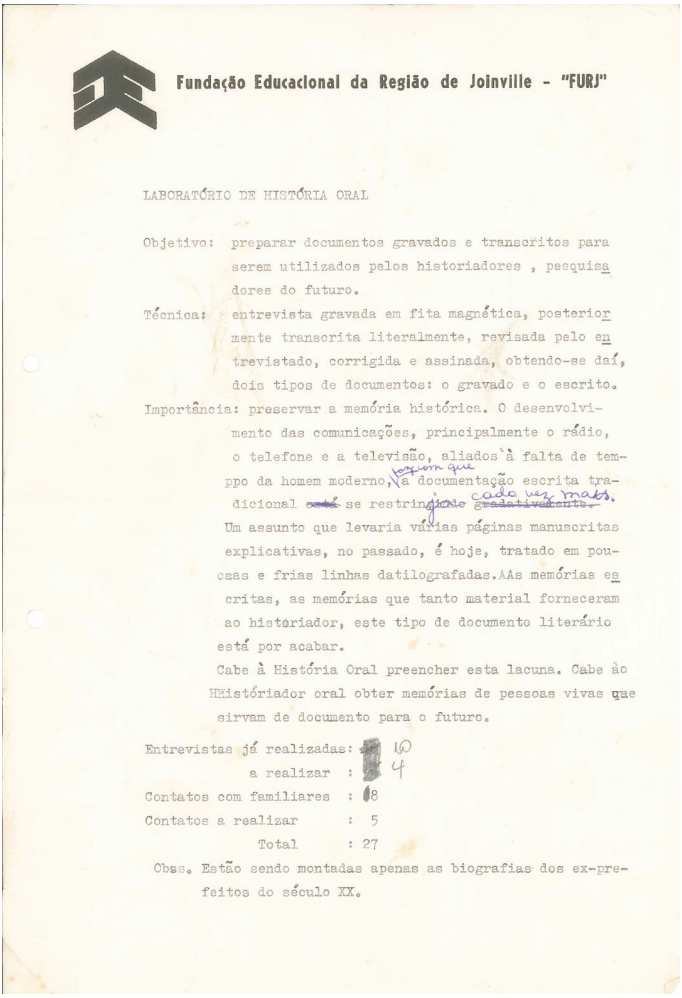
Nessa perspectiva, meses antes, tais professoras conceberam as seguintes *estratégias de atuação* para o referido subprojeto:

> - Incorporar o Arquivo Histórico Municipal ao projeto Furj – Comunidade, através de melhorias materiais;
> - Proporcionar à comunidade a preservação e continuidade de sua memória histórica;
> - Adotar métodos e técnicas de história oral, de modo a colher depoimentos diferenciados que conduzam à construção de um "Quadro Histórico" o mais próximo da realidade;
> - Participação efetiva da Furj no problema, através de execução de projetos de pesquisa nos âmbitos histórico-geográfico, econômico, social etc. (FURJ, 1981b).

Para que a Furj pudesse cumprir o papel de "preservação e comunicação da cultura" e "proporcionar à comunidade a preservação e continuidade de sua memória histórica", as professoras propunham a instalação formal do LHO, já intentada no Projeto Centros Regionais de História Oral, e a "microfilmagem de periódicos do acervo do Arquivo Público Municipal [atual Arquivo Histórico de Joinville]" (FURJ, 1982c, p. 5).

Especificamente em relação à constituição do LHO, em 1981, em um documento-rascunho, as professoras Dúnia e Eneida Raquel assim imaginaram o objetivo e a importância do novo espaço (Figura 1):

Figura 1 – Objetivo, técnica e importância do Laboratório de História Oral da Fundação Educacional da Região de Joinville, Joinville (SC)



Fundação Educacional da Região de Joinville - "FURJ"

LABORATÓRIO DE HISTÓRIA ORAL

Objetivo: preparar documentos gravados e transcritos para serem utilizados pelos historiadores , pesquisadores do futuro.

Técnica: entrevista gravada em fita magnética, posteriormente transcrita literalmente, revisada pelo entrevistado, corrigida e assinada, obtendo-se daí, dois tipos de documentos: o gravado e o escrito.

Importância: preservar a memória histórica. O desenvolvimento das comunicações, principalmente o rádio, o telefone e a televisão, aliados à falta de tempo da homem moderno, vem que a documentação escrita tradicional ~~está~~ se restringindo cada vez mais. ~~gradativamente.~~ Um assunto que levaria várias páginas manuscritas explicativas, no passado, é hoje, tratado em poucas e frias linhas datilografadas. As memórias escritas, as memórias que tanto material forneceram ao historiador, este tipo de documento literário está por acabar.

Cabe à História Oral preencher esta lacuna. Cabe ao historiador oral obter memórias de pessoas vivas que sirvam de documento para o futuro.

Entrevistas já realizadas: 10
a realizar : 4
Contatos com familiares : 8
Contatos a realizar : 5
Total : 27

Obs. Estão sendo montadas apenas as biografias dos ex-prefeitos do século XX.

Fonte: Fundação Educacional da Região de Joinville (1981a)

Com a intenção de ressaltar o vertiginoso apoio que o LHO prestava à execução do Subprojeto A – Cultural do Furj-Comunidade, em documento datado de 23 de outubro de 1982, assinado por ambas, Dúnia e Eneida Raquel informaram à direção da Furj o conjunto das

atividades empreendidas no laboratório desde o primeiro mês de sua formalização na instituição, isto é, março de 1982. Ainda que extenso, em continuidade, transcrevemos a íntegra do documento, dada a sua relevância histórica, especialmente para as comemorações dos 40 anos do LHO:

> INSTALAÇÃO DO LABORATÓRIO DE HISTÓRIA ORAL
> Para iniciarmos as atividades de implantação do Laboratório de História Oral elaboramos um projeto de HISTÓRIA DAS ADMINISTRAÇÕES PÚBLICAS em Joinville, envolvendo o ESTUDO DA VIDA DOS PREFEITOS, em virtude da falta de documentação escrita que nos elucide sobre as atividades dos mesmos.
> O nosso trabalho consiste em entrevistas gravadas em fitas magnéticas, posteriormente transcritas literalmente, revisadas pelos entrevistados, corrigida e assinada, obtendo-se daí dois tipos de documentos: o gravado e o escrito.
> Desde o dia 12 de abril até a presente data [23/10/1982], temos realizado os seguintes trabalhos:
> 1) Transcrição da entrevista realizada no dia 06 de março de 1982 (já prevendo a instalação do L.H.O. da Furj), com o Sr. Aristides Largura, prefeito de Joinville no período de 1936/1937, com 3 horas e meia de duração (4 fitas magnéticas). A mesma foi enviada ao entrevistado para as devidas correções, no dia 13 de julho e nos foi devolvida, no final de agosto. Já está sendo datilografada para que o entrevistado possa assiná-la.
> 2) 28/04/1982 – Entrevista com o Sr. Álvaro Maia, prefeito interino por várias vezes na gestão Dr. Arnaldo Moreira Douat, nos períodos de 15 de maio a 16 de junho de 1944, de 1.º de dezembro de 1944 a 2 de janeiro de 1945, de 1.º de maio a 2 de junho de 1945, de 6 de julho a 8 de agosto de 1945 e de 1.º de outubro a 20 de outubro de 1945, com duas horas de duração (2 fitas magnéticas). A entrevista já foi transcrita literalmente, revisada pelo entrevistado, corrigida e assinada. O Sr. Álvaro doou ainda ao Laboratório de História Oral da Furj duas fotos suas e vários documentos referentes

às nomeações aos cargos públicos.
3) 05/05/1982 – Entrevista realizada com o Sr. Arlindo Pereira de Macedo com 4 horas de duração (4 fitas). O Sr. Arlindo foi prefeito no período de 1946/1947. Fez doação de vários documentos referentes às nomeações aos cargos públicos.
4) 11/5/1982 – Entrevista realizada com o Dr. João Acácio Gomes de Oliveira, com duas horas de duração (2 fitas magnéticas). O Dr. João Acácio foi prefeito no ano de 1933. A entrevista já foi transcrita literalmente, revisada pelo entrevistado, corrigida e assinada.
5) 25/05/1982 – Entrevista realizada com o Sr. Geraldo Wetzel, com duas horas de duração (2 fitas magnéticas). O Sr. Geraldo foi prefeito no ano de 1947, por seis meses. Fez a doação de alguns recortes de jornais referentes à sua atuação como Secretário da Fazenda em Santa Catarina, no ano de 1962.
6) 05/07/1982 – Entrevista realizada com o Dr. Harald Karmann, com 3 horas de duração (3 fitas magnéticas). O Dr. Karmann foi prefeito no período 1970/1972. A transcrição literal já foi efetuada. No momento está sendo datilografada.
7) Incorporamos ao Projeto a entrevista com o Cel. Pedro Ivo Figueiredo de Campos, realizada em 1978, com 6 horas de duração. O Cel. Pedro Ivo foi prefeito no período de 1973/1976. A entrevista já foi transcrita literalmente, revisada pelo entrevistado, corrigida e assinada.
Esclarecemos que para obtermos os dados necessários às biografias dos ex-prefeitos falecidos temos mantido contato com familiares ou conhecidos dos mesmos. Assim, passamos a relatar os contatos mantidos até a presente data.
1) Recebemos da Família do Sr. Arnaldo Moreira Douat, prefeito no período de 1940/1945, currículo deste ex-prefeito, bem como um trabalho realizado por seus familiares: "História da Família Douat nos negócios e na Comunidade de Joinville", no dia 31 de maio de 1982.
2) Dia 05 de junho de 1982, recebemos da Sra. Norma Lobo, por solicitação nossa, currículo do Sr. Marinho de Souza Lobo, prefeito no período de 1922/1926.

> 3) Entramos em contato com os familiares do Sr. Joaquim Wolff, prefeito de Joinville no período de 1938/1939. O Dr. Airton Wolff, filho do ex-prefeito, residente em Curitiba, gentilmente nos cedeu dados biográficos, além de fotos e atestado de óbito do mesmo.
> 4) Conseguimos através do Dr. Harald Karmann o currículo do Sr. Nabor de Lima Monteiro, prefeito no período de 1929/1940.
> 5) 19/10/1982 – Entrevista realizada com a Sra. Rose Marie Colin Storrer, que fez um depoimento sobre o senhor seu pai, Dr. João Colin, prefeito nos períodos de 1947/48/1950 e 1956/1957. A entrevista teve a duração de duas horas (2 fitas magnéticas). Doou 16 fotos onde aparece o Dr. João Colin em várias solenidades de cunho político, e recortes de jornais, que falam da sua administração pública.
> Finalmente, os alunos do 3.º ano de História, do ano letivo de 1982, estão realizando pesquisas no Arquivo Histórico Municipal, nos jornais antigos, para levantamento de dados que possam nos ajudar na complementação das biografias que ora tentamos realizar.
> Obs.: O cronograma de execução das atividades acima realizadas segue anexo (FURJ, 1982d).

Portanto, ao que as fontes indicam, o esforço das duas professoras parecia ser demonstrar à gestão da Furj que, mesmo tendo sido recentemente criado, o laboratório já se encontrava em pleno funcionamento e que elas estavam coordenando um projeto cujas ações cruzavam entre si ensino, pesquisa e extensão, ações estas que, supostamente, enfrentavam demandas histórico-culturais emergentes do presente de Joinville, assim como garantiam a produção e a preservação de fontes indispensáveis para uma futura história do munícipio.

Quanto à microfilmagem de periódicos do Arquivo Histórico de Joinville, em um documento complementar também datado de 23 de outubro de 1982, a professora Eneida Raquel destacava que, finalmente, havia sido assinado o convênio com a UFSC para a Indexação de Documentação Histórica do Município, integrado ao Plano Nacional de Microfilmagens de Periódicos Brasileiros, sob coordenação geral da

Fundação Casa de Rui Barbosa, do Rio de Janeiro (RJ). À época, fez-se a opção de iniciar as "atividades de microfilmagem" pelas "coleções únicas", particularmente pelo "periódico 'Kolonie Zeitung', fundado em 1862" (FURJ, 1982e). Segundo relato da professora Eneida, essa opção gerou alguns desconfortos entre os funcionários do "Arquivo Público Municipal", de maneira especial à historiadora autodidata Elly Herkenhoff[6] (*apud* FURJ, 1982e). Conta-nos a citada professora:

> No dia 16 de junho estivemos em Florianópolis a fim de, na Universidade Federal de Santa Catarina, inteirarmo-nos da qualidade e dos mecanismos de microfilmagens daquela instituição, que, de acordo com o Convênio, executará este trabalho para a Furj.
> No mês de julho foram feitos os primeiros contatos com os funcionários do Arquivo Público Municipal, em especial com a Sra. Elly Herkenhoff já idosa, pesquisadora e que dedica a maior parte do seu tempo aos trabalhos do Arquivo. Como já prevíamos, o Convênio encontrou certa resistência por parte desta senhora, em virtude do zelo que tem pelos documentos com os quais trabalha. Sabedores do fato, nosso empenho inicial desviou-se da concretização do Projeto propriamente dito e concentrou-se na tarefa de conquistarmos sua confiança e amizade, o que consideramos fundamental. Afinal, o Projeto visa à integração da Furj com a comunidade. Tais melindres justificam-se pelo seguinte:
> a) A coleção escolhida, "Kolonie Zeitung", é "venerada", com justa razão, pelas pessoas mais idosas, principalmente as alemãs ou de origem, que vêm neste periódico um símbolo ou reminiscências do seu próprio passado.

[6] Nascida em Joinville, em 1906, Elly Herkenhoff "dedicou grande parte de sua vida à pesquisa da história de Joinville e ao estudo da [...] contribuição que a imigração alemã trouxe ao desenvolvimento do Brasil". Em conjunto com sua irmã, Rosa Herkenhoff, elaborou o "Método Roselly, direcionado para a alfabetização de adultos e ensino da língua alemã" (ACADEMIA JOINVILENSE, 2019). Como escritora, publicou centenas de ensaios, crônicas, contos e poesias. Entre os seus livros, destacam-se: *Famílias brasileiras de origem germânica* (1975, em parceria com Maria Teresa Elisa Böbel), *Joinville: ontem e hoje* (1981), *Joinville: nossos prefeitos (1869-1903)* (1984), *Era uma vez um simples caminho...* (1987), *Joinville: nosso teatro amador (1858-1938)* (1989) e *História da imprensa de Joinville* (1998) (HUBER, 2008).

> b) Para a microfilmagem, faz-se necessária a desencadernação dos periódicos, o que causa receio, por parte destas pessoas, de que sejam danificados. Assim, tivemos que aguardar que a ideia da microfilmagem fosse absorvida naturalmente, sem qualquer imposição da nossa parte, por entendermos ser esta a melhor política. E parece-nos que o foi, pois, embora tenha atrasado a nossa atividade, conseguimos o almejado clima de confiança e de colaboração mútua (*apud* FURJ, 1982e).

O almejado clima de confiança parece ter sido conseguido a duras penas. Inicialmente, foi realizada uma visita técnica à Fundação Hermann Hering, em Blumenau, com o objetivo de "buscar mais informações sobre microfilmagens", uma vez que a entidade já "há dois anos" mantinha "convênio com a UFSC" para "microfilmagem do seu jornal 'Blumenauer Zeitung'" (FURJ, 1982e). A visita foi efetuada em 15 de setembro de 1982 e, na oportunidade, Eneida Raquel foi recebida por "Suely Vanzuita Petry, coordenadora dos trabalhos daquela Fundação junto ao Plano Nacional de Microfilmagem de Periódicos Brasileiros" (FURJ, 1982e). De acordo com Eneida Raquel, Suely havia frequentado um "curso de preparação de documentos para microfilmagens na Fundação Casa Rui Barbosa (Rio de Janeiro) e nos repassou informações e técnicas obtidas no curso, o que nos foi de grande valia" (*apud* FURJ, 1982e).

Ainda que a visita técnica à Fundação Hermann Hering tenha sido positiva, outra estratégia de Eneida Raquel parece ter sido mais eficaz para a construção de um clima de confiança e o desenvolvimento com maior tranquilidade dos trabalhos de microfilmagem: uma visita de funcionários do Arquivo Público Municipal ao Departamento de Microfilmagem da UFSC, conforme exposto a seguir:

> A fim de proporcionarmos maior tranquilidade aos funcionários do Arquivo quanto ao tratamento que os documentos em questão receberão no processo de microfilmagem, na UFSC, convidamos a Sra. Elly Herkenhoff para uma visita técnica àquela Universidade, no Departamento de Microfilmagem. Impedida de viajar, D. Elly

> indicou a funcionária professora Sarah Isabel Gomes d'Oliveira, que aceitou o convite. No dia 22 de setembro [de 1982], pois, estivemos em Florianópolis, no Departamento de Microfilmagem da UFSC, onde pudemos verificar e demonstrar aos funcionários do Arquivo, através da professora Sarah, a seriedade com que são encarados os trabalhos de microfilmagens na UFSC.
> Assim, tivemos condições para introduzir, no Arquivo, o Auxiliar de Pesquisa previsto no Projeto e que, desde o dia 25 de setembro último, vem elaborando os espelhos dos jornais a serem microfilmados (FURJ, 1982e).

Diante do panorama que apresentamos, podemos compreender como a história do LHO está imbricada com a história da constituição, desde a década de 1970, de uma rede de pesquisadores e instituições que foram mobilizados para fomentar a história oral no país e, de maneira especial, em Santa Catarina.

Nesse âmbito, à história oral fora atribuído papel de destaque, pois, ainda que produzida em âmbito internacional, era uma fonte que correspondia a "um material virgem para ser utilizado posteriormente" (CORRÊA, 1977, p. 15). Insinua-se nessas palavras de Corrêa (1977) o quão se corroborava a crença da importância de imparcialidade e de relativo distanciamento temporal do historiador com seu objeto de pesquisa. Aliás, a esse respeito, Corrêa, no depoimento que fez a Santhiago (2015), lembrou-se das dificuldades iniciais para convencer as pessoas a cederem entrevistas, principalmente porque se vivia um clima político bastante tenso. Disse ele: "Todo mundo ficava com medo de falar! Até que a gente convencesse a pessoa de que não tinha nada de política, não tinha nada de... Mesmo assim foi um problema muito grande" (*apud* SANTHIAGO, 2015, p. 230).

As palavras de Corrêa remetem-nos às tensas relações entre memória e história que atravessaram a trajetória do LHO. Num primeiro momento, a história oral foi tomada como território próprio dos historiadores. A eles cabiam tanto a produção quanto o uso das fontes orais, pois se supunha que eram os profissionais aptos e credenciados para garantir o estatuto científico da fonte e do que poderia se extrair dela.

No decorrer dos anos 1980, contudo, nos relatórios de atividades do LHO, pode-se constatar a atribuição de novos sentidos à história oral, tais como "valorizar e resgatar a nossa memória" e "auxiliar as populações das comunidades [locais] a manter sua identidade cultural, bem como conscientizá-las da necessidade de preservá-la através de uma atitude participativa" (FURJ, 1984, p. 1).

Em 1986, foi desenvolvido o Projeto Furj-Comunidade 2.ª Etapa: Resgate da Memória da Imigração Alemã na Região de Joinville, que previa como resultado uma coleção de "entrevistas gravadas de acordo com a técnica de história oral" que servissem de material didático para uso curricular do ensino de 1.ª a 8.ª série e para "estimular a preservação de monumentos arquitetônicos" e da "arte alemã da região" (FURJ, 1986, p. 28).

Ainda que o acervo do LHO continuasse a ser enriquecido por meio de investigações vinculadas a dissertações e teses desenvolvidas por historiadores, na sua institucionalidade, o aludido projeto promovia uma espécie de equivalência entre memórias narradas e conhecimento histórico. Além de suscitar equívocos problemáticos do ponto de vista teórico-metodológico, cabe-nos perguntar se tal equivalência não poderia ser tomada como um indício de preocupação e desejo do LHO, por parte daqueles que estavam à sua frente, de ampliar os públicos da história oral, bem como responder às novas demandas que se abriam para os historiadores e para a história do presente.

O Laboratório de História Oral da Univille e a pandemia de Covid-19: perspectivas de presente, direcionamentos de futuro

Os últimos anos foram extremamente desafiadores para a comunidade científica de Santa Catarina. De maneira especial para os praticantes da história oral, 2020 e 2021 serão anos indeléveis; eles ficarão marcados tanto na trajetória dessa metodologia quanto nas suas práticas acadêmicas.

De fato, as dificuldades impostas por uma pandemia nunca antes vivida – e cujos efeitos foram aumentados pela má gestão do Ministério da Saúde e pela sobrecarga do sistema público de saúde de nosso país – exigiram de docentes, discentes, pesquisadores e profissionais de espaços

de memória encontrar soluções criativas para a produção e o avanço do conhecimento em história oral no Brasil e em Santa Catarina.

Além disso, é importante dizer que, em suas atividades de ensino, pesquisa, extensão e gestão em história oral, os praticantes da referida metodologia, sobretudo os historiadores, viram-se premidos por silêncios, memórias traumáticas, narrativas de dor e desespero que revelavam visões desesperançosas do futuro, muitas vezes construídas com base em vivências de um presente no qual a pandemia de Covid-19 violentamente ceifava as vidas das pessoas.

Como fazer história oral em um tempo tão doloroso? Como interagir com as pessoas e registrar suas histórias de vida em um momento de tragédia sanitária global? Como abordar pessoas enlutadas e dialogar com elas pelas suas diferentes experiências pandêmicas? Os praticantes da história oral deveriam ou não estimular a produção – e gravar em áudio e vídeo – histórias de vida externadas por pessoas vitimadas tanto pelo novo coronavírus quanto pelos efeitos sociais decorrentes de uma pandemia tão violenta? Para além do que é imposto por marcos normativos relativos à produção de pesquisas em ciências humanas e sociais (BRASIL, 2016), quais procedimentos éticos deveriam ser adotados na prática da história oral com indivíduos que sofreram uma sucessão de eventos traumáticos nos anos de 2020 e 2021?

Nesse contexto, as atividades do LHO da Univille foram fortemente impactadas. De certo modo, as dificuldades na execução das ações do laboratório se sintonizam com os desafios emergentes do contexto pandêmico vivenciado no Brasil, em geral, e pela cidade de Joinville, de maneira particular.

Como região mais populosa do estado de Santa Catarina e município sede do LHO, as "604.708 pessoas" de Joinville não passaram incólumes os dois anos da pandemia (IBGE, 2021). Aliás, é fato bastante conhecido que, com o objetivo de regular questões sociais "relacionadas à doença infecciosa viral respiratória Covid-19, provocada pelo agente Novo Coronavírus (Sars-CoV-2)" (JOINVILLE, 2020), entre março de 2020 e dezembro de 2021, a Prefeitura de Joinville expediu 98 "atos oficiais" (JOINVILLE, 2020), muitos dos quais acompanhavam as determinações de marcos normativos estaduais, nacionais e internacionais da área da saúde[7]. À sua maneira, tais atos

[7] A íntegra dos atos encontra-se disponível em: https://www.joinville.sc.gov.br/publicacoes/atos-oficiais-coronavirus-municipio-de-joinville/. Acesso em: 10 dez. 2021.

corporificaram diferentes perspectivas a respeito de quais protocolos de biossegurança deveriam ser seguidos para a adequada proteção dos cidadãos joinvilenses diante da vertiginosa expansão do coronavírus e/ou de suas mutações.

Em termos materiais, esses atos impuseram medidas que, direta ou indiretamente, incidiram sobre o cotidiano das pessoas, exigindo-lhes, por exemplo, o uso de máscaras e do álcool em gel para higienização das mãos e de superfícies de contato interpessoal, o distanciamento social, o isolamento domiciliar em casos de infecção pelo Sars-CoV-2, a suspensão (ora parcial, ora total) da oferta de transporte coletivo, o *autolockdown* e a proibição da realização, em "fluxo normal e contínuo" (SANTA CATARINA, 2021), de qualquer tipo de evento social presencial, medida esta que durou de março de 2020 até outubro de 2021.

Nessa direção, é importante lembrar que o conjunto daqueles 98 atos oficiais muito contribuiu para a elaboração e expedição de numerosas versões do *Protocolo de biossegurança* para trabalhos acadêmicos na Univille, a instituição universitária que abriga o LHO, sua equipe e seu acervo (UNIVILLE, 2021b). Também, em virtude do permanente *status* gravíssimo da pandemia de Covid-19 na cidade de Joinville, a universidade criou regramentos para a oferta de atividades de ensino, pesquisa e extensão em seus *campi*, além de endossar e respeitar a proibição governamental de não realizar atividades educacionais presenciais no interior das fronteiras do município.

O cenário caracterizado nos parágrafos anteriores gerou dificuldades hercúleas à execução das ações de história oral que a equipe do LHO havia planejado para os anos de 2020 e 2021. Tentando enfrentá-las de maneira qualitativa, em consenso, tal equipe concluiu que a melhor opção para o desenvolvimento de suas atividades seria a adoção das modalidades de trabalho *on-line* e híbrido.

Sendo assim, em um primeiro momento[8], virtualizaram-se todas as atividades que diziam respeito à missão e aos objetivos do LHO, tais como a promoção de grupos de estudo, a consulta ao seu acervo, o atendimento a pessoas das comunidades interna e externa à universidade, a produção de materiais didáticos, a difusão do conjunto do patrimônio audiovisual custodiado pelo laboratório, o apoio a

[8] De abril de 2020 a julho de 2021, fazendo uso da plataforma Microsoft Teams.

projetos de ensino, pesquisa e/ou extensão[9], o suporte às atividades pedagógicas de cursos de graduação e pós-graduação associados ao LHO, entre outras[10] (UNIVILLE, 2021b; 2022). Nesse período, foram interrompidos, ora parcialmente, ora integralmente, os trabalhos de processamento técnico de fontes integrantes do acervo do laboratório, isto é, as corretas identificação, higienização, conservação e catalogação de entrevistas de história oral e de seus documentos conexos, tomando como referência os procedimentos operacionais padrão do LHO.

Ainda que a virtualização tenha sido uma estratégia que visava mitigar as limitações pandêmicas impostas ao LHO e à sua equipe, da perspectiva dos estudantes, ela não se mostrou exitosa em certas vivências do laboratório, sobretudo no ano de 2020. A seguir, transcrevemos algumas das falas dos discentes que, na qualidade de bolsistas ou voluntários, à época, estavam vinculados ao LHO. Entre outras percepções, as falas deixam ver os obstáculos que tiveram de superar ao desenvolverem suas atividades laboratoriais:

- A falta ou a perda de contato com alguns colegas bolsistas do laboratório.
- A falta do contato direto com o acervo interfere na acessibilidade às informações.
- Queda de rendimento, perda de foco.
- Dificuldade em definir um turno homogêneo para desenvolvimento dos trabalhos (problema persistente).
- Falta de contato e das comemorações com os colegas.
- Maior tempo em frente aos aparelhos eletrônicos.
- A realização apenas de trabalhos mais teóricos, visto que na rotina do laboratório sempre fazíamos trabalhos práticos também.

[9] A título de exemplo, citamos apenas alguns dos projetos apoiados pela equipe do LHO. Todos são coordenados por docentes vinculados a cursos de graduação e/ou pós-graduação da Univille: "História Oral na Educação Básica e na Formação de Professores", "Memórias da Cidade e Experiências Sociais na Pandemia (Covid-19)", "Narrativas (Auto)Biográficas e Patrimônio Cultural: a Identificação Diante da Vulnerabilidade do Outro", "Patrimônio Cultural: entre Redes e Enredos" e "Pelos Bastidores da Unesco: a Construção de Consenso em Torno de Bens Considerados Patrimônios Mundiais (1970-2020)".

[10] Algumas das ações empreendidas no período aludido foram divulgadas nas redes sociais do LHO, disponíveis em: https://www.instagram.com/lho.univille/. Acesso em: 22 abr. 2022.

> • Como bolsista nova, um dos pontos negativos foi não conseguir ter um acompanhamento de perto. Não consigo ter uma noção de todos os acervos que temos presencialmente no LHO [...]. Desta forma, não faço trabalhos técnicos presenciais que estava animada para fazer. Com a virtualização, às vezes, há perdas de informações, tendo também, problemas técnicos quanto ao acesso à internet e acesso à plataforma para acessar o Teams. Como no meu caso, que compartilho o computador com meu pai, muitas vezes não tenho acesso ao computador, e participo das reuniões via celular.
> • Do meu ponto de vista, a virtualização é difícil porque nos obriga a trabalharmos à distância. É péssimo produzir alguma coisa, ou trabalhar em um projeto em parceria com alguém que você não pode nem ver. Fora a quantidade de *e-mails* que poderiam ser só uma conversa de cinco minutos na hora do café.
> • A ausência do ambiente rotineiro de trabalho, que é uma das partes mais legais do cotidiano laboratorial [é o] que eu mais sinto falta (mesmo que não tenha chegado a vivenciar isso no LHO efetivamente). A falta das atividades presenciais, e o respectivo acompanhamento de perto, dá uma certa sensação de dispersão [...], especialmente porque estou começando no LHO (UNIVILLE, 2021b, p. 17).

Como se pode depreender das falas, um dos efeitos da pandemia de Covid-19 foi ter infligido a descontinuidade na jornada de formação de bolsistas e voluntários vinculados ao LHO. Em termos educacionais, o conjunto de trabalhos laboratoriais realizados pelos estudantes, sob orientação e supervisão docente, via de regra, lhes oportuniza uma experiência de formação que é impossível de ser reproduzida em meio virtual, tampouco poderá ser propiciada a qualquer estudante mesmo que façamos uso intensivo de toda a sorte de máquinas digitais. Ainda que tenhamos procurado adaptar as atividades de história oral do LHO a certas contingências contemporâneas, no intuito de facilitar o acesso *on-line*, a distância, a numerosos documentos de interesse histórico, as relações interpessoais – rosto a rosto, com os colegas, professores,

pesquisadores e pessoas da comunidade – e o trabalho técnico (físico-concreto) com fontes de história oral que têm décadas de existência são elementos orgânicos às práticas empreendidas no e por intermédio do LHO da Univille.

Em um segundo momento[11], foi adotada a modalidade de trabalho híbrido, valendo-se da estratégia de rodízio para tentar assegurar um número reduzido e controlado de pessoas nas dependências do laboratório. Tal estratégia mostrou-se adequada em diversos aspectos, especialmente para a retomada do processamento técnico da documentação de história oral custodiada pelo LHO, contudo o regime híbrido fez-nos perceber com maior clareza que, em geral, "não somente o acesso, mas o uso e a fruição dos bens que integram o conjunto dos patrimônios digital e audiovisual historicamente" produzido e salvaguardado pelo laboratório, por vezes, se restringem a "grupos sociais urbanos, escolarizados, providos de serviços de eletricidade e com boas condições de conectividade em seu ambiente doméstico" (SOSSAI *et al.*, 2021, p. 71). No estado de Santa Catarina, isso significa o usufruto do acervo do LHO por pessoas de uma "classe média formalmente educada e, muitas vezes, com acesso ao ensino superior" (SOSSAI *et al.*, 2021, p. 71).

Foi então no transcurso de nossas atividades híbridas que se revelou com riqueza de detalhes um dos principais desafios de presente e de futuro do LHO: como podemos promover o acesso de "pessoas e grupos que, historicamente, tiveram dificuldades para se constituir como usufrutuários dos patrimônios digital e audiovisual" (SOSSAI *et al.*, 2021, p. 72) custodiados por docentes, discentes e investigadores ligados ao LHO? Em outros termos, de fato, como podemos oportunizar a fruição do acervo de nosso laboratório a pessoas e grupos que, ao compartilharem conosco suas narrativas e histórias de vida, tornaram possível a própria constituição dos citados patrimônios?

Seguramente, o enfrentamento dessas questões vai contribuir para que nossos interlocutores (pessoas da comunidade, profissionais de espaços de memória, pesquisadores, docentes, estudantes) se empoderem *no* e *por meio* do conhecimento da história oral, para que possamos redimensionar as perspectivas de presente e os direcionamentos de futuro do LHO da Univille.

[11] De julho a dezembro de 2021.

Considerações finais

Levando em conta uma trajetória de quatro décadas de existência e as experiências que acumulamos durante o contexto pandêmico de Covid-19, encerramos este capítulo argumentando acerca da pertinência dos coletivos de história oral para (re)pensarmos o papel das universidades nas sociedades contemporâneas. Defendemos que a construção de mais espaços dialógicos, colaborativos e compartilhados de história oral poderia contribuir para que as universidades se sintonizassem, de maneira ainda mais ativa, à vida cotidiana de pessoas e grupos sociais envolvidos com suas diferentes áreas de conhecimento e atuação (ensino, pesquisa, extensão etc.).

Na nossa visão, não se trata de reivindicar a prática da história oral nem a construção de universidades pela lógica de discursos neoliberais, utilitaristas e pragmáticos, muitos dos quais dimensionam a qualidade da educação com base na *performance* das instituições de ensino superior numa sociedade do conhecimento que assume a forma do competitivo mercado global do conhecimento (BALL, 2014). Longe disso, concordamos com a historiadora Mercedes Vilanova (2001) quando diz que a história oral, ou melhor, os acervos produzidos com base nos marcos teórico-metodológicos da história oral, materializa a "necessidade de dialogar com o outro para ser e para conhecer" (VILANOVA, 2001, p. 160). Ou seja, a "fonte de história oral" expressa concretamente o imperativo do "diálogo" ao construirmos o mundo que compartilhamos uns com os outros (VILANOVA, 2001, p. 160).

Na esteira dessa perspectiva, acreditamos que, em âmbito universitário, os coletivos de história oral e os seus acervos podem potencializar o intercâmbio de diferentes histórias sobre o passado e o presente de pessoas e sociedades. Tais histórias animam-nos a pensar, na duração, alguns dos problemas que nos são comuns, empurrando-nos para a reflexão sobre como funcionam tanto a história como a memória em determinado contexto, questionando-nos para quem e para que servem as narrativas de passado que produzimos.

Cremos que aí reside parte da potência dos coletivos de história oral para as universidades contemporâneas: eles podem figurar como uma plataforma pela qual dialogamos e impulsionamos a construção de novas histórias do presente e do futuro.

Referências

ACADEMIA JOINVILENSE. **Elly Herkenhoff**. Joinville: Academia Joinvilense, 14 jan. 2019. Disponível em: https://academiajoinvilense.com.br/elly-herkenhoff/. Acesso em: 9 dez. 2021.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE HISTÓRIA ORAL (ABHO). **Estatuto**. Rio de Janeiro: ABHO. Disponível em: https://www.historiaoral.org.br/estatuto. Acesso em: 10 dez. 2021.

ASSOCIAÇÃO CATARINENSE DAS FUNDAÇÕES EDUCACIONAIS (ACAFE). **Ofício n.º 1.448/80, enviado por Lauro Ribas Zimmer a Lúcia Margarida Currlin Japp**. Florianópolis: Associação Catarinense das Fundações Educacionais, 30 jul. 1980. Acervo do Laboratório de História Oral.

BALL, Stephen J. **Educação global S.A.:** novas redes de políticas e o imaginário neoliberal. Tradução: Janete Bridon. Ponta Grossa: Editora da UEPG, 2014.

BRASIL. Conselho Nacional de Saúde. **Resolução n.º 510, de 7 de abril de 2016:** dispõe sobre as normas aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas e Sociais. Brasília: Conselho Nacional de Saúde, 2016.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Universidade Federal de Santa Catarina. Centro de Ciências Humanas. Curso de Pós-Graduação em História. **Programa piloto para a criação de Centros Regionais de História Oral de Santa Catarina-Brasil**. Florianópolis: Ministério da Educação e Cultura, 6 abr. 1980a. Acervo do Laboratório de História Oral.

BRASIL. Serviço Público Federal. Ministério da Educação e Cultura. **Ofício MEC/SEG/Seai/Codam, enviado por Pedro Demo a Walter F. Piazza**. Brasília: Ministério da Educação e Cultura, 1980b. Acervo do Laboratório de História Oral.

CAMPOS, Pedro Ivo. **Pedro Ivo Campos:** entrevista [21 jul. 1978]. Entrevistadora: Dúnia Anjos de Freitas. Joinville, 21 jul. 1978. Acervo do Laboratório de História Oral.

COELHO, Ilanil; SOSSAI, Fernando Cesar. Aproximações entre história pública e história oral: o caso do Laboratório de História Oral da Univille. **Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 8, n. 19, p. 96-129, 2016.

COELHO, Ilanil; SOSSAI, Fernando Cesar (org.). **Univille:** 50 anos de ensino superior em Joinville e região (1965-2015). Joinville: Editora Univille, 2015.

CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS (CONARQ). **Laboratório de História Oral da Universidade da Região de Joinville (LHO/Univille)**. Rio de Janeiro: Conarq, 17 jun. 2021. Disponível em: https://www.gov.br/conarq/pt-br/servicos-1/consulta-as-entidades-custodiadoras-de-acervos-arquivisticos-cadastradas/entidades-custodiadoras-no-estado-de-santa-catarina/laboratorio-de-historia-oral-da-universidade-da-regiao-de-joinville-lho-univille. Acesso em: 10 dez. 2021.

CORRÊA, Carlos Humberto Pederneiras. **O documento de história oral como fonte histórica:** uma experiência brasileira. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1977.

FACULDADE DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS E LETRAS DE JOINVILLE (FFCL/JLLE). Departamento de Ciências Sociais. **Ata n.º 5:** Joinville, 29 de março de 1971. Joinville: Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Joinville, 1971. Acervo do Centro Memorial da Universidade da Região de Joinville (Univille).

FACULDADE DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS E LETRAS DE JOINVILLE (FFCL/JLLE). Departamento de Ciências Sociais. **Ata n.º 33:** Joinville, 12 de agosto de 1980. Joinville: Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Joinville, 1980a. Acervo do Centro Memorial da Universidade da Região de Joinville (Univille).

FACULDADE DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS E LETRAS DE JOINVILLE (FFCL/JLLE). Departamento de Ciências Sociais. **Ata n.º 37:** Joinville, 2 de dezembro de 1980. Joinville: Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Joinville, 1980b. Acervo do Centro Memorial da Universidade da Região de Joinville (Univille).

FACULDADE DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS E LETRAS DE JOINVILLE (FFCL/JLLE). Departamento de Ciências Sociais. **Ata n.º 43:** Joinville, 17 de setembro de 1981. Joinville: Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Joinville, 1981. Acervo do Centro Memorial da Universidade da Região de Joinville (Univille).

FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DA REGIÃO DE JOINVILLE (FURJ). **A nova e a velha universidade:** o Projeto Furj-Comunidade em Joinville. Joinville: Furj, 1982a. Acervo do Centro Memorial da Universidade da Região de Joinville (Univille).

FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DA REGIÃO DE JOINVILLE (FURJ). **Laboratório de História Oral da Univille**. Joinville: Furj, 1981a. Acervo do Centro Memorial da Universidade da Região de Joinville (Univille).

FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DA REGIÃO DE JOINVILLE (FURJ). **Projeto Furj-Comunidade:** objetivo e conteúdo. Joinville: Furj, 1982b. Acervo do Centro Memorial da Universidade da Região de Joinville (Univille).

FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DA REGIÃO DE JOINVILLE (FURJ). **Projeto Furj-Comunidade:** Sub-Projeto A – Cultural. Joinville: Furj, 1982c. Acervo do Centro Memorial da Universidade da Região de Joinville (Univille).

FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DA REGIÃO DE JOINVILLE (FURJ). **Projeto Furj-Comunidade:** Sub-Projeto A – Cultural: justificativa. Joinville: Furj, 1981b. Acervo do Centro Memorial da Universidade da Região de Joinville (Univille).

FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DA REGIÃO DE JOINVILLE (FURJ). **Projeto Furj-Comunidade 2.ª Etapa:** resgate da memória da imigração alemã na região de Joinville. Joinville: Furj, 1986. Acervo do Centro Memorial da Universidade da Região de Joinville (Univille).

FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DA REGIÃO DE JOINVILLE (FURJ). **Relatório do Projeto Furj-Comunidade:** Sub-Projeto A – Cultural. Joinville: Furj, 1984. Acervo do Centro Memorial da Universidade da Região de Joinville (Univille).

FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DA REGIÃO DE JOINVILLE (FURJ). **Relatório do Projeto Furj-Comunidade:** Sub-Projeto A – Cultural. I – Instalação do Laboratório de História Oral. Joinville: Furj, 28 out. 1982d. Acervo do Centro Memorial da Universidade da Região de Joinville (Univille).

FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DA REGIÃO DE JOINVILLE (FURJ). **Relatório do Projeto Furj-Comunidade:** Sub-Projeto A – Cultural. II – Microfilmagem. Joinville: Furj, 23 out. 1982e. Acervo do Centro Memorial da Universidade da Região de Joinville (Univille).

HUBER, Valburga. **Elly Herkenhoff (1906-2004):** vida e obra. São Paulo: Instituto Martius-Staden, 2008. Disponível em: https://www.martiusstaden.org.br/IMSConteudoRellibra.aspx?codigo=15. Acesso em: 9 dez. 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Cidades e estados:** Joinville. IBGE. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/sc/joinville.html. Acesso em: 10 dez. 2021.

JAPP, Lúcia Margarida Currlin. Lúcia Margarida Currlin Japp – diretora-geral da FURJ, período 1979-1982. *In*: COELHO, Ilanil; SOSSAI, Fernando C. (org.). **Univille:** 50 anos de ensino superior em Joinville e região (1965-2015). Joinville: Editora Univille, 2015. p. 100-102.

JOINVILLE. Prefeitura de Joinville. **Atos oficiais coronavírus município de Joinville**. Joinville: Prefeitura de Joinville, 2020. Disponível em: https://www.joinville.sc.gov.br/publicacoes/atos-oficiais-coronavirus-municipio-de-joinville/. Acesso em: 10 dez. 2021.

PIAZZA, Walter Fernando. A pesquisa histórica em Santa Catarina. **Revista de Ciências Humanas**, v. 1, n. 1, p. 102-107, 1982.

SANTA CATARINA. Estado de Santa Catarina. **Decreto n.º 1.486, de 23 de setembro de 2021**. Santa Catarina: Governo do Estado, 2021. Disponível em: https://www.sc.gov.br/images/Secom_Noticias/2021/Decreto_1486_2021.pdf. Acesso em: 10 dez. 2021.

SANTHIAGO, Ricardo. Carlos Humberto Pederneiras Corrêa, um pioneiro da história oral no Brasil. **História Oral**, v. 18, n. 1, p. 221-239, jan./jun. 2015.

SANTOS, Boaventura de Sousa; ALMEIDA FILHO, Naomar de. **A universidade no século XXI:** para uma universidade nova. Coimbra, 2008. Disponível em: http://www.boaventuradesousasantos.pt/media/A%20Universidade%20no%20Seculo%20XXI.pdf. Acesso em: 1.º mar. 2022.

SCHÜTZ, Karla Simone Willemann. **Lembranças revisitadas:** o Laboratório de História Oral da UFSC e as entrevistas de Simão Willemann – memória e história oral em Santa Catarina (1975-2013). Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2015.

SOSSAI, Fernando Cesar; COELHO, Ilanil. **Procedimento operacional padrão do Laboratório de História Oral da Univille**. Joinville, 2019. mimeo. Acervo do Laboratório de História Oral da Univille. Disponível em: https://lhouniville.wixsite.com/inicio/pops. Acesso em: 9 dez. 2021.

SOSSAI, Fernando Cesar *et al*. Quais os limites da história digital em um país marcado pela exclusão e pela desigualdade social? Entre a história digital e a história pública: sabedoria digital em um país marcado pela exclusão. *In*: ALMEIDA, Juniele Rabêlo de; RODRIGUES, Rogério Rosa (org.). **História pública em movimento**. São Paulo: Letra e Voz, 2021. p. 61-87.

UNIVERSIDADE DA REGIÃO DE JOINVILLE (UNIVILLE). **Protocolo de biossegurança**. Joinville: Univille, 2021a. Disponível em: https://www.univille.edu.br/pt-br/institucional/comites/comitecorona/retornoasaulaseatividades2021/index/885424. Acesso em: 10 dez. 2021.

UNIVERSIDADE DA REGIÃO DE JOINVILLE (UNIVILLE). Pró-Reitoria de Ensino. **Projeto pedagógico do curso de História**. Joinville: Univille, 2018.

UNIVERSIDADE DA REGIÃO DE JOINVILLE (UNIVILLE). Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Comunitários. **Relatório de atividades do Laboratório de História Oral da Univille:** ano base 2020. Joinville: Univille, 16 abr. 2021b. Acervo do Laboratório de História Oral.

UNIVERSIDADE DA REGIÃO DE JOINVILLE (UNIVILLE). Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Comunitários. **Relatório de atividades do Laboratório de História Oral da Univille:** ano base 2021. Joinville: Univille, 28 fev. 2022. Acervo do Laboratório de História Oral.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA (UFSC). Centro de Ciências Humanas. Curso de Pós-Graduação em História. **Ofício n.º 157/80, enviado por Walter F. Piazza a Silvio Coelho dos Santos**. Florianópolis: UFSC, 18 jun. 1980. Acervo do Centro Memorial da Universidade da Região de Joinville (Univille).

VILANOVA, Mercedes. Entrevista com Mercedes Vilanova. **História Oral**, n. 4, p. 149-164, 2001.

4

Narrativas de professoras de uma escola rural nos tempos da ditadura civil-militar brasileira (1964-1985)

▪ Darciel Pasinato, Jorge Luiz da Cunha

Introdução

A pesquisa com narrativas que se pautam na experiência pode ser efetuada de forma individual ou coletiva. Trata-se de escrever a história e requerer ao tempo a sua fisionomia. O nosso depoimento torna-se registro da prática de muitos, de todos que, pertencendo ao que se intitula uma geração, se julgam a princípio distintos uns dos outros e vão aos poucos permanecendo tão iguais que terminam desaparecendo como indivíduos para se desfazerem nas características gerais da sua época. Um período dramático, de muita exploração do trabalho, de diversas resistências e sofrimentos (CÂNDIDO, 1976).

A informação só tem importância no instante em que é nova. Só vive nesse período, precisa entregar-se a ele. Muito diferente é a narrativa. "Ela não se entrega, ela conserva suas forças e depois de muito tempo ainda é capaz de se desenvolver" (BENJAMIN, 1994, p. 204). Nessa circunstância nos debruçamos sobre as narrativas de professoras de uma escola rural no período da ditadura civil-militar brasileira, entre 1964 e 1985, tomando como referência as suas experiências em sala de aula.

Chartier (1996) salienta que o historiador do tempo presente é atual de seu objeto e, por isso, reparte com aqueles cuja história ele narra as mesmas categorias fundamentais, as mesmas referências essenciais. Ele é, pois, o único que pode exceder a suspensão primordial que costuma dar-se entre o aparato intelectual, cuidadoso e psíquico do historiador e os homens e mulheres cuja história ele registra. Para o historiador contemporâneo, parece menor a distância entre o entendimento que ele tem de si mesmo e o dos atores históricos, simples ou ilustres, cujas formas de vivenciar e de refletir ele reconstrói.

O estudo pretendeu analisar as narrativas de professoras da Escola Estadual de Ensino Fundamental Frei Anselmo, na ditadura civil-militar brasileira, localizada na comunidade de Linha Floresta, interior do município de Selbach, Rio Grande do Sul. Além da introdução e das considerações finais, o capítulo está dividido em três partes. Na primeira, trabalhamos com a fundamentação teórica e metodológica das fontes orais. Na segunda, estudamos a história da comunidade e a da escola rural. Na terceira e última parte, analisamos as narrativas das professoras da Escola Frei Anselmo.

Fundamentação teórica e metodológica das fontes orais

A história cultural oportuniza investigar como uma realidade cultural é constituída e pensada em diferentes sociedades, por intermédio de aspectos discursivos e simbólicos. Nas pesquisas em história da educação, ajuda a entender os temas trabalhados de um novo ponto de vista, do olhar de atores que viveram os fatos concebendo a história e a política de sujeitos tanto interlocutores como produtores de cultura (BURKE, 2008).

A narrativa, que durante muito tempo cresceu num meio artesão, no campo, no mar e na cidade, é ela própria, em certo sentido, uma forma artesanal de comunicação. "Ela está interessada em transmitir o puro em si da coisa narrada como uma informação ou um relatório" (BENJAMIN, 1994, p. 205). De outro modo, uma narração é, em grande parte, mais uma releitura do que uma lembrança. Trata-se do fato de desejar dar um sentido ao passado e de produzir à luz do que se "produziu desde então até o presente que nos leva até um modelo mais transformacionista, mais construtivista da memória do que aquilo que se imaginava intuitivamente" (HUBERMAN, 2007, p. 58).

Nas palavras de Vigotski (2002), a memória é entendida de duas maneiras: tem-se a memória natural, que evocamos de algo quando somos encorajados, também conhecida como memória imediata; e a memória mediada, que, por estímulos auxiliares, proporciona ao sujeito recordar, como é o caso do barbante amarrado no dedo, que ajuda a lembrar algo que se deve elaborar. Ou seja, é a memória mediada por intermédio dos signos.

Bergson (2006) aborda a memória por duas linhas: a memória como um hábito, das coisas que já estão integradas ao nosso dia a dia, de aparência, que, mais que memória, age em nossa experiência passada, porém não invoca sua imagem; e a memória imagem-lembrança, instituindo-se como algo único, que não se refaz, sendo o nosso contato com o mundo, com as imagens que vão continuar na nossa lembrança, como os objetos exteriores ao nosso corpo. O relevante é que as duas formam o todo, auxiliam a memória humana.

Nos grupos, as memórias são produzidas de maneira individual, contudo transcorrem os maiores conflitos quando as pessoas persistem em que as recordações dos outros sejam iguais às suas. Reuniões e aniversários são constantemente locais de ásperos debates entre os participantes sobre "a memória de um evento, mesmo quando todos o testemunharam. Eles discutem o que se passou e que interpretação dar à experiência (THOMSON; FRISCH; HAMILTON, 2002, p. 85).

Teixeira (2004) destaca que a história oral é um ato pedagógico, um processo educativo, porque os entrevistados são colocados numa situação que os faz redefinir suas experiências. Desse modo, os entrevistados identificam-se como sujeitos da história com a qual colaboram e, mesmo não sendo autores da pesquisa, cooperam com ela como narradores, terminam por raciocinar sobre suas ações e mostram uma análise daquilo que viveram. O caráter educativo da história oral, assim como sua tendência democrática, apreciando a voz das personagens que não são protagonistas das pesquisas acadêmicas, foi relevante para a escolha dessa metodologia para a pesquisa.

Meihy (2005, p. 19) afirma que "a história oral implica uma percepção do passado como algo que tem continuidade hoje e cujo processo histórico não está acabado". Portanto, podemos entender metodologicamente a história oral como um conjunto de métodos que vão desde a formação do projeto de pesquisa, transitando pela escolha dos entrevistados, a maneira como serão realizadas as entrevistas, como vão ser transcritas até a sua publicização. Não basta fazer entrevistas. Por mais que outras formas de uso de entrevistas mostrem algum aspecto significativo para o saber, para ser história oral, os relatos necessitam permanecer associados a esses procedimentos.

O grupo social é composto de seis professoras aposentadas da Escola Estadual de Ensino Fundamental Frei Anselmo, que retratam

o conjunto de narrativas, elaboradas com base nos relatos coletados ao longo do estudo, desenvolvido entre maio e outubro de 2019. Usamos nomes fictícios para proteger a identidade e não mostrar a opinião de nenhuma professora. Destaca-se que a média de idade das docentes é 72 anos.

Aqui, destacou-se o debate do uso das memórias narrativas como percepção investigativa para o estudo da história da educação, tendo como pressuposto as fontes orais. Optou-se pela entrevista valendo-se da metodologia da história oral. Por meio dessa modalidade, definiu-se um roteiro com questões com foco nas narrativas de professoras da Escola Frei Anselmo no período da ditadura civil-militar. Pretendeu-se explorar as seguintes categorias de análise: fatos que marcaram a sua trajetória docente; relação professor, aluno e comunidade escolar; e lembranças no que tange à ditadura civil-militar brasileira.

Para tanto, Lüdke e André (1986) explicam que a entrevista é um dos instrumentos que permitem compreender, escutar e lembrar o que, como e sobre o que o sujeito conversa, e não apenas sobre os temas da entrevista. Em contrapartida, a leitura de Zago (2003) aumentou a visão a respeito da entrevista e fortaleceu a ideia de que "o pesquisador se apropria da entrevista não como uma técnica que transpõe mecanicamente para uma situação de coleta de dados, mas como parte integrante da construção sociológica do objeto em estudo" (ZAGO, 2003, p. 295).

Dessa maneira, a entrevista mostra-se como um aliado do pesquisador em relação à coleta de dados, mas para isso ambos precisam se sentir à vontade, ainda mais o sujeito. Esse momento, além de único, concede que o sujeito fale de si, de sua experiência e prática que não acabam naquele momento; têm sequência ou ligação nas próximas entrevistas (BOGDAN; BIKLEN, 1994).

Em cada entrevista, foi aparente o processo seletivo da memória, como se as entrevistadas memorizassem apenas as coisas que procuravam recordar e colocassem na lixeira o que não lhes conviesse. Um procedimento similar ao que ocorre em nossos computadores; escolhemos e arquivamos pastas que serão pertinentes e excluímos o que não nos interessa mais. Esse processo seletivo leva em conta as considerações associadas às lembranças: "Os tempos de ontem são relembrados a partir de parâmetros da sociedade contemporânea"

(FISCHER, 2005, p. 53). Meihy (2013) salienta que a escolha dos locais para a efetuação das entrevistas foi das entrevistadas. De acordo com essas orientações, os encontros devem acontecer de preferência nos espaços onde os entrevistados se sentem mais seguros. As entrevistas deram-se com a ajuda de um roteiro, para que os relatos não se distanciassem do tema e pudessem trazer novas recordações.

As transcrições são parte primordial da metodologia de história oral que guiou esta pesquisa e entendidas, *grosso modo*, como uma forma de transformar o texto transcrito da entrevista numa prosa, de modo que sua leitura possibilite adequadamente a apresentação da versão da entrevistada. Como lembra Viñao (2004), ao tratar de textos feitos por docentes, "é tarefa do pesquisador elucidar os acontecimentos apresentados pelos relatos, devendo saber articular as informações dado a relevância para a pesquisa desenvolvida" (VIÑAO, 2004, p. 356).

Nesse sentido, Alberti (2004) declara que o essencial em história oral não é procurar restabelecer os fatos concretos nem de forma exata. De outro modo, são os fatores subjetivos relacionados à visão desse entrevistado sobre o passado que contam para a pesquisa. O entrevistado pode falhar, ou até alterar a realidade, porém o que importa é compreender tais ocorrências em uma análise mais ampla, perguntando-se o motivo pelo qual o entrevistado idealiza o passado de uma maneira e não de outra e visto que seu pensamento difere (ou não) do de outros depoentes.

Seguindo o que determina o Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos), as entrevistadas assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

História da comunidade e da escola rural

Selbach é um pequeno município, com cerca de cinco mil habitantes, localizado no norte do Rio Grande do Sul. Foi um caso de latifúndio improdutivo, cujas terras foram vendidas por estancieiros a companhias colonizadoras e a particulares. Parte dessas terras foi comprada pelo Coronel Jacob Selbach Júnior em 1887, do governo federal, tendo início o núcleo de povoação em 1905. O povoamento de Selbach deu-se com a vinda dos descendentes germânicos das regiões

dos municípios gaúchos de São Leopoldo, Venâncio Aires, Santa Cruz do Sul, Montenegro e São Sebastião do Caí.

A história da educação em Selbach está ligada à da comunidade religiosa. No início do povoamento, a Igreja Católica, assim como os moradores, tomou para si a educação. Com o aparecimento de um grupo de famílias germânicas, entre 1903 e 1905, fundou-se uma escola católica alemã. Os primeiros moradores não pretendiam deixar seus filhos sem estudos e trouxeram à localidade como primeiro professor Evald Ludwig. Em 1923, os professores Miguel Maldaner e Adão Seger encarregaram-se da escola, quando o número de alunos alcançou 150. Em 1929, as irmãs de Notre-Dame chegaram a Selbach, "encarregando-se do ensino dos alunos menores, ficando os maiores, aos cuidados do professor Adão Seger" (HUPPES *et al.*, 1989, p. 61).

A trajetória institucional da Escola Estadual de Ensino Fundamental Frei Anselmo está constituída de um processo de mudanças e alterações de sua designação, bem como nomes que foram associados ao corpo institucional. Diversos docentes deixaram suas marcas na instituição de ensino e ainda são lembrados pela comunidade rural. Atualmente, a escola situa-se na comunidade de Linha Floresta e possui 43 alunos, nove professores e dois funcionários. Atende estudantes do 1.º ao 9.º ano do ensino fundamental, porém, por causa do número reduzido de alunos, as classes são multisseriadas.

Em 1910, a comunidade de Linha Floresta começou a ser povoada. Os primeiros imigrantes vieram de Venâncio Aires e Roca Sales. A ocupação de terras ocorreu entre 1910 e 1921. Sabe-se que antes havia algumas palhoças às margens de riachos, habitadas por caboclos. Mais ainda, "com o manuseio das terras, foram encontrados objetos de caça que, segundo os primeiros moradores, são vestígios da existência de indígenas na localidade" (SEGER, 2002, p. 17).

Desde os primeiros imigrantes que chegaram à comunidade de Linha Floresta, houve preocupação em relação à educação de seus filhos. Em 1917, foi construída a primeira escola comunitária. Até então, todas as escolas eram construções simples de madeira. A segunda escola funcionou paralelamente à primeira. A existência de duas escolas funcionando na mesma época "trouxe desavenças entre as pessoas da comunidade e contribuiu para surgir uma terceira escola" (PREDIGER *et al.*, 2017, p. 16).

No fim dos anos 1950 foi construída a primeira parte da atual escola, com paredes de tijolos. Essa escola foi chamada de Escola Área Real e depois Escola Rural Santa Inês, nome que fazia referência à capela da comunidade. É importante destacar a relevância da figura do professor na década de 1960, na comunidade de Linha Floresta. Nas palavras de Seger (2002, p. 45), "as pessoas em geral respeitavam-no muito e atribuíam-lhe autoridade máxima sobre seus filhos, exigindo, inclusive, que usasse do castigo quando necessário". Além disso, o professor tinha duas funções definidas na comunidade. A primeira era dar formação aos alunos, e a segunda, substituir a falta de um padre no aspecto espiritual – o professor era o responsável pelo culto aos domingos e pela catequese e aulas de ensino religioso.

Em 1977, a escola mudou de nome depois de um plebiscito que envolveu toda a comunidade escolar, passando a denominar-se Escola de 1.º Grau Frei Anselmo, em homenagem ao primeiro pároco do município de Selbach. Com a Lei n.º 9.394/96, ela passou a chamar-se Escola de Ensino Fundamental Frei Anselmo.

Narrativas de professoras de uma escola rural

A partir de 1964, após o golpe civil-militar, no que se refere à educação na ditadura civil-militar brasileira, o Ministério da Educação procurou firmar acordos de cooperação financeira com a Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional, fortalecendo a privatização do ensino, no sentido empresarial. Os mecanismos de reforço da privatização foram os seguintes: "Aumento de repasses dos fundos públicos federais, destinados às escolas privadas e a criação de uma porcentagem de 5% do Fundo Nacional do Ensino Superior para as escolas superiores privadas" (COMPARATO, 1987, p. 110).

Em apenas dois artigos, a Constituição Federal de 1967 reafirmou o direito de todos à educação, à liberdade da iniciativa privada, à obrigatoriedade do ensino primário e à liberdade de cátedra (*apud* HORTA, 2001). Não havia referência à gratuidade do ensino, à vinculação orçamentária nem à sua organização em sistemas. A gratuidade foi substituída, nos ensinos médio e superior, pela concessão de bolsas de estudo a estudantes carentes de recursos, exigindo aproveitamento e reembolso, no caso do ensino superior (HORTA,

2001). Tratava-se do favorecimento do governo federal no que dizia respeito ao ensino privado, pois, além de repartir as verbas, que até então eram para o ensino público, foram concedidas bolsas de estudo para favorecer as escolas privadas, ampliando o descaso no tocante à escola pública.

A Emenda Constitucional de 1969 impôs a vinculação orçamentária de 20% para os municípios apenas. Os índices de investimento destinados à educação estavam abaixo de qualquer investimento que o Estado deveria garantir. Apenas em 1983, com a aprovação do Congresso Nacional da emenda constitucional do senador João Calmon, a chamada Emenda Calmon, tivemos a restauração da vinculação de recursos: "13% para a União, 25% para estados e municípios, o que representa um ganho" (CURY; NOGUEIRA, 1986, p. 67), porém a área econômica do governo, que era contra a emenda, criava formas para não cumprir a nova legislação.

No fim de 1968 foi instituído, pela Lei n.º 5.537, o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), cuja finalidade era reunir recursos para o financiamento de projetos, incluindo de alimentação escolar e bolsas de estudo. Os projetos poderiam ser apresentados pelos governos e pela iniciativa privada. Esse fundo era administrado pelo ministro da Educação e por mais dez membros de várias instâncias do governo, representantes de professores, estudantes e empresários, no entanto, até o fim da ditadura, não houve representação legítima do magistério nem dos estudantes, apenas do empresariado, interessado na sua orientação enquanto beneficiário (LIRA, 2010).

A professora Julita (2019) recordou alguns fatos que marcaram a sua trajetória como docente na Escola Frei Anselmo da seguinte maneira:

> *O interesse dos alunos era um fato positivo. Tinha muito aluno adulto e estavam fora da faixa etária, porque muitos não tiveram a oportunidade para estudar. Em 1972 que comecei a faculdade e também comecei a lecionar na escola. Pra ir até Linha Floresta, ia de carona até a escola, porque não existia transporte. Dava aula algumas noites. O grupo era muito unido na escola para se ajudar na faculdade. A gente tinha contrato de 12 horas e trabalhei meio ano sem receber salário. Os homens do* [Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem] *Daer que trabalhavam no asfalto estudavam à noite. Tinham interesse e sempre participavam das aulas. Eram homens com família e filhos* (JULITA, 2019).

É relevante destacar que, na década de 1970, a ditadura brasileira deu início ao processo de asfaltamento das principais rodovias com o objetivo de interligar os centros urbanos ao interior.

A professora Solange (2019) salientou que o interesse dos adultos em aprender algo novo era bastante pertinente.

> *A gente não só ensinava, a gente compartilhava aprendizagens com quem estava na lavoura. Cada um trazia merenda e partilhava no recreio. Quem tinha uma experiência de casa trazia para as aulas. No lado das ciências se olhou o lado do progresso e mecanização e os cuidados com a lavoura. Na matemática se lidava com os juros bancários, empréstimos e endividamento dos colonos* (SOLANGE, 2019).

Observamos, na narrativa, que muitos pequenos agricultores acabaram endividando-se, pois investiram na mecanização das lavouras, no plantio de novas culturas, como, por exemplo, a soja no verão e o trigo no inverno.

No que diz respeito à trajetória como docente, a professora Cristina (2019) contou que na época da escola os docentes eram autoridades bem respeitadas.

> *Éramos convidadas nas festas para subir nos palanques. Tinha as reuniões de professores, e as turmas eram pequenas, entre cinco e 12 alunos. Os pais eram presentes na comunidade de Linha Floresta. Queriam a escola em primeiro lugar. Uma vez por mês tinha missa, que era considerada um dia letivo, e eu aproveitava e voltava de carona com o padre para a cidade. Aconteceu um ano que tive duas turmas na mesma sala. Tinha sempre dois planos de aula* (CRISTINA, 2019).

É importante ressaltar como os pais valorizavam a figura do professor e como a escola era relevante na vida dos alunos.

A professora Denise (2019) lembrou-se das feiras de ciências que a Escola Frei Anselmo realizava anualmente:

> *Um fato que me chamou muito a atenção foi que o diretor da escola, por ser professor de Ciências, incentivava muito as feiras de ciências na escola. Lembro que a gente e os alunos participavam de outras feiras. Participamos até de uma feira estadual em Santa Cruz. Recordo também dos desfiles de 7 de setembro e dos jogos olímpicos que a escola costumava organizar* (DENISE, 2019).

As feiras de ciências ocorriam todos os anos e eram uma oportunidade de a comunidade escolar visitar a escola. Geralmente, o docente trabalhava determinado assunto com a turma e, em relação a este, se fazia um trabalho, que era apresentado na feira. Outra marca da ditadura civil-militar foram os jogos olímpicos, que eram realizados em diversas escolas do país. Tratava-se de uma maneira de incentivar o esporte em modalidades como o futebol, o voleibol, o atletismo, o basquetebol, entre outros. Além disso, consistia em uma forma de desviar o foco dos problemas reais que o Brasil enfrentava, na política, com as repressões e perseguições, na economia, com a inflação e os baixos salários, na educação básica, com o sucateamento das escolas e também os baixos salários, e no ensino superior, pela lei de censura e perseguição aos docentes.

Halbwachs (2006) destaca que jamais estávamos sós. Apesar de nossa memória lembrar-se de algum acontecimento vivido por nós, não deixamos de levar conosco valores socialmente construídos. Nosso entendimento dos acontecimentos é permeado pela cultura na qual estamos inseridos. Desse modo, toda memória individual encaminha-se, de alguma maneira, aos conceitos da sociedade à qual pertencemos. Nossa memória constrói-se enquanto diálogo com práticas que são valorizadas pelos grupos dos quais fazemos parte.

A professora Ângela (2019) narrou que a relação entre professor e aluno sempre teve muito respeito, tanto da parte dela como dos alunos.

> *Procurava ser amiga dos alunos. Gostava de respeitar os meus alunos. A educação vinha de casa. Desta forma, a Escola Frei Anselmo não tinha alunos indisciplinados. Não vivi na comunidade, por isso não senti nenhuma relação. A relação era apenas com os alunos em sala de aula. Não era todos os dias que dava aula na escola* (ÂNGELA, 2019).

Entre as décadas de 1960 e 80, havia muita disciplina nas escolas rurais, pelo fato de a educação ser rígida da parte dos pais e professores, porém eram os mecanismos próprios da ditadura civil-militar brasileira que não permitiam nenhum questionamento à ordem vigente. A professora Mara (2019) salientou que a relação entre os professores e os alunos era muito tranquila, pois existia o respeito mútuo.

> *O* [Círculo de Pais e Mestres] *CPM apoiava os professores, e os pais vinham quando tinha o chamamento do CPM. A relação entre os professores era tranquila, tinha muita cooperação e humanismo. O professor era bem-quisto pela comunidade. Fora da escola, era reconhecido, porque existia uma relação de respeito e o aluno tinha vontade de estudar* (MARA, 2019).

O Círculo de Pais e Mestres (CPM) foi criado na década de 1970 e, desde esse momento, passou a dar suporte ao trabalho dos gestores escolares. As comunidades do interior davam muita importância à figura do professor, que era considerado uma autoridade e tinha muito prestígio. A professora Cristina (2019) lembrou que tinha uma relação muito boa com os seus alunos e com a comunidade escolar.

> *Em Linha Floresta eu era muito respeitada. Jogava caçador, pulava corda e participava das brincadeiras com os alunos. Nas reuniões com os pais procurava participar. Foi bem produtiva e prazerosa a minha passagem docente na Escola Frei Anselmo. Ganhava vários alimentos que as famílias cultivam* (CRISTINA, 2019).

Observamos no relato a importância que a família dava para o trabalho da professora – esta recebia alimentos produzidos pela agricultura familiar, como forma de reconhecimento de suas capacidades. A professora Denise (2019) ressaltou que existia uma relação de respeito entre os professores e os alunos.

> *Os alunos respeitavam os professores e tinha amizade. Morava em Linha Floresta. Depois da aula, ficava conversando com os alunos que esperavam o transporte. Eles contavam as suas histórias. A comunidade valorizava muito os professores. Morava numa casa da comunidade todo o período que fui professora na Escola Frei Anselmo. Os pais participavam das atividades e vinham até a escola* (DENISE, 2019).

Salientamos uma questão que chama a atenção nos relatos das professoras: a relação de respeito que existia entre docentes e alunos. Além disso, a comunidade escolar valorizava a figura do professor, que era considerado a maior autoridade das comunidades rurais, pelos fatos de ter maior conhecimento e de ensinar os alunos. Como não existia transporte escolar, muitos docentes moravam com famílias na

comunidade de Linha Floresta, e outros, nas casas construídas pelos pais de alunos para abrigar os professores. Os pais procuravam participar das atividades escolares.

Portelli (1997) afirma que nossas memórias se cruzam e se moldam de acordo com o meio, apesar de serem recordações individuais. O ato e a arte de narrar jamais deixam de ser pessoais, e a memória pode existir em organizações estruturadas, porém apenas os seres humanos são capazes de preservar lembranças, impedindo o termo memória coletiva, priorizando tratar-se de memória social. Ao trabalhar com a memória, temos de ter claro que toda linguagem está ligada às relações sociais e políticas que lhe trazem legitimidade, com a convicção de que o historiador examina as narrativas de um lugar de origem.

No que tange às lembranças deixadas pela ditadura civil-militar brasileira, a professora Mara (2019) recordou que os assuntos associados à ditadura não eram trabalhados na escola.

> *O tema* [ditadura] *estava diluído em todas as atividades da escola. Se o aluno incomodava, era suspenso e até expulso. Estava no regime da escola. Se fazia o registro, o aluno era advertido pelo* [Serviço de Orientação Educacional] *SOE e depois de três infrações era suspenso. O aluno ganhava uma carta de advertência. A suspensão eram três dias e poderia acontecer de ser expulso. Tinha as normas dos alunos e professores, além dos direitos, deveres e infrações de cada um. As pessoas não falavam da ditadura brasileira* (MARA, 2019).

Na época da ditadura brasileira, os alunos indisciplinados eram suspensos e até expulsos. Eram os mecanismos ditatoriais presentes nas escolas para combater qualquer tipo de manifestação no ambiente escolar. A professora Julita (2019) lembrou que evitava trabalhar na disciplina de Língua Portuguesa qualquer assunto ligado à ditadura.

> *Os textos escolhidos para a aula não tinham conotação política. Não tinha manifestações como tem hoje em dia. O povo era mais submisso, aceitava tudo calado. Os pais dos alunos gostavam desse período. Foi o período do Milagre Econômico, um período bom para o povo. Foi a ascensão da agricultura e também do desmatamento. Período de surgimento das lavouras de soja e o período que mais se desmatou no Brasil* (JULITA, 2019).

O chamado Milagre Econômico, entre o fim de 1960 e meados de 1970, foi um período de crescimento econômico no Brasil, contudo as desigualdades também aumentaram. A classe média teve acesso a diversos bens de consumo, como carros, TVs, geladeiras, fogões a gás, e o interior do país teve acesso à energia elétrica. A agricultura modernizava-se, porém ocorria o desmatamento.

A professora Ângela (2019) disse que os alunos de Linha Floresta eram adolescentes e não tinham despertado para os assuntos ligados à política.

> *Ninguém falava da ditadura civil-militar e não tinha nenhuma repercussão na comunidade do interior. Os meus irmãos eram militares e tinham admiração pela ditadura. Depois que comecei a ler sobre o assunto, tive acesso à ditadura* [informações]. *O povo do interior não se dava conta que o país estava vivendo uma ditadura. Lembro da campanha das Diretas Já com o objetivo de votar no presidente da república. Até hoje acho que a ditadura não foi tão ruim. O atual cenário político está bem conturbado* (ÂNGELA, 2019).

No início da década de 1980, segmentos da oposição brasileira, formada por partidos políticos e setores da classe média e da Igreja Católica, uniram-se em prol da campanha das Diretas Já. O objetivo era estabelecer a democracia, a liberdade de expressão e principalmente o direito de eleger o presidente da república pelo voto.

A professora Solange (2019) destacou que, como a escola era rural, os efeitos negativos da ditadura não atingiram a comunidade.

> *Só vimos o lado positivo da ditadura, energia elétrica, asfalto para ligar os municípios grandes por causa da produção. Depois desse período, olhamos com um olhar crítico, quando acabou os governos militares, em 1985. Aí se viu que houve grandes avanços e excessos, porém nunca se ouviu que houve roubalheira. Não havia tantos poderes legislativos e judiciário, que hoje gastam muito. Este dinheiro era empregado na infraestrutura da nação. Na época dos militares o prefeito de Selbach era da* [Aliança Renovadora Nacional] *Arena e conseguiu expandir a educação, a implantação do 1.º grau completo, implantação do 2.º grau, construção de escolas e o transporte escolar* (SOLANGE, 2019).

A ditadura civil-militar brasileira investiu na infraestrutura do país, construindo rodovias com o objetivo de ligar os centros urbanos

ao interior do Brasil. Além disso, fez diversas reformas na educação básica e no ensino superior. Nas escolas estava presente, por meio das disciplinas de Educação Moral e Cívica, Organização Social e Política do Brasil, Estudos Sociais, Técnicas Agrícolas, Técnicas Industriais, Técnicas Domésticas, entre outras. Foi um período extremamente autoritário, em que diversas pessoas foram perseguidas, torturadas e mortas. Ademais, não existia nenhuma liberdade de expressão; tudo era controlado pelo governo militar, pela censura.

No dizer de Thompson (1992), a história e a memória, a despeito das considerações que as diferenciam, caminham juntas. Nos termos atuais, a memória apresenta-se como um ambiente de resistência e precisa da história para seguir existindo. É aí que a história oral apresenta a sua relevância, porque é ela, ao contrário da história tradicional, que pode enaltecer a história. No campo desta pesquisa, compreendemos que é essa a característica que constitui a riqueza do relato oral. A memória consiste em um método que conversa com o presente e que, enquanto fenômeno social, merece ser objeto de estudo.

Considerações finais

Pensando sobre a relação entre passado e presente na história, Carr (1989) destaca que o passado é compreensível para nós somente quando entendido à luz do presente. Toda história é atual, porque enxergamos o passado com os olhos do presente. A história só vive da práxis de um historiador que está mergulhado numa sociedade, que não permite conversar com os eventos que o rodeia, com convicções de seu tempo. A experiência democrática brasileira ainda consiste em aspecto importante e ressalvas de diversas relações presentes na sociedade. Avanços aconteceram, contudo não podemos rejeitar a resistência de alguns valores autoritários que permeiam os meios sociais, englobando a escola. Diante das dificuldades da preservação da democracia brasileira, não são diferentes as vozes que pedem pelo retorno de uma ditadura.

Fischer (2005) salienta que, no momento da narrativa, aquele que está sendo escutado se impõe determinadas regras, que dificultam a sua fala, bem como os limites descobertos em sua história e em suas aprendizagens. As diferentes lembranças expressam uma constante: o aprendizado de interdições, ou seja, do que poderia ou não ser

realizado, do que conseguiria ou não ser pensado, atitude assumida na entrevista, determinando o que pode e não pode ser mostrado. De fato, é assim que nós nos instituímos como sujeitos: é inconcebível que alguém venha falar de si ou das histórias de que fez parte sem basear-se em um conjunto de regras e princípios que estabelecem seu texto.

O papel da família em relação à crença de que a profissão de professor era valorizada, entre as décadas de 1960 e 80, aparece nas narrativas das docentes. Além disso, muitas relataram que era a única forma de sair de casa e arrumar um trabalho, pois a mulher normalmente era submissa ao homem e aos afazeres domésticos. As docentes recordam que o professor que atuava no campo estava mais inclinado ao esquecimento ou às políticas públicas propensas a esse contexto e a essa realidade.

Por fim, observamos que nas narrativas das professoras apareceu que o tema ditadura não era trabalhado em sala de aula, tampouco a comunidade do interior falava sobre o assunto, porém o autoritarismo do regime estava presente no cotidiano das escolas, nas disciplinas escolares e na relação entre os docentes e os alunos. Um fato interessante era o valor que a comunidade escolar dava para a escola e o professor. Em muitas memórias, emergiu o fato de que os docentes eram considerados autoridades, por terem maior instrução e serem responsáveis pelo ensino e pela aprendizagem dos alunos.

Referências

ALBERTI, Verena. **Manual de história oral**. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

ÂNGELA. **Ângela:** entrevista [9 dez. 2019]. Entrevistador: Darciel Pasinato. Selbach, 9 dez. 2019.

BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política:** ensaios sobre literatura e história da cultura. Tradução: Sérgio Paulo Rouanet. 7. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

BERGSON, Henri. **Memória e vida:** textos escolhidos. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

BOGDAN, Robert; BIKLEN, Sari. **Investigação qualitativa em educação:** uma introdução à teoria e aos métodos. Porto: Porto, 1994.

BURKE, Peter. **O que é história cultural?** Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

CÂNDIDO, Antônio. O significado de Raízes do Brasil. *In*: HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1976. p. 11-21.

CARR, Edward Hallet. **Que é história?** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

CHARTIER, Roger. A visão do historiador modernista. *In*: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (org.). **Usos & abusos da história oral**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1996. p. 45-67.

COMPARATO, Fábio K. **Educação, Estado e poder**. São Paulo: Brasiliense, 1987.

CRISTINA. **Cristina:** entrevista [nov. 2019]. Entrevistador: Darciel Pasinato. Selbach, 22 nov. 2019.

CURY, Carlos Roberto Jamil; NOGUEIRA, Maria Alice. O atual discurso dos protagonistas das redes de ensino. *In*: CUNHA, Luiz Antônio (org.). **Escola pública, escola particular e a democratização do ensino**. São Paulo: Autores Associados, 1986. p. 65-93.

DENISE. **Denise:** entrevista [dez. 2019]. Entrevistador: Darciel Pasinato. Selbach, 18 dez. 2019.

FISCHER, Beatriz Daudt. **Professoras:** histórias e discursos de um passado presente. Pelotas: Seiva, 2005.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. 2. ed. Rio de Janeiro: Vértice, 2006.

HORTA, José Silvério Baía. A educação no Congresso Constituinte de 1966-67. *In*: FÁVERO, Osmar (org.). **A educação nas constituintes brasileiras 1823-1988**. 2. ed. Campinas: Autores Associados, 2001. p. 201-239.

HUBERMAN, Michel. O ciclo de vida profissional dos professores. *In*: NÓVOA, Antonio (org.). **Vida de professores**. 2. ed. Porto: Porto, 2007. p. 31-61.

HUPPES, Juçara *et al*. **Diagnóstico da realidade sanitária do município de Selbach:** legislação em saúde. Santa Maria: Universidade Federal de Santa Maria, 1989.

JULITA. **Julita:** entrevista [dez. 2019]. Entrevistador: Darciel Pasinato. Selbach, 6 dez. 2019.

LIRA, Alexandre Tavares do Nascimento. **A legislação da educação no Brasil durante a ditadura militar (1964-1985):** um espaço de disputas. 367f. Tese (Doutorado em História Social) – Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2010.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli. **Pesquisa em educação:** abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1986.

MARA. **Mara:** entrevista [nov. 2019]. Entrevistador: Darciel Pasinato. Selbach, 29 nov. 2019.

MEIHY, José Carlos. **História oral:** como fazer, como pensar. São Paulo: Contexto, 2013.

MEIHY, José Carlos. **Manual de história oral**. São Paulo: Loyola, 2005.

PORTELLI, Alessandro. Tentando aprender um pouquinho: algumas reflexões sobre a ética na história oral. **Projeto História**, São Paulo, n. 15, p. 13-49, abr. 1997.

PREDIGER, Cirlei Ivoni S. *et al*. (org.). **Linha Floresta:** um século de educação, amor e união. Tapera: LEW, 2017.

SEGER, Rudi. **Brava gente:** a história da comunidade de Linha Floresta. Tapera: Gráfica Taperense, 2002.

SOLANGE. **Solange:** entrevista [dez. 2019]. Entrevistador: Darciel Pasinato. Selbach, 12 dez. 2019.

TEIXEIRA, Inês Assunção de Castro. História oral e educação: virtualidades, impregnações, ressonâncias. *In*: ROMANOWSKI, Joana Paulin (org.). **Conhecimento local e conhecimento universal:** pesquisa, didática e ação docente. Curitiba: Champagnat, 2004. p. 27-45.

THOMPSON, Paul. **A voz do passado:** história oral. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

THOMSON, Alistair; FRISCH, Michael; HAMILTON, Paula. Os debates sobre memória e história: alguns aspectos internacionais. *In*: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta (org.). **Usos & abusos da história oral**. 5. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002. p. 77-94.

VIGOTSKI, Lev S. **A formação social da mente:** o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores. 6. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

VIÑAO, Antonio. Relatos e relações autobiográficas de professores e mestres. *In*: MENEZES, Maria Cristina (org.). **Educação, memória, história:** possibilidades, leituras. Campinas: Mercado de Letras, 2004. p. 333-373.

ZAGO, Nadir. A entrevista e seu processo de construção: reflexões com base na experiência prática de pesquisa. *In*: ZAGO, Nadir; CARVALHO, Marília Pinto de; VILELA, Rita Amélia Teixeira (org.). **Itinerários de pesquisa:** perspectivas qualitativas em sociologia da educação. Rio de Janeiro: DP&A, 2003. p. 287-309.

5

Núcleo de História Oral da PUCRS: trajetória e acervos

▪ Claudia Musa Fay

O Programa de Pós-Graduação em História da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS) começou suas atividades na década de 1970 com o curso de mestrado. No início dos anos 1980, a PUCRS realizou um grande investimento na formação de seus docentes, assim como na contratação de novos professores com titulação. Essa melhoria permitiu que, em 1986, fosse criado o Doutorado em História em suas então três áreas de concentração: história do Brasil, história ibero-americana e arqueologia.

A fundação do Núcleo de História Oral deu-se pela necessidade metodológica das pesquisas, alavancada pela demanda de novos pesquisadores. Em 1997, a professora doutora Núncia Maria Santoro de Constantino (Figura 1) criou, no referido programa de pós-graduação, o Laboratório de História Oral. Segundo suas palavras, não era tarefa fácil trabalhar com as fontes orais.

> *E quando se tratava de história oral, eu te confesso que não era a metodologia mais desejada por uma razão simples: ela dá muito trabalho, é preciso construir uma fonte, em vez de encontrá-la, e depois é necessário transcrever. Enfim, uma árdua tarefa. E o tempo para mestrandos e doutorandos é escasso. Então eu comecei a ler sobre a metodologia, digamos me informar, aprender alguma coisa. Foi a forma que encontrei de conseguir resposta aos meus problemas de pesquisa. O que eu encontrava nos arquivos eram números: tantos italianos são açougueiros do ano de tal, tantos italianos têm agências lotéricas. Faltavam sangue e músculos, tinha um esqueleto e assim mesmo incompleto. O personagem da minha história só pude encontrar através da oralidade, porque o imigrante, como pessoa comum que é, deixa poucos rastros* (CONSTANTINO, 2013).

Figura 1 – Núncia Maria Santoro de Constantino, falecida em Porto Alegre (RS) no dia 5 de março de 2014. Idealizadora do Laboratório de História Oral em 1997 e sua coordenadora até 2009

Fonte: acervo do Núcleo de História Oral da Pontifícia Universidade Católica de Porto Alegre

Núncia foi uma profissional completa. Professora, orientadora e pesquisadora, deixou-nos importantes obras, como o livro *O italiano da esquina*, publicado em 1991 e reeditado em 2008, fruto da pesquisa desenvolvida para o doutorado, na Universidade de São Paulo (1987-1990). Na sua tese, problematizou o imigrante no contexto urbano e abriu um novo olhar para trabalhos no campo da pesquisa da história social da imigração.

Seu entusiasmo contagiava os estudantes do grupo de pesquisa. Dessa forma, Núncia começou a planejar um local para reunir o acervo das suas investigações e das de seus alunos. A partir daí, estava criada a necessidade de dar visibilidade a tantas memórias históricas. A professora gostava de reunir grupos de pesquisadores e realizar encontros de estudo, muitos deles em sua própria casa.

Os objetivos principais do Núcleo de História Oral (Figura 2), à época localizado fisicamente no Prédio 3 da PUCRS, em cima do restaurante universitário, foram preservar o incipiente acervo e estimular novas pesquisas.

Figura 2 – Reunião do grupo Núcleo de História Oral da Pontifícia Universidade Católica de Porto Alegre, Porto Alegre (RS), no Prédio 3 da instituição, em 2008, com Daniele Viegas, Claudia Fay, Antonio de Ruggiero, Leonardo Conedera, Micaela Scheer e Maria Cristina Bortolini

Fonte: acervo do Núcleo de História Oral da Pontifícia Universidade Católica de Porto Alegre

Muitas vezes, as reuniões do grupo ocorriam perto das 11 horas da manhã. Assim, era recorrente sentirmos o cheiro do almoço sendo preparado. Desde o início, o Núcleo de História Oral representou um apoio para o trabalho de alunos de toda a universidade, e não somente para o curso de História (Figura 3).

Figura 3 – Reunião na casa da professora Núncia com colegas e orientandos: Fabiane Cruz, Claudia Fay, Geneci Oliveira, Renato Menegotto, Charles Monteiro, Maria Cristina Bortolini, Rosemeri Brum, Rejane Pena, Ana Maria Sosa Gonzales e Leonor Schwartsmann

Fonte: acervo do Núcleo de História Oral da Pontifícia Universidade Católica de Porto Alegre

Núncia Constantino dedicou-se a formar pesquisadores na pós-graduação por meio da disciplina – de 60 horas – Seminário de História Oral (desde então oferecida uma vez por ano), que estimulou a discussão em torno da dimensão teórico-metodológica; e na graduação, na ainda existente disciplina Estágio de Pesquisa em Fontes Orais, cujo conteúdo se refere fundamentalmente à história oral. Como afirmou Antonio de Ruggiero (2018), foi graças ao apoio institucional da universidade que foi possível estabelecer metas precisas, elaborar novos projetos e organizar procedimentos de trabalho.

Ademais, o Núcleo de História Oral reúne equipamentos de gravação para os pesquisadores registrarem suas fontes documentais, computadores para a transcrição e análise e arquivos em que estão depositados os documentos. Dessa forma, pôde-se criar um acervo que se amplia ano a ano, com a contribuição de alunos dos diferentes níveis acadêmicos e em perspectivas interdisciplinares diversas. Até hoje, chegamos a mais de 600 entrevistas. Os assuntos tratados nelas são vários e interdisciplinares, com a promoção de atividades em conjunto

com professores e alunos das faculdades de Psicologia, Economia, Educação, Serviço Social, Comunicação, Ciências Aeronáuticas, Arquitetura e Filosofia, assim como de Sociologia.

O trabalho desenvolvido ao longo de 25 anos objetiva deixar os registros das entrevistas gravadas e a transcrição desses depoimentos, com vistas à preservação. Entre as atividades do núcleo, estão também as discussões teórico-metodológicas, as inovações tecnológicas e a divulgação das pesquisas com a realização de palestras, grupos de estudo e oficinas (Figura 4). O espaço serve como ponto de apoio para a produção de teses, dissertações e artigos que têm sido publicados em revistas especializadas; o incentivo à participação de alunos e professores em congressos e simpósios internacionais; e o convite a pesquisadores de outros centros. Um dos primeiros convidados – e que esteve três vezes na PUCRS – foi Alessandro Portelli, uma grande referência na história oral.

Figura 4 – Entre as atividades do grupo de pesquisa, estava a divulgação científica. Nessa foto, de 2012, Leonardo Conedera, Claudia Musa Fay e Núncia Constantino em tarde de autógrafos do livro *Relatos de viagem como fontes à história*

Fonte: acervo do Núcleo de História Oral da Pontifícia Universidade Católica de Porto Alegre

A preocupação inicial do grupo era estudar as questões da memória, pois seu conceito é fundamental – nesse caso, melhor dizer, memórias, porque são elas que recolhemos em depoimentos orais. Memórias são narrativas de quem vivenciou processos socioculturais, enquanto memória pode ser simplesmente as capacidades de reter fatos, ideias, impressões e de retransmiti-las, por meio de diferentes suportes, como a escrita ou a voz. Iván Izquierdo (2004), neurocientista e mais tarde fundador do Instituto do Cérebro, ressaltava a importância da emoção para a retenção da memória. Izquierdo era, com certa frequência, participante nas discussões do grupo, relatando o andamento de suas pesquisas como docente da PUCRS.

Núncia Constantino (2004b) destacava as diferentes categorias de memória. Para a psicanálise, a memória é um campo no qual as significações feitas por alguém se articulam em linha de continuidade, pelas experiências vividas ou imaginadas, mas essa linha pode estar interrompida em alguns pontos pela ação dos mecanismos de defesa, como a repressão, a negação, a racionalização e a projeção.

Desde os primeiros anos de atividade, houve o incentivo para internacionalizar o trabalho dos pesquisadores envolvidos, estabelecendo intercâmbios com várias instituições brasileiras e estrangeiras, como é o caso da Universidade Nacional de Mar del Plata; do History Center, da Universidade da Califórnia, em Long Beach; e do Immigration History Research Center, da Universidade de Minnesota. Foram promovidas atividades conjuntas com diversas outras universidades, especialmente italianas, como a Universidade da Calábria e a de Urbino.

Nos últimos anos, a rede ampliou-se, com a Universidade de Groeningen, na Holanda, e com a Universidade de Nantes, na França, onde existem núcleos de pesquisa sobre o transnacionalismo e as relações entre Europa e América Latina que valorizam também a metodologia da história oral para produzir conhecimento. Mas, especialmente, reforçaram-se as ligações com a Universidade de Gênova (Itália), cuja parceria se revela inestimável por intermédio da professora Chiara Vangelista e da professora Fulvia Zega e seu grupo de pesquisadores, reunidos na Associação Internacional Areia, em parceria com o núcleo da PUCRS.

Os temas que recebem atenção especial do nosso grupo recaem sobre a mobilidade humana, as migrações internacionais, a história de empresas, as questões de gênero e as trajetórias de vida. Entre os vários

projetos desenvolvidos, aquele de maior alcance e visibilidade foi com a Universidade de Gênova, intitulado Mulheres Imigrantes nas Cidades do Mercosul, parte do mais amplo projeto America Latina-Europa: Mujeres, Derechos, Trabajo y Ciudad. Por esses estudos, a narrativa da cidade pode ser mais bem compreendida do olhar feminino, que pouco se expressa na palavra, que é capaz de usar com muito proveito a oralidade (VANGELISTA, 2011).

Nesse contexto, inúmeros trabalhos acadêmicos nos últimos anos se beneficiaram do conceito de memória, relacionado com a metodologia da história oral, para acompanhar pesquisas inseridas no movimento historiográfico relativamente recente conhecido como nova história, que comunga a utilização de novas abordagens e análises qualitativas em perspectiva interdisciplinar. Entre os numerosos trabalhos que se ligam ao núcleo, é importante lembrar algumas pesquisas mais recentes concernentes ao nosso campo de estudo, isto é, à imigração italiana no Brasil, muitas das quais foram orientadas pela professora Núncia Constantino, como a de Antonio de Ruggiero (2011), intitulada *Emigranti toscani nel Brasile meridionale (1875-1914)*, tese defendida em 2011. Ruggiero continua investigando o tema, e eu tenho me dedicado à pesquisa de mulheres na aviação e na história empresarial.

Apesar das considerações e do reconhecimento oficial que a história oral recebeu nos últimos anos, ainda se verificam resistências focadas. Antonio de Ruggiero (2018) fala-nos da escassa confiabilidade da palavra e da memória. Na Itália, por exemplo, revela o autor que, em certos contextos acadêmicos, há alguns preconceitos em aproveitar as narrativas orais, até quando utilizadas para complementar os documentos escritos. Segundo o autor, mesmo reconhecendo a importância de historiadores italianos no campo da história oral e também em outras áreas da nova história, como a micro-história relacionada ao paradigma do método indiciário, houve resistência e desconfiança por parte dos mais tradicionais.

Os historiadores norte-americanos, que foram os pioneiros na prática da história oral, tiveram de admitir a relevância de estudiosos italianos que permitiram um salto de qualidade nesse campo. Lembramos o primeiro Oral History Office, na Universidade Colúmbia, em 1948, e a grande quantidade de estudos que nos Estados Unidos empregava a oralidade como meio para dar voz aos negros, às mulheres, aos nativos

americanos, aos imigrantes e a outros grupos frequentemente colocados às margens da sociedade.

O ano de 2020 foi especialmente penoso para o núcleo por causa da pandemia de Covid-19. O espaço na universidade foi fechado em razão das medidas sanitárias, e acabaram os grupos e as reuniões presenciais. As aulas foram suspensas em 12 de março de 2020, e iniciamos as aulas remotas emergenciais. A PUCRS disponibilizou a plataforma Zoom, e, aos poucos, fomos adaptando-nos e voltando com as reuniões *on-line*. Com a ajuda dos alunos, passamos a realizar as entrevistas a distância pela plataforma, que permitia a gravação em áudio e vídeo.

Ao mesmo tempo, ocorreram inovações tecnológicas para a transcrição das entrevistas. Passamos a utilizar o Google Docs e novos aplicativos para a transcrição de áudio e vídeo, como o Transcribe – Speech to Text, que facilitou o trabalho que antes era feito manualmente.

Poucos meses depois do início da pandemia, o núcleo de pesquisas recebeu o convite do Arquivo Público do Rio Grande do Sul e da Universidade Federal do Rio Grande do Sul para participar do projeto interinstitucional Documentando a Experiência da Covid-19 no Rio Grande do Sul. Muitas instituições tornaram-se parceiras nesse projeto, que tem como objetivo deixar registrado o que a sociedade gaúcha passou nesses dois anos. No caso do núcleo de pesquisa da PUCRS, escolhemos registrar as principais mudanças no ensino superior. Nosso projeto pretende, por meio de entrevistas com os estudantes, verificar as mudanças enfrentadas e os novos hábitos que surgiram em função da pandemia e compreender as principais alterações sofridas no cotidiano com a implantação do ensino remoto emergencial em 2020/2021.

A pandemia afetou de forma ampla toda a sociedade. No referido estudo, os relatos individuais permitem analisar a realidade coletiva que modificou a rotina dos estudantes. Buscou-se, pelas entrevistas, questionar sobretudo as alterações que se deram na relação ensino-aprendizagem, no trabalho e interpessoais, assim como os sentimentos que caracterizaram esse momento para os discentes. Os resultados obtidos apresentaram opiniões diversas, cada uma delas baseada na realidade individual dos entrevistados. O núcleo e as instituições parceiras estão construindo um acervo para que, no futuro, possa ser utilizado para fins de pesquisa, educação e cultura por outros estudos sobre a pandemia do coronavírus.

Concluo com as palavras de Núncia Constantino, revelando a importância da construção das fontes orais para a história:

> A História Oral revitaliza-se, portanto, através de um trabalho sistemático de memória; dá conta da diversidade temática; possibilitando investigar grupos humanos, que por hábito não frequentam a documentação "oficial", como mulheres e crianças. Aprofunda-se através de estudos interdisciplinares que permitem inferir significados da narrativa, da forma como os depoentes tecem uma história (CONSTANTINO, 2004a, p. 34).

Referências

CONSTANTINO, Núncia Santoro de. **Núncia Santoro de Constantino:** entrevista [8 abr. 2013]. Entrevistadora: Maria Cristina Santos. Porto Alegre: Pontifícia Universidade Católica de Porto Alegre, 2013.

CONSTANTINO, Núncia Santoro de. **Caixas no porão**. Porto Alegre: Biblos, 2004a. 238 p.

CONSTANTINO, Núncia Santoro de. **O italiano da esquina:** imigrantes na sociedade porto-alegrense. Porto Alegre: EST, 1991.

CONSTANTINO, Núncia Santoro de. Teoria da história e reabilitação da oralidade: convergência de um processo. *In*: ABRAHÃO, Maria Helena Menna Barreto (org.). **A aventura (auto)biográfica:** fundamentos e metodologia. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004b. p. 37-74.

IZQUIERDO, Iván. **Questões sobre a memória**. São Leopoldo: Unisinos, 2004.

RUGGIERO, Antonio de. **Emigranti toscani nel Brasile meridionale (1875-1914)**. 272f. Tese (Dottorato di ricerca in studi storici per l'età moderna e contemporanea) – Università degli Studi di Firenze, Florença, 2011.

RUGGIERO, Antonio de (org.). **A voz do imigrante:** memória e oralidade nos estudos históricos das migrações. Porto Alegre: Fi, 2018.

VANGELISTA, Chiara. Areia: l'archivio e l'associazione. *In*: VANGELISTA, Chiara (org.). **Areia**: le nuove migrazioni tra America Latina e Europa. Roma: Cisu, 2011. p. 115-122.

6

Núcleo de Pesquisa e Documentação sobre o Oeste do Paraná: trajetória, acervos e desafios no campo da história oral

▪ Marcos Nestor Stein, Rodrigo Ribeiro Paziani

Este capítulo tem como objetivo apresentar um relato de experiências vivenciadas por docentes ligados ao colegiado do curso de História da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste) em torno do Núcleo de Pesquisa e Documentação sobre o Oeste do Paraná (Cepedal)[1]. Primeiramente, abordamos a criação e trajetória do Cepedal, sua relevância estratégica no âmbito político-institucional e arquivístico-patrimonial da Unioeste e para a população do oeste paranaense, bem como o alargamento de seu escopo por meio de projetos de extensão e prestação de serviços. Em seguida, discutimos a incorporação e organização de acervos de história oral, mais especificamente aqueles concernentes às entrevistas orais, e os diversos projetos que envolveram a produção de fontes orais e suas vinculações com temas, questões e procedimentos da história oral (MEIHY, 1996; THOMPSON, 1999; ALBERTI; FERNANDES; FERREIRA, 2000; FREITAS, 2006).

Por último, partilhamos com o leitor um pequeno conjunto de desafios do Cepedal na atualidade, no que tange à organização do acervo de história oral, às dificuldades impostas pela conjuntura política atual e às expectativas em relação às possibilidades de se melhorar e facilitar o acesso de pesquisadores a esse importante conjunto de fontes históricas.

[1] Gostaríamos de registrar nossos agradecimentos a Méri Frotscher Kramer, que representou o Cepedal no Fórum de Coletivos de História Oral: Regional Sul, e a Aline Binsfeld, o levantamento de informações para a elaboração deste texto.

Criação e trajetória do Cepedal

O Cepedal é um órgão vinculado cientificamente ao Centro de Ciências Humanas, Educação e Letras da Unioeste, *campus* Marechal Cândido Rondon. Foi criado em 1989 por um grupo de docentes da então Faculdade de Ciências Humanas de Marechal Cândido Rondon e tinha como missão coletar, pesquisar, preservar e disponibilizar para a pesquisa acervos de documentos históricos sobre a região que envolve a tríplice fronteira entre Brasil, Paraguai e Argentina (STEIN; SILVA; KOLING, 2014).

Essa abrangência geográfica deve-se ao fato de docentes da instituição estarem, à época, envolvidos com pesquisas relacionadas à história das missões jesuíticas nos referidos países, com discussões sobre a integração latino-americana e com eventos como o Congresso de Cultura e Educação para Integração da América Latina (Cepial), promovido pela Casa Latino-Americana e pelo Comitê de Integração Latino-Americana, em parceria com a Unioeste e outras instituições de pesquisa e ensino brasileiras. Cabe registrar que a primeira edição do Cepial ocorreu em 1992, em Marechal Cândido Rondon (PR). Desde então, são realizadas edições do evento, de forma itinerante, em diversas instituições de pesquisa e ensino superior da América do Sul[2].

Gradativamente, o Cepedal passou a ter como escopo principal as atividades de pesquisa e preservação de acervos documentais concernentes à região oeste do Paraná e às populações de fronteira a ela vinculadas. Isso se deu em função das pesquisas de docentes da Unioeste, criada em 1994.

Em seus 32 anos de existência, o Cepedal reuniu em seu acervo um grande e diversificado conjunto de documentos desde a década de 1940, quando teve início o processo de colonização do oeste paranaense. Entre eles, destacamos os seguintes:

- Hemeroteca, composta de 11 títulos de jornais de circulação local e regional, publicados desde a década de 1970. A coleção de jornais é constituída de aproximadamente três mil volumes;
- Acervo de cerca de mil fotografias que apresentam imagens da ocupação do oeste do Paraná;

[2] Mais informações sobre o Cepial estão disponíveis em: http://casla.org/cepial/wp-content/uploads/2021/08/I-CEPIAL-Mal.-Candido-Rondon-1992.pdf. Acesso em: 10 dez. 2021.

- Fundo Bluhm, composto de obras em língua alemã, totalizando 540 exemplares;
- Fundo Ernst Mann, constituído de correspondências, jornais, artigos publicados, mapas, revistas, livros e fôlderes relacionados às temáticas articuladas ao oeste do Paraná, particularmente sobre a cidade de Guaíra. O fundo contém 2.038 documentos;
- Fundo Estanislau Czycza, com um acervo de 31 volumes de revistas e livros em polonês;
- Fundo Lincoln Leduc, formado de um acervo de periódicos, revistas, reportagens jornalísticas, documentos e fotos referentes à construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu. O fundo contempla um volume de 88 documentos;
- Fundo Pauletti Pedron, composto de periódicos, revistas, reportagens jornalísticas, documentos e entrevistas relativos à cidade de Palotina, no oeste do Paraná. Possui 93 documentos;
- Fundo Vilma Fiorotto, com 50 documentos, incluindo periódicos e revistas sobre sindicalismo, barragens, movimentos sociais e reforma agrária;
- Fundo Gernote Kirinus, composto de um vasto conjunto de documentos (jornais, cartas, atas, documentos administrativos) referentes a temas como reforma agrária, redemocratização do país, anistia e direitos humanos, luta dos povos indígenas, entre outros;
- Acervo de fichas de filiação da Aliança Renovadora Nacional (Arena) e do Partido Democrático Social (PDS) do município de Marechal Cândido Rondon, dos anos de 1980 a 1983, correspondentes aos últimos da ditadura civil-militar brasileira;
- Um acervo com 2.970 processos trabalhistas findos da Junta da Justiça do Trabalho de Marechal Cândido Rondon;
- Acervo de mapas e documentos da construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu;
- Biblioteca de apoio na área de história do Paraná e da América Latina, formada de mais de dois mil livros e integrada ao sistema de bibliotecas da Unioeste.

Como se pode perceber, trata-se de um acervo de grande importância para a preservação da memória da região oeste do Paraná e para o desenvolvimento de diversas pesquisas nos vários campos das ciências humanas. As Figuras 1 e 2 apresentam imagens do acervo do Cepedal.

Figura 1 – Vista parcial do acervo do Núcleo de Pesquisa e Documentação sobre o Oeste do Paraná

Fonte: acervo do Núcleo de Pesquisa e Documentação sobre o Oeste do Paraná (2021)

Figura 2 – Vista parcial da hemeroteca do Núcleo de Pesquisa e Documentação sobre o Oeste do Paraná

Fonte: acervo do Núcleo de Pesquisa e Documentação sobre o Oeste do Paraná (2021)

Em 2011, o Cepedal foi contemplado com recursos do Programa de Extensão Universitária, do Ministério da Educação, via Secretaria de Educação Superior, para a execução do projeto intitulado Programa de Organização e Digitalização dos Fundos Documentais do Acervo do Núcleo de Pesquisa e Documentação sobre o Oeste do Paraná (Cepedal). Além da digitalização do acervo, o projeto desenvolveu ações para preservar esse conjunto de documentos e para aumentar as possibilidades de acesso por parte dos pesquisadores e da comunidade em geral, além de contribuir na formação dos bolsistas que atuaram nele.

O Cepedal também passou a desenvolver atividades relacionadas à extensão e prestação de serviços (mediante parcerias, projetos e convênios). Entre elas, são dignos de registro o projeto de extensão Ações para a Higienização, Catalogação e Digitalização do Acervo do Museu de Imagem e Som de Cascavel (MIS)[3], executado desde 2009; o projeto Ações de Higienização e Digitalização do Acervo da Rádio Difusora, de Marechal Cândido Rondon, iniciado em 2016; e o projeto Preservação Documental e da Memória do Fomento à Pesquisa da Fundação Araucária: Higienização, Catalogação e Digitalização e Produção de Dados sobre o Acervo (2000-2020), que começou em 2021.

Atualmente o Cepedal ocupa um espaço de cerca de 500 m^2, em um edifício com área total de 2.070 m^2. O edifício, apresentado na Figura 3, concluído em 2020, foi construído com recursos captados no edital Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações (MCT)/ Financiadora de Estudos e Projetos (Finep)/CT-Infra, da Unioeste e com apoio da Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior do Paraná.

[3] O acervo de fotografias do MIS é constituído de cerca de 50 mil fotografias. As versões digitalizadas estão disponíveis em: http://cascavel.pr.gov.br/servicos/museu/acervo.php. Acesso em: 10 dez. 2021.

Figura 3 – Vista parcial (entrada) do Núcleo de Pesquisa e Documentação sobre o Oeste do Paraná, no novo prédio

Fonte: acervo do Núcleo de Pesquisa e Documentação sobre o Oeste do Paraná (2021)

No prédio onde se encontra o Cepedal também funciona, integrado a este, o Laboratório de Microfilmagem e Digitalização (Lamidi), espaço pertencente ao Programa de Pós-Graduação em História da Unioeste. Constituído em 2006, com financiamento da Finep e do MCT/da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), o Lamidi tem como finalidades microfilmar e digitalizar documentação histórica, administrativa, institucional e científica. Possuidor de registro na Secretaria Nacional de Segurança Pública para realizar microfilmagem e reprodução de documentos com reconhecimento legal, o Lamidi está habilitado a prestar serviços nessa área e também cadastrado na Plataforma Nacional de Infraestrutura de Pesquisa.

Desde 1999, o Cepedal publica a revista *Espaço Plural* (ISSN 1518-4196). Trata-se de um periódico científico que tem como objetivo publicar artigos, entrevistas e resenhas atinentes às áreas das ciências humanas e, de maneira particular, da história e da documentação sob

a guarda do Cepedal e/ou de outras instituições de interesse social, científico e acadêmico. Hoje em dia, o escopo da revista está sendo reformulado para que esta se torne um periódico de referência na publicação de resultados de pesquisas de discentes de programas de pós-graduação em História do Brasil e do exterior.

Acervo de história oral do Cepedal

Em termos de contribuições de materiais de pesquisa no domínio da história oral, é necessário sublinhar que o Cepedal abriga há mais de duas décadas um considerável acervo de entrevistas orais. Em sua maioria, tais entrevistas são fruto de doações – como a realizada em 1991 pela prefeitura de Marechal Cândido Rondon de fitas cassete com gravações de entrevistas de pioneiros do município – e de projetos de extensão e pesquisa desenvolvidos por docentes da Unioeste.

A relevância técnica, metodológica, historiográfica e arquivística das entrevistas orais para o acervo do Cepedal vem da necessidade premente de valorizar a memória (individual e/ou coletiva), especialmente aquela que estabelece mediações entre temas e sujeitos históricos em localidades específicas – nesse caso, os grupos humanos do oeste do Paraná. Para José Carlos Sebe Bom Meihy, isso ocorre não apenas pelo fato de a memória ser a "matéria-prima essencial das entrevistas" (*apud* MARIANO, 2020), mas também porque há um interesse da história oral "pelo tempo da memória, as variações, distorções e atropelos narrativos" (*apud* MARIANO, 2020) – elementos que as pesquisas e os projetos realizados no Cepedal também levam em consideração.

Nesse sentido, entre os diversos projetos executados por docentes vinculados ao Cepedal que contribuíram para a constituição do acervo, citamos os seguintes:

- Projeto Memória Viva. A atividade foi coordenada pela professora Lia Dorotéa Pfluck e executada entre 1991 e 1994. Além da realização de entrevistas com pessoas que participaram do processo de colonização do oeste do Paraná, nas décadas de 1940, 50 e 60, e da coleta de fotografias e outros documentos, visava incentivar o acesso da comunidade ao acervo e atividades com alunos de escolas de ensinos fundamental e médio do município;

- Projeto Patrimônio em Marechal Cândido Rondon: Levantamento de Imóveis, Documentação, Catalogação de Dados e Educação Patrimonial. A atividade foi coordenada pela professora Méri Frotscher Kramer e executada em 2004 e 2005. Além do levantamento de diversos documentos, o projeto resultou na produção e transcrição de 15 entrevistas orais com habitantes do referido município, das quais nove foram autorizadas pelos entrevistados para serem doadas para o Cepedal;
- Projeto Produção e Disponibilização de Fontes Orais sobre a Microrregião Paranaense do Cantuquiriguaçu. A atividade, vinculada ao Programa Universidade Sem Fronteiras, foi realizada sob a coordenação da docente Geni Rosa Duarte em 2009 e 2010;
- Projeto Memórias e Deslocamentos: Movimentos Populacionais e Constituição de Territórios no e a partir do Oeste do Paraná. A atividade, que foi realizada entre 2008 e 2010 e coordenada pela docente Méri Frotscher, produziu 28 entrevistas com emigrantes retornados da Europa, quase a totalidade da Áustria e da Suíça;
- Projeto História Oral e Preservação Documental: Memórias e Experiências Sociais Urbanas e Rurais do Oeste do Paraná, desenvolvido de 2010 a 2012. A atividade foi coordenada pelo professor Robson Laverdi e disponibilizou para o Cepedal 11 narrativas orais com trabalhadores do oeste do Paraná;
- Projeto Deslocamentos e (Des)Encontros: Refugiados da II Guerra Mundial e "Brasileiros" em Guarapuava – PR. A atividade foi coordenada pela professora Méri Frotscher Kramer e produziu 23 entrevistas de história de vida com moradores do distrito de Entre Rios, Guarapuava (PR);
- Projeto Coleta e Guarda de Fontes Históricas do Município de São José das Palmeiras (PR). A atividade foi desenvolvida nos anos de 2011 e 2012, sob a coordenação do docente Márcio Antônio Both da Silva;
- Projeto Memória e Ditadura no Oeste do Paraná. A atividade ocorreu entre os anos de 2012 e 2019 sob a coordenação da professora Carla Luciana Silva. Uma das entrevistas produzidas foi publicada na revista *Espaço Plural*, em 2012.

Essa considerável quantidade e diversidade de narrativas orais, assim como se passa com o acervo de outros materiais citados anteriormente, torna o Cepedal um centro de referência para

pesquisadores, de maneira especial docentes e discentes da Unioeste e de outras instituições de ensino superior do Paraná.

No entanto, se a pesquisa com acervos de fotografias, jornais e documentos impressos está mais acessível em função de boa parte estar digitalizada, o acervo de entrevistas orais apresenta diversos desafios procedimentais. É o que veremos no tópico que encerra este capítulo.

Desafios do presente, expectativas futuras

Um dos importantes desafios colocados ao Cepedal, especialmente quando se refere ao trato das entrevistas orais, é de natureza metodológica e exige atenção particular dos docentes responsáveis pelas atividades de pesquisa e de projetos.

Em primeiro lugar, porque os acervos de entrevistas orais não podem ser tratados apenas como fonte de informações, mas como "construções sociais complexas que são inerentemente subjetivas" (FREUND, 2013, p. 28). Em outros termos, as narrativas orais são momentos de produção de sentidos. Por isso, não basta apenas analisar o que foi dito, mas como foi dito. Em segundo lugar, decorre disso a importância de o pesquisador não somente utilizar transcrições das entrevistas, mas também de saber escutá-las ou assistir a elas. Nas palavras de Alexander Freund (2013, p. 41):

> Os pesquisadores precisam descobrir muito mais sobre o entrevistador e o local da entrevista. Isto irá ajudá-los a entender porque um entrevistador perguntou certa questão em um determinado momento, por que ele o perguntou de uma maneira específica e por que não fez outras perguntas. Isto os ajudará a responder por que um entrevistado respondeu a perguntas ou contou histórias de determinadas maneiras e por que ele deixou de fora ou encobertou determinados temas.

Nessa perspectiva, devemos sempre levar em consideração que as entrevistas orais são produtos de diálogo entre entrevistadores e entrevistados. Ao discutir essa característica da história oral, Alessandro Portelli (2010, p. 20) afirma:

> A ideia de que existe um "observado" e um "observador" é uma ilusão positivista: durante todo o tempo, enquanto o pesquisador olha para o seu narrador, o narrador olha para ele, a fim de entender quem é e o que quer, de modelar seu próprio discurso a partir dessas percepções. A "entre/vista", afinal, é uma troca de olhares. E bem mais do que outras formas de arte verbal, a história oral é um gênero multivocal, resultado do trabalho comum de uma pluralidade de autores em diálogo.

Todavia, sabe-se que, quando se trabalha com acervos de entrevistas orais, raramente essa "troca de olhares" assinalada por Portelli (2010) pode ser percebida, principalmente tratando-se de formas de armazenamento.

O que coloca um segundo desafio – de natureza técnica (mas também organizacional) – aos responsáveis pelo Cepedal: a maior parte das entrevistas que estão sob a guarda do referido órgão foi gravada somente em áudio. Perdem-se tanto as imagens de expressões, gestos e sentimentos partilhados com o entrevistador quanto a relação – por vezes, contraditória e ambígua – que estas possuem com as palavras oralizadas.

Por sua vez, existe um pequeno rol de entrevistas orais no acervo do Cepedal que estão gravadas em formato de vídeo, porém em geral o enquadramento da câmera fica centrado exclusivamente no entrevistado. O que se pode ganhar em termos de sentimentos, expressões ou gestos em planos próximos (ou médios) – talvez tenha sido essa a intenção de quem fez as entrevistas – acaba por desconsiderar outras possibilidades de enquadramento, como, por exemplo, o local em que o sujeito/entrevistado se encontra e as características sociais, culturais, arquiteturais e até afetivas desse local.

Um terceiro desafio que deve ser levado em conta concernente a pesquisas com acervos de entrevistas orais envolve o contexto de suas produções e os objetivos dos pesquisadores. De acordo com Juliana Ramos Luiz e Marco Antônio Teixeira (2013, p. 84), o "contexto da produção da entrevista [...] pode revelar os critérios de seleção dos entrevistados, o processo de elaboração do roteiro de perguntas, assim

como algumas das indagações que acompanharam os entrevistadores". No caso do Cepedal, a maior parte das entrevistas que estão sob a sua guarda é proveniente de projetos desenvolvidos por docentes vinculados ao órgão. Denominados Planos de Trabalho de Pesquisa (PTP) – alguns apontados anteriormente –, esses projetos têm por primazia desenvolver atividades de pesquisa ligadas ao acervo que envolvem docentes e discentes e que podem articular-se aos campos do ensino e da extensão. Além disso, um traço importante é que neles se podem – sobretudo em seus relatórios (parciais e finais) – observar as intenções e metodologias empregadas pelos seus executores no trabalho com as fontes orais e os temas de pesquisa, no entanto entendemos ser necessários um trabalho de continuidade e ampliação de PTPs voltados a pesquisas com acervos de entrevistas orais e a disponibilização desse material para os pesquisadores, pois, nas palavras de Viviane Borges (2012, p. 670), "as fontes orais, como qualquer outra fonte, podem despertar diferentes interpretações, novas leituras, outros olhares e distintos usos quando empregadas em outros estudos que não aquele que as originou".

O quarto desafio tem a ver com o processo de gravação digital de entrevistas orais. É de amplo conhecimento o fato de que mudanças substanciais produzidas pelo capitalismo no âmbito das tecnologias da comunicação e informação têm facilitado os trabalhos de produção, reprodução, organização e divulgação de fontes orais de pesquisa. É o que nos diz o historiador Juan Andrés Bresciano (2010) quando elenca seis variações técnico-metodológicas, das quais citamos as seguintes:

> (i) Los grabadores digitales modifican el modo en que las entrevistas se realizan al introducir una nueva clase de soporte que, por sus peculiaridades, habilita operaciones novedosas de análisis y de procesamiento de los registros [...]
> (iii) La digitalización masiva de los registros orales y audiovisuales producidos en soportes analógicos abre las puertas a una utilización mucho más provechosa de fuentes que existían desde hace décadas, pero que resultaban de acceso restringido en razón del modo en que fueron generadas.

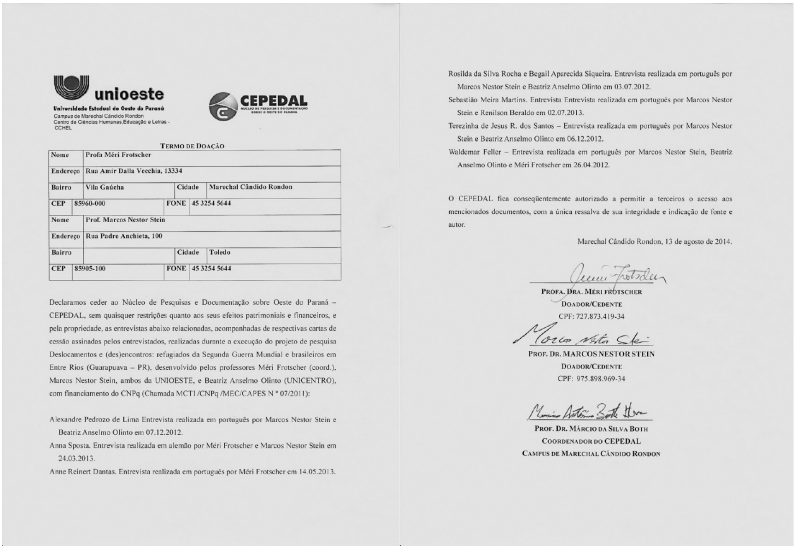
> (iv) La conformación de repositorios digitales que conservan fuentes específicas para la Historia Oral supone una modalidad original de relacionamiento entre el investigador y los archivos, la cual redunda en una mayor eficiencia en las compulsas documentales (BRESCIANO, 2010, p. 11-12).

Apesar dessas importantes perspectivas abertas pelo mundo digital a quem realiza pesquisa científica e/ou organiza arquivos e centros de memória e documentação, sabemos também que as entrevistas digitais demandam um cuidado particular em relação ao seu armazenamento – aparelhos e suportes técnicos são constantemente modificados – e à sua disponibilização em rede.

Tal assertiva vale de maneira particular para o Cepedal, pois, além de parcela significativa de seu acervo (incluindo as entrevistas orais) ainda não ter sido devidamente digitalizada, não dispomos de um sistema eficiente de publicização do acervo em rede. Trata-se de uma questão fundamental que teremos de enfrentar nos próximos anos, mesmo cientes da conjuntura atual bastante desfavorável.

Um quinto desafio envolve o uso legal de algumas das entrevistas orais do acervo. É o caso, por exemplo, daquelas que não possuem cartas de cessão de direitos, ou, quando as possuem, que não oferecem segurança jurídica indicando se podem ou não ser utilizadas em pesquisas por terceiros. Por outro lado, a maior parte do acervo de entrevistas orais pertencente ao Cepedal conta com um documento que habilita o órgão e outros pesquisadores a fazerem uso das entrevistas que são disponibilizadas pelos pesquisadores. Na Figura 4, apresentamos um exemplo de carta de cessão de direitos de uso de entrevistas do Cepedal.

Figura 4 – Exemplo de carta de cessão de direitos autorais do Núcleo de Pesquisa e Documentação sobre o Oeste do Paraná



unioeste
Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Campus de Marechal Cândido Rondon
Centro de Ciências Humanas,Educação e Letras - CCHEL

CEPEDAL
NÚCLEO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO SOBRE O OESTE DO PARANÁ

TERMO DE DOAÇÃO

Nome	Profa Méri Frotscher		
Endereço	Rua Amir Daila Vecchia, 13334		
Bairro	Vila Gaúcha	Cidade	Marechal Cândido Rondon
CEP	85960-000	FONE	45 3254 5644
Nome	Prof. Marcos Nestor Stein		
Endereço	Rua Padre Anchieta, 100		
Bairro		Cidade	Toledo
CEP	85905-100	FONE	45 3254 5644

Declaramos ceder ao Núcleo de Pesquisas e Documentação sobre Oeste do Paraná – CEPEDAL, sem quaisquer restrições quanto aos seus efeitos patrimoniais e financeiros, e pelo propriedade, as entrevistas abaixo relacionadas, acompanhadas de respectivas cartas de cessão assinadas pelos entrevistados, realizadas durante a execução do projeto de pesquisa Deslocamentos e (des)encontros: refugiados da Segunda Guerra Mundial e brasileiros em Entre Rios (Guarapuava – PR), desenvolvido pelos professores Méri Frotscher (coord.), Marcos Nestor Stein, ambos da UNIOESTE, e Beatriz Anselmo Olinto (UNICENTRO), com financiamento do CNPq (Chamada MCTI /CNPq /MEC/CAPES N ° 07/2011):

Alexandre Pedrozo de Lima Entrevista realizada em português por Marcos Nestor Stein e Beatriz Anselmo Olinto em 07.12.2012.
Anna Sposia. Entrevista realizada em alemão por Méri Frotscher e Marcos Nestor Stein em 24.03.2013.
Anne Reinert Dantas. Entrevista realizada em português por Méri Frotscher em 14.05.2013.
Rosilda da Silva Rocha e Begail Aparecida Siqueira. Entrevista realizada em português por Marcos Nestor Stein e Beatriz Anselmo Olinto em 03.07.2012.
Sebastião Meira Martins. Entrevista Entrevista realizada em português por Marcos Nestor Stein e Renilson Beraldo em 02.07.2013.
Terezinha de Jesus R. dos Santos – Entrevista realizada em português por Marcos Nestor Stein e Beatriz Anselmo Olinto em 06.12.2012.
Waldemir Feller – Entrevista realizada em português por Marcos Nestor Stein, Beatriz Anselmo Olinto e Méri Frotscher em 26.04.2012.

O CEPEDAL fica conseqüentemente autorizado a permitir a terceiros o acesso aos mencionados documentos, com a única ressalva de sua integridade e indicação de fonte e autor.

Marechal Cândido Rondon, 13 de agosto de 2014.

PROFA. DRA. MÉRI FROTSCHER
DOADOR/CEDENTE
CPF: 727.873.419-34

PROF. DR. MARCOS NESTOR STEIN
DOADOR/CEDENTE
CPF: 975.898.969-34

PROF. DR. MÁRCIO DA SILVA BOTH
COORDENADOR DO CEPEDAL
CAMPUS DE MARECHAL CÂNDIDO RONDON

Fonte: acervo do Núcleo de Pesquisa e Documentação sobre o Oeste do Paraná (2021)

Um sexto e último desafio colocado aos responsáveis pelo Cepedal para os próximos anos, com destaque para o acervo de história oral, diz respeito à tarefa de realizarmos procedimentos de transcrição de entrevistas e conversão digital.

Em relação à primeira tarefa, trata-se de uma operação reconhecidamente nada simples, posto que envolve o cuidado para não alterar os sentidos das palavras ou frases ditas, ao mesmo tempo que pode exigir certas intervenções pontuais – por exemplo, que impeçam a fluência da leitura. Todavia, existem possibilidades de realização.

O problema torna-se maior quando olhamos para a segunda, pois estamos diante de um compromisso mais custoso e complexo. No acervo de história oral do Cepedal, por exemplo, as entrevistas referentes aos projetos mencionados estão salvas em fitas cassete e VHS, isto é, em equipamentos e suportes técnico-informacionais considerados obsoletos. Isso cria sérios desafios dos pontos de vista acadêmico, tecnológico e financeiro para a digitalização do acervo oral.

Sobre essa questão, Bresciano (2010) aponta certos inconvenientes e até mesmo limites para procedimentos de conversão digital. Afirma o historiador uruguaio:

> A obsolescencia de equipos y de programas informáticos – una tendencia que se acentúa a medida que la Revolución Informática se acelera – crea serios inconvenientes para una adecuada conservación de los documentos en sus soportes originales, puesto que desparecen paulatinamente los equipos que permiten su lectura. La migración de registros a los nuevos soportes constituye un paliativo necesario, pero no plenamente satisfactorio, sobre todo cuando los recursos materiales de los repositorios son limitados y no garantizan el mantenimiento de los ordenadores y programas de décadas anteriores (BRESCIANO, 2010, p. 20).

De qualquer maneira, o principal desafio que se apresenta ao Cepedal (e não apenas a ele) para a realização de tarefas desse porte consiste na falta de recursos tanto financeiros (infraestrutura) quanto humanos (técnicos, bolsistas, estagiários) que permitam atender às necessidades e garantir a sua consecução e disponibilização ao público interessado. Isso se torna mais agravante no contexto histórico recente do país, marcado por sucessivos cortes de investimentos públicos em educação e cultura, ciência e tecnologia.

Tais dificuldades só não são maiores em função do papel proativo desempenhado por setores da Unioeste, especialmente a direção-geral do *campus* Marechal Cândido Rondon, no apoio acadêmico, técnico-administrativo e, sempre que possível, infraestrutural na manutenção e consecução das atividades do Cepedal, e da pró-reitora de Extensão da universidade. A disponibilização de recursos via editais para contratação de bolsistas e estagiários e a aquisição de equipamentos, bem como a assinatura de convênios e parcerias, têm possibilitado a execução de projetos e prestações de serviço – anteriormente mencionados – e de outras atividades essenciais para o Cepedal seguir cumprindo sua missão de produzir, pesquisar e disponibilizar documentos históricos sobre o oeste do Paraná.

Por fim, gostaríamos de registrar que, ainda que estejamos enredados em um contexto tão adverso, as expectativas futuras do Cepedal quanto ao enfrentamento dos desafios postos em relação ao acervo de história oral e, de modo amplo, ao conjunto de documentações nele salvaguardado ensejam que nós – professores e pesquisadores de História – busquemos formas de manter vivas as histórias contadas (e gravadas) de homens e mulheres, de modo que possamos reinscrever (e reescrever) os lugares de memória e as memórias dos lugares no tempo presente, em nosso presente.

Referências

ALBERTI, Verena; FERNANDES, Tania Maria; FERREIRA, Marieta Moraes (org.). **História oral:** desafios para o século XXI. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2000. 204 p.

BORGES, Viviane Trindade. As falas gravadas pelos outros: fontes orais, arquivos orais e arquivos sonoros, inquietações da história do tempo presente. **Diálogos**, v. 16, n. 2, p. 663-676, maio-ago. 2012.

BRESCIANO, Juan Andrés. La historia oral en contextos digitales: transformaciones recientes de un subcampo disciplinario. **História Oral**, v. 13, n. 2, p. 11-32, jul.-dez. 2010.

FREITAS, Sônia Maria de. **História oral:** possibilidades e procedimentos. 2. ed. São Paulo: Humanitas, 2006.

FREUND, Alexander. História oral como processo gerador de dados. **Tempos Históricos**, v. 17, p. 28-62, 2013.

LUIZ, Juliana Ramos; TEIXEIRA, Marco Antônio dos Santos. Alguns desafios na organização de acervos de fontes orais: o caso do Núcleo de Pesquisa, Documentação e Referência sobre Movimentos Sociais e Políticas Públicas no Campo (CPDA/UFRRJ). **História Oral**, v. 16, n. 2, p. 73-99, jul./dez. 2013.

MARIANO, Agnes Francine de Carvalho. "A memória é a matéria essencial das entrevistas": entrevista com José Carlos Sebe Bom Meihy. **Lumina**, v. 14, n. 3, p. 213-226, 2020.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. **Manual de história oral**. São Paulo: Loyola, 1996.

PORTELLI, Alessandro. **Ensaios de história oral**. São Paulo: Letra e Voz, 2010.

STEIN, Marcos Nestor; SILVA, Márcio Antônio Both da; KOLING, Paulo José. Organização e digitalização dos fundos documentais do acervo do Núcleo de Pesquisa e Documentação sobre o Oeste do Paraná (Cepedal). **Espaço Plural**, ano 15, n. 31, p. 271-281, 2014.

THOMPSON, Paul. A entrevista. *In*: THOMPSON, Paul. **A voz do passado:** história oral. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999. p. 254-278.

7

Núcleo de Pesquisa e Estudos Amadurecer e Labedum, da Faculdade Municipal de Educação e Meio Ambiente de Clevelândia (PR): uma construção por demanda

▪ Maralice Maschio, Sergio Ricardo Ferreira, Thaís de Jesus Ferreira

Contextualização

Em 2019, em função do X Encontro Regional Sul de História Oral e da realização do Fórum de Coletivos de História Oral no sul do país, a Faculdade Municipal de Educação e Meio Ambiente (Fama) criou o Laboratório Multidisciplinar de Ensino, Pesquisa e Extensão e apresentou suas propostas para o segundo semestre do ano em questão. Por votação dos acadêmicos, o laboratório passou a se chamar Laboratório Multidisciplinar Paulo Freire.

O laboratório possuía uma sala na biblioteca da faculdade e funcionava com inúmeros projetos acompanhados pela Coordenação de Ensino, Pesquisa e Extensão, em sua maioria não envolvendo história oral, tampouco os acadêmicos. Ele funcionou entre agosto de 2019 e fevereiro de 2020, sendo extinto posteriormente a pedido da direção-geral.

Em 2021, no âmbito do XI Encontro Regional Sul de História Oral, recebemos o convite para participar do Fórum de Coletivos e reabrimos o laboratório. No mês de março desse mesmo ano havia sido encaminhado um projeto de Laboratório de Educação e Meio Ambiente (Labedum) para a Coordenação de Ensino, Pesquisa e Extensão e para a direção, o qual foi aprovado no momento em que fomos convidados a participar do fórum e instituído pela Resolução n.º 04-Fama, de 4 de outubro de 2021.

Recebemos, por parte da direção-geral e da Prefeitura de Clevelândia, um espaço compartilhado de trabalho na Biblioteca Cidadã, onde também está salvaguardado o acervo do antigo

museu da cidade. Nesse local, iniciamos nosso processo de trabalho atrelando o laboratório ao núcleo de pesquisa que criamos: Núcleo de Pesquisas e Estudos em Religiosidades, Educação, Meio Ambiente e Políticas Públicas (Amadurecer), instituído pela Resolução n.º 03-Fama, de 4 de outubro de 2021, associado à Universidade Federal da Paraíba (UFPB) e a outras universidades parceiras, por intermédio da Associação Internacional de Estudos de Afetos e Religiões (Amar). Nesse movimento, o laboratório passou a ser o executor das ações propostas pelo núcleo, no segundo semestre, mais especificamente mês de setembro de 2021.

Os projetos apresentados ao Fórum de Coletivos, nesse ano, passaram a compor diretamente a movimentação do núcleo e do laboratório, tendo a história oral como principal campo de pesquisa, valorizando a interdisciplinaridade que ela proporciona. Afinal, somos uma instituição com vários pesquisadores, de diferentes áreas, com variadas metodologias de trabalho. Esses projetos foram expostos aos coordenadores de curso de graduação e, também, à prefeitura. São eles:

- Do Lixão ao Parque: projeto de educação ambiental que percorre historicamente as trajetórias de vida e trabalho dos moradores das redondezas do Parque Natural Municipal Tamarino de Ávila e Silva, instituído pelo Decreto Municipal n.º 277, de 26 de abril de 2016, e gerenciado pela Fama, quando trabalhavam no lixão até o momento em que o espaço foi transformado num parque natural;
- Educação Intercultural Indígena: Saberes e Fazeres Decoloniais do Povo Guarani e Kaigangue de Clevelândia-PR: visa estudar as cosmovisões de povos originários indígenas da Reserva Nitotu, por meio de suas histórias anteriores à chegada à reserva, da constituição do espaço, da vida na Nitotu, entre outros aspectos envolvendo educação, meio ambiente, religiosidade e políticas públicas;
- Constituição de Acervos em Clevelândia: desenvolvido no sentido de valorizar o já composto acervo do antigo museu, os acervos que estamos formando em trabalho de campo e os potenciais que temos em mãos. Nosso intuito é criar um museu municipal universitário na cidade temático, interativo, vivo, com a participação do maior número possível de sujeitos e grupos pertencentes à história da cidade e, automaticamente, para a cidade;
- A Colcha de Retalhos da História de Clevelândia: projeto do qual os demais projetos são integrantes, porque trata das lacunas

historiográficas nas produções da/sobre a cidade, bem como propõe uma construção geracional, por intermédio da história oral, de sujeitos e grupos de Clevelândia.

Por conseguinte, outros dois projetos se desdobraram da movimentação do trabalho de campo, com as possibilidades da criação do museu e de a cidade ser recolocada no mapa do turismo. Com a colaboração do pesquisador e também membro do grupo Carlos Frederico Branco, realizamos uma cartografia socioambiental nos olhos-d'água que marcam a história da presença do monge São João Maria na região. Assim, esboçamos a ideia de criar um corredor turístico e ecológico, por causa das nascentes, da vegetação e das bacias hidrográficas, muitas possuidoras de trilhas. A proposta envolve a história de pessoas e do monge, restauro, conservação, transformação de espaços em patrimônio etc.

O outro projeto deve-se à trajetória dos sujeitos envolvidos no lixão, pois muitos são até hoje catadores de recicláveis. Propomos a concretização da associação dos catadores, já existente, mediante a construção de uma cooperativa recicladora que melhore as condições de vida e de trabalho dos envolvidos, potencialize e oferte em Clevelândia outros empregos, auxiliando na transformação da cidade em sustentável.

Em linhas gerais, com isso, temos construído um trabalho de pesquisa por demanda, alicerçado na história oral e fazendo uso de metodologias antropológicas, etnográficas, geográficas, históricas, educacionais. Vislumbramos, nesse trabalho, a proposição de políticas públicas contextualizadas à realidade desses sujeitos que viveram do antigo lixão e hoje, na grande maioria, estão desassistidos pelo poder público.

Crítica da colonialidade com projetos por demanda

A colonialidade dos saberes reprime formas de produção de conhecimento e, em consequência, nega o legado cultural, intelectual e histórico dos povos. Nesse ponto, perspectivamos a crítica da colonialidade com projetos por demanda como ato de insurgência política contra a opressão e de resistência das comunidades pesquisadas.

De acordo com Quijano (2007), a colonialidade é refletida tanto pelo sistema de conhecimentos como pela "colonização da imaginação" dos povos colonizados. Esses mecanismos coloniais transformam-se ao longo da história e evidenciam-se em ações repressivas e pela expropriação das diferentes formas de conhecimento. Entendemos que a criação de projetos por demanda é um importante movimento superador dessa lógica colonial, coadunando com Mignolo (2007, p. 452), que considera com veemência "a força epistêmica e histórica de histórias locais".

Portanto, criamos projetos sobre e para o município de Clevelândia envolvendo temáticas que dialogam com os eixos do núcleo de pesquisa: religiosidades, educação, meio ambiente e políticas públicas, tendo o Labedum como executor e num processo por demanda, como já dissemos. Isso ocorreu porque acreditamos que a tríade indissociável pesquisa, ensino e extensão "reflete um conceito de qualidade do trabalho acadêmico que favorece a aproximação entre universidade e sociedade, a autorreflexão crítica, a emancipação teórica e prática dos estudantes e o significado social do trabalho acadêmico" (ANDES-SN, 2003, p. 30). Perspectivamos que trabalhos científicos, tais como de conclusão de curso, dissertações e teses, precisam ser publicados e não apenas armazenados em bibliotecas e repositórios. Acreditamos num trabalho colaborativo e temos compromisso social com a comunidade que nos acolhe.

Recentemente, Rita Segato (2021) lançou um livro com oito ensaios no qual aborda uma crítica da colonialidade com base no que conceitua como antropologia por demanda. Para ela, não se trata de melhorar a vida de comunidades pelo olhar do colonizador, numa espécie de antropologia aplicada, mas sim de como reconhecer o que dá unidade ao livro:

> É uma perspectiva teórico-política que expõe as aspirações e os valores próprios de um projeto histórico alternativo e disfuncional ao capital. Esse projeto alternativo revela-se a partir de uma disponibilidade de antropólogas e antropólogos para serem interpelados por comunidades e povos que lhes colocam suas "demandas" e permitem, assim, que sua "ciência" obtenha um lugar e uma razão no caminho do presente (SEGATO, 2021, p. 13).

Nessa empreitada, reconhecemos e valorizamos a importância de um trabalho de campo produzido em equipe, por historiadores, pedagogos, antropólogos, analistas de sistemas, administradores, entre outros, em busca de sujeitos que são ouvidos por nós, em entrevistas no formato de histórias de vida, por vezes também temáticas, mas sem roteiros semiestruturados que garantiriam o que gostaríamos de ouvir. O que queremos é ouvir esses sujeitos e, com base no que ouvimos, buscamos estratégias ora no campo das políticas públicas, ora da legislação, ora de conversas com o poder público, ora dentro da faculdade, de garantir-lhes ou auxiliá-los no que apresentaram a nós em formato de demanda.

Talvez estejamos sendo ousados ou, até mesmo, ideológicos, no sentido de acreditar que pesquisa, ensino e extensão indissociáveis e com metodologias diferenciadas possam assegurar melhorias de vida e de trabalho a tantos sujeitos que contribuíram ou contribuem conosco e com a cidade. Não se trata apenas de uma devolutiva de nossos trabalhos para a sociedade. Essa é a questão. Trata-se de trazer ao rol dos pesquisadores o protagonismo e a ciência própria de grupos que podem ser acolhidos pela universidade, bem como contar com ela em negociações, elaboração de novos projetos, criação de organizações, associações, cooperativas e fundações ou, ainda, garantir a eles autonomia e um caminhar mais pleno e justo.

Quando iniciamos nosso trabalho, não tínhamos conhecimento da obra de Segato (2021), mas ela nos caiu como uma luva no sentido de que é possível o que estamos tentando trilhar e de que não estamos sozinhos nessa caminhada. É um trabalho com e sobre sujeitos que até então ou anteriormente haviam sido objeto de nossa observação, de nossos trabalhos de pesquisa. Agora eles precisam ser efetivamente sujeitos que nos solicitam um conhecimento próprio, que é deles, consciente de seus problemas, desafios, conquistas. Grupos que nos digam o que esperam de nós.

> É por causa dessa disponibilidade para a solicitação de comunidades e povos que essa prática disciplinar é também uma *antropologia litigante, a serviço, questionada*. Desse modo, também, a antropologia supera a "crise de objeto" que a vinha ameaçando, bem como a sua contrapartida um *umbiguismo* iniciático, uma *ego trip* narcísica que

> consome uma porção excessiva de suas páginas. Sua *caixa de ferramentas*, o *ofício etnográfico*, serve à busca de respostas ativamente solicitadas por aquelas e aqueles que construímos como nossos "nativos", interpretações e dados de que necessitam para desenhar seus projetos e principalmente, vocabulários para a construção de retóricas que sustentem as metas históricas da continuidade de sua inserção no mundo como *povos e comunidades*, com soberania e relativa autonomia alimentar, mercados locais e regionais, e um cosmos próprio – ainda que, vivamos em um *entre-mundos*, o tecido comunitário se encontre rasgado e a vida transcorra em fragmentos de comunidade (SEGATO, 2021, p. 16-17, grifos do original).

Faz-se preciso dizer, nessa direção, que a história oral, uma vez que ela é nosso principal aporte, desde a década de 1970, está consolidada e vem sendo discutida globalmente nos cursos e disciplinas sobre método e teoria. Houve uma vigorosa difusão de projetos e questões, seja do passado, seja da história do tempo presente, em diferentes áreas do conhecimento que por meio da própria história oral vêm configurando-se como formas de pensar a sociedade. Diversos pesquisadores, interdisciplinarmente, trabalham sobre tal contribuição. É nesse movimento que estamos.

Tampouco poderíamos deixar de mencionar a validade e o contributo que esse campo do conhecimento tem dado aos nossos projetos por demanda. É ele que nos permite a escuta dos sujeitos, até porque, como admite Meihy (1996, p. 49), "o debate sobre a inserção da história oral no Brasil interessa enquanto mecanismo reflexivo sobre as relações entre o conhecimento formal acadêmico e a política cultural do país".

As décadas de 1970 e 80 apresentaram a ciência pela perspectiva de uma crise de identidade e paradigmas que afetou especialmente a área das ciências humanas. A crise da história fez parte de uma crise geral, ideológica, política, que impactou o conjunto das ciências, porque toda uma concepção de ciência estava ruindo. As não necessidades de interdisciplinaridade e a objetividade como narrativa estavam postas.

Os estudos avançaram como um modelo nas práticas historiográficas buscando uma descrição realista do comportamento humano, dando voz a personagens que, de outra forma, nunca seriam ouvidas. Isso gerou a contínua multiplicação dos objetos e das fontes sem perder a sensibilidade no trato de ambos, numa dimensão interdisciplinar.

Com a anistia no fim dos anos 1970 e a abertura política em 1983, notava-se o interesse na promoção de debates, captação de experiências em torno da oralidade e preservação da memória. Trabalhos em duas frentes se iniciaram: literatura memorialística e história oral. Museus, arquivos e grupos expressavam grande interesse em torno das oralidades. Além disso, na historiografia, o estatuto da longa duração foi caindo de voga. Depoimentos orais saltaram como um potencial de estudos dos acontecimentos e das conjunturas sociais, e a investigação de métodos quantitativos para qualitativos alterou o cenário das pesquisas em ciências humanas (RIBEIRO, 2011, p. 113).

Segundo Ribeiro (2011, p. 113-114), a experiência dos anos 1990 creditou o conceito de "nova" história oral no Brasil por conta de sua internacionalidade. Nesse sentido, no Brasil, foi atestando-se uma reintrodução, de recobrar a historicidade do método. Com o Congresso Internacional América 92, houve a proposta, motivada pelo Brasil e México, de criar uma associação latino-americana da história oral. Ficou estabelecido que, antes da criação de uma associação continental, seriam necessários esforços à criação de associações a nível local, que serviriam de base para a organização de maior abrangência, a exemplo da associação de que participamos, integrada à Associação Brasileira de História Oral e à Associação Latino-Americana de História Oral.

Aos poucos, o Brasil consolidou-se, em amplitude internacional, com a história oral, e nos anos 1990 esta se desenhou com uma aceitação maior na academia, em projetos comunitários e como instrumento de *marketing*, pois empresas desejavam registrar sua trajetória por meio de depoimentos. Isso refletiu a divergência de debates, mas também a riqueza e a diversidade da prática da história oral nessa década e suas perspectivas quanto ao futuro.

O terceiro milênio abriu-se trazendo desafios, conceitos e problemáticas em um novo contexto mundial. As possibilidades e perspectivas diante da aceitação da história oral transformavam a

mais promissora das tendências em entendimento na/da sociedade. O Brasil, pela inserção precoce no cenário internacional, conseguia agregar variedade, capacidade de abranger várias temáticas, direções e tendências teóricas.

> A história oral atingiu um nível de credibilidade entre os acadêmicos, mas isso não significava dizer que não existiam pessoas avessas, que a veriam como modismo ou recurso fácil para apreender os fenômenos sociais. Muito dos historiadores ainda hoje enxergam as novas fontes: fotografia, diário, carta e depoimento oral, como fontes subsidiárias, com baixo valor histórico, servindo apenas para ilustrar alguma ideia já comprovada pelo documento oficial. Portanto veem como complementaridade das fontes. Outro ponto importante é que as tendências do mundo contemporâneo são ignoradas por grande parte dos museus. A história oral pode contribuir no sentido de atender as demandas, as realidades e anseios ao registrar a experiência humana (RIBEIRO, 2011, p. 116).

A dinâmica pós-anos 2000 configurou-se numa busca que legitima outras formas de revisar o passado e de entender o presente, de propor e propiciar mudanças, de pedir emprestados recursos da psicologia, antropologia, etnologia, geografia, educação, sociologia, demografia etc. Apontou para os desafios do interculturalismo, sugerindo o incremento de estudos em que a experiência individual pudesse revelar as representações culturais. O caminho era de trabalho redobrado da busca incessante por uma melhor produção, pelo domínio do ofício, de maneira a compreender os fundamentos, as técnicas, as bibliografias.

As perspectivas para o século XXI demonstram que a história oral aprofundou os debates epistemológicos, avançando em termos, conceitos e evidenciando diferenças metodológicas. Configurou-se um caminho interessante para se entender e conhecer as diversas manifestações da sociedade. Verena Alberti (2006) percebe a sintonia da história oral com o nosso tempo e as novas tendências em pesquisas influenciadas pelo mundo globalizado, mas também com os tempos

abertos, longe de se esgotarem, ampliando-se a cada dia, possibilitados pela flexibilidade, criatividade e finalidade.

Essa breve conjuntura dos anos 1970 até a segunda década dos anos 2000 nos faz reconhecer de onde veio a infinitude de projetos que usam a história oral, bem como centros de documentação e memória valorizando a história oral, a ampliação de trabalhos científicos e, mais do que tudo, a diversidade de áreas que empregam essa metodologia e/ou dialogam com ela. Tal colocação nos permite o entendimento de Alessandro Portelli (1997) e um paralelo com ele. Sua habilidade de inserir entrevistador e entrevistado num mesmo campo, tempo e espaço, em pé de igualdade, é parte do que nos movimenta no desenvolvimento dos projetos do núcleo/laboratório, além de nos ter permitido chegar, por meio da prática, à *antropologia por demanda*. Nas palavras de Portelli (1997, p. 9-10):

> Uma entrevista é uma troca entre dois sujeitos: literalmente uma visão mútua. Não depende da boa vontade do pesquisador, mas de condições sociais. A urgência para a pesquisa antropológica nas sociedades implica o reconhecimento e a constatação da diversidade em indivíduos que não pertencem ao mesmo plano social e político do observador. Enquanto os informantes que integram grupos oprimidos ou marginais hesitam em se abrir para membros da elite, cada campo de trabalho se envolverá em um complicado jogo de esconde-esconde. [...] A entrevista de campo, por conseguinte, não pode criar uma igualdade que não existe, mas ela pede por isto. A entrevista levanta em ambas as partes uma consciência da necessidade por mais igualdade a fim de alcançar maior abertura nas comunicações. Do mesmo modo que a hierarquia desigual de poder na sociedade cria barreiras entre pesquisadores e o conhecimento que buscam, o poder será uma questão central levantada, implícita ou explicitamente, em cada encontro entre o pesquisador e o informante. Acabar com o poder abertamente transforma uma entrevista de campo num experimento em igualdade.

Na década de 1990, o historiador oral Portelli já alertava para as dificuldades do trabalho de campo em história oral, baseando-se na reflexão necessária para se construir uma pesquisa em pé de igualdade: a relação entre entrevistador e entrevistado. Até hoje, o teórico é atual, não apenas por esse texto, mas pela profundidade e sensibilidade no olhar e no entendimento de que somos privilegiados em nossa sociedade, e reconhecermos isso é notório, porém estabelecer uma relação hierárquica com os entrevistados pressupõe uma relação de poder, em que o "eu sei mais ou domino a teoria" do pesquisador repele o entrevistado a responder o que o primeiro deseja ouvir ou a fugir da conversa. Ou seja, colocamo-nos em pé de desigualdade, de certo modo, numa postura que também é colonizadora e, consequentemente, numa relação de poder. Portanto, estamos em pé de igualdade?

Em seguida, vejamos como essa construção teórico-metodológica pode ser percebida na criação dos projetos por demanda realizados pelo núcleo/laboratório da Fama.

A experiência do núcleo/laboratório: os projetos por demanda em sua prática

O núcleo/laboratório da Fama trabalha, desde o mês de setembro de 2021, com várias dificuldades. Somos três coordenadores, dos quais apenas um possui carga horária, de 20 horas semanais, para o desenvolvimento das pesquisas. Não esquecendo que todos os docentes da instituição de ensino superior são contratados por dois anos via teste seletivo, recebendo por hora/aula, de acordo com a demanda institucional, e que o prazo de realização dos nossos projetos é dezembro de 2022, período de vencimento de nossa contratação.

Contamos com o apoio de um egresso, servidor público, que, por dividir o mesmo espaço de trabalho e reconhecer a importância do núcleo, nos ajuda nas atividades e participa dos trabalhos de campo. Além dele, auxiliam-nos mais quatro acadêmicos do curso de Tecnologia e Análise de Sistemas, que, por conta de sua rotina de trabalho, sentem dificuldade de participar das atividades e pesquisas de campo propostas pelo núcleo/laboratório.

Estamos num espaço físico ainda sem sala instalada, que não conta com internet, prateleiras, computador, impressora, enfim,

estrutura de trabalho. Por isso, muitas de nossas atividades, quando não de campo, são desempenhadas na residência de cada coordenador e com investimento do próprio bolso.

Por outro lado, somos uma equipe que conta com o interesse de muitos pesquisadores, de diferentes cidades do Paraná, que nos auxiliam e participam, enquanto grupo, das discussões teórico-metodológicas, sugestões, bem como acompanham diariamente as atividades realizadas pelo núcleo/laboratório.

Também precisamos reconhecer que esse pequeno grupo de pesquisadores que integra hoje em dia o núcleo/laboratório executa suas ações acreditando no potencial de trabalho que tem em mãos e nos resultados que as pesquisas têm trazido, além dos desdobramentos proporcionados.

Entre setembro e outubro de 2021, encampamos o projeto Do Lixão ao Parque. Conhecíamos o proprietário do mercado dos bairros, que conversou conosco, concedeu a entrevista e nos indicou mais três possíveis entrevistados. Assim, sucessivamente foi se desenrolando o projeto. No total, o grupo realizou 15 entrevistas com moradores das redondezas do Parque Tamarino, valorizando trajetórias de vida e trabalho dos sujeitos do antigo lixão.

Quando estávamos com essa etapa concluída, visitamos o Parque Natural Municipal Tamarino verificando se ainda havia resquícios do lixão ali, além da demonstração das alterações no espaço, da riqueza da fauna e da flora etc. Isso também porque entre os entrevistados apenas três mencionaram saber da existência do parque, ou seja, sabiam que no local do lixão, em 2016, um parque ambiental fora fundado e que ele é gerenciado pela Fama.

Várias questões de educação ambiental foram possíveis com esse projeto: a vida no lixão pela periodização histórica, sendo aspectos da política, da economia, da geografia, da dinâmica da cidade trazidos pelos entrevistados; problemas de saúde decorrentes da vida no lixão; comparativo entre a vida no lixão e a vida hoje; entre outros. Além disso, revelaram-nos os sujeitos que, em sua maioria, eram e são coletores de recicláveis, carecendo, nos últimos anos, de melhores condições de vida e trabalho, especialmente porque sua renda mensal não ultrapassava R$ 600. É válido ressaltar que, durante as entrevistas, muitas foram as sugestões dos entrevistados para melhorias nos bairros, na vida, no trabalho, no lazer.

As entrevistas foram transcritas pela coordenação e por integrantes do núcleo/laboratório e, no mês de novembro, devolvidas impressas, com o termo de cessão, aos entrevistados, para que pudessem ser utilizadas formalmente. Elas estão arquivadas fisicamente no laboratório, que pretende também ser um aporte, numa espécie de centro de documentação, até que o museu seja criado com espaço próprio. Além disso, as entrevistas ficarão armazenadas no *site* do núcleo/laboratório e, mediante a solicitação do pesquisador e do motivo da consulta, serão viabilizadas.

Na VI Semana Acadêmica da Fama, em outubro, tivemos a oportunidade de apresentar o núcleo/laboratório para a comunidade e convidar coordenadores, docentes e discentes para participarem dele conosco. Expusemos fragmentos do projeto com os moradores das redondezas do Tamarino, no intuito de demonstrar um pouco da movimentação de nosso trabalho de campo e alguns possíveis encaminhamentos. O momento contou com a interação de vários participantes, especialmente acadêmicos que se identificaram com a história da cidade pelo projeto Do Lixão ao Parque, tendo a dimensão da proposta de que essa metodologia é a condutora das exposições do possível museu municipal universitário.

Na sequência, fomos atendidos pelo poder público municipal, que permitiu que o projeto do museu fosse formalmente escrito e apresentado. Essa é uma das etapas nas quais estamos; o projeto do museu está concluído. Ademais, conversamos sobre as demandas das redondezas do Tamarino e tivemos a abertura para produzir um projeto que contemple a associação dos catadores de recicláveis, possivelmente com a existência de uma cooperativa, melhorando as condições de vida e trabalho daqueles sujeitos, conforme nos solicitaram. Foi-nos pedido também um projeto turístico envolvendo a rota do monge São João Maria na cidade.

A partir daí, priorizamos a conclusão do trabalho de campo com os moradores das redondezas do Tamarino, as transcrições das entrevistas, a elaboração do projeto do museu universitário e a cartografia socioambiental da rota do monge, entre outubro e novembro. Mapeamos os olhos-d'água da cidade, suas nascentes, bacias hidrográficas e vegetação, elaborando não apenas uma proposta de turismo religioso para a história do monge, como também um corredor

ecológico de visitação envolvendo os ambientes sagrados, que são também ambientais, como a própria trajetória do monge se evidencia historicamente e aparece na fala dos moradores da cidade. O projeto está em fase conclusiva.

Mantivemos contato com a Reserva Indígena Nitotu e também realizamos algumas visitas a ela, no intuito de darmos início ao projeto decolonial com a comunidade, em dezembro de 2021. Fomos muito bem acolhidos, e houve a abertura para a realização de trabalhos de observação e produção de entrevistas. Ainda, muitos moradores da reserva nos auxiliaram na produção do projeto da rota do monge na identificação e, por conseguinte, na produção cartográfica.

Por fim, estamos no momento da elaboração do projeto a ser entregue para a administração municipal da concretização da associação dos catadores de recicláveis, possivelmente uma cooperativa. Nessa empreitada, mantivemos contato com dois engenheiros, que estão projetando, mediante a transformação do reciclável, a exemplo do alumínio, potenciais espaços, com novos postos de trabalho para os clevelandenses, além da construção de uma usina solar na/para a cidade. A previsão da entrega do projeto é a primeira quinzena de dezembro.

Nos projetos desenvolvidos e a serem desenvolvidos, deparamos com a história de comunidades, logo, da cidade, com a ambientalização de espaços, legislações, tradições, conflitos internos e externos, necessidade de captação de recursos, crítica a um Estado que é castigador, como nos convida a pensar Rita Segato (2021). Ao discutir acerca dos indígenas, por exemplo, ela diz:

> O inimigo do Direito Penal é cada povo indígena, na radicalidade da sua diferença e no direito de construir sua própria história, isto é, o direito de deliberar internamente sobre o curso da sua tradição. Isso fica claro, e resultaria evidentemente para qualquer habitante de Marte que, por um acidente cósmico, viesse a pousar entre nós e lesse o texto de um projeto de lei: ele criminaliza a aldeia, quer castigar o outro por ser outro, não suporta a ideia da existência de uma coletividade que escolhe não formar parte do "nós" (SEGATO, 2021, p. 199).

Não se trata, para Segato (2021), e concordamos com ela, de que apenas o indígena é remetido a esse tipo de concepção e prática. Com relação ao catador de recicláveis, deparamos com operacionalizações coloniais como a de que os pobres devem ser assalariados, porque não saberão o que fazer com o dinheiro; de que precisam de fiscalização e controle, pois não conseguem enquanto grupo se organizar; entre outros.

Nessa direção, também temos nos preocupado em como estabelecer negociações, em como expressar efetivamente o que desejam os grupos, em como continuar no campo do conhecimento científico diante dos olhos dos que não conhecem esse tipo de atuação ou não o reconhecem como tal. Estamos enfrentando a necessidade da não aplicabilidade teórica à prática, estamos na contramão. Temos buscado o que os autores Juan Carlos Gimeno Martín e Angeles Castaño Madroñal (2016) consideram como a necessidade de descolonização de nossas próprias metodologias.

Individual e coletivamente podemos nos "fazer" humanos, é o que admitem Martín e Madroñal (2016, p. 265). Segundo eles, nos Estados Unidos, existe uma antropologia chamada antropologia pública, que tem relação com o público e com a vida atual, isto é, que não está estritamente restrita ao âmbito acadêmico, e participação ativa. Essa posição enfrenta a ideia dominante no meio universitário de que o trabalho acadêmico tem de ser exclusivamente para a produção de conhecimento acadêmico e não se sujar com a política.

Antropologia de orientação pública deveria ser um termo para nos ajudar a superar a distinção tradicional entre teoria e aplicação. É diferente da antropologia aplicada e também de uma antropologia unicamente acadêmica (embora faça uso de ambas). Esse tipo de antropologia está longe de considerar que o principal objetivo da produção teórica antropológica é a discussão teórica.

> Vincular a produção antropológica às práticas culturais populares e destes grupos – entendendo estas não de maneira ingênua, mas articulada com as formas em que opera a colonialidade do poder, do saber e do ser e que faz com que estas mesmas práticas colaborem (ou possam fazê-lo) na produção da desigualdade, da discriminação, da exclusão, da marginalização – pode gerar outra

> agenda que se entrecruze com as antropologias emergentes do mundo, enfrentando, ao mesmo tempo, a produção imperial da antropologia com a tendência elitista da produção antropológica em toda a parte (MARTÍN; MADROÑAL, 2016, p. 268).

A sugestão dos autores é um pouco o que temos buscado pela e enquanto prática acadêmica. Uma vez que utilizamos a antropologia, a etnografia e outras áreas do conhecimento na história oral, consequentemente, nossos trabalhos precisam pensar e repensar os nossos projetos o tempo todo, conforme acontecem. Nessa direção, gostaríamos de chamar a atenção para a necessidade, talvez, de repensarmos o próprio uso da história oral em nossas pesquisas e projetos, sobretudo como metodologia. No nosso caso, ela é um aporte e campo fundamental, porém trabalhar apenas por aplicabilidade teórico-metodológica não nos permitiria pensar nas nuanças nem nos indicativos, sejam dados por nossos entrevistados, sejam identificados pelos caminhos antropológicos que traçamos, sejam pela contramão que fazemos de chegar à teoria por intermédio da prática.

Por isso, descolonizar metodologias faz sentido para nós. Guiar-nos por pesquisas, e não apenas seguir projetos. Construir projetos que serão pensados e repensados em sua prática tem feito mais sentido. Tem gerado, no núcleo/laboratório, o sentimento de que podemos nos fazer mais humanos e, na relação humana com o outro, também ser mais humanos, ter uma escuta mais humana e apurada, direcionando-nos por caminhos que despertem maior humanidade em nós e nos outros, respeitando a pluralidade, crivada não apenas pelo coletivo, mas também pelo individual e buscando, também, descolonizar-mos. Talvez o que temos buscado conceituar: projetos por demanda.

Considerações finais

Em linhas gerais, tentamos exemplificar na prática o que denominamos de projetos por demanda, que são ações pensadas pelo Núcleo de Pesquisa e Estudos Amadurecer e executadas pelo Labedum. Teoricamente o termo é oriundo do conceito antropologia por demanda, conforme discutimos no texto.

Procuramos pontuar um pouco das atuações do laboratório desde setembro de 2021, momento de seu registro, além da valorização da Fama e da própria cidade de Clevelândia como um coletivo regional de história oral vinculado à Associação Brasileira de História Oral. Afinal, os projetos, em sua maioria, têm a história oral como aporte teórico-metodológico e, sobretudo, como um campo de trabalho interdisciplinar.

O desejo é que o núcleo/laboratório contribua com as demandas de nossos grupos pesquisados, com os sujeitos entrevistados, com a universidade na consolidação do caminho de uma instituição de ensino superior pública, gratuita, de qualidade e que trabalha com a indissociabilidade da pesquisa, do ensino e da extensão.

Dizemos isso porque se trata da única faculdade municipal pública do país que é sustentada pelos recursos do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) Ecológico de três parques ambientais instituídos pelo município e por ela gerenciados. No entanto, por ser relativamente nova enquanto faculdade pública, diretamente subordinada à Secretaria de Educação e à prefeitura, sofre com a dificuldade de captação de recursos externos (via Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico), além da distinção entre os conceitos de gratuito e público, carecendo da valorização da pesquisa como elemento central para sua entrada no caminho trilhado pelas universidades brasileiras e, acima de tudo, por uma proposta diferente da grande maioria, que acreditamos ser possível e promissora interdisciplinarmente.

Referências

ALBERTI, Verena. Histórias dentro da História. *In*: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). **Fontes históricas**. São Paulo: Contexto, 2006. p. 155-202.

CLEVELÂNDIA. **Decreto Municipal n.º 277, de 26 de abril de 2016**. Cria o Parque Natural Municipal Tamarino de Ávila e Silva. Clevelândia, p. 155-202, 2016.

FACULDADE MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E MEIO AMBIENTE (FAMA). **Resolução n.º 03-Fama, de 4 de outubro de 2021**. Clevelândia: Fama, 2021a.

FACULDADE MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E MEIO AMBIENTE (FAMA). **Resolução n.º 04-Fama, de 4 de outubro de 2021**. Clevelândia: Fama, 2021b.

MARTÍN, Juan Carlos Gimeno; MADROÑAL, Angeles Castaño. Antropologia comprometida, antropologia de orientação pública e descolonialidade: desafios etnográficos e descolonização das metodologias. **OPSIS**, Catalão, v. 16, n. 2, p. 262-279, jul./dez. 2016.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. **(Re)introduzindo história oral no Brasil**. São Paulo: Xamã/USP, 1996.

MIGNOLO, Walter D. Desobediência epistêmica: a opção descolonial e o significado de identidade em política. **Caderno das Letras UFF**, n. 34, p. 287-324, 2007.

PORTELLI, Alessandro. Forma e significado na história oral: a pesquisa como um experimento em igualdade. **Projeto História**, São Paulo, n. 14, fev. 1997.

QUIJANO, Aníbal. Coloniality and modernity/rationality. **Cultural Studies**, v. 21, n. 2-3, p. 168-178, 2007.

RIBEIRO, Antonio Marcos de Almeida. História oral brasileira: trajetórias e perspectivas. **Revista de Teoria da História**, n. 6, p. 108-121, dez. 2011.

SEGATO, Rita. **Crítica da colonialidade em oito ensaios e uma antropologia por demanda**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2021.

SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR (ANDES-SN). Proposta do Andes-SN para a Universidade Brasileira. **Cadernos Andes**. 3. ed. Brasília: Andes-SN, 2003.

8

O acervo feminista de história oral e afetiva do Laboratório de Estudos de Gênero e História da UFSC

▪ Luiz Augusto Possamai Borges, Alina dos Santos Nunes, Janine Gomes da Silva, Cristina Scheibe Wolff

Em nossas primeiras reuniões de estudo no formato *on-line*[1], lemos e debatemos o livro da pesquisadora feminista australiana Sara Ahmed *Vivendo uma vida feminista* (2017). Ler essa obra trouxe importantes reflexões sobre os vínculos feministas formados no Laboratório de Estudos de Gênero e História (LEGH) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e acerca da própria construção do laboratório como um espaço feminista.

Sara Ahmed refletiu que o campo dos estudos feministas foi construído sobre uma base que precisa ser transformada pelos estudos feministas, e, por isso, para ela, esse é um campo frágil. Já que "o objetivo é transformar o próprio terreno sobre o qual construímos; queremos destruir as fundações"; o campo dos estudos feministas é "uma habitação frágil, com fundações precárias e instáveis" (AHMED, 2017, p. 176, tradução nossa). Mas não acreditamos que o LEGH seja frágil. Pelo contrário, experienciamos conexões coletivas, tanto no âmbito intelectual quanto afetivo, muito fortalecidas, mesmo em momentos de ataques à universidade, às ciências e aos estudos de gênero, como os que vivenciamos atualmente.

Ainda referenciando Sara Ahmed (2017), o LEGH é nosso refúgio feminista. Refúgio: aquilo que serve de amparo, de consolo, assim como define o *Minidicionário Houaiss da língua portuguesa* (HOUAISS, 2010). Como já mencionado no prefácio que abre um

[1] As reuniões do Laboratório de Estudos de Gênero e História (LEGH) passaram a ocorrer no formato *on-line* em abril de 2020. Pouco antes desse momento, todas fomos afetadas pelas primeiras notícias de brasileiros infectados pelo vírus Sars-CoV-2. Estamos escrevendo um texto que está entrelaçado à memória, e seria impossível seguir escrevendo-o sem dedicarmos uma homenagem à memória de cada um dos mais de 600 mil brasileiros que perderam a vida em virtude da pandemia de Covid-19.

dos muitos livros organizados por pesquisadoras do LEGH, "pesquisas e afetos são palavras que, de certa maneira, resumem nossa passagem e/ou permanência no Laboratório" (CRESCÊNCIO *et al.*, 2017, p. 6). O compartilhamento de afetos no LEGH constrói as paredes desse refúgio feminista mesmo sobre fundações instáveis.

Ao refletirmos a respeito dessas trocas, centralizamos a questão das emoções e dos afetos, afinal essas categorias não só interligam as vivências formadas no laboratório, mas também servem como perspectiva metodológica para muitas das pesquisas realizadas pelas/os pesquisadoras/es. Nesse sentido, os afetos servem como uma chave analítica para entendermos nossas vivências no LEGH, seja nas reuniões semanais, seja nas reuniões de orientação, seja nos encontros de projetos coletivos. Desse modo, "o 'giro afetivo' não está presente somente nas pesquisas, mas na maneira de nos inserirmos no campo dos estudos de gênero" (CRESCÊNCIO *et al.*, 2017, p. 7). Essas redes de afeto, portanto, ajudam-nos a pensar as múltiplas redes de pesquisa e amizade que vêm se consolidando nos últimos anos no LEGH.

Iniciamos este capítulo contando a história do LEGH, reforçando a importância das conexões feministas e da construção coletiva para a produção de fontes, especialmente as orais, em nosso laboratório. Em seguida, apresentamos alguns aspectos do acervo de entrevistas orais do LEGH, temáticas das entrevistas abrigadas no acervo e nosso trabalho de organização para a futura disponibilização no repositório institucional da universidade[2].

A história do LEGH: uma genealogia coletiva e feminista

Ao longo das últimas décadas, o LEGH vem se consolidando como um importante espaço acadêmico para os campos dos estudos de gênero, da história oral e dos feminismos no Cone Sul. A história do laboratório remonta ao ano de 1985, com a criação do Núcleo de Informação e Pesquisa em História do Trabalho, inicialmente sob a coordenação das professoras Joana Maria Pedro e Lígia Czesnat e, a partir de 1986, contando também com a professora Maria Bernardete

[2] Repositório institucional da UFSC, que tem como missão "armazenar, preservar, divulgar e oferecer acesso a produção científica e institucional da UFSC". Disponível em: http://www.repositorio.ufsc.br. Acesso em: 21 nov. 2021.

Ramos Flores. O primeiro resultado dos trabalhos desenvolvidos naquele momento foi o livro *Negro em terra de branco: escravidão e preconceito em Santa Catarina no século XIX* (PEDRO *et al.*, 1988). Essa investigação inaugurou uma tradição que se encontra até hoje no LEGH, o trabalho em equipe entre as professoras e estudantes em projetos de pesquisa (WOLFF, 2017). Nos anos 1990, o núcleo incorporou mais duas professoras, Cristina Scheibe Wolff, em 1992, e Roselane Neckel, em 1996.

Em 2001, muitos núcleos de pesquisa da UFSC tornaram-se laboratórios. Desse modo, o Núcleo de Informação e Pesquisa em História do Trabalho passou a chamar-se Laboratório de História Social. Nesse momento, estavam sendo realizadas algumas pesquisas, como sobre a história do Sindicato dos Eletricitários de Florianópolis, a Oktoberfest e outras festas em Santa Catarina, o aborto e infanticídio em Florianópolis, as índias e os brancos no sul do Brasil e várias outras. No ano de 2004, a professora Maria Bernardete Flores saiu do laboratório e montou outro, o Laboratório de História e Arte (LabHarte)[3] (WOLFF, 2017). Um ano depois, em maio de 2005, as professoras Joana, Roselane e Cristina decidiram transformar o Laboratório de História Social em Laboratório de Estudos de Gênero e História, o LEGH, nome que permanece até hoje (CRESCÊNCIO *et al.*, 2017).

É interessante contextualizar que a ampliação de espaços dedicados à pesquisa acadêmica feminista e aos estudos de gênero na UFSC fez parte do desenvolvimento do conhecimento feminista que ocorreu nas últimas décadas do século XX, consolidando-se primordialmente na primeira década do século XXI com a criação e expansão de núcleos e laboratórios especializados na área (IRE; SILVA, 2019), que deram também origem ao Instituto de Estudos de Gênero (IEG)[4].

Outra importante questão a ser sublinhada é que, em 2004, as pesquisas sobre o período das ditaduras no Cone Sul, em uma perspectiva de gênero, se tornaram mais frequentes e presentes no

[3] Desde 2018, o LabHarte, assim como o antigo Laboratório de Memória, Acervos e Patrimônio (Lamap), faz hoje parte do Núcleo de Estudos em Políticas da Escrita, da Memória e da Imagem (Nepemi) da UFSC. Para mais informações sobre o Nepemi, ver: https://nepemi.sites.ufsc.br/. Acesso em: 6 maio 2022.

[4] Para mais informações sobre o IEG, ver: www.ieg.ufsc.br. Acesso em: 6 maio 2022.

LEGH, desenvolvidas especialmente por Cristina, Joana e Roselane. Suas pesquisas procuravam abordar a história do contexto da criação do movimento feminista no Cone Sul, a partir dos anos 1970, no contexto da ditadura militar (1964-1985) no país, e as questões de gênero que atravessavam os movimentos de resistência a essas ditaduras (SILVA; PEDRO; WOLFF, 2018).

As viagens de pesquisa das três professoras e, a partir de 2012, da professora Janine Gomes da Silva foram importantes para a construção do acervo do LEGH. Do nosso acervo[5], fazem parte documentos, livros e entrevistas realizadas nessas primeiras viagens aos países do Cone Sul, contribuindo para a construção da história das ditaduras nesses países[6] por um viés feminista (IRE; SILVA, 2019). Em 2020, outra professora do Departamento de História que começou a fazer parte do LEGH foi Soraia Carolina de Mello, cuja boa parte da trajetória de formação se deu como integrante do laboratório.

Da construção do laboratório participam também estudantes da graduação e pós-graduação (mestrado e doutorado), além de pesquisadoras/es de pós-doutorado. Todas/os/es as/os/es/ integrantes do laboratório propõem novas questões e debates sobre os diversos temas relacionados aos estudos feministas. Essas pesquisas compõem significativa parte do acervo do LEGH.

Nesse momento, nosso acervo é composto de três principais tipos de documento: o acervo bibliográfico, o acervo de entrevistas orais e audiovisuais e as coleções de documentos primários, dos quais fazem parte fotografias, panfletos, jornais e revistas feministas, entre outros. Também destacamos que nas viagens pelo Cone Sul consultamos muitos arquivos, bibliotecas, centros de documentação, museus e organizações não governamentais (especialmente ligadas aos direitos humanos), fotocopiando e digitalizando documentos importantes referentes às histórias desses países. Temos em nosso acervo fotos digitais, fotocópias e documentos originais (em geral recebidos por meio de doação) de

[5] Um detalhamento sobre o acervo do LEGH pode ser encontrado na dissertação de mestrado de Binah Ire (2020).

[6] Entendemos as ditaduras do Cone Sul como um conjunto de países, englobando Paraguai (1954-1989), Argentina (1966-1973 e 1976-1983), Bolívia (1964-1982), Brasil (1964-1985), Uruguai (1973-1985) e Chile (1973-1990), que foram palco de golpes de Estado e ditaduras, terminando somente nas décadas de 1980 e 90 com os respectivos processos de redemocratização (SADER; JINKINGS, 2006).

jornais e revistas feministas, jornais e panfletos de grupos de esquerda, partidos e grupos guerrilheiros dos diferentes países pesquisados. Sobre a imprensa alternativa de esquerda, por exemplo, temos uma coleção de periódicos (com documentos originais e/ou cópias, nem sempre completos), com exemplares da Argentina (*Izquierda* e *Estrela Roja*), do Chile (*Compañero*) e do Uruguai (*Vanguardia, Tupamaros, Marcha* e *Combate*); e sobre a imprensa feminista da Argentina (*Brujas*, *Todas*, *Persona*, *Mujeres: Por Fin Nosotras*), da Bolívia (*La Escoba*), do Chile (*El Rebelde*), do Paraguai (*La Microfona* e *Enfoques de Mujer*), do Uruguai (*Ser Mujer*, *La Cacerola* e *Cotidiano Mujer*) e do Brasil (*Nosotras*, *Nós Mulheres*, *Chanacomchana* e *Mulherio*).

No Brasil, a equipe do LEGH pesquisou em diferentes arquivos e/ou centros de documentação, como, por exemplo, o Centro de Informação da Mulher, a União de Mulheres do Município de São Paulo, o Centro de Documentação e Memória da Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (Unesp), o Centro de Documentação e Informação Científica da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) e o Arquivo Edgard Leuenroth, da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp).

No LEGH, também existe um novo tipo de coleção de arquivos: os arquivos digitais. Entre estes, há vídeos de entrevistas, um *webdocumentário*, um conjunto temático de vídeos[7] e pelo menos dois *e-books* produzidos pelo laboratório (NUNES; ZACCHI, 2020).

Em junho de 2019, o acervo bibliográfico do LEGH contava com 1.772 livros (IRE; SILVA, 2019). Desse acervo, constam livros publicados como resultados de projetos do LEGH, como por exemplo os livros *Gênero, feminismos e ditaduras no Cone Sul* (PEDRO; WOLFF, 2010) e *Mulheres de luta: feminismo e esquerdas no Brasil (1964-1985)* (WOLFF; ZANDONÁ; MELLO, 2019). Os livros adquiridos pelo projeto Mulheres de Luta: Feminismo e Esquerdas no Brasil (1964-1985) trouxeram mais de 700 títulos ao acervo, abrangendo obras historiográficas, filosóficas, literárias e feministas (IRE; SILVA, 2019).

Gostaríamos também de apresentar a importância das reuniões do LEGH. Desde seu início, mesmo quando ainda tinha outros nomes,

[7] Encontram-se no *site* do Mulheres de Luta o livro e o *webdocumentário*, disponíveis no *link* https://www.mulheresdeluta.ufsc.br/. Acesso em: 5 nov. 2021. O conjunto temático de vídeos intitula-se Políticas da Emoção e do Gênero no Cone Sul, está dividido em 12 minidocumentários e pode ser acessado no canal do YouTube do LEGH, na seguinte *playlist*: https://youtube.com/playlist?list=PLKdlTYoXnoNbb5paoJ5K69WdvqAXjsdyZ. Acesso em 8 nov. 2021.

o laboratório promove reuniões semanais de leitura e debate de textos e livros que envolvem, entre outros, os temas feminismos, história das mulheres, questões LGBTQIA+, relações de gênero, memória, metodologia da história e ciências humanas, colonialidade, racismo e branquitude crítica. Todas as reuniões ocorrem no período da tarde e são abertas tanto à comunidade acadêmica quanto à não acadêmica. As reuniões, durante a pandemia, passaram a ser virtuais, em plataformas *on-line* de áudio e vídeo. Mesmo no formato virtual, as reuniões semanais continuaram sendo um importante espaço de formação acadêmica e feminista para várias pesquisadoras e pesquisadores, professoras e professores de diversas partes do Brasil.

O fio da coletividade conecta a todas nós nessas reuniões do LEGH. Para além de um grupo de estudos, nas tardes de quarta-feira[8] construímos, coletivamente, um espaço "onde a pesquisa toma materialidade e é possibilitada por ações coletivas, feministas; é um espaço mobilizador de afetos, porque, muitas vezes, as conversas ultrapassam a teoria e tomam forma na prática" (NUNES, ZACCHI, 2020, p. 242). Nessas reuniões, propiciamos a formação de um verdadeiro vínculo feminista, um importante nó nessa enorme comunidade feminista costurada cotidianamente nos níveis acadêmico, intelectual, pessoal e político. Como apontou Sara Ahmed (2015), a comunidade feminista pode ser delineada

> na formação e deformação dos laços: na escrita, conversas, ação, trabalho, o feminismo se move e se move. Ele se conecta e se vê conectado. Mais do que tudo, no alinhamento do "nós" com o "eu" – o sujeito feminista com o coletivo feminista, um alinhamento imperfeito e, portanto, gerador –, é onde uma nova gramática da existência social se torna possível (AHMED, 2015, p. 285, tradução nossa).

Assim, a própria constituição do LEGH como um acervo, desde a produção de suas fontes à socialização das pesquisas, é fruto da construção de vínculos feministas no laboratório, permitindo

[8] Nos últimos anos (2018-2021), as reuniões do LEGH ocorreram nas tardes de quarta-feira. Em outros momentos, foram elencados outros dias da semana para as reuniões de estudo.

pensarmos, materialmente, em uma "nova gramática da existência social" (AHMED, 2015, p. 285).

Nesse sentido, vale ainda mencionar um importante aspecto da construção coletiva do LEGH, que são os eventos organizados pelo nosso laboratório. A I Jornada do LEGH – Gênero, Poder e Subjetividades foi realizada nos dias 3 e 4 de dezembro de 2015. Os objetivos principais desse primeiro evento do LEGH foram socializar e difundir as pesquisas desenvolvidas ao longo da primeira década de existência do laboratório, reforçando não só redes de estudo e pesquisa, mas redes de afeto. A seguir, com esses mesmos propósitos, em 22 de novembro de 2016, ocorreu a II Jornada do LEGH: Gênero e Ensino de História. A III Jornada do LEGH: Feminismo e Democracia deu-se nos dias 20 e 21 de março de 2018, e nos dias 21 e 22 de novembro de 2019 tivemos a IV Jornada do LEGH: Mulheres de Luta. Além das jornadas do LEGH, o laboratório organizou dois colóquios: Gênero, Feminismo e Ditaduras no Cone Sul, em 2009 e 2014.

É importante pontuar que o LEGH participa ativamente da organização de eventos como as edições dos cursos de curta duração e do Seminário Internacional Fazendo Gênero[9], ambos promovidos pelo IEG, da UFSC. Além disso, marcamos presença no Grupo de Trabalho de Gênero da Associação Nacional de História (Anpuh) – dos âmbitos regional, Santa Catarina, e nacional – e espalhamo-nos por outros tantos congressos, seminários, encontros Brasil adentro e afora, construindo redes de socialização de pesquisas, coletividade e afetos.

Faz-se relevante dizer que nossas andanças pelos países do Cone Sul renderam uma rede de colaborações e interlocuções com colegas especialmente da Argentina, do Uruguai, do Chile e do Paraguai, reforçada ao longo do tempo com eventos, publicações, organização de dossiês, doutorados sanduíches de estudantes e outros intercâmbios. Desde 2019 estamos envolvidas com muitas dessas colegas na Red de Género, Feminismos y Memorias de America Latina y el Caribe, do Conselho Latino-Americano de Ciências Sociais.

[9] Para saber mais sobre a última edição do evento, realizada em julho de 2021, ver: https://www.fg2021.eventos.dype.com.br/. Acesso em: 21 nov. 2021.

O LEGH como um espaço de história oral: o acervo de entrevistas e as *memórias gendradas*

Para entender o LEGH como um espaço de história oral, cabe refletir sobre a historicidade dos suportes na construção do nosso acervo de entrevistas. Na produção de nosso acervo de fontes orais, cada entrevista produz pelo menos quatro documentos: roteiro de entrevista, autorização para utilização da entrevista em pesquisa, áudio digital ou arquivo de vídeo e transcrição (IRE; SILVA, 2019). Antes da facilidade da realização de entrevistas em suportes digitais, as entrevistas eram feitas em gravadores e armazenadas em fitas cassete. Em seguida, foram passadas para CDs e, entre 2014 e 2015, integralmente convertidas em áudio digital (IRE, 2020).

A maior parte de nosso acervo de entrevistas orais é composto de entrevistas com pessoas que viveram as ditaduras do Cone Sul nos anos 1960, 70 e 80. Nos últimos anos, sobretudo desde 2003, as professoras do laboratório, em um primeiro momento, e depois outras integrantes começaram a realizar uma série de entrevistas sobre esse recorte, acumulando uma vasta gama de depoimentos com os mais variados eixos temáticos, como, por exemplo, acerca de

> militância, resistência, movimentos e organizações de esquerda, feminismos, clandestinidade, tortura, prisões, exílio, maternidade, juventude, trajetórias de vida, associações de familiares de desaparecidos, asilos políticos, sindicatos, movimentos cristãos, leituras feministas, feministas marxistas, marxismo, leituras revolucionárias, periódicos, guerrilha e guerrilheiros, entre outros (SILVA, 2019, p. 156).

Essa diversidade de recortes temáticos é resultado do empenho e do árduo trabalho das pesquisadoras do LEGH nos projetos coletivos[10] e individuais das últimas duas décadas. Em números mais concretos, o acervo oral, até o ano de 2019, contabilizava o total de 238 entrevistas

[10] Destacamos os seguintes projetos: Gênero, Feminismo, Mulher e Mulheres: Apropriações no Cone Sul (1960-2008), coordenado por Joana Maria Pedro; Lágrimas como Bandeira: Emoções e Gênero na Retórica da Resistência no Cone Sul, coordenado por Cristina Scheibe Wolff; e Gênero, Memórias das Ditaduras Civis-Militares e Historiografia Francesa sobre o Cone Sul (Brasil, Paraguai, Chile e Argentina), coordenado por Janine Gomes da Silva. Esses projetos tiveram apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

de todos os países do Cone Sul, a grande maioria já transcrita, feita sobretudo em formato de áudio (IRE; SILVA, 2019). Até 2019, a sistematização de todas essas fontes era catalogada com o nome Cone Sul: Ditaduras, Gênero e Feminismos (1960-1990). Essa é a maior coleção do laboratório, já que agrupa a grande maioria dos projetos desenvolvidos e tem relação com ela.

O segundo fundo documental é o do projeto Mulheres de Luta: Feminismo e Esquerdas no Brasil (1964-1985)[11], com 31 entrevistas. A pesquisa foi feita por meio de entrevistas orais gravadas em vídeo, uma novidade até então em nossas pesquisas. Além disso, houve um amplo levantamento de bibliografias, de periódicos feministas e da imprensa alternativa encontrados nas viagens de pesquisa e em acervos de todo o Brasil. Tal investigação contou com uma grande equipe de pesquisadoras e pesquisadores, envolvendo, além do LEGH e do Programa de Pós-Graduação em História da UFSC, programas de pós-graduação e departamentos de graduação de várias universidades do país e de outras duas universidades do exterior[12].

A terceira e última coleção oral do LEGH chama-se Políticas das Emoções e do Gênero na Resistência às Ditaduras no Cone Sul[13] e possui 11 fontes orais/visuais. Uma característica que marca as entrevistas desse projeto é o enfoque metodológico abordando as emoções e as subjetividades de nossas/os entrevistadas/os no contexto de repressão ao longo das ditaduras. Seguindo as experiências realizadas no projeto Mulheres de Luta, todas essas fontes estão em formato de vídeo. Oito foram feitas presencialmente, no Chile, na Argentina e na

[11] Foi um dos importantes projetos do LEGH, coordenado pela professora Cristina Scheibe Wolff e financiado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, por meio do edital Memórias Brasileiras: Conflitos Sociais. Os resultados desse projeto podem ser consultados no livro (https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/201257), no *webdocumentário* (www.mulheresdeluta.ufsc.br) e na *playlist*, no canal do LEGH no YouTube (https://youtube.com/playlist?list=PLKdlTYoXnoNYeN9VY_cXuYa7tyNzRIl-8). Acesso em: 6 maio 2022.

[12] Estavam vinculadas ao projeto pesquisadoras/es da UFSC, da Universidade Federal do Ceará (UFC), da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), da Universidade do Extremo Sul Catarinense (Unesc), da Universidade do Estado de Santa Catarina (Udesc), da Universidade Federal de Sergipe (UFS), da Universidade de Nottingham (Inglaterra) e da Universidade de Rennes 2 (França).

[13] O projeto foi coordenado pela professora Cristina Scheibe Wolff e apoiado pelo CNPq, por meio do Edital Universal 2016. Os vídeos resultantes do projeto estão disponíveis em: https://www.youtube.com/playlist?list=PLKdlTYoXnoNbb5paoJ5K69WdvqAXjsdyZ. Acesso em: 6 maio 2022.

França[14], antes da pandemia, e três foram gravadas de forma *on-line*, com pessoas do Chile, Paraguai e Uruguai. Assim como ocorreu com os projetos executados até então no laboratório, foi possível, tanto no sentido financeiro como sanitário, até o fim de 2019, a coleta de algumas bibliografias e outras fontes para a elaboração dos resultados do projeto – um livro, em processo de lançamento, e um *webdocumentário*.

No Quadro 1, apresentamos o acervo oral do LEGH atualizado, até o ano de 2020, distribuído nessas três grandes coleções mencionadas anteriormente.

Quadro 1 – Número total de entrevistas por coleções do Laboratório de Estudos de Gênero e História

Coleção	Número de entrevistas
Cone Sul: Ditaduras, Gênero e Feminismos (1960-1990)	238
Mulheres de Luta: Feminismo e Esquerdas no Brasil (1964-1985)	31
Políticas das Emoções e do Gênero na Resistência às Ditaduras no Cone Sul	11
Total	**280**

Fonte: primária (2021)

Somando as três coleções do LEGH, há o total de 280 entrevistas – 280 histórias vivas de vidas. Em números absolutos, por país do Cone Sul, o laboratório possui: 133 entrevistas referentes ao Brasil, 24 da Argentina, 36 do Chile, 20 do Uruguai, 36 do Paraguai e 31 da Bolívia, conforme o Quadro 2.

[14] Realizada em Paris com uma militante anarquista gaúcha da ditadura brasileira.

Quadro 2 – Número total de entrevistas por país do Laboratório de Estudos de Gênero e História

País	Número de entrevistas
Brasil	133
Argentina	24
Chile	36
Uruguai	20
Paraguai	36
Bolívia	31
Total	**280**

Fonte: primária (2021)

Nesse montante, é pertinente pontuar o gênero das/dos entrevistadas/os: 247 são mulheres e 33 homens (Quadro 3). Ao pensarmos quantitativamente, nota-se que há grande predominância de mulheres. Isso reflete o recorte de muitas pesquisas que são realizadas historicamente no LEGH, cujo eixo principal é a história das mulheres nos países do Cone Sul. Contudo, em termos qualitativos, vê-se um número pequeno, mas igualmente importante, de entrevistas com homens que também ajudam a pensar e analisar as ditaduras, os feminismos e as redemocratizações desses países.

Quadro 3 – Número total de entrevistas por gênero do Laboratório de Estudos de Gênero e História

Gênero	Número de entrevistas
Mulheres	247
Homens	33
Total	**280**

Fonte: primária (2021)

Com relação à disponibilização dessas fontes, cabe destacar que, com raras exceções, essas entrevistas podem ser consultadas e utilizadas como fontes de pesquisa para trabalhos de conclusão de curso, dissertações de mestrado, teses de doutorado ou outras produções acadêmicas mediante a assinatura de um termo de responsabilidade[15]. Mesmo por aquelas pessoas que não integram a comunidade acadêmica da UFSC, é possível consultar o catálogo, já que a maior parte de nosso acervo de entrevistas foi organizada digitalmente no repositório institucional da UFSC[16]. Tendo em vista o grande número de entrevistas, o trabalho da organização desses documentos no repositório vem sendo realizado aos poucos pelos bolsistas de iniciação científica que participam de nosso laboratório. Como bem apontou Binah Ire (2020, p. 70), "a organização das entrevistas orais conta com um trabalho coletivo de planejamento de roteiro, gravação, transcrição e revisão, ao qual não escapa praticamente nenhuma pesquisadora do LEGH", entretanto o LEGH não dispõe de pessoal especializado para possibilitar a consulta do acervo de forma mais sistemática. Não é possível fazer *download* das entrevistas diretamente no repositório, e nem sempre podemos atender aos pedidos de consulta.

Quanto aos procedimentos de trabalho com essas fontes orais, nós dividimo-las em quatro etapas: transcrição, escrita do *template*, revisão e armazenamento no repositório. A transcrição consiste em escrever todas as falas. Chamamos de *template* a etapa de criação e escrita das informações técnicas (metadados) e da minibiografia, que é realizada com a utilização de um *template*. Revisão é a terceira fase dos trabalhos, que consiste em corrigir os possíveis erros de transcrição, por meio da escuta cuidadosa feita por outra pessoa. Para finalizar, no repositório são armazenados a transcrição revisada em PDF, que contém o *template*, o áudio ou vídeo da entrevista e o termo de autorização das/os entrevistadas/os. Para colocar cada documento no repositório, é necessário o preenchimento de metadados de cada documento. Como mencionado anteriormente, esses trabalhos são realizados pelas bolsistas

[15] Como trabalhamos com histórias muito sensíveis e da vida privada de nossas/os entrevistadas/os, exigimos um termo de responsabilidade assinado pela/o pesquisadora/or garantindo-nos os devidos cuidados éticos e de citação.

[16] O *link* da comunidade LEGH no repositório institucional é: https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/12. Acesso em: 6 maio 2022.

de iniciação científica. Nesse sentido, há um intenso trabalho de ensino e aprendizagem entre bolsistas mais velhas/os e as/os mais novas/os que estão chegando ao LEGH.

Utilizar a história oral é antes de tudo trabalhar com a subjetividade de quem entrevistamos, afinal "é por meio da subjetividade que os significados são construídos e/ou atribuídos" (SILVA, 2019, p. 156). Logo, o LEGH, de uma perspectiva que problematiza o gênero, os feminismos e as ditaduras, busca compreender por intermédio dessas entrevistas muitas das dores, dos traumas e das resistências ao longo das ditaduras do Cone Sul. Nesse complexo trabalho, o olhar apurado e crítico das pesquisadoras é fundamental no manejo dessas fontes. Para Alessandro Portelli (2001), a "natureza dialógica" com nossas/os entrevistadas/os é primordial, para pensar "não somente pelo que os entrevistados dizem, mas também pelo que nós fazemos como historiadores – por nossa presença no campo e por nossa apresentação do material" (PORTELLI, 2001, p. 13). Desse modo, essa complexidade do diálogo produzido com nossas entrevistas é um dos componentes da história oral. Salienta-se que a maioria das nossas entrevistas é temática e não de histórias de vida.

Foi o interesse pelos feminismos, pelas questões de gênero e pelas ditaduras no Cone Sul que nos levou a entrevistar tantas pessoas que, gentilmente, aceitaram dividir conosco suas histórias. Com o fim das ditaduras, as memórias sobre esse período, nos diferentes países do Cone Sul, começaram a vir à tona. Muitas de nossas entrevistadas ainda talvez não tenham conseguido contar tudo o que poderiam, mas muitas demonstraram coragem ao dar detalhes, ao rememorar o que vivenciaram. De maneira geral, são entrevistas que revelam as lutas das mulheres e como começaram a relacionar-se com os feminismos em seus países ou em situação de exílio. Ainda, muitas, ao se calarem em relação a algumas perguntas, tenham nos contado muito, indicado pistas... Pensamos aqui nas reticências, tão presentes nas transcrições das entrevistas realizadas, pois, como lembra Pollak (2010, p. 43), "um passado que permanece mudo é talvez menos o produto do esquecimento do que de uma gestão da memória segundo as possibilidades de comunicação em algum momento da vida". A reflexão desse autor é sobre entrevistas com mulheres sobreviventes de campos de concentração. Os traumas das ditaduras são outros, mas

inferem acerca das mesmas questões que envolvem a memória. Silêncio nem sempre é esquecimento.

Nas perspectivas metodológicas utilizadas nas entrevistas do LEGH, muito contribuem os estudos que articulam a história oral, a memória e o gênero. A perspectiva da memória gendrada tomou um lugar importante na análise de nossas entrevistas. Luisa Passerini (2011), dialogando com as ideias de Joan Scott (1990) sobre o gênero como uma categoria útil de análise histórica, percebe que o gênero teve uma função, mesmo que, naquele momento, modesta, na integração entre a história e a metodologia da história oral. Para a autora, a história oral, portanto, teria como função "genderizar" a história, funcionando "como uma operação para modificar ou redefinir as abordagens históricas existentes" (PASSERINI, 2011, p. 99). Nesse sentido, Alejandra Oberti (2010) aponta que, quando trabalhamos com memórias de mulheres, propomos novas relações com os acontecimentos históricos e redimensionamos a maneira como analisamos a história. Assim, a metodologia da história oral apresentou-se como fundamental na nossa proposta, alinhada às historiadoras dos estudos feministas, de outra compreensão para a história.

O gênero torna-se um aspecto constituinte no processo de reelaboração das memórias, um viés que torna possível ressignificar a memória, estabelecendo uma relação subjetiva com a memória. Entendemos, assim, que o exercício de ler as memórias do passado da ditadura com base no gênero não configura simplesmente colocar no centro da história personagens – as mulheres – que antes estavam às margens. Observar as memórias pelo gênero significa tensionar os discursos oficiais sobre o passado (OBERTI, 2010). Dessa forma, os relatos das mulheres apresentam-se como antimonumentos, pois os trabalhos com as memórias "não buscam tirar do esquecimento as mulheres que participaram dessas experiências para colocá-las em um panteão com os heróis, mas recuperam os gestos mais sutis, os mais difíceis de serem representados" (OBERTI, 2010, p. 29, tradução nossa). Cabe considerar que esses gestos passam a ser mais bem compreendidos quando consideramos a subjetividade da memória das mulheres, esta sempre atravessada pelo gênero.

Articular memória e gênero em nossas pesquisas tem nos levado a pensar no LEGH também como um arquivo feminista. Não um arquivo numa perspectiva clássica, mas um arquivo importante para

pesquisadoras/es dedicadas/os, especialmente, aos estudos sobre gênero, feminismos e ditaduras em diferentes países do Cone Sul, como Brasil, Argentina, Bolívia, Chile, Paraguai e Uruguai. Em relação à temática de arquivos feministas ou dos feminismos, sabemos que existem poucos trabalhos publicados. No campo da museologia podemos inferir que essa temática vem se ampliando, mas no campo dos arquivos ainda é um tema tímido.

Temos mais reflexões sobre a invisibilidade das mulheres nos arquivos. Ou seja, os feminismos e seus documentos pouco aparecem nos arquivos, como nos lembra a historiadora Luciana Heymann (2020), em entrevista recentemente publicada no Café História. Segundo ela, "o menor número de arquivos de mulheres nas instituições de memória reflete a desigualdade de oportunidades que tem marcado a sociedade brasileira, responsável por reservar mais e melhores lugares para os homens" (HEYMANN, 2020). Para Heymann (2020), "os arquivos são instituições que expressam relações de poder", e "o menor número de arquivos de mulheres nas instituições de memória reflete a desigualdade de oportunidades que tem marcado a sociedade brasileira".

Sabemos que não existe muita bibliografia sobre arquivos de mulheres ou arquivos feministas, e problematizar esses espaços é importante, pois poderemos construir perspectivas teórico-metodológicas de análise. Nesse sentido, o diálogo com os estudos no campo dos arquivos digitais se faz relevante, porque, assim como o ativismo digital feminista é muito recente, também o é a emergência de muitos arquivos feministas digitais (COLLADO, 2017).

Considerações finais

Em um momento histórico marcado pelo negacionismo, especialmente voltado ao período das ditaduras que se fizeram presentes no Cone Sul dos anos 1960 a 80, e em que o feminismo tem sido apontado como uma ameaça por forças políticas que pretendem reforçar as bases patriarcais e neoliberais em nossos países, o acervo e o trabalho de pesquisa coletiva do LEGH adquirem importância crucial. Essa coleção de fontes históricas e referências bibliográficas forma uma espessa muralha protetora contra o negacionismo, encravada em uma instituição pública de ensino e pesquisa. Nossas armas, nesse conflito

ideológico e político, são os rigores científico e metodológico na construção e manutenção de um acervo composto coletivamente e que constitui a base para a edificação de saberes críticos sobre a história do tempo presente em nossa região do mundo conectados com o global.

O acervo do LEGH é rico e fruto de diferentes caminhos percorridos por suas/seus pesquisadoras/es. Permite pensar a constituição de arquivo, bem como nos aproxima das discussões sobre memória, arquivologia e história. Se entendermos, assim como Bellotto (2017, p. 134), os arquivos como "moradas da História", podemos perspectivar esse espaço para explorar as histórias que ele abriga e assim, de maneira interdisciplinar, problematizar as histórias da constituição de acervos feministas no Cone Sul.

Ao mesmo tempo, o LEGH segue sendo um refúgio feminista, um espaço de encontro, de afetos, de trocas e colaboração entre pesquisadoras/es, sempre aberto aos aprendizados e com muita esperança na criação de outros futuros, frutos dos projetos políticos que encontramos em nossas pesquisas sobre o passado recente[17].

Referências

AHMED, Sara. **La política cultural de las emociones**. Tradução: Cecilia Olivares Manduy. 2. ed. Cidade do México: Universidad Nacional Autónoma de México, 2015.

AHMED, Sara. **Living a feminist life**. Durham: Duke University Press, 2017.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Arquivos:** estudos e reflexões. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2017.

[17] Para mais informações, o *site* do LEGH é www.legh.cfh.ufsc.br. Acesso em: 8 nov. 2021. Lá estão disponíveis os livros produzidos no laboratório em formato PDF. O LEGH também está no Facebook, no Instagram (@legh.ufsc) e no YouTube – https://www.youtube.com/c/G%C3%AAneroeHist%C3%B3ria. Acesso em: 8 nov. 2021.

COLLADO, Ángel Calle. Gritos de rebeldía: movimientos sociales (globales) en el siglo XXI. *In*: MENA, José C.; BENÍTEZ-EYZAGUIRRE, Lucía (org.). **Activismo digital y nuevos modos de ciudadanía:** una mirada global. Bellaterra: Institut de la Comunicació, Universitat Autónoma de Barcelona, 2017. Disponível em: http://luciabenitez.es/wp-content/uploads/activismo-digital-y-nuevos-modos-de-ciudadania-una-mirada-global.pdf. Acesso em: 6 maio 2022.

CRESCÊNCIO, Cintia Lima *et al*. História, gênero, rede de pesquisas e afetos: Laboratório de Estudos de Gênero e História – LEGH. *In*: CRESCÊNCIO, Cintia L.; SILVA, Janine G.; BRISTOT, Lidia S. (org.). **Histórias de gênero**. São Paulo: Verona, 2017. p. 6-12.

HEYMANN, Luciana Quillet. A invisibilidade dos arquivos femininos: entrevista com Luciana Quillet Heymann (Entrevista feita por Cristiane d'Avila). **Café História: História feita com Cliques**, 16 mar. 2020. Disponível em: https://www.cafehistoria.com.br/entrevista-com-luciana-heymann/. Acesso em: 9 maio 2022.

HOUAISS, Antônio. **Minidicionário Houaiss da língua portuguesa**. 4. ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 2010.

IRE, Binah. **Para pensar arquivos feministas:** o acervo do Laboratório de Estudos de Gênero e História. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2020.

IRE, Binah; SILVA, Janine Gomes da. O acervo do Laboratório de Estudos de Gênero e História – LEGH: pesquisas e histórias feministas. *In*: WOLFF, Cristina Scheibe; ZANDONÁ, Jair; MELO, Soraia Carolina (org.). **Mulheres de luta:** feminismo e esquerdas no Brasil (1964-1985). Curitiba: Appris, 2019. p. 384-405.

NUNES, Alina; ZACCHI, Lara Lucena. Por uma pedagogia feminista: possibilidades da produção de fontes digitais para o ensino de história das mulheres. **Revista Eletrônica História em Reflexão**, Dourados, v. 14, n. 27, p. 231-250, jan.-jun. 2020.

OBERTI, Alejandra. ¿Qué hace el género a la memoria? *In*: PEDRO, Joana Maria; WOLFF, Cristina Scheibe (org.). **Gênero, feminismos e ditaduras no Cone Sul**. Florianópolis: Mulheres, 2010. p. 13-30.

PASSERINI, Luisa. **A memória entre política e emoção**. São Paulo: Letra e Voz, 2011.

PEDRO, Joana Maria *et al*. **Negro em terra de branco:** escravidão e preconceito em Santa Catarina no século XIX. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1988.

PEDRO, Joana Maria; WOLFF, Cristina Scheibe (org.). **Gênero, feminismos e ditaduras no Cone Sul**. Florianópolis: Mulheres, 2010.

POLLAK, Michael. A gestão do indizível. **WebMosaica**, v. 2, n. 1, p. 9-49, jan.-jun. 2010.

PORTELLI, Alessandro. História oral como gênero. **Projeto História**, São Paulo, n. 22, p. 9-36, jun. 2001.

SADER, Emir; JINKINGS, Ivana (coord.) **Latinoamericana:** enciclopédia contemporânea da América Latina e do Caribe. São Paulo: Boitempo, 2006.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 15, n. 2, p. 5-22, jul.-dez. 1990.

SILVA, Janine Gomes da. Laboratório de Estudos de Gênero e História, um arquivo dos feminismos das ditaduras do Cone Sul? *In*: PEDRO, Joana; ZANDONÁ, Jair (org.). **Feminismos e democracia**. Belo Horizonte: Fino Traço, 2019. p. 174-165.

SILVA, Janine Gomes da; PEDRO, Joana Maria; WOLFF; Cristina Scheibe. Acervo de pesquisa, memórias e mulheres: o Laboratório de Estudos de Gênero e História e as ditaduras do Cone Sul. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, n. 71, p. 193-210, dez. 2018.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA (UFSC). **Laboratório de Estudos de Gênero e História**. Florianópolis: UFSC. Disponível em: http://www.legh.cfh.ufsc.br/. Acesso em: 8 nov. 2021a.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA (UFSC). **Repositório Institucional**. Florianópolis: UFSC. Disponível em: http://www.repositorio.ufsc.br. Acesso em: 8 nov. 2021b.

WOLFF, Cristina Scheibe. Posfácio: casa da mãe Joana. *In*: CRESCÊNCIO, Cintia L.; SILVA, Janine G.; BRISTOT, Lidia S. (org.). **Histórias de gênero**. São Paulo: Verona, 2017. p. 416-419.

WOLFF, Cristina Scheibe; ZANDONÁ, Jair; MELLO, Soraia Carolina (org.). **Mulheres de luta:** feminismo e esquerdas no Brasil (1964-1985). Curitiba: Appris, 2019.

9

Por uma história oral da Covid-19 no Rio Grande do Sul: as contribuições do Núcleo de Pesquisa em História e do Repositório de Entrevistas de História Oral da UFRGS

▪ Carla Simone Rodeghero, Alanna de Jesus Teixeira, Eduarda Borges da Silva, José Augusto Zorzi, Sulena Cerbaro

Este capítulo compartilha reflexões sobre o uso da história oral no projeto de pesquisa Documentando a Experiência da Covid-19 no Rio Grande do Sul, desenvolvido na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), por meio do Núcleo de Pesquisa em História (NPH) e do Repositório de Entrevistas de História Oral (Repho) desde 2020.

Num primeiro momento, é feita a explanação dos espaços institucionais nos quais o projeto de pesquisa está sendo executado, assim como de seus objetivos, metodologia e do perfil das pessoas entrevistadas. Na sequência, são exploradas três entrevistas do acervo do projeto. A intenção é demonstrar a potencialidade do material produzido para o entendimento das transformações que se processaram no cotidiano da pandemia entre estudantes de baixa renda da universidade. A apresentação conjunta de resultados do projeto Documentando e da trajetória do NPH e do Repho visa, ainda, apontar as contribuições que esses espaços institucionais têm dado para o fortalecimento e a qualificação das práticas da história oral em nossa universidade.

O NPH, o Repho e o projeto Documentando a Experiência da Covid-19 no Rio Grande do Sul

O NPH da UFRGS desenvolve pesquisas e disponibiliza ao público acervos documentais há quase quatro décadas[1]. A documentação – basicamente composta de fontes históricas impressas, micrográficas

[1] Agradecemos a Marisângela Martins as informações que seguem sobre o NPH.

e gravadas em CD-ROMs e fitas cassete – toca diferentes temáticas da história nacional e internacional, do período medieval aos nossos dias.

O acervo de fontes orais do núcleo remonta à década de 1980, quando surgiu o Laboratório de História Oral (LHO), conduzido por historiadores/as dedicados a diferentes temas de pesquisa. No âmbito do laboratório, foram desenvolvidos projetos sobre historiadores sul-rio-grandenses, coordenados pela professora Ieda Gutfreind; sobre a juventude operária na região metropolitana de Porto Alegre (RS), coordenados pela professora Regina Weber; e sobre a história de antigos militantes do Partido Comunista Brasileiro (PCB), pela professora Maria Luiza Martini e pelos historiadores Francisco Carvalho Júnior e Eliane Garcia, gerando a publicação de artigos, trabalhos de conclusão de curso, dissertações, teses, livros e capítulos de livros pelos pesquisadores do núcleo.

A maior parte dessas entrevistas está registrada em fita cassete, suporte que exige o domínio de equipamentos analógicos, de operacionalização mais pausada e maior ruído na reprodução. O acervo carece de melhor organização, passando, primeiramente, pelo levantamento das entrevistas transcritas e não transcritas e daquelas com e sem carta de cessão para, num segundo momento, promover a digitalização e a disponibilização ao público.

Em 2011 e 2012, a equipe do NPH participou do projeto Marcas da Memória: História Oral da Anistia no Brasil, patrocinado pela Comissão de Anistia do Ministério da Justiça e Segurança Pública e que foi realizado em parceria com as universidades federais de Pernambuco e do Rio de Janeiro. Na UFRGS, foi coordenado pela professora Carla Simone Rodeghero, contando com ampla equipe de colaboradores/as e resultando na gravação de 18 entrevistas em formato de vídeo, as quais estão disponíveis para consulta no formato digital, tendo sido suas transcrições publicadas no *site* do Repho[2].

O Repho é uma iniciativa abrigada no NPH que tem como objetivo contribuir para a formação de pesquisadoras/es na metodologia de história oral, bem como reunir, difundir e valorizar o patrimônio documental resultante de pesquisas baseadas nas fontes orais. Trata-se de um acervo *on-line* de entrevistas e um grupo de trabalho que

[2] Sobre o projeto, ver: Rodeghero, Montenegro e Araújo (2012). Para as transcrições das entrevistas, ver: www.ufrgs.br/repho/projetos. Acesso em: 12 nov. 2021.

desde 2017 planeja e atualiza o *site* www.ufrgs.br/repho[3]. O *site*/acervo, lançado em 2018, reúne entrevistas realizadas por membros dos corpos discente e docente dos cursos de graduação e pós-graduação em História da UFRGS, em seus trabalhos acadêmicos.

Seu acervo é composto, atualmente, de seis projetos de pesquisa, reunindo mais de 140 entrevistas, as quais são disponibilizadas ao público no *site*. Depois de concordar com um termo de compromisso, os/as consulentes têm acesso à ficha técnica e à transcrição ou ao índice temático das entrevistas[4]. No caso do projeto Documentando a Experiência da Covid-19, o *site* do Repho dá acesso ainda aos arquivos de vídeo ou de áudio, os quais também estão disponíveis no seu canal no YouTube[5]. Para as demais entrevistas, esses arquivos devem ser solicitados pelo *e-mail* repho@ufrgs.br. Além disso, o *site* disponibiliza um *Manual de procedimentos*, com instruções básicas para a prática da história oral e para facilitar o processo de doação de entrevistas ao repositório, o que pode ser feito também por meio das ferramentas do *site*.

Desde meados de 2020, o NPH e o Repho estão comprometidos com o projeto Documentando a Experiência da Covid-19 no Rio Grande do Sul, o qual foi beneficiado pelas experiências prévias com história oral desenvolvidas nesses espaços[6]. Ao mesmo tempo, a pesquisa contribuiu para a consolidação e o aprimoramento do trabalho de produção, arquivamento e difusão de fontes orais, bem como para a formação de profissionais, tendo em vista o envolvimento de uma equipe com número sempre superior a 20 pessoas (servidoras docentes e técnicas administrativas, estudantes de graduação e pós-graduação

[3] O Repho foi coordenado por Alanna de Jesus Teixeira em 2021. Atualmente, é coordenado por Carla Simone Rodeghero.

[4] Recentemente, os índices temáticos e as transcrições passaram a ser feitos com o auxílio do Oral History Metadata Synchronizer. Para mais detalhes sobre essa ferramenta, ver: https://youtu.be/gLamus07e5s. Acesso em: 12 nov. 2021.

[5] Disponível em: https://www.youtube.com/channel/UCvOZwPuyCi10lHZHOGOf7QA/videos. Acesso em: 12 nov. 2021.

[6] Quando o projeto Documentando foi elaborado, o NPH era coordenado pela professora Cláudia Mauch, que, ao lado da técnica em assuntos educacionais e historiadora Marisângela Martins, tem participado ativamente das atividades do projeto. Desde outubro de 2021, o NPH é coordenado pela professora Cybele Crossetti de Almeida.

e egressos/as da UFRGS), a maioria atuando de forma voluntária[7]. Alguns estudantes têm participado do projeto como bolsistas de iniciação científica ou de extensão e, ainda, como estagiários/as do curso de bacharelado.

O Documentando a Experiência da Covid-19 no Rio Grande do Sul é um projeto interinstitucional e interdisciplinar, coordenado pela UFRGS e pelo Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (Apers), e congrega outras 12 instituições gaúchas[8]. Ele emprega duas metodologias: o preenchimento de um formulário *on-line*, disponibilizado no *site* do Apers (que já resultou em mais de 400 contribuições); e a condução de entrevistas de história oral (mais de 120 já foram realizadas até o momento, a maioria delas por meio de plataformas de videoconferência). Cada uma das instituições envolvidas com o eixo da história oral escolheu um perfil específico de narradores/as. No caso do NPH e do Repho, na UFRGS, o grupo é formado por estudantes de graduação com perfil de baixa renda, parte dos quais ingressou na universidade por cotas de ação afirmativa para egressos de escola pública, autodeclarados pretos, pardos ou indígenas, pessoas com deficiência e renda familiar inferior a um salário e meio *per capita*. Familiares desses estudantes também fazem parte do público-alvo. A meta inicial, que previa 50 entrevistas, foi alcançada. Além disso e considerando o prolongamento da pandemia, foram feitas novas entrevistas, com cerca de 20 pessoas que haviam colaborado no início da pesquisa.

O roteiro de questões contemplou, entre outras coisas, relatos acerca do contágio pelo coronavírus e os seus sintomas, o tratamento e o atendimento médico-hospitalar, os casos de morte por Covid-19 e os rituais fúnebres, os cuidados tomados para evitar o contágio, a avaliação das políticas implementadas em níveis municipal, estadual e federal, a forma como as pessoas procuraram se informar a respeito

[7] Membros da equipe UFRGS 2020/2021: Alanna Teixeira, Amanda Flores, Ana Carolina Martinez, Andressa Carvalho, Anne Alves, Arthur Reis, Carla Rodeghero, Carlos Barzotto, Carolina Costa, Cássia Silveira, Cláudia Mauch, Eduarda Silva, Evelin Cotta, Felipe Nunes, Henrique Lemos, José Zorzi, João Carvalhal, Juliana Silva, Lenander Stamatto, Letícia Fernandes, Lucas Ramos, Manuela Pavoni, Marina Widholzer, Marisângela Martins, Morgan Santos, Natália Noronha, Neila Araujo, Ricardo Scarpini, Regina Xavier, Vithoria Dill e Vinícius Furini.

[8] A coordenação geral do projeto está a cargo de Carla Simone Rodeghero, Clarissa Sommer Alves e Rodrigo de Azevedo Weimer. Para mais detalhes sobre o projeto, ver: https://www.apers.rs.gov.br/documentando-covid19-rs. Acesso em: 12 nov. 2021.

da pandemia, as possibilidades de adesão a protocolos de isolamento em contextos de forte vulnerabilidade social, as expectativas quanto ao futuro e à vacina e as estratégias de cuidado implementadas, entre as quais os diferentes tipos de terapia adotados para dar conta dos efeitos psicológicos da pandemia em sua longa duração. No caso das pessoas que foram entrevistadas pela segunda vez, reforçaram-se as questões relativas à vacina e às alterações na rotina ao longo de quase um ano entre a primeira e a segunda entrevista, além de sobre casos de contágio e morte na família e entre pessoas próximas.

Para traçar um rápido perfil sociocultural do grupo entrevistado (50 pessoas), registramos que 26 se autodeclararam brancos/as, nove negros/as, sete pardos/as e dois/duas indígenas. Os demais preferiram não se identificar. As idades variaram entre 20 e 61 anos, com predomínio para a faixa entre 20 e 40 anos. Trinta e nove pessoas habitam Porto Alegre ou sua região metropolitana e as demais o interior do estado. Mais da metade das pessoas entrevistadas (28) exerce alguma ocupação profissional, além da graduação. Os/as estudantes estão vinculados a quase 30 diferentes cursos da universidade. Entre as justificativas para a participação no projeto, está o sentimento de que estamos vivendo um momento histórico que demanda um ajuste na realidade individual e que, por isso, é necessário documentar esse novo tempo, colaborando com a pesquisa e a ciência e, da mesma forma, valorizando a oportunidade de refletir sobre a própria experiência.

Questões sensíveis no cotidiano da pandemia

No momento em que escrevemos este texto, o Brasil conta, infelizmente, com mais de 610 mil mortos pela Covid-19. A presença da morte foi incorporada em nossa vida cotidiana, e as notícias sobre os picos de óbitos se tornaram habituais. Embora tenhamos, nos últimos meses de 2021, alcançado patamares muito menores de mortes diárias, se comparados ao período anterior ao avanço da vacinação, trata-se de números que causam choque, perturbação e, ao mesmo tempo, certa apatia, ou letargia, pois se vê o total de perdas aumentar diariamente desde 17 de março de 2020, data da primeira morte no país. A própria postura do governo federal foi (e ainda é) de contramão ao combate ao coronavírus, com base na "assunção do imperativo da bolsa no lugar

do imperativo da vida" (BIRMAN, 2020, p. 44). Nessa direção, alguns grupos "preferiram sacrificar milhares de vidas e empilhar os cadáveres dos seus cidadãos a se importar com o que é de fato digno de valor: a vida de cada um, em sua singularidade inigualável e incomparável" (BIRMAN, 2020, p. 44).

A catástrofe do coronavírus atravessa-nos dia após dia, e os sentimentos de imobilidade e impotência são compartilhados. Isso fez com que, infelizmente, a sociedade se tornasse cada vez menos sensível às perdas das vidas, que viravam apenas estatísticas ao fim do dia. Podemos dizer, à luz de Walter Benjamin (1994), que a catástrofe é observada pelo anjo da história que direciona o seu olhar para o passado: "Onde nós vemos uma cadeia de acontecimentos, ele vê uma catástrofe única, que acumula incansavelmente ruína sobre ruína e as dispersa a nossos pés" (BENJAMIN, 1994, p. 226). Essa ruína pode ser observada não apenas pelo número de mortes crescente, mas por todas as perdas que podem, ou não, ser numericamente contadas.

Nesses tempos de emergência, o próprio ofício do historiador modifica-se, sendo levado a engajar-se no espaço público. Nesse sentido, contribuindo para criar espaços de escuta, a história oral desempenha um papel social ao possibilitar que as testemunhas compartilhem experiências pessoais durante a pandemia. É também, como aponta Marta Rovai (2013), um recurso contra a indiferença e uma resposta à "necessidade de construirmos mecanismos de escuta que contribuam para impedir aquilo que Primo Levi temia e que tantas vítimas de atrocidades ainda enfrentam, ou seja, que as pessoas virem as costas, indiferentes à dor subjetiva e ao mesmo tempo histórica e coletiva" (ROVAI, 2013, p. 131).

No conjunto dos testemunhos dos/as estudantes e familiares produzidos pelo projeto Documentando a Experiência da Covid-19, foram narradas transformações radicais no cotidiano, perpassadas por questões sensíveis que podem, ou não, estar associadas a um trauma coletivo gerado pela pandemia, como tem levantado a grande mídia[9], ou mesmo como uma ameaça pré-traumática, nas palavras do psicanalista Gustavo Henrique Dionisio (2020). Tais conceitos foram levantados e adquiriram notoriedade no debate sobre memória social e política (ENDO, 2013). Segundo Paulo Endo (2013), psicanalista e professor do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo:

[9] Como, por exemplo: Castanho (2020), Bueno (2021) e Prideaux (2021).

> O trauma bem pode figurar como a última fronteira da dor física e psíquica, ou como uma panaceia explicativa, mal definida e imprecisa, que substitui a necessidade de indicar os matizes dessa dor, seu caráter singular e, paradoxalmente, investigações mais profundas sobre o traumático e o caráter retroativo do dano singular. Consequentemente os danos sociais e políticos que se interferem e agem mutuamente na gênese do trauma e do traumático, muitas vezes de formas indiscerníveis, se embaralham na trama de conceitos que os esconde (ENDO, 2013, p. 45).

Embora não seja papel dos/as profissionais de história oral apontar ou tratar um possível trauma, é plausível identificar temas sensíveis e/ou traumáticos nas narrativas dos/as entrevistados/as no Documentando.

Em seu conjunto, trata-se de narrativas públicas que abordam o privado e que são partilhadas pelos/as pesquisadores/as do projeto, que também estão imbricados/as no próprio evento-limite, a pandemia, o que de certa forma afeta análises como esta que apresentamos aqui. O mesmo tem ocorrido com outros projetos que se dedicaram à coleta e ao compartilhamento de relatos do cotidiano desde o início da pandemia. Como registraram Paulo Gajanigo e Rogério Souza (2021, p. 39), "somos parte do que pesquisamos".

Ainda nesse sentido, a equipe do Documentando procurou, por meio de leituras e discussões, apropriar-se de ferramentas e métodos adequados e possíveis no momento, levando em consideração que "temas sensíveis exigem tratamento ético e moral capaz de gerar empatia pelos atingidos e a repulsa e consequente condenação ao que ocorreu no passado e às suas consequências no presente" (QUADRAT, 2018, p. 213). Com esse e outros cuidados, foi feita a seleção de uma amostra de entrevistas, apontada na próxima sessão. Essa amostra é representativa da diversidade das condições vividas pelas pessoas entrevistadas no projeto e, também, das diferentes questões sensíveis que foram contempladas nos relatos.

Na entrevista concedida por um/a estudante da área das ciências humanas que preferiu não divulgar sua identidade e que aqui nomearemos simplesmente como estudante da UFRGS (2021), foram

abordados o tema do luto e as mudanças que a perda de um familiar próximo traz para aqueles que ficam, além das dificuldades de lidar com o processo de luto, que está modificado nos tempos da pandemia. Na entrevista de Lilian Carvalho (2020), percebemos como os papéis de mãe, trabalhadora e estudante, no contexto do isolamento social, se tornaram ainda mais desafiadores e sobrecarregaram a entrevistada. O relato de Laércio Gomes Mariano (2020), finalmente, permitiu observar a vivência do estudante indígena guarani e de sua comunidade na pandemia e de que forma a convivência e os rituais foram alterados nesse período.

Pandemia: luto, incertezas e ausências

Em maio de 2021, na cidade de Porto Alegre, a mãe do/a estudante da UFRGS sobre quem falamos neste tópico, lamentavelmente, veio a falecer. Em uma narrativa marcada por ausências, rupturas e zonas silenciosas, o/a estudante falou a respeito de sua experiência e dos sentimentos que envolvem a perda de um ente querido nos tempos da pandemia, ao mesmo tempo que revelou a dura realidade de uma família interrompida (ESTUDANTE DA UFRGS, 2021). Trata-se de uma memória pessoal, que também é social e política, na medida em que sentimentos de sofrimento são partilhados e vivenciados por diversas outras famílias.

Na fragilidade da vida, algo que até então parecia distante e improvável e que marca a trajetória do/a estudante da UFRGS é o luto – uma das questões mais sensíveis que perpassam pela entrevista que ele/a concedeu ao nosso projeto. A perda da mãe marca um momento significativo: "*Eu creio que a maior mudança que aconteceu na minha vida foi o falecimento da minha mãe, que foi agora em maio deste ano*" (ESTUDANTE DA UFRGS, 2021). A figura da mãe torna-se, ao mesmo tempo, ausente e presente, marcando a descontinuidade entre o tempo passado e o presente. Não é possível, nas nossas palavras, traduzir a dor de uma perda tão significativa, mas podem-se identificar alguns aspectos de como o/a estudante lidou com a situação, nesse momento em que ainda não havia sido admissível a simbolização da morte da mãe:

> *Eu tive suspeita de reinfecção logo que a minha mãe faleceu, mas aí eu fiz o exame e o médico disse que provavelmente era o meu estresse, o cansaço. Eu tive dor no corpo, tive vários sintomas, só não tive febre, tive várias coisas assim. Ele disse que muito provavelmente era o trauma da situação, mas igual eu fiz o teste e deu negativo* (ESTUDANTE DA UFRGS, 2021).

A dura realidade diante da perda e o processo de luto expressam a realidade subjetiva do/a estudante. A notícia do falecimento da mãe, somada à exaustão sentida no momento, levou à suspeita da reinfecção por Covid-19. A suspeita parece confirmar o sentimento de que a morte ainda se apresentava próxima. No entendimento sobre o luto, Alessandro Portelli (2001, p. 108) pontua:

> Portanto, é verdade de fato que a morte, o luto e a perda são experiências indescritíveis, por si mesmas e pelas limitações intrínsecas da linguagem: é improvável que qualquer experiência possa ser verdadeiramente expressa; é inquestionável que ninguém pode compartilhar a experiência alheia, dolorosa ou não.

Na complexidade de lidar com o passado, marcado por fortes rupturas reais e simbólicas, de uma experiência que permaneceu no âmbito privado, e tendo de lidar com o vazio deixado pela falta da presença da mãe, agora o testemunho busca um lugar de inscrição, e as palavras tentam ocupar o espaço deixado pelo vazio:

> *Desde o falecimento da minha mãe que eu entrei nessa fase mais depressiva, que tinha dias, vou ser bem sincera agora, que eu acordava, aí eu olhava no relógio, nove horas da manhã, dez horas, onze horas, meio-dia, uma, duas, três, quatro, cinco… Eu ainda estava deitada na cama e não tinha feito nenhuma refeição, não tinha nem me levantado pra escovar os dentes. Sendo bem sincera, eu fiquei em um estado de letargia, no qual eu não reagia* (ESTUDANTE DA UFRGS, 2021).

O processo de luto – com a sua natural dificuldade, somada às condições trazidas pela pandemia – parece ainda não ter se completado e ganha, na narrativa do/a entrevistado/a, a forma de um corpo inerte.

Mesmo que o/a entrevistado/a afirme que "*venho conseguindo dar a volta por cima*" e que "*agora eu estou conseguindo me reorganizar para retomar essas coisas*" (ESTUDANTE DA UFRGS, 2021), ao referir-se às condições de estudo, a morte da mãe marca uma ruptura, vista como "*a maior mudança que aconteceu na minha vida*" (ESTUDANTE DA UFRGS, 2021).

No espaço da dor, nessa "*fase mais depressiva*" (ESTUDANTE DA UFRGS, 2021), coube apenas o silêncio. Silêncio do vazio, da ausência, silêncio que está longe de significar esquecimento. Embora o silêncio tenha sido rompido, em parte, na entrevista, permaneceram silenciados/não narrados o processo da perda da mãe quanto ao acompanhamento do agravamento de seu estado de saúde, o momento de despedida, ou mesmo rituais funerários, forçosamente alterados durante a pandemia. Gustavo Dionisio (2020) percebe que a pandemia acabou por modificar o processo de luto, em primeiro lugar pela suspensão dos rituais fúnebres e, ao mesmo tempo, pela dificuldade de afastar-se da morte, já que há uma ameaça de contaminação com o enlutado:

> Cruzando todos os dados, penso que vivemos uma *dupla violação* da experiência do luto: por um lado, tem-se a violência própria da pandemia que encerra nossos corpos, e, junto a ela, a morte que nos espreita à distância de um espirro. Por outro, a impossibilidade de as famílias velarem seus entes queridos revela a profanação de um traço simbólico muito caro à nossa cultura (DIONISIO, 2020, grifo do original).

A experiência da própria pandemia parece modificar-se com o passar do tempo e as situações traumáticas que se impõem. Podemos observar uma reconfiguração da perspectiva que se tinha da pandemia e do isolamento social, nas palavras do/a entrevistado/a:

> *Depois que tu perde um familiar de primeiro grau,* [...] *a mãe ou o pai, eu acho que o teu conceito de perda fica muito diferenciado. Se eu não posso ver as outras pessoas, se eu não posso ir pra uma festa, ou se eu não posso ir ali na Redenção tomar um chimarrão, pra mim é uma coisa muito pequena comparado ao que já aconteceu, sabe. É uma coisa que eu sei que eu vou esperar um tempo, e eu vou poder voltar a*

> *fazer, mas agora eu não vou poder voltar a ter meu familiar. Então, eu acho que as minhas noções ficaram um pouco diferenciadas com relação a antes* (ESTUDANTE DA UFRGS, 2021).

A perda da mãe insere-se em diversos planos da realidade social e veio a se somar a outras dificuldades presentes no cotidiano. O impacto econômico vivido no país, com a redução da renda e a precarização do trabalho, também se fez presente na fala do/a estudante. São marcas que expõem a fragilidade financeira na qual a família vive.

Na narrativa também se percebe que a relação entre o/a entrevistado/a e o pai acabou sendo remodelada. Mesmo afirmando que "*a gente sempre teve uma relação boa*" (ESTUDANTE DA UFRGS, 2021), é possível perceber a constituição de novas formas de relacionamento: "*Eu sinto que meu pai, a única pessoa que eu posso confiar 100%, sabe, contar. Então ele é… O vínculo ficou ainda mais forte, se é que dá pra tirar uma coisa boa de tudo isso*" (ESTUDANTE DA UFRGS, 2021).

Ademais, as marcas da violência simbólica do Estado estão presentes no depoimento que analisamos. Na narrativa do/a estudante, outro aspecto sensível é a suspeita pela morte provocada pela Covid-19: "*Eu não tenho laudo, exame, pra provar que foi de Covid-19, mas ela estava com uma insuficiência respiratória, falta de ar muito considerável*" (ESTUDANTE DA UFRGS, 2021). O/a filho/a relatou que a mãe fez o exame reação em cadeia da polimerase (PCR), o qual apontou resultado negativo. Após falecer, "*a vigilância sanitária fez outro exame PCR nela, também deu negativo*" (ESTUDANTE DA UFRGS, 2021).

> *A minha desconfiança, minha e da família, é de que ela… O vírus passou pelo corpo dela e deixou uma sequela respiratória, porque ela já tinha assim doenças respiratórias, ela era diabética, ela era uma pessoa com comorbidades. Então, assim, acredito que essa falta de ar que ela estava tendo era sim uma sequela da doença. A gente já tem provável que a Covid-19 pode deixar uma sequela nas pessoas* (ESTUDANTE DA UFRGS, 2021).

Mesmo sem uma confirmação, é de conhecimento que a subnotificação consiste em uma realidade presente na sociedade brasileira. Esse depoimento ajuda, dessa forma, a conhecer a difícil situação vivida pelo/a estudante, a qual também é compartilhada por

diversas outras famílias cujas perdas não tiveram a causa da morte plenamente esclarecida. Nesse sentido, "além de não poderem chorar os seus mortos já desde os funerais abreviados e sem consolo, ficarão impedidos de inscrever na história da sua geração o nome daquilo que causara a tragédia" (ANDRADE FILHA; FREITAS, 2020, p. 160).

Apesar de a suspeita da morte ter sido as sequelas deixadas pela contaminação pelo vírus, por causa da não confirmação ou da falta de um "*laudo*" (ESTUDANTE DA UFRGS, 2021), como afirma o/a filho/a, a família é deixada na incerteza quanto à causa da morte e lhe é negada uma memória social comum.

> Não, não se saberá nunca – e nunca mais – aquilo que poderia engendrar algum pertencimento, ainda que por razões tão trágicas. Um pertencimento simbólico, que atestaria o vivido desta tragédia não só anunciada, mas inscrita na própria carne. Ir-se embora deste mundo com o atestado da Covid-19 permitiria que a morte tivesse nome, que fosse chorada pelos familiares em coro uníssono com centenas de milhares de outros tantos filhos (ANDRADE FILHA; FREITAS, 2020, p. 161).

A subnotificação e o negacionismo – este presente na sociedade e especialmente no âmbito do governo federal – podem ser interpretados como uma forma de silenciamento das experiências vivenciadas no período da pandemia e de apagamento forçado das mortes ocasionadas pelo vírus e pela negligência estatal. "Furtar ao povo a sua memória é impedir o adequado e justo luto dos seus mortos" (ANDRADE FILHA; FREITAS, 2020, p. 160). Nesse sentido, é conveniente lembrar a célebre frase de Walter Benjamin (1994, p. 224-225): "Os mortos não estarão em segurança se o inimigo vencer. E esse inimigo não tem cessado de vencer".

Mãe, estudante e professora: mulher três em uma

A entrevista virtual com Lilian Carvalho foi realizada no feriado do Dia de Finados de 2020. Ao final da conversa, de mais de uma hora, ela contou que estava atarefada, preparando materiais para os seus

alunos e alunas. Lilian é uma mulher negra, de 33 anos, professora de Língua Portuguesa para séries iniciais, pós-graduada, residente na zona norte de Porto Alegre, mãe de duas crianças e estudante do 2.º ano de Arquitetura e Urbanismo na UFRGS, sua segunda graduação. A pandemia de Covid-19 pressionou sua rotina, já sobrecarregada, em virtude da necessidade de conciliar as suas atribuições pessoais e profissionais com algumas experiências que foram desde a contaminação pelo vírus – dela e de sua família nuclear – ao desenvolvimento de problemas psicológicos. Sua experiência é exemplar do cotidiano de mulheres negras brasileiras que entrelaçam diferentes frentes de atuação: ser mãe, ser filha, ser estudante, ser profissional, entre outras (WERNECK; IRACI; CRUZ, 2012).

A conjuntura, no momento do relato de Lilian (2020), colocava os seus desafios num patamar acima do "*normal*". Esse tensionamento ficou ainda mais evidente no que se refere ao tema *educação*: como professora do ensino público, como mãe de crianças em séries iniciais e como estudante do ensino superior federal, concomitantemente. Seu relato permitiu observar, entre outros aspectos, o quanto a educação, em seus diferentes níveis, foi testada, num momento de crise, com seus limites e possibilidades; os impactos da interrupção dos ciclos escolares; e como o novo contexto afetou suas/seus agentes: estudantes e professoras/es, filhos/as, mães e pais.

A conversa com a estudante de Arquitetura se iniciou com seu movimento de ir fechar a porta, para que as crianças ficassem com o pai durante a entrevista. A preocupação era a de que "*as crianças estavam se movimentando na casa*" e "*podiam aparecer a qualquer momento*" (CARVALHO, 2020). Logo em seguida ela informou "*que já tinha uma criança*" (CARVALHO, 2020) chamando-a, mas que o esposo a atenderia. O começo da pandemia e a necessidade de trabalhar de casa fizeram com que Lilian precisasse, mais do que em outros momentos, tornar-se três em uma – enquanto trabalhava e/ou estudava, as crianças mantinham suas demandas em relação a ela. Essa sobreposição de funções exemplifica aquilo que se tornou comum no início da pandemia de Covid-19, quando se desorganizaram as múltiplas temporalidades do cotidiano, fossem elas em nossas vidas, fossem em nossas sociedades (HARTOG, 2021).

A experiência de Lilian como profissional da educação se construiu, pelo menos, desde sua formação no magistério. Antes da

pandemia, era professora na rede estadual de ensino do Rio Grande do Sul. Contou que, apesar de adorar a sala de aula, se decepcionou muito com a educação durante esse período, em função do "*parcelamento dos salários*" (CARVALHO, 2020), política implementada pelo governo de José Ivo Sartori (2015 a 2019) e continuada em boa parte do governo de Eduardo Leite (2019-). As dificuldades de manter-se nessas condições fizeram com que nossa entrevistada desistisse de ser professora, buscando novos concursos públicos e prestando vestibular para Arquitetura. Nesse ínterim, logo antes da pandemia, foi convocada para ser professora no município de Viamão (RS). Assim, manteve-se na educação, porém com sua remuneração respeitada. As intempéries vividas na pandemia, portanto, estavam amplamente imbricadas com as condições vividas no seu passado recente.

Lilian narrou que, com o início das restrições sanitárias, a construção de outra dinâmica de ensino foi desafiadora. A sensação foi a de trabalhar mais do que presencialmente, porque precisou desenvolver técnicas para a produção de materiais adequados para seus/suas alunos/as. A falta de recursos na educação pública impôs que ela fizesse uso dos seus próprios, e foram os grupos de WhatsApp que permitiram uma relativa continuidade no ensino: ela preparava os materiais e compartilhava-os ali – textos, vídeos, áudios, aulas gravadas, entre outros. Todavia, o maior limitador foram as condições de acesso a equipamentos eletrônicos por parte dos seus estudantes, muitos deles de baixa renda, com dificuldades nesse sentido. Esse quadro produziu uma pressão imensa sobre Lilian e as/os colegas professoras/es, que viram suas estratégias diárias de conciliar o ensino com a realidade dos alunos ruírem. Tal conjuntura a fez chegar a um limite, quando sua ansiedade se agravou, o que exigiu a procura de ajuda psicológica e orientação médica (CARVALHO, 2020).

> *Era 20 h, 21 h, eu estava atendendo criança. Eu trabalho no turno da tarde, mas já estava trabalhando à noite também, e aí tinha os trabalhos da faculdade* [...]. *Foi bem* punk*, estou tentando colocar um limite.* [...] *Quero ajudar,* [...] *mas tá difícil, entendeu? Isso aí estava me deixando ansiosa, porque eu ficava: "Vou atender tais crianças no turno da tarde, e à noite tenho que atender tais crianças...". Só que eu não estou recebendo por isso, estou fazendo como questão de pessoa, tu entende? Me coloco no lugar do outro.* [...] *Era mais outra coisa que estava me deixando ansiosa.* [...] *Fui procurar ajuda psicológica mesmo* (CARVALHO, 2020).

A professora narrou que, em determinado momento, tentou evitar o assunto pandemia com as/os alunas/os, que juntamente com os familiares estavam sendo afetadas/os na esfera psicológica (CARVALHO, 2020). A quantidade de informações que chegava de modo incessante, só naqueles seis primeiros meses de pandemia, produzia angústia nela e nos/as alunos/as. Nesse sentido, ela ensaiou uma narrativa alternativa às que predominavam, sobretudo às que tratavam do número crescente de mortes (no fim de outubro de 2020, com relativa estabilidade, o total de óbitos pela Covid-19 era de quase 160 mil). Lilian tentava evitar, naquele/nesse contexto crítico inaugurado pela pandemia, "os 'choques' [que] são diários, intensos, incessantes, imediatos" (RODEGHERO; WEIMER, 2021, p. 475).

A atividade como professora foi somada à responsabilidade com os filhos, como mãe, trabalhando de casa. Lilian descreveu as dificuldades em poder se concentrar, tendo de cuidar de várias atividades ao mesmo tempo. Seu filho também mantinha as atividades escolares em casa. Embora estudasse em um colégio particular, com bolsa de estudo, o que permitiu uma estrutura melhor de aprendizagem, o isolamento e a perda de contato com os colegas produziram ansiedade. Foi preciso, em plena pandemia, consultar um neuropediatra. A filha bebê sentiu a maior diferença, por ter se afastado do ambiente lúdico da creche. Toda essa dinâmica doméstica só pôde engrenar quando Lilian organizou, nas portas do guarda-roupa, um mural de bilhetes com todas as atividades dela e das crianças. Entre as que mais fizeram falta na rotina da família foi a ida à praça. Ela relatou que "*até os cachorros estão mais estressados*" (CARVALHO, 2020).

O retorno de Lilian à universidade havia sido uma alternativa quando da sua decepção com sua profissão docente. Ela sabia que conciliar os estudos com o fato de ser mãe e trabalhadora seria desafiador. Já na universidade, deparou com as dificuldades no acolhimento às estudantes com filhas/os. No início da pandemia, participou do Coletivo de Mães da UFRGS, com integrantes de vários cursos, que pautaram o agravamento de suas condições pela pandemia no cuidado de suas crianças e na responsabilidade com a continuidade dos estudos. Entre os motivos que as mobilizaram, estavam a inflexibilidade de docentes com relação às presenças em aulas *on-line*, a cobrança de produtividade (somada com a do trabalho) e a falta de reconhecimento às suas

especificidades como estudantes e como mulheres, à maternidade. Como ela contou:

> *Minha filha foi mordida pelo cachorro durante uma aula, no turno da manhã, que ela estava brincando, eu estava assistindo aula e aí* [...] *os cachorros morderam ela. Aconteceu um acidente, porque não tinha como ficar com ela naquele momento. E aí eu fiquei assim: "Se eu conseguir assistir à aula, eu assisto. Se eu não conseguir, assisto à gravação"* (CARVALHO, 2020).

Situações como essa tiveram como resultado o cancelamento de várias disciplinas. A experiência de Lilian e de outras estudantes foi apresentada, de modo bastante evidente, na Carta do Coletivo de Mães da UFRGS à gestão da universidade, na qual se alertou sobre a necessidade de olhar para suas especificidades nesse recorte pandêmico e histórico:

> Entre os agravantes surgidos durante a pandemia, considerando algumas questões específicas relativas à maternidade, destacamos a diminuição significativa das redes de apoio que permitiam a distribuição da carga de cuidados com as crianças; a necessidade de acompanhamento das crianças e adolescentes em idade escolar (desde ensino infantil, até ensino médio) que estão tendo aulas na modalidade à distância, tanto no ensino privado, quanto na rede pública; a sobrecarga representada pelas limitações dos espaços domésticos para prover adequadamente as necessidades de estímulos para o desenvolvimento infantil, e os efeitos disso na saúde física e mental; a dificuldade destes mesmos espaços e das dinâmicas de horários domésticos para permitir um ambiente adequado para realização de tarefas intelectuais (CARTA DO COLETIVO DE MÃES DA UFRGS, 2020, p. 1).

Como se pode observar, as dificuldades bem conhecidas por mulheres como Lilian se agravaram. Na mesma carta, as mães estudantes salientaram "que este contexto de pandemia acentuou e exacerbou demandas e desigualdades relativas ao trabalho doméstico e de maternagem – que antes já configuravam uma forte desvantagem e fator de exclusão para as mães que buscavam graduar-se" (CARTA

DO COLETIVO DE MÃES DA UFRGS, 2020, p. 1). No caso da entrevistada e de sua família, um dos resultados dessa conjuntura foi o desenvolvimento de problemas psicológicos, o que demandou acompanhamento profissional. Como estratégia de solução, ela precisou "*diminuir o ritmo*" (CARVALHO, 2020), como recomendou sua mãe, ainda que isso a deixasse resignada em relação aos seus alunos, os quais desejava continuar auxiliando. Nesse processo, Lilian apontou a importância do acolhimento aos estudantes, em todos os momentos, mas especialmente num período de crise, como o despertado pela pandemia.

Os registros concedidos por uma estudante três em uma, na figura de Lilian, constituem uma narrativa singular, mas que, ao mesmo tempo, é muito representativa da história e das experiências cotidianas de mulheres negras. Como apontam Werneck, Iraci e Cruz (2012, p. 10), "as lições oferecidas por mulheres negras brasileiras mostram a grandeza do respeito e do acolhimento ao outro". Isso se vincula à importância atribuída por elas, por exemplo, às dinâmicas familiares e à educação (WERNECK; IRACI; CRUZ, 2012). Essas trajetórias e a necessidade de um olhar específico às suas realidades lembram que, quando lutam pelo "direito a ter voz, elas estão reivindicando o direito à própria vida" (RIBEIRO, 2019, p. 42). A afirmação aproxima-se do que relatou Lilian quando os temas abordados foram o cuidado com os familiares e amigos e o fator incontornável do isolamento: "*É melhor estar vivo*" (CARVALHO, 2020).

Desse modo, os percursos tortuosos do cotidiano expressaram-se pela narrativa e mobilização política da narradora. De acordo com Rovai (2013), as histórias que são selecionadas pelos entrevistados podem ser a "denúncia de experiências múltiplas, suas e de outros, que fazem parte de uma história que não deve ser esquecida. Prova de respeito aos vivos, porque lembra sempre ao presente a possibilidade de acontecimentos semelhantes" (ROVAI, 2013, p. 145).

Fechados contra o vírus: interrupções dos rituais guaranis e o sentido de coletividade

Laércio Gomes Mariano, 27 anos, estudante da etnia guarani do curso de História da UFRGS, teve três parentes contagiados com sintomas leves até a data da entrevista, em dezembro de 2020, contudo a propagação do vírus foi controlada em sua aldeia. Segundo seu relato,

houve preocupação por parte das lideranças de cumprir o isolamento social, evitando entradas e saídas da aldeia, higienizando alimentos e doações e, uma vez por semana, recebendo dois enfermeiros e um médico para fazer os testes/exames para diagnóstico do vírus, por meio do Sistema Único de Saúde. Enquanto em sua aldeia, em Viamão, só havia três casos positivados, na aldeia de seu tio, no interior do estado de Santa Catarina, onde viviam aproximadamente 300 pessoas, 83 testaram positivo, tendo de ficar isolados na escola da comunidade, conforme contou o estudante. Mencionou, ainda, outras aldeias guaranis catarinenses com números elevados de contaminação e com um caso de falecimento por Covid-19 (MARIANO, 2020).

O estudante relatou que para entrar em sua aldeia era necessário o teste e que as mudanças de rotina foram drásticas.

> *Drasticamente, porque a comunidade é coletiva. Então, cada dia a gente visita nossos pais, nossos avós que moram separado*[s]*, porque a gente tem que tomar chimarrão ou de noite fazer rituais na nossa casa de reza, que a gente chama casa de concentração, aí fica mais restrito porque, na medida que, por exemplo, se eu saio da cidade e hoje de noite tem ritual não posso entrar, porque eu saí fora da cidade, porque ninguém sabe se eu me contaminei ou não. Então hoje eu não posso participar, por exemplo, se eu sair. Então acho que o cotidiano das comunidades em geral mudou drasticamente. Isso é muito ruim porque afeta diretamente nossos modos de como fazer as coisas, e como proceder também. Então complicou bastante nesse sentido... que* [a] *comunidade é muito coletiva* (MARIANO, 2020).

Não poder visitar os parentes e tomar mate coletivamente, segundo Laércio, são danos que afetam a saúde espiritual: "*Ter saúde espiritual para nós é isso, ver os parentes bem e conversar com a pessoa, tomar mate, essas coisas...* [...] *Isso é dano para nós, sabe?*" (MARIANO, 2020). Ainda, para Laércio, os mais afetados foram os anciões, que utilizam menos a internet e, por isso, têm dificuldade para se comunicar com os familiares distantes. O entrevistado também mencionou a interrupção dos rituais coletivos, apontando para a impossibilidade de reunir pessoas de fora da aldeia para as celebrações e para a divisão das colheitas: "*Várias comunidades plantam milho, plantam melancia, plantam essas coisas para o ritual. Aí, como é que a gente vai chamar o pessoal de fora, de outras comunidades, para esse ritual, que é um ritual coletivo?*" (MARIANO, 2020).

Laércio contou que no início da pandemia, em fevereiro/março de 2020, os membros da comunidade não compreendiam a gravidade da "*doença*" e somente "*mais pro meio do ano* [2020] *a gente viu que essa doença era muito grave*" (MARIANO, 2020), e as lideranças indígenas ficaram mais rígidas com o isolamento, chegando a colocar portões para fechar as aldeias como medida preventiva.

> *Essas lideranças também se comunicam com outras lideranças de outras comunidades. Então foi meio que igual assim. Eles fecharam a aldeia, fizeram alguns portões na entrada da comunidade, porque, como a gente é bem coletivo, nem portão a gente bota nas comunidades, sabe?* [...] *Depois disso se criaram essas portas, esses portões, alguns muros pra proteger a comunidade. Mas foi meio que homogêneo esses cuidados nas comunidades. Não só do Rio Grande do Sul, mas de Santa Catarina também* (MARIANO, 2020).

O fechamento das aldeias ocorreu em várias comunidades indígenas, segundo Laércio. Em sua narrativa, o entrevistado evidenciou a preocupação com o isolamento social e a necessidade de fazê-lo como um "*fechamento comunitário*" (MARIANO, 2020) no que tangia ao mundo externo, onde o vírus estaria circulando, tendo em vista que toda a aldeia é estruturada em uma relação de parentalidade, e não em famílias nucleares. Além disso, a impossibilidade de ir e vir também gerou impactos econômicos. A economia de sua comunidade "*gira em torno do artesanato, que as pessoas fazem e vendem nas cidades*" (MARIANO, 2020). Nesse sentido, a Covid-19 "*impactou muito porque não tem como sair da comunidade*" e outras pessoas também não podem entrar, porque "*quem sabe a pessoa tá infectada e traz esse vírus pra comunidade*" (MARIANO, 2020).

No que se refere aos estudos, o entrevistado contou que na aldeia se vive "*outro tempo*", "*outra dimensão*" (MARIANO, 2020), sem horários predefinidos como na universidade e, assim, nesse ritmo, tem realizado suas leituras, mas sente-se disperso durante a pandemia para estudar. Disse sentir o impacto de não frequentar as aulas e a falta do convívio com as amizades que construiu fora da comunidade indígena.

Nesse sentido, o narrador é aquele que circula entre "*dois mundos*": ora desfruta de aprender com os anciões indígenas, "*com mais energia, mais vida*" (MARIANO, 2020), como se refere, em oposição aos livros na modalidade de ensino formal, ora sente saudade

de comer *pizza* na cidade. Em um primeiro momento da pandemia, pode-se inferir sobre essa sua dupla privação com o isolamento: estar na aldeia e não poder praticar os rituais de reza, de colheita nem o mate e, simultaneamente, não conseguir manter o ritmo do ensino remoto nem seus novos hábitos de estudante universitário. Em momento posterior, ele percebeu um relaxamento no isolamento social. No dia da gravação da entrevista, por exemplo, Laércio estava visitando seu tio em uma aldeia no estado de Santa Catarina, seguindo o protocolo de testagem de ambas as aldeias.

Quanto à vacina, Laércio disse que não viu nenhuma manifestação contrária de lideranças indígenas. Explicou que os povos indígenas eram um dos grupos "*mais ansiosos pra receber* [...]. *Porque a gente vê que esse estrago foi muito grande pras comunidades, principalmente pra essas comunidades isoladas, lá pro norte e tal.* [...] *Esse plano pra vacinar os povos indígenas tem que ser o quanto antes*" (MARIANO, 2020).

Braulina Aurora, Fetxawewe Tapuya Guajajara Verissimo, Flavio de Carvalho Juruna e Suliete Gervasio Monteiro são quatro estudantes indígenas que propõem uma reflexão apontando a Covid-19 como uma "doença colonial", em artigo escrito para a *Vukápanavo: Revista Terena*. Os/as autores/as relembram que as nações indígenas têm memórias de epidemias que chegaram em "caravelas" e de "avião" e as devastaram. Diante do vírus Sars-CoV-2, gerador da Covid-19, apresentam seus (res)sentimentos: "Com maior vulnerabilidade a doenças, os povos indígenas temem um novo genocídio biológico novamente vindo dos corpos não-indígenas" (AURORA *et al.*, 2020, p. 52-53).

A possibilidade de adoecimento espiritual por não poder relacionar-se, partilhar nem celebrar, mencionada por Laércio (MARIANO, 2020), deve ser compreendida juntamente com os processos de subjetivação e cosmologias indígenas. "Portanto, é necessário abandonar a dimensão restritiva e exclusiva do 'mental' e abrir-se a uma estratégia que incorpore a esta, o social, o cultural e o cosmológico como dimensões que também precisam ser consideradas" (FIOCRUZ, 2020).

O entrevistado, em tom de crítica, observou que em sociedades não indígenas o senso de coletividade pode ser mais recente ou ter um significado de "*salvação*" nesse momento de pandemia:

> *Pra nós, antes dessa pandemia, a gente já era uma aldeia. Não só uma aldeia, mas várias aldeias, muito coletivas. Isso não é uma coisa nova para nós. E parece que, para a sociedade de fora, isso recém surgiu. Às vezes, estão se integrando mais, tendo mais coletividade, isso parece que é algo salvador. Claro que é algo salvador, mas a gente já sabia disso faz tempo, sabe?! Na coletividade a gente já percebia que isso era saúde, que isso era cuidado com o próximo* (MARIANO, 2020).

Apesar de constatar isso, mostrou-se receoso quanto ao possível aprendizado com a pandemia por parte das sociedades não indígenas de cultivar a generosidade e a coletividade. "*Eles falam que de agora em diante não vai ser a mesma coisa, que as pessoas vão* [...] *ter mais generosidade com próximo e tal. Mas eu não sei se isso vai mudar.* [...] *Fico muito receoso*" (MARIANO, 2020).

Koselleck (2006) afirma que, do mesmo modo como a experiência do passado se realiza no presente, a expectativa também se realiza no hoje, constituindo-se em um futuro presente. Ambas as dimensões repercutem uma na outra, e o já experimentado, ou espaço de experiência, lança-se ao futuro como possibilidade e horizonte de expectativas.

Laércio, em sua narrativa, projeta um horizonte de expectativas que ora se mostra como presságio, ora como esperança. Relata desconfiar, sentir receio de que a sociedade não se transforme após a pandemia e permaneça pautada por valores opostos à generosidade e à coletividade. Contudo, igualmente baseado na experiência, reitera sua crença e seu compromisso no fato de que os guaranis seguirão vivendo e construindo nessa "*forma de generosidade que a gente já cultiva há milhares de anos. Então acho que, quanto ao futuro, eu só tenho a dizer isso, que a gente vai continuar assim e nada vai mudar a gente*" (MARIANO, 2020).

Portanto, a narrativa de Laércio traz outro significado ao termo coletividade nesse tempo pandêmico: mais que reunião e partilha, é uma aliança pautada na generosidade, no cuidado consigo e com o outro, mantendo-se fechados contra o vírus.

Considerações finais

Ângela de Castro Gomes, historiadora brasileira que possui uma vasta produção intelectual, sobretudo no campo da história oral, pontua sobre "uma das razões fundamentais de se fazer entrevistas: não

há experiências individuais (por mais singulares que sejam), que não permitam a percepção do contexto social e da rede de relações em que estão inseridas" (GOMES, 2020, p. 181). A escolha pelas três entrevistas comentadas deu-se pela sua representatividade em um contexto maior, não apenas de estudantes de baixa renda no Rio Grande do Sul, recorte específico do Documentando na UFRGS. Essa representatividade pode ser expandida para parcela significativa da população brasileira e para a forma de como esta, por meio de suas diferentes personagens, seus narradores e experiências particulares, está lidando com a pandemia de Covid-19.

Considerando a singularidade de cada história, as três pessoas cujos testemunhos analisamos foram atravessadas de modos distintos pela pandemia. Elas são representativas – em termos de gênero, raça, classe – da condição de estudantes universitários no Brasil, especialmente daqueles/as que ingressaram no ensino superior pelas políticas de ação afirmativa. No que diz respeito às formas como a vida cotidiana foi transformada no contexto da Covid-19, representam aqueles/as acometidos/as pela doença, como Lilian, que perderam a possibilidade de realizar seus rituais, como Laércio, e que se tornaram órfãos, como um/a dos/as entrevistados/as. São narrativas que se cruzam e se reforçam, na medida em que permitem o conhecimento de experiências individuais, mas que têm desdobramentos sociais, culturais, econômicos e também em como o tempo excepcional é concebido. Para o/a entrevistado/a que preferiu omitir sua identidade, o tempo tornou-se letárgico após o falecimento da mãe; para o estudante da etnia guarani, é narrado como disperso e portador de transformações nos ritmos que marcam os dois espaços que ele habita (a aldeia e a universidade); para a estudante que também é mãe e professora, consiste em um tempo insuficiente e que a consome, desorganizando uma rotina que já era exaustiva.

Esses são apenas alguns exemplos do potencial do acervo de entrevistas produzido pela UFRGS, por meio do NPH e do Repho, para o projeto Documentando a Experiência da Covid-19 no Rio Grande do Sul. Assim como o projeto se beneficiou da experiência prévia do núcleo e do repositório, esses espaços coletivos nos quais se pratica história oral também amadureceram e se aprimoraram ao longo do desenvolvimento da pesquisa: com o aprendizado da realização de entrevistas a distância, com o aperfeiçoamento da comunicação por

meio do *site*, com a criação de um canal no YouTube, com os avanços no processamento das entrevistas e, especialmente, com a constituição de um grupo de trabalho que agregou mais de duas dezenas de pessoas. O projeto Documentando contribuiu, então, para que o NPH e o Repho reforçassem sua identidade de coletivos de história oral e de espaços de diálogo e formação de pesquisadores/as.

Referências

ANDRADE FILHA, Lêda Lessa; FREITAS, Carlos E. Soares de. Subnotificações e o direito de saber: Covid-19 e outros casos. *In*: HIRSCH, Fábio Periandro de Almeida. **Covid-19 e o direito na Bahia:** estudos da comunidade da Uneb. Salvador: Direito Levado a Sério, 2020. p. 150-162.

AURORA, Braulina *et al*. O impacto de uma doença colonial que chega de caravela e de avião: reflexão de quatro estudantes indígenas. **Vukápanavo: Revista Terena**, n. 3, p. 51-66, out./nov. 2020.

BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política**. São Paulo: Brasiliense, 1994.

BIRMAN, Joel. **O trauma na pandemia do coronavírus:** suas dimensões políticas, sociais, econômicas, ecológicas, culturais, éticas e científicas. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2020.

BUENO, Gilmara. Trauma e luto coletivo: os impactos da Covid-19 sobre a saúde mental. **Brasil de Fato**, Porto Alegre, 30 abr. 2021.

CARTA DO COLETIVO DE MÃES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL. Porto Alegre, 6 jul. 2020. Disponível em: http://andesufrgs.org.br/wp-content/uploads/2020/07/Carta-ao-CEPE.pdf. Acesso em: 3 nov. 2011.

CARVALHO, Lilian. **Lilian Carvalho:** entrevista [2 nov. 2020]. Entrevistadores: Eduarda Borges da Silva e José Augusto Zorzi. Porto Alegre: UFRGS, 2 nov. 2020. Disponível em: https://www.ufrgs.br/repho/lilian-carvalho/. Acesso em: 12 nov. 2021.

CASTANHO, Laura. Governos devem reconhecer coronavírus como trauma coletivo, diz psicanalista. **Folha de S.Paulo**, 16 abr. 2020.

DIONISIO, Gustavo Henrique. Imagens de pandemia: trauma, luto, arte. **Revista Cult**, 2020.

ENDO, Paulo. Pensamento como margem, lacuna e falta: memória, trauma, luto e esquecimento. **Revista USP**, São Paulo, n. 98, p. 41-50, jun./ago. 2013.

ESTUDANTE DA UFRGS. **Estudante da UFRGS:** entrevista [23 jul. 2021]. Entrevistadores: Ricardo Scarpinni e Felipe Nunes. Porto Alegre: UFRGS, 23 jul. 2021. Disponível em: https://www.ufrgs.br/repho/estudante-de-historia-da-ufrgs/. Acesso em: 12 nov. 2021.

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ (FIOCRUZ). **Povos indígenas no contexto da Covid-19**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2020. Disponível em: https://www.fiocruzbrasilia.fiocruz.br/wp-content/uploads/2020/05/cartilha_povos_indigenas.pdf. Acesso em: 25 out. 2021.

GAJANIGO, Paulo; SOUZA, Rogério. A pandemia e o ordinário: apontamentos sobre a afinidade entre experiência pandêmica e registros cotidianos. **Sociedade e Estado**, v. 36, n. 1, p. 37-60, jan./abr. 2021.

GOMES, Ângela de Castro. História oral, historiadores e questões sensíveis: um giro no parafuso. *In*: GOMES, Ângela de Castro (org.). **História oral e historiografia:** questões sensíveis. São Paulo: Letra e Voz, 2020. p. 181-199.

HARTOG, François. A Covid e o tempo: "who is in the driver's seat?". **HHMagazine**, 3 fev. 2021.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado:** contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto/Ed. PUC-Rio, 2006.

MARIANO, Laércio Gomes. **Laércio Gomes Mariano:** entrevista [10 dez. 2020]. Entrevistadoras: Eduarda Borges da Silva e Manuela Perondi Pavoni. Porto Alegre: UFRGS, 10 dez. 2020. Disponível em: https://www.ufrgs.br/repho/laercio-gomes-mariano/. Acesso em: 12 nov. 2021.

PORTELLI, Alessandro. O massacre de Civitella Val Di Chiana (Toscana, 29 de junho de 1944): mito e política, luto e senso comum. *In*: AMADO, Janaina; FERREIRA, Marieta de Moraes (org.). **Usos & abusos da história oral**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001. p. 103-130.

PRIDEAUX, Ed. Coronavírus: como o mundo pode se curar do "trauma coletivo" da pandemia de Covid-19. **BBC Future**, 27 fev. 2021.

QUADRAT, Samantha. É possível uma história pública dos temas sensíveis no Brasil. *In*: MAUAD, Ana Maria; SANTHIAGO, Ricardo; BORGES, Viviane (org.). **Que história pública queremos**. São Paulo: Letra e Voz, 2018. p. 213-220.

RIBEIRO, Djamila. **O que é lugar de fala?** São Paulo: Pólen, 2019.

RODEGHERO, Carla Simone; MONTENEGRO, Antônio Torres; ARAÚJO, Maria Paula Nascimento (org.). **Marcas da memória:** história oral da anistia no Brasil. Recife: Editora da UFPE, 2012.

RODEGHERO, Carla Simone; WEIMER, Rodrigo de Azevedo. Pode a história oral ajudar a adiar o fim do mundo? Covid-19: tempo, testemunho e história. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 34, n. 74, p. 472-491, 2021.

ROVAI, Marta Gouveia de Oliveira. Aprendendo a ouvir: a história oral testemunhal contra a indiferença. **História Oral**, v. 16, n. 2, p. 129-148, 2013.

WERNECK, Jurema; IRACI, Nilza; CRUZ, Simone (org.). **Mulheres negras em primeira pessoa**. Porto Alegre: Redes, 2012.

10

"Quem contará aos nossos filhos?": a constituição do acervo de história oral do Instituto Cultural Judaico Marc Chagall

▪ Fabiana Pinheiro da Costa

A memória no epicentro de uma comunidade: os primeiros anos e a formação do acervo

> Não tem sido pequena a contribuição cultural do judaísmo à humanidade. Ela abrange áreas que vão do monoteísmo à filosofia, à literatura, à medicina, às ciências exatas e às artes, ao longo de uma história milenar [...]. A identificação, a preservação e o desenvolvimento das diversas correntes culturais dentro do judaísmo são hoje encarados como tarefa prioritária pelas lideranças comunitárias. [...] Sua existência no país [Brasil] se traduz numa rica experiência cultural, que deveria ser objeto de levantamento, codificação e divulgação (ICJMC, 1985b).

O excerto que abre este capítulo faz parte do discurso proferido por Ivoncy Brochmann Ioschpe na solenidade de constituição da sociedade civil Instituto Cultural Judaico Marc Chagall (ICJMC), ocorrida no dia 25 de novembro de 1985, nas dependências do Theatro São Pedro, de Porto Alegre, Rio Grande do Sul. A entidade foi planejada e criada por um grupo de intelectuais e empresários judeus tendo como objetivos "a difusão da contribuição judaica para a cultura, o desenvolvimento de suas formas de expressão, a realização de estudos e pesquisas e o fomento ao intercâmbio cultural" (ICJMC, 1985a). No evento de inauguração, foi aberta uma exposição de litografias originais do pintor Marc Chagall e apresentado um concerto do conjunto de cordas da Orquestra Sinfônica Brasileira, do Rio de Janeiro, sob a

regência do maestro Isaac Karabtchevsky. Também, estiveram presentes à solenidade membros da embaixada de Israel no Brasil e nomes de expressão nacional que integravam o conselho curador do ICJMC.

A criação do instituto nasceu da falta de uma entidade que divulgasse a cultura judaica para a comunidade em geral. "Muitas contribuições para o enriquecimento cultural da humanidade não chegam ao conhecimento da comunidade mais ampla como resultantes ou expressões da cultura judaica" (*apud* ZERO HORA, 1985), destacou Mauro Knijnik, vice-presidente do ICJMC na ocasião de sua inauguração.

Na década de 1980, as instituições judaicas de Porto Alegre tinham como finalidade principal a promoção da cultura para os seus próprios membros. De forma inovadora, a proposta do ICJMC visava promover e estimular o reconhecimento da identidade judaica por meio de atividades e projetos dentro e fora da coletividade. Sua estrutura organizacional era constituída de uma diretoria, um conselho curador e um conselho cultural composto de seis câmaras, a quem era incumbida a coordenação de diversas áreas: letras, artes, ciências e tecnologia, música e teatro, ciências sociais e memória e cultura judaicas.

A Câmara de Memória e Cultura Judaica teve como um de seus principais projetos a constituição de um acervo de história oral, inicialmente denominado Preservação da Memória Judaica. As atividades começaram em dezembro de 1986, como uma ação emergencial, no sentido de "obter depoimentos de imigrantes ou pessoas que detêm informações históricas ou sociológicas, bem como documentação relativa à colonização judaica no Rio Grande do Sul" (PROJETO PRESERVAÇÃO DA MEMÓRIA JUDAICA, 1986a). O objetivo era que as entrevistas fossem transcritas e arquivadas formando um banco de dados que servisse como fonte, principalmente ao meio acadêmico, para o desenvolvimento de pesquisas na área da memória judaica.

No princípio, o trabalho contava com um número reduzido de entrevistadores, que visitavam – e muitas vezes revisitavam – imigrantes e seus descendentes, sobreviventes da Shoah e outros membros da comunidade judaica gaúcha cujas histórias seriam importantes para a constituição do novo acervo. A meta era que fossem gravadas em fita cassete, no período de um ano, 120 entrevistas, uma média de dez por mês. Buscava-se, também, reproduzir as gravações em material

datilografado, abarcando 1.200 páginas mensais. Uma das estratégias adotadas no projeto para viabilizar a obtenção desses números era envolver a comunidade de forma ativa.

Segundo o relatório da professora Luiza Helena Schmitz Kliemann (PROJETO PRESERVAÇÃO DA MEMÓRIA JUDAICA, s.d.), então vinculada à Câmara de Memória do ICJMC, num primeiro momento se enviaram cartas a três famílias convidadas a dar depoimento. A partir de então, os coordenadores do projeto elaboraram uma listagem de pessoas para entrevistar, o que se expandiu por indicação de novos nomes por parte dos próprios depoentes, formando uma rede de relações e informantes.

Com o progresso das atividades, os familiares também foram incitados a realizar as entrevistas, mas sempre com o apoio institucional. Um documento era-lhes encaminhado, sensibilizando-os acerca da importância dessas narrativas para as futuras gerações.

> Todos nós temos um avô ou uma avó, um tio ou uma tia, um pai ou uma mãe que nos contaram e ainda nos contam as suas histórias, desde a infância em países longínquos até sua chegada ao Brasil, passando por momentos difíceis e reconstruindo suas vidas na nova pátria. Existem também pessoas que, mesmo nascendo no Brasil, têm suas histórias que significam muito para a memória da nossa comunidade. E todos nós sentimos que um dia estes relatos ricos e interessantes vão ser esquecidos. Quem contará a nossos filhos? [...] Estamos, portanto, propondo a você um trabalho conjunto: VOCÊ grava uma entrevista com alguém da sua família ou grupo de amizade que tenha histórias para contar sobre a terra natal, a imigração ou sobre sua vida até os dias atuais. VOCÊ entrega a fita ao Instituto. [...] Se houver alguma dúvida ou se precisar de auxílio dispomos também de entrevistadores se você tiver dificuldade para realizar a entrevista (MODELO DE CARTA À COMUNIDADE JUDAICA, 1986).

Essa correspondência era acompanhada de um roteiro-base, elaborado pela própria instituição, com algumas sugestões para viabilizar o trabalho. As perguntas eram subdivididas em 10 eixos: identificação do entrevistado, origens, evolução educacional e profissional, discriminação

e perseguições, emigração, imigração, adaptação, estabelecimento no Brasil, vida atual e, por fim, os dados do entrevistador. Cada um dos eixos continha em média de seis a oito perguntas, havendo lembretes para que os entrevistadores não se detivessem exclusivamente a elas, permitindo que as pessoas falassem de maneira livre, podendo abordar assuntos que não estavam contemplados no roteiro.

A equipe profissional era composta de historiadores e antropólogos com prática na metodologia da história oral. Para ampliar o grupo, os coordenadores contrataram estudantes de graduação e pós-graduação nas áreas de jornalismo, letras, psicologia, além de história e ciências sociais. Cada um recebia um manual fotocopiado para se aprofundar e poder atuar como facilitador com as famílias. Na época, os principais referenciais teóricos utilizados foram os livros *Métodos de pesquisa nas relações sociais*, organizado por Louise H. Kidder (1976), e *Introdução à pesquisa social empírica*, de Achim Schrader (1974).

Como forma de acompanhar o andamento do projeto, reuniões periódicas eram agendadas. No dia 18 de novembro de 1986, na Sociedade Israelita Brasileira de Cultura e Beneficência (Sibra), os responsáveis reuniram-se com a equipe e releram o roteiro-base da entrevista, reiterando a importância de os entrevistados terem liberdade para falar o que lhes conviesse, uma vez que o ICJMC buscava contemplar o modelo de histórias de vida, que, segundo consta do seu projeto, consistia em "privilegiar o ator e o acontecimento através de depoimentos abertos, referentes a uma experiência social ou história comum" (PROJETO PRESERVAÇÃO DA MEMÓRIA JUDAICA, 1986a). Ao grupo, foi distribuído um novo polígrafo para discussão, com *Técnica de entrevista*, organizado pelas professoras Hella Altenburg e Neusa Armellini (1986), da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

Já em fevereiro de 1987, na sede da Associação Círculo Social e Esportivo Israelita, houve outro encontro em que os entrevistadores conversaram sobre as dificuldades que estavam encontrando. A primeira delas era no tocante à cronologia do roteiro, apontada como complicada de ser seguida, tendo em vista a variabilidade da memória. Nesse ponto, é importante refletir sobre o peso que narrar a própria vida tem para o sujeito. Aquele que relata seu passado comumente procura construir uma *versão bonita de si* tanto para os outros quanto para consigo mesmo. Thomson (2001, p. 87) afirma que "compomos nossas memórias de forma que se ajustem ao que é publicamente aceitável".

Nesse sentido, a memória constitui-se em uma zona flutuante e sem ordem cronológica, não havendo controle preciso acerca daquilo que é lembrado ou esquecido.

A segunda questão debatida dizia respeito aos entrevistadores não judeus. Eles relataram estar sentindo-se em desvantagem pela falta de vivência no seio da comunidade e que, muitas vezes, encontravam resistências na abordagem de determinados assuntos. O esforço de conhecer mais sobre a cultura e a tradição judaica foi necessário para esses jovens seguirem exercendo sua função. Havia, também, as barreiras linguísticas, que se mostraram um desafio a eles, já que muitos depoentes citavam palavras em ídiche[1]. Assim, a ideia de criar aquilo que Errante (2000, p. 153) denomina de "ponte interpessoal", um vínculo emocional que liga as pessoas e envolve confiança e abertura para o relato de experiências, teve de ser repensada por todo o grupo.

Além das reuniões, registradas em atas, a coordenadora do projeto, Marlene Kulkes, realizava relatórios sintéticos com os principais pontos do andamento do trabalho. Um dos documentos dá conta dos primeiros quatro meses de execução (dezembro de 1986 a março de 1987), demonstrando que o instituto fez o total de 51 entrevistas, número que ultrapassava a meta estabelecida de 10 por mês. Na época, a equipe estava composta de sete entrevistadores profissionais: cinco fixados em Porto Alegre, um em Pelotas e um em Erechim – as duas últimas cidades situadas no interior do Rio Grande do Sul. Reitera-se que a proposta da instituição era, desde o princípio, realizar entrevistas em locais onde existiram os maiores núcleos da população judaica no estado gaúcho, o que abarcava principalmente os municípios de Santa Maria e Passo Fundo, além dos três já mencionados.

A transcrição do material foi prevista para ser executada por uma empresa especializada a fim de facilitar o trabalho da equipe, que até então era pequena, entretanto o relatório aponta que isso não foi possível em virtude do excesso de sotaque e do uso constante de palavras em outras línguas que não eram reconhecidas pelo *software*, de forma que para fazer a transcrição direta seriam necessários mais tempo e um valor mais alto do que o planejado no orçamento. Diante desse dilema, foi decidido em reunião que os entrevistadores, mediante remuneração, fariam a transcrição manuscrita, e só então o instituto enviaria o material para a empresa datilografá-lo.

[1] Língua falada por judeus de origem *ashkenazita*. Teve grande importância na disseminação de parte das cultura e tradição judaicas pelos séculos. O nome ídiche vem do termo em alemão *jüdisch*, que se referia a qualquer característica judaica (CONIB, 2021).

Uma das principais ações para ampliar o alcance do projeto eram os contatos pessoais e as divulgações, tanto para a coletividade quanto para a sociedade maior. Marlene Kulkes, especialista em planejamento, e Cecília Grimberg, socióloga, eram as responsáveis pelos telefonemas para as famílias, obtendo o consentimento delas para posterior marcação do horário e agendamento da entrevista. Em quatro meses, foram contatados 132 potenciais entrevistados, além de algumas entidades comunitárias. Marili Berg, coordenadora da Câmara de Memória Judaica, e Abrahão Faermann Sobrinho, diretor executivo do instituto, eram os responsáveis por trazer visibilidade às atividades. O Projeto Preservação da Memória Judaica foi veiculado em reportagens nos principais jornais da capital gaúcha e recebeu destaque em mídias judaicas nacionais, como a *Resenha Judaica* e o periódico *Shofar*.

O objetivo do ICJMC de mostrar-se como uma entidade potente não só no interior da sua comunidade, mas para toda a sociedade civil, se tornava cada vez mais promissor. O primeiro apoio externo na forma de recursos financeiros veio das Indústrias Klabin de Papel e Celulose, ação que permitiu uma expansão significativa do projeto. Em julho de 1987, o relatório de atividades demonstrava que os números eram mais que satisfatórios. Em oito meses, cerca de 140 entrevistas já haviam sido realizadas e os contatos já somavam mais de 315 pessoas.

A partir desse momento, percebeu-se a necessidade de credenciar a ICJMC como uma instituição que não só zelava pela salvaguarda da memória comunitária, mas também que se inseria no campo científico. Por isso, iniciou-se o contato com universidades do Brasil e do exterior, além de fundações e associações, na busca de possíveis parcerias. Começou, também, o que os coordenadores denominaram de "2.ª fase do projeto" (PROJETO PRESERVAÇÃO DA MEMÓRIA JUDAICA, 1987a), que consistia na limpeza do texto transcrito e na correção da datilografia. Juntamente com essa tarefa, eram elaboradas as sínteses das entrevistas por assunto, organizados os índices onomásticos, preenchidas as fichas complementares e sistematizados os diários de campo para serem incluídos nas pastas em que os depoimentos transcritos seriam armazenados.

Com um montante considerável de documentos orais, foi feito um trabalho de mapeamento de assuntos que poderiam constituir estudos futuros. Entre os principais temas, estavam o papel da mãe judia na educação dos filhos, a valorização da experiência transmitida pelos pais e o interesse na transmissão da história judaica, a participação dos judeus na política, a defesa do Estado de Israel, o valor do trabalho

comunitário, a vida nas colônias agrícolas de Philippson e Quatro Irmãos, o governo de Getúlio Vargas e, ainda, a atitude positiva em relação à vida mesmo após as provações da Segunda Guerra Mundial. Alguns desses temas marcariam, mais tarde, o surgimento de uma nova fase de entrevistas que derivaram dessas histórias de vida. Para esses novos depoimentos, foram elaborados roteiros específicos, havendo a necessidade de que o entrevistado se concentrasse em responder a eles com maior foco.

O Quadro 1 traz os principais eixos de perguntas constantes desses roteiros.

Quadro 1 – Principais eixos dos roteiros de entrevistas temáticas

Entrevistas temáticas sobre entidades comunitárias	Entrevistas temáticas sobre nazismo, fascismo e integralismo	Entrevistas temáticas sobre as colônias agrícolas e a atuação da Jewish Colonization Association
1) Conte-nos como nasceu a ideia de fundar a entidade, sobre as pessoas que começaram a pensar nela e como passaram a trabalhar para que ela se tornasse uma realidade. 2) Como evoluiu essa entidade desde a sua fundação? 3) Quais são as principais realizações da entidade? Há documentos escritos e fotos? 4) Você teria indicação de nomes de pessoas ligadas a essa entidade?	1) Como era o período anterior à guerra no seu país? 2) Você saiu da Europa antes da Segunda Guerra Mundial? Conte-nos um pouco mais sobre isso. 3) Você vivenciou a Segunda Guerra na Europa? Conte-nos um pouco mais sobre a sua experiência. 4) Você já vivia no Brasil durante a Segunda Guerra? Conte-nos mais sobre esse período.	1) O que você sabe a respeito da atuação da Jewish Colonization Association no Rio Grande do Sul? Que lembranças você tem a respeito de sua atividade? 2) Como era a vida econômica na colônia? 3) Como era a vida política na colônia? 4) Como era a vida social na colônia?

Fonte: primária

Ao final do ano de 1987, o acervo já servia como fonte de consulta para pesquisadores que não tinham vínculo com o instituto. Exemplo disso é o registro em relatório da presença de uma professora da UFRGS, da área da história, que consultou as entrevistas com vistas a apresentar seu trabalho no Congresso Judeus Europeus na América Latina, em Münster, na Alemanha. Observando o caso do ICJMC, é possível refletir sobre as palavras de Verena Alberti (2004, p. 22), para quem a história oral é peculiar, já que "tem um elevado potencial de ensinamento do passado porque fascina com a experiência do outro".

A expansão das atividades envolvendo essa metodologia marcou um novo momento na história da entidade, que não só renovou o projeto como traçou novos caminhos para a constituição do seu acervo. Nesse ínterim, foram elaborados projetos a serem submetidos às agências de fomento à pesquisa com o propósito de aumentar os recursos humanos e financeiros. Surgia, também, pela primeira vez na documentação oficial, a ideia de organizar um museu da história judaica no Rio Grande do Sul.

O ano de 1988 abriu-se com uma série de mudanças em relação às propostas iniciais de 1986. A primeira delas foram os convênios firmados com a Financiadora de Estudos e Projetos (Finep) e com a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul (Fapergs). Ambas as parcerias permitiram a ampliação e o aprofundamento do trabalho que até então vinha sendo realizado. Foi nesse momento que se criou a Rede Nacional de Memória Judaica, oriunda do I Encontro Nacional de Memória Judaica Contemporânea, ocorrido no período de 24 e 25 de fevereiro de 1988, em Porto Alegre. O foco desse evento era reunir pesquisadores e organizações com interesse na temática. Essa rede foi estabelecida por um convênio, sob a presidência do representante executivo do ICJMC Abrahão Faermann Sobrinho, com o objetivo de conscientizar a população sobre o papel da memória, a importância do arquivo e a contribuição na coleta de dados. Procurava-se, com esse intercâmbio de entidades, estimular estudos nacionais e estrangeiros sobre os judeus e sua inserção na sociedade brasileira. Participaram da assinatura instituições judaicas do Rio de Janeiro, de São Paulo, do Paraná e de Minas Gerais.

O volume de trabalho e a proeminência que o instituto ganhou fizeram com que surgisse a necessidade de um núcleo especializado dentro da entidade. Para atender a essa demanda, criou-se

o Departamento de Documentação e Memória, pois, concomitantemente ao desenvolvimento das atividades de preservação da memória judaica, por meio de documentos orais, somou-se, como consequência, um acervo de documentos escritos e imagéticos. Eram materiais pessoais e/ou institucionais que estavam sendo doados ao ICJMC, como fotos, passaportes, salvo-condutos e objetos que, em sua maioria, lembravam as épocas da imigração para o Rio Grande do Sul no início do século XX.

No relatório de atividades de 1988, expressou-se a vontade de constituir um estudo histórico da imigração judaica para o estado, considerando os diferentes grupos e suas formas de integração por intermédio de atividades econômicas, culturais e sociais. A perspectiva era que, com base nos dados levantados, fosse possível elaborar fascículos com sínteses das entrevistas e quadros demográficos. A materialização parcial dessa meta aconteceu em junho de 1989, quando o ICJMC publicou o primeiro volume do catálogo *Histórias de vida: a imigração judaica no Rio Grande do Sul*, no qual foram condensados 80 resumos de entrevistas das 259 constantes de seu acervo. Com a produção dos textos em português e inglês, o catálogo visava apoiar e incentivar o meio acadêmico na elaboração de estudos sobre o povo judeu. Uma tiragem de três mil exemplares foi confeccionada para, posteriormente, ser enviada a centenas de entidades nacionais e internacionais. O material contou com o patrocínio da Riocell, na época uma empresa gaúcha voltada à produção de celulose cuja política cultural era apoiar trabalhos gráficos e literários.

Nos anos 1990, o acervo de história oral do ICJMC estava inserido no círculo de programas de história e em centros de pesquisa fora das universidades. Nesse contexto, outros programas tornavam-se referência no país, como o Programa de Memória da Saúde da Fundação Oswaldo Cruz e aqueles que objetivavam resguardar a memória de grandes empresas estatais ou agências governamentais, como o Centro de Memória da Eletrobras.

Consta do Boletim Informativo de maio de 1990 que o acervo contabilizava 299 entrevistas gravadas, 296 transcritas, 265 sumariadas, 265 datilografadas e 216 analisadas. Na renovação do convênio com a Finep — iniciado em março do mesmo ano —, foram contemplados mais 20 depoimentos na linha de histórias de vida, bem como entrevistas temáticas. Outros assuntos passaram a ser frequentes, como

o bairro Bom Fim, em Porto Alegre, que tradicionalmente congregou as famílias judias até meados da década de 1980; a imigração dos judeus sefaradim, oriundos sobretudo do Egito, da Turquia, do Marrocos e da Grécia; a imprensa judaica, representada pelo programa radiofônico Hora Israelita; e o movimento sionista no Rio Grande do Sul.

O aumento da demanda de material que a instituição coletava fez com que os coordenadores colocassem em discussão a mudança para um espaço adequado, uma vez que a sede onde se localizava[2] já não conseguia comportar o volume de documentos. Ainda no tocante ao convênio, expõe-se no boletim que foi exigida a contratação de um especialista em arquivo e de um consultor em informática para viabilizar o gerenciamento e o tratamento das informações.

Nesse período, a equipe do ICJMC começou a fazer constantes visitas ao Arquivo Histórico do estado para estudar seu sistema e realizou contatos com outros centros de documentação já informatizados. A preocupação com a efetiva salvaguarda se tornou um debate central entre diretores e funcionários. Por conta disso, os coordenadores do projeto entraram em contato com o Grupo RBS, principal conglomerado midiático do Rio Grande do Sul, fundado por uma família de origem judaica, para que as entrevistas obtidas até o momento fossem microfilmadas pela empresa, constituindo um arquivo de segurança.

Os frutos da criação de um acervo de história oral começaram a se alargar para além dos trabalhos acadêmicos. Com o subsídio da Fapergs, foi organizada a exposição Judeus de Fala Alemã e planejada uma mostra sobre os judeus sefaradim.

Outro desdobramento importante foi a produção do livro *Caminhos da esperança: a presença judaica no Rio Grande do Sul*, escrito por Moacyr Scliar (1990). A elaboração desse trabalho deu-se com o apoio do Departamento de Documentação e Memória e contou com a pesquisa historiográfica da professora universitária Ieda Gutfreind. No prefácio da obra, Evelyn Berg Ioschpe (1990), então presidente do ICJMC, ressalta que as condições para que uma pesquisa dessa envergadura acontecesse se davam graças às centenas de entrevistas produzidas desde o ano de 1986 e a todo o material imagético e

[2] A sede antiga era na Rua Dom Pedro II, 1.220/216, bairro Higienópolis. Atualmente, encontra-se na Rua General João Telles, n. 329, 2.º andar, bairro Bom Fim, Porto Alegre.

escrito que vinha sendo doado à instituição. Como forma de fazer o livro circular por diferentes espaços, todo o texto foi traduzido para o inglês pela diplomata norte-americana Merrie Blocker, demonstrando que se pretendia um alcance para além das fronteiras do Brasil. Essa busca por uma internacionalização também fica evidente nos contatos travados com fundações estrangeiras, principalmente na submissão de projetos ao Memorial Foundation for Jewish Culture para outra série de entrevistas.

Uma nova preocupação que surgiu nos relatórios diz respeito à consulta aos materiais que estavam sendo produzidos. Como conduta ética, o instituto solicitava a cada entrevistado que assinasse um termo de cessão de direitos autorais, no qual ficava explícita a transferência dos direitos sobre a entrevista para o ICJMC para que este pudesse usufrui-la da maneira que lhe conviesse, ficando até mesmo autorizado a efetuar alterações desde que não fosse modificada a essência do conteúdo. Por outro lado, a instituição comprometia-se a impedir o mau uso das informações, evitando qualquer prejuízo à imagem do entrevistado. Para cada participante do projeto, era enviada uma cópia da fita cassete, e antes da anuência era dado ao depoente, se assim o desejasse, o direito de suprimir ideias ditas ou de acrescentar informações antes que o material fosse disponibilizado em sua forma transcrita ao público.

Sabe-se que a construção da memória se dá como uma maneira de legitimar e dignificar o presente em que se vive. Alistair Thomson (2001, p. 86) pontua que a composição do passado deve trazer "um sentimento de serenidade". Segundo o autor, é por meio da memória que o sujeito busca a afirmação da sua identidade e por isso constrói a história de sua vida. Thomson (1997, p. 60) complementa: "As histórias que relembramos não são espelhos do nosso passado, mas traduzem traços desse passado e os moldam para que se ajustem às nossas identidades e aspirações atuais, em um processo de composição de memórias".

Pensando na construção dessas reminiscências — e em como elas são flutuantes e até mesmo contraditórias —, bem como no cuidado que o instituto deveria ter para colocá-las em esfera pública, foi criado um termo de consulta ao acervo. O documento exigia uma apresentação prévia da proposta de trabalho, que seria submetida à

análise e aprovação dos órgãos dirigentes. Solicitavam-se ao consulente uma carta formal da instituição a qual estava vinculado e um plano de ação da consulta aos materiais, e alertava-se para a proibição da reprodução das entrevistas na íntegra. Por fim, como contrapartida, pedia-se que o pesquisador doasse uma cópia da pesquisa como forma de enriquecer o acervo do ICJMC. Não consta dos relatórios se eram disponibilizados aparelhos para a audição das entrevistas.

No fim do ano 1990, em um relatório que apresentava a síntese das atividades anuais e o planejamento para o exercício do ano seguinte, demonstrava-se o intuito de lançar o segundo volume do catálogo de depoimentos, que estava em fase de elaboração e aguardando o aval dos patrocinadores. O trabalho seguia acontecendo e pessoas de fora da comunidade[3] passaram a constar da lista de possíveis depoentes. Em abril de 1992, contabilizando mais de 400 entrevistas em seu acervo, foi feita a publicação do segundo volume, que contava com mais 100 resumos bilíngues disponíveis para o público. Sandra Lemchen Moscovich, então coordenadora do projeto, na introdução do catálogo, afirmava que o material oferecia subsídio aos pesquisadores e interessados em geral: "Este acervo é agora um patrimônio à disposição do meio acadêmico e dos interessados nesta área e, através dele, desejamos estimular o estudo e o conhecimento sobre os judeus brasileiros" (MOSCOVICH, 1992, p. 8).

Ainda em 1991, buscando aprofundar os estudos que estavam sendo desenvolvidos, iniciou-se o projeto A Comunidade Judaica do Rio Grande do Sul, que tinha como finalidade geral "investigar a concepção de identidade em um grupo de judeus pertencentes à comunidade judaica de Porto Alegre vista enquanto minoria étnica inserida em uma sociedade pluralista" (PROJETO A COMUNIDADE JUDAICA DO RIO GRANDE DO SUL, 1991).

No relatório de dezembro de 1994, está discriminado que a pesquisa avaliou a trajetória de três gerações distintas de judeus e as transformações ocorridas nessa comunidade. Para a execução dessa proposta, foram selecionados 14 entrevistadores e um assistente de pesquisa, que estavam sob a consultoria da professora da área de sociologia da UFRGS Anita Brumer. Segundo o documento, foram

[3] Foram entrevistados imigrantes italianos e portugueses, assim como seus descendentes, que conviveram no bairro Bom Fim, em Porto Alegre, com a comunidade judaica no início do século XX.

realizadas 47 novas entrevistas e utilizadas 23 histórias de vida já constantes do acervo do ICJMC, perfazendo o total de 70 casos analisados. Dessa pesquisa resultou o livro *Identidade em mudança: pesquisa sociológica sobre os judeus do Rio Grande do Sul*, de Anita Brumer (1994), publicado com o apoio da Federação Israelita do Rio Grande do Sul.

Em meio a novos projetos, a entidade seguia apoiando a inserção de seus colaboradores em eventos científicos. Em abril de 1994, Sandra Lemchen Moscovich participou do II Encontro Nacional de História Oral, promovido pela Fundação Getulio Vargas, no Rio de Janeiro, em que explanou sobre a constituição do acervo para o público. No fim do mesmo ano, apresentou o trabalho intitulado "Da história oral ao museu: a trajetória do Departamento de Memória do Instituto Cultural Judaico Marc Chagall", no Encontro de História Oral, Memória e Imaginário, promovido pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Tais ações são demonstrativas da preocupação dos dirigentes em manter a circularidade do acervo no meio acadêmico.

No fim da década de 1990, a equipe institucional foi modificando-se, e novas propostas surgiram e incrementaram o acervo de história oral. Em julho de 1997, apresentou-se ao conselho curador o Projeto Preservação da Memória Judaica no Estado do Rio Grande do Sul: Entrevistas Temáticas, com o intuito de retomar algumas entrevistas feitas nos últimos anos da década de 1980. A ideia, no entanto, não era refazê-las, mas complementá-las pensando naquilo que se consideraram espaços vazios, ou seja, temas que foram referidos apenas nas entrelinhas. Nas palavras de Ieda Gutfreind, coordenadora do projeto:

> Vários depoimentos de imigrantes e/ou descendentes que desempenharam ou desempenham ainda funções políticas de relevância no Estado, nada referem em sua entrevista. Igualmente depoimentos de líderes comunitários nada dizem sobre esta atividade tão significativa, ou vários outros que mencionam obediência ou prática de costumes religiosos ou tradições e não depõem sobre "quais", "como" ou "por quê" (*apud* PROJETO PRESERVAÇÃO DA MEMÓRIA JUDAICA NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, 1997).

Cerca de 150 documentos orais foram selecionados dos mais de 500 existentes no acervo para serem retomados, constatando-se que outros 116 nomes que poderiam contribuir para essa nova etapa já haviam falecido. A proposta era realizar a entrevista com o depoente original ou seu descendente direto, residentes em Porto Alegre ou no interior do estado. Os principais temas que se buscavam abarcar eram as mudanças na identidade, a contribuição à cultura gaúcha, a participação na vida política do Rio Grande do Sul e a colaboração para o desenvolvimento econômico do estado.

Ainda em 1997, surgiu o Projeto Judeus de Língua e Cultura Alemã: Resgate, Organização, Preservação e Divulgação da Memória da Sibra. A proposta visava selecionar material e organizar uma mostra alusiva à história dessa sociedade, que completava mais de seis décadas de história na capital gaúcha. Pretendia-se realizar entrevistas, com base na metodologia de história oral, e buscar documentos que remetessem à fundação da Sibra. O trabalho foi proposto pela Comissão de Cultura da Sibra com o apoio do Departamento de Documentação e Memória do ICJMC. Dessa nova empreitada, resultaram 20 depoimentos, que foram transcritos e incluídos no acervo do instituto para que fossem viabilizados aos pesquisadores.

As rápidas mudanças tecnológicas e as formas de disponibilização do material ao público começaram a ser discutidas pelos dirigentes e coordenadores, uma vez que outros centros de documentação no Brasil e no mundo modernizavam seus espaços e construíam outras maneiras de realizar pesquisa.

Então, em setembro de 1998, apresentou-se a proposta Marc Chagall Digital: Disponibilizando o Acervo do Museu Judaico em Meio Digital. A iniciativa foi elaborada para ser submetida à Fundação Vitae, no âmbito do Programa de Apoio a Museus. O objetivo era multiplicar as formas de acesso, ampliando o número de consultas por meio da internet. Na época, o ICJMC contava com mais de 120 mil documentos em diferentes suportes e materialidades. Parte do acervo estava cadastrada no sistema dBase de organização de arquivos e encontrava-se em fase de migração para a plataforma Lotus Approach e Access, considerada mais moderna. As transcrições realizadas ao longo desses 12 anos de trabalho estavam contempladas nessa digitalização, e os áudios sairiam do modelo analógico para um suporte digital, entretanto o projeto não se concretizou. Começavam os primeiros sinais de crise institucional.

Os anos 2000: declínio e renascimento de uma instituição

O fim da década de 1990 foi marcado por inúmeros problemas, embora as atividades seguissem acontecendo. A primeira delas, que se estende até os dias atuais, é no tocante aos recursos financeiros. Durante a primeira década de funcionamento, houve o importante patrocínio de Ivoncy Ioschpe e a forte atuação na presidência de sua esposa, Evelyn Noemi Berg Ioschpe. Ambos, juntamente com um grupo de associados da comunidade judaica gaúcha, se dedicaram a manter a entidade. Entretanto, pouco a pouco, essas pessoas foram retirando-se. Muitas delas, com idade já avançada, faleceram, e os familiares não assumiram esse compromisso. Em meio a esse cenário, surgia também o problema da sucessão na presidência. A nova geração não se mostrava entusiasmada em assumir a empreitada, e os antigos membros revelavam sinais de cansaço.

No relatório de atividades dos anos 2000, os dirigentes apresentaram um quadro de despesas afirmando que os recursos eram insuficientes para dar seguimento às atividades. Além disso, havia um acúmulo de dívidas, e os projetos submetidos já não bastavam para resolver os problemas. Diante desse contexto catastrófico, em 2002, após um longo esforço para consolidar-se como uma entidade importante no cenário cultural e científico, o ICJMC fechou suas portas e retirou de circulação o material que havia coletado em mais de uma década. Os detalhes sobre a saída do acervo de sua sede são confusos e não há referências na documentação oficial sobre esse episódio.

O sonho de se ver projetado de forma grandiosa para o restante do mundo, em parte, foi cumprido. Rompeu-se quando seus idealizadores, um a um, foram alçando outros voos ou retirando-se. O ICJMC, que era o lugar do lembrar, acabou por cair no esquecimento. Com dificuldades financeiras, não reuniu recursos suficientes para manter-se no prédio da Federação Israelita do Rio Grande do Sul. Ainda assim, o lamento por tal situação teve de ser deixado de lado para que se negociasse uma sala e se recomeçasse todo o trabalho de reativação.

Em 2004, no centenário da imigração judaica para o Rio Grande do Sul, membros da comunidade cientes do valor e da importância de uma instituição de memória uniram forças para colocar a entidade novamente na ativa. A proposta não era tão grandiosa como no seu

princípio, uma vez que a questão financeira seguia sendo um entrave. As antigas câmaras foram extintas, e o único setor reabilitado foi o Departamento de Documentação e Memória. A memória da coletividade judaica voltava à luz para ser pesquisada e historicizada, mas os danos desse período sombrio foram sentidos. Dos mais de 500 áudios de entrevistas que estavam armazenados em fitas cassete, 135 foram destruídos após uma inundação – um esforço que se perdeu na poeira do tempo.

Com um número reduzido de pessoas, iniciou-se um trabalho de digitação das entrevistas que até então estavam datilografadas e só podiam ser consultadas na sede. Foram anos colocando as mais de 500 entrevistas em um editor de texto digital e organizando o restante do material. Em meio a isso, fazia-se um apelo aos judeus que tinham suas raízes no Rio Grande do Sul para que colaborassem com a instituição não apenas no âmbito financeiro, mas com doações de materiais e possíveis entrevistas.

Entre os anos de 2008 e 2010, sob a coordenação da pesquisadora Ieda Gutfreind, o acervo de história oral ganhou novo fôlego. Com o projeto intitulado Comunidades Judaicas no Interior do Rio Grande do Sul, 40 novas entrevistas foram realizadas visando buscar fragmentos da história da coletividade judaica no tocante aos aspectos sociais, culturais, educacionais, econômicos e religiosos nas cidades de Santa Maria, Passo Fundo, Erechim, Rio Grande, Pelotas, Cachoeira do Sul e Cruz Alta. Todo o material foi transcrito com o auxílio de profissionais e bolsistas que estavam envolvidos nas atividades.

Ainda nesse período, procurou-se historicizar o Grêmio Esportivo Israelita, entidade desportiva criada nos anos 1950. Partindo, principalmente, de ex-atletas, a iniciativa contou com o apoio do ICJMC, que realizou significativos depoimentos em busca da preservação da identidade judaica na concepção daquilo que Pierre Nora (1993) chamou de "lugares de memória". Segundo o historiador francês, a necessidade dos homens de alimentarem a história com resquícios do passado constituindo e mantendo esses referidos espaços "traduzem a busca, pelo ser humano, da eternidade e da identidade social" (NORA, 1993, p. 16). Com essa iniciativa, outras tantas surgiram, como a realização de entrevistas temáticas a respeito do teatro ídiche, importante manifestação cultural trazida pelos imigrantes

para o Rio Grande do Sul, e sobre as entidades femininas de caráter beneficente que se formaram nas décadas de 1920 e 30, como Na'amat Pioneiras, Women's International Zionist Organization e Associação Israelita Damas de Caridade.

Também em 2008, outros dois importantes projetos foram alavancados. O primeiro deles foi o Painel Compromisso Moral e Lições de Solidariedade, realizado em parceria com a entidade B'nai B'rith. Nessa atividade, alguns sobreviventes da Shoah foram convidados a relatar suas experiências de vida e conversar sobre direitos humanos e respeito à diversidade étnica, cultural, religiosa e social em escolas – públicas e privadas – e universidades do Rio Grande do Sul. Essas ações resultaram em entrevistas para o acervo de história oral que contemplavam não só as lembranças da Segunda Guerra Mundial, mas a participação no projeto.

A outra proposta ocorreu com a criação do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Inquisição e Cristãos-Novos na América Meridional, envolvendo a UFRGS, o ICJMC, o Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul e pesquisadores autônomos. Ao longo dos seus anos de duração, foram feitas diversas atividades, como jornadas, seminários e exposições temporárias. Das pesquisas desenvolvidas pelos participantes, resultaram livros, artigos científicos e trabalhos completos publicados em anais de congressos. No âmago desse grupo, foram realizados depoimentos cujo objetivo específico era a busca pelas raízes judaicas.

Atualmente, o acervo compõe-se de mais de 600 entrevistas e uma diversidade de temas que envolvem a comunidade judaica no Brasil e no mundo, constituindo-se como um importante recurso na produção de pesquisas. Sua utilização pode ser entendida como um fator de movimento a uma documentação que, sem uso, fica estagnada. Além disso, "a legitimidade na utilização de arquivos orais ocorre muito pela riqueza de informações que alargam a vida dos sujeitos que nesses espaços guardam suas memórias" (GRAZZIOTIN; ALMEIDA, 2012, p. 41).

O futuro em movimento: algumas palavras para concluir

A manutenção do instituto e, por conseguinte, do acervo de história oral segue uma incógnita. É possível afirmar que ainda restam homens e mulheres que acreditam na importância da memória e na sua função social enquanto unificadora de uma comunidade, no entanto essas pessoas que lutaram para que a instituição se reerguesse estão envelhecendo e encontram dificuldades em transmitir às novas gerações a relevância de um espaço destinado à preservação e à pesquisa. Parte dos jovens da coletividade judaica parece não demonstrar interesse pelo ICJMC, tampouco contribui financeiramente para que seu legado continue, mesmo que disponha de plenas condições. Além disso, a rápida assimilação à sociedade maior faz com que muitos não se considerem como pertencentes a esse coletivo, o que implica profundos desafios aos novos gestores.

Uma recente saída encontrada para que a documentação do ICJMC não fosse novamente vetada ao público foi a retomada de um projeto de digitalização. Mesmo dispondo de poucos recursos, um banco de dados exclusivo para acervos documentais foi criado para a instituição armazenar seus materiais. Outra aposta que está se fazendo, com o objetivo de sensibilizar as gerações mais jovens, é a utilização das redes sociais. Na página do Facebook[4] são postados trechos das entrevistas, fotos e outros tipos de documento que convidam o público a olhar para o passado de seus ancestrais e vislumbrar uma vida que não existe mais.

Cunha (2015, p. 295) afirma que "preservar [...] constitui uma fórmula variável para dar uma conservação consistente, para abrir possibilidades de diálogo". Como ela, sigo com a mesma prerrogativa. É preciso "lutar contra o esquecimento" (RICOEUR, 2007, p. 48). Manter um espaço como o instituto em funcionamento, dando movimentação ao seu acervo, é uma iniciativa que demanda muitos esforços, mas que se faz urgente.

[4] Disponível em: http://www.facebook.com.br/icjmcrs. Acesso em: 3 nov. 2021.

Referências

ALBERTI, Verena. **Ouvir e contar:** textos em história oral. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

ALTENBURG, Hella; ARMELLINI, Neusa J. **Técnica de entrevista**. Polígrafo. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1986.

BRUMER, Anita. **Identidade em mudança:** pesquisa sociológica sobre os judeus do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Federação Israelita do Rio Grande do Sul, 1994.

CONFEDERAÇÃO ISRAELITA DO BRASIL (CONIB). **Íidiche**. Confederação Israelita do Brasil. Disponível em: https://www.conib.org.br/glossario/iidiche/. Acesso em: 2 nov. 2021.

CUNHA, Maria Teresa Santos. Acervos escolares: olhares ao passado no tempo presente. **História da Educação**, Porto Alegre, v. 19, n. 47, p. 293-296, set./dez. 2015.

DEPARTAMENTO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA. **Boletim Informativo**. Porto Alegre: Departamento de Documentação e Memória, maio 1990.

DEPARTAMENTO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA. **Termo de consulta ao acervo**. Porto Alegre: Departamento de Documentação e Memória, [s.d.].

ERRANTE, Antoinette. Mas afinal, a memória é de quem? Histórias orais e modos de lembrar e contar. **História da Educação**, Porto Alegre, v. 4, n. 8, set. 2000.

GRAZZIOTIN, Luciane Sgarbi; ALMEIDA, Dóris Bittencourt. **Romagem do tempo e recantos da memória:** reflexões metodológicas sobre história oral. São Leopoldo: Oikos, 2012.

INSTITUTO CULTURAL JUDAICO MARC CHAGALL (ICJMC). **Ata de Constituição do Instituto Cultural Judaico Marc Chagall de 25 de novembro de 1985**. Porto Alegre: ICJMC, 1985a.

INSTITUTO CULTURAL JUDAICO MARC CHAGALL (ICJMC). **Discurso proferido por Ivoncy Brochmann Ioschpe na inauguração do Instituto Cultural Judaico Marc Chagall**. Porto Alegre: ICJMC, 25 nov. 1985b.

INSTITUTO CULTURAL JUDAICO MARC CHAGALL (ICJMC). **Histórias de vida:** a imigração judaica no Rio Grande do Sul. Porto Alegre: ICJMC, 1989. v. 1.

INSTITUTO CULTURAL JUDAICO MARC CHAGALL (ICJMC). **Histórias de vida:** a imigração judaica no Rio Grande do Sul. Porto Alegre: ICJMC, abr. 1992. v. 2.

INSTITUTO CULTURAL JUDAICO MARC CHAGALL (ICJMC). **Relatório de atividades**. Porto Alegre: ICJMC, 2000.

IOSCHPE, Evelyn Berg. Prefácio. *In*: SCLIAR, Moacyr. **Caminhos da esperança:** a presença judaica no Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Riocell, 1990. 2 v. p. 5-8.

KIDDER, Louise H. (org.). **Métodos de pesquisa nas relações sociais:** Sellitz, Wrightsman e Cook. São Paulo: Editora Pedagógica e Universitária, 1976.

MODELO DE CARTA À COMUNIDADE JUDAICA. Porto Alegre, 1986.

MOSCOVICH, Sandra Lemchen. Da história oral ao museu: a trajetória do Departamento de Memória do Instituto Cultural Judaico Marc Chagall. *In*: ENCONTRO DE HISTÓRIA ORAL, MEMÓRIA E IMAGINÁRIO, 1994, Natal. **Anais** [...]. Natal: Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 1994.

MOSCOVICH, Sandra Lemchen. Introdução. *In*: INSTITUTO CULTURAL JUDAICO MARC CHAGALL (ICJMC). **Histórias de vida:** a imigração judaica no Rio Grande do Sul. Porto Alegre: ICJMC, abr. 1992. v. 2. p. 8.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História**, São Paulo, n. 10, p. 7-28, dez. 1993.

PROJETO A COMUNIDADE JUDAICA DO RIO GRANDE DO SUL. Porto Alegre, jun. 1991.

PROJETO COMUNIDADES JUDAICAS NO INTERIOR DO RIO GRANDE DO SUL. Porto Alegre, 2008.

PROJETO GRÊMIO ESPORTIVO ISRAELITA. Porto Alegre, 2008.

PROJETO JUDEUS DE LÍNGUA E CULTURA ALEMÃ: Resgate, Organização, Preservação e Divulgação da Memória da Sibra. Porto Alegre, out. 1997.

PROJETO MARC CHAGALL DIGITAL: Disponibilizando o Acervo do Museu Judaico em Meio Digital. Porto Alegre, 1998.

PROJETO PAINEL COMPROMISSO MORAL E LIÇÕES DE SOLIDARIEDADE. Porto Alegre, 2008.

PROJETO PRESERVAÇÃO DA MEMÓRIA JUDAICA. Porto Alegre, 1986a.

PROJETO PRESERVAÇÃO DA MEMÓRIA JUDAICA. Porto Alegre, 1988.

PROJETO PRESERVAÇÃO DA MEMÓRIA JUDAICA. **Relatório anual de atividades**. Porto Alegre, dez. 1990.

PROJETO PRESERVAÇÃO DA MEMÓRIA JUDAICA. **Relatório anual de atividades**. Porto Alegre, dez. 1994.

PROJETO PRESERVAÇÃO DA MEMÓRIA JUDAICA. **Relatório de atividades**. Porto Alegre, jul. 1987a.

PROJETO PRESERVAÇÃO DA MEMÓRIA JUDAICA. **Relatório Luiza Helena Schmitz Kliemann**. Porto Alegre, [s.d.].

PROJETO PRESERVAÇÃO DA MEMÓRIA JUDAICA. **Relatório sintético de execução do Projeto Preservação da Memória Judaica**. Porto Alegre, dez. 1986-mar. 1987.

PROJETO PRESERVAÇÃO DA MEMÓRIA JUDAICA. **Relatório sintético de execução do Projeto Preservação da Memória Judaica**. Porto Alegre, jun. 1987b.

PROJETO PRESERVAÇÃO DA MEMÓRIA JUDAICA. **Roteiro-base de entrevista**. Porto Alegre, 1986b.

PROJETO PRESERVAÇÃO DA MEMÓRIA JUDAICA NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. **Relatório**. Porto Alegre, jul. 1997.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. São Paulo: Editora Unicamp, 2007.

SCHRADER, Achim. **Introdução à pesquisa social empírica:** um guia para o planejamento, a execução e a avaliação de projetos de pesquisa não experimentais. Porto Alegre: Globo, 1974.

SCLIAR, Moacyr. **Caminhos da esperança:** a presença judaica no Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Riocell, 1990. 2 v.

THOMSON, Alistair. Memórias de Anzac: colocando em prática a teoria da memória popular na Austrália. **História Oral**, São Paulo, v. 4, p. 85-101, jun. 2001.

THOMSON, Alistair. Recompondo a memória: questões sobre a relação entre história oral e as memórias. **Projeto História**, São Paulo, n. 15, p. 51-84, abr. 1997.

ZERO HORA. Porto Alegre, 24 nov. 1985.

A criação da Associação Brasileira de História Oral e os Coletivos de História Oral do Brasil (1994)

O primeiro *Estatuto Social da Associação Brasileira de História Oral* (ABHO, 1994) inscreveu as discussões a respeito do papel, do acesso e da participação na ABHO dos coletivos de história oral existentes no país em 1994. Na nossa perspectiva, a análise do conjunto do documento – o estatuto associado à listagem de nomes integrantes da então diretoria da associação – evidencia a historicidade das primeiras interlocuções mantidas entre a ABHO e profissionais que, à época, se dedicavam ao ensino, à pesquisa, à extensão e/ou à gestão de coletivos de história oral brasileiros.

De maneira específica, no estatuto, foram definidas quatro finalidades para a ABHO:

> 1. Incentivar o estudo, o ensino e a pesquisa no âmbito da documentação oral;
> 2. Promover reuniões científicas objetivando o intercâmbio de informações entre seus associados e os de associações similares brasileiras, estrangeiras ou internacionais;
> 3. Desenvolver a divulgação de estudos que utilizam documentação oral e incentivar a criação de acervos;
> 4. Agir no interesse dos órgãos associados e representá-los junto a órgãos públicos e privados (ABHO, 1994).

Procurando articular as atribuições dos seus gestores à razão de ser da entidade, o último artigo do estatuto explicitava que caberia aos "diretores regionais [da ABHO] na fase de organização da associação estimular a criação de programas e núcleos estaduais ou regionais" (ABHO, 1994) de história oral, os quais poderiam ser, de maneira genérica, compreendidos como espaços institucionais[1] dedicados ao "trabalho de pesquisa" com "fontes orais em diferentes modalidades, independentemente da área de conhecimento na qual essa metodologia é utilizada" (ABHO, 1994).

Esperamos que a leitura do documento ora compartilhado contribua para o (re)conhecimento dos intercâmbios historicamente construídos entre a ABHO e os coletivos de história oral do Brasil.

[1] Núcleos, programas, institutos, entre outros órgãos ligados a universidades públicas e privadas.

ALCIR F. DA SILVA
RIO DE JANEIRO

ESTATUTO SOCIAL DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE HISTÓRIA ORAL

CAPÍTULO I - Da Caracterização

Art. 1º - Sob a denominação de ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE HISTÓRIA ORAL, doravante designada "ASSOCIAÇÃO", fica constituída na presente data uma entidade com personalidade jurídica de direito privado sem fins lucrativos, com número ilimitado de sócios, com tempo de duração indeterminado, que congrega programas e instituições brasileiras que operam no campo da História Oral através de pesquisas e formação de pessoal especializado em nível de graduação e pós-graduação.

§ 1º - Por História Oral se entende o trabalho de pesquisa que utiliza fontes orais em diferentes modalidades, independentemente da área de conhecimento na qual essa metodologia é utilizada.

§ 2º - Poderão filiar-se à ASSOCIAÇÃO quaisquer Institutos, Núcleos, Programas e outros Órgãos das Universidades Públicas e Privadas, e outras entidades, existentes no País, que correspondam à definição deste artigo. Professores e pesquisadores poderão também associar-se individualmente através dos Núcleos estaduais ou regionais.

§ 3º - Qualquer nova afiliação das entidades a que se refere o parágrafo anterior deverá ser proposta, pelo menos, por um quinto (1/5) dos membros da Assembléia Geral.

§ 4º - Os sócios não respondem solidária ou subsidiariamente por quaisquer obrigações que representantes da ASSOCIAÇÃO contraírem em nome desta.

§ 5º - A ASSOCIAÇÃO não terá caráter político partidário nem confessional.

Art. 2º - Fica eleito como Sede e Foro da ASSOCIAÇÃO a Cidade do Rio de Janeiro, com endereço à Praia de Botafogo 180, 12o. andar - CPDOC, Botafogo, Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.

CAPÍTULO II - Das Finalidades

Art. 3º - São finalidades da ASSOCIAÇÃO:

ALCIR V. DA CALVA
RIO DE JANEIRO

1. Incentivar o estudo, o ensino e a pesquisa brasileira no âmbito da documentação oral;

2. Promover reuniões científicas objetivando o intercâmbio de informações entre seus associados e de associações similares brasileiras, estrangeiras ou internacionais;

3. Desenvolver a divulgação de estudos que utilizam documentação oral e incentivar a criação de acervos;

4. Agir no interesse dos órgãos associados e representá-los junto a órgãos públicos e privados.

CAPÍTULO III - Da Organização

Art. 4º - A ASSOCIAÇÃO será composta dos seguintes órgãos:
Uma Diretoria
Um Conselho Fiscal
Um Conselho Científico
Uma Assembléia Geral

§ 1º - A Diretoria será composta por:
Um Presidente,
Um Vice-Presidente,
Um Secretário,
Um Secretário Adjunto,
Um Tesoureiro,
Cinco Diretores Regionais representando as diferentes regiões do País (Sul, Sudeste, Centro-oeste, Nordeste, Norte), eleitos para um mandato de dois anos, com possibilidade de reeleição para um mandato consecutivo para o mesmo cargo.

§ 2º - O Conselho Fiscal será composto de três membros eleitos pela Assembléia Geral, juntamente com a Diretoria, para um mandato de dois anos com possibilidade de reeleição para um mandato consecutivo para o mesmo cargo.

§ 3º - O Conselho Científico será composto de cinco membros eleitos pela Assembléia Geral, juntamente com a Diretoria, representando as diferentes regiões do País (Sul, Sudeste, Centro-oeste, Nordeste, Norte), para um mandato de dois anos comm possibilidade de reeleição para mandato consecutivo para o mesmo cargo.

§ 4º - A Assembléia Geral será dirigida pelo Presidente e constituída de um representante de cada Entidade Associada e um representante de cada Núcleo, reunindo-se ordinariamente *a cada dois anos.*

§ 5º - Reuniões extraordinárias da Assembléia Geral serão convocadas pela Diretoria, ou por decisão de dois terços (2/3) dos membros da ASSOCIAÇÃO.

§ 6º - A Assembléia Geral Ordinária se reunirá com qualquer número de associados e a Assembléia Geral Extraordinária instalar-se-á em primeira convocação com a maioria dos associados e em segunda, com qualquer número, com intervalo mínimo entre elas de 30 (trinta) minutos.

Art. 5º - A Diretoria reunir-se-á, ordinariamente, duas vezes por ano.

Art. 6º - A ASSOCIAÇÃO será representada ativa e passivamente pelo Presidente, em juízo e em geral, nas suas relações com terceiros.

Art. 7º - Compete à Diretoria:
a. Formular programas;
b. Estabelecer diretrizes orçamentárias;
c. Supervisionar a execução dos programas e orçamentos;
d. Aprovar a criação de Núcleos estaduais ou regionais "ad referendum" da Assembléia Geral e aprovar a indicação da respectiva diretoria.

Art. 8º - Compete ao Presidente:
a. Representar a ASSOCIAÇÃO em atos da vida social;
b. Zelar pela consecução de suas finalidades científico-profissionais;
c. Manter contato com organizações congêneres;
d. Assinar acordos, convênios, contratos ou compromissos de qualquer natureza, bem como documentos de interesse da sociedade;
e. Presidir as reuniões da Diretoria e da Assembléia Geral;
f. Coordenar as atividades da ASSOCIAÇÃO.

Art. 9º - Na ausência do Presidente ele será substituído pelo Vice-Presidente, ou pelo Diretor por ele designado.

Art. 10º - Compete ao Vice-Presidente substituir o Presidente em suas ausências e impedimentos.

Art. 11º - Compete ao Secretário cumprir as decisões da Diretoria, incumbindo-lhe coordenar todos os serviços

técnicos e administrativos da ASSOCIAÇÃO, admitir e demitir funcionários.

Art. 12º - Compete ao Secretário Adjunto substituir o Secretário Executivo em suas faltas e impedimentos, bem como exercer as atribuições que lhe forem definidas pela Diretoria, por proposta do Presidente.

Art. 13º - Compete ao Tesoureiro a gestão financeira da ASSOCIAÇÃO.

Art. 14º - Os poderes para abrir e movimentar contas bancárias ou contrair obrigações em nome da ASSOCIAÇÃO deverão ser exercidos:
a. pelo Diretor Presidente isoladamente;
b. por dois diretores assinando conjuntamente.

Art. 15º - Compete aos Diretores Regionais:

a) Participar da definição de planos e atividades da Diretoria.

b) Representar junto à Diretoria os interesses de suas regiões.

c) Divulgar a Associação e colaborar na execução de suas atividades a nível local.

Art. 16º - Compete ao Conselho Fiscal examinar e emitir parecer sobre as contas da ASSOCIAÇÃO.

Art. 17º - Compete ao Conselho Científico promover o desenvolvimento das atividades científicas da ASSOCIAÇÃO e aprovar, em primeira instância, a filiação de novos associados.

Art. 18º - Compete à Assembléia Geral:
a. Eleger os membros da Diretoria, do Conselho Fiscal e do Conselho Científico;
b. Aprovar a admissão de novos associados;
c. Aprovar propostas de modificação do estatuto;
d. Aprovar as contas da ASSOCIAÇÃO mediante parecer do Conselho Fiscal.

Art. 19º - A nível local poderão se constituir Núcleos estaduais ou regionais ligados à Associação. Compete aos Núcleos:

a) Acolher a filiação de pesquisadores individuais que correspondam à caracterização definida no art.1o., parágrafo 2o., deste Estatuto.

b) Colaborar na divulgação e execução das atividades da Associação, a nível local.

CAPÍTULO IV - Dos Recursos

Art. 20º - A ASSOCIAÇÃO disporá de recursos provenientes da contribuição dos associados e de outras fontes.

§ Único - Anualmente, a Assembléia Geral fixará a contribuição dos associados.

CAPÍTULO V - Das Disposições Gerais

Art. 21º - O presente Estatuto somente poderá ser modificado pela Assembléia Geral, mediante voto mínimo de dois terços (2/3) dos membros presentes, mediante proposta da Diretoria, ou de pelo menos um quinto (1/5) das entidades associadas.

Art. 22º - Os casos omissos neste Estatuto serão decididos pela Diretoria, cabendo recurso para a Assembléia Geral, sem efeito suspensivo.

Art. 23º - A dissolução da ASSOCIAÇÃO somente poderá ser decidida por dois terços (2/3) dos seus membros, em Assembléia Geral especialmente convocada para este fim.

§ 1º - Em caso de dissolução, o patrimônio líquido da ASSOCIAÇÃO terá o destino que lhe for dado pela Assembléia Geral.

§ 2º - A dissolução será executada pela Diretoria ou por uma Comissão Especial criada para este fim pela Assembléia Geral.

CAPÍTULO VI - Das Disposições Transitórias

Art. 24º - A Assembléia Geral estabelece um prazo de um ano para a reformulação do presente Estatuto.

6

Art. 25º - Cabe à Diretoria nomear Comissão para a elaboração do Regimento Interno a ser aprovado pela Assembléia Geral.

Art. 26º - *Cabe à Diretoria aprovar a admissão de Associados na fase de organização da ASSOCIAÇÃO que se estenderá até a realização da Primeira Assembléia Geral.*

Art. 27º - *Cabe aos Diretores Regionais na fase de organização da Associação estimular a criação de programas e núcleos estaduais ou regionais, conforme caracterização definida no artigo 1o., parágrafo 2o..*

MARIETA DE MORAES FERREIRA
Presidente

CUSTAS

TAB. - II - 1	CR$
TAB. - II - 2A	CR$
TAB. - II - 7	CR$
TAB. - III - 1	CR$
TAB. - III - 2	CR$
TAB. - III - 3	CR$
TAB. - III - 4	CR$
TAB - III - 5	CR$
SUB TOTAL	CR$
MÚTUA	CR$
TOTAL	CR$

REGISTRO CIVIL DAS PESSÔAS JURÍDICAS
AV. PRES. FRANKLIN ROOSEVELT, 126 - 2.º S/205
Apresentado hoje para registro e apontado sob o n.º de ordem ... do PROTOCOLO do livro "A" n.º ... Registrado sob o n.º de ordem ... do livro "A" n.º ... do REGISTRO CIVIL DAS PESSÔAS JURÍDICAS
Rio de Janeiro, RJ, 24.06.94
O QUE CERTIFICO
OFICIAL

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE HISTÓRIA ORAL

ALCIR P. DA SILVA
Recp. P / Exp.
RIO DE JANEIRO

LISTAGEM DE ENDEREÇO DA DIRETORIA

Presidente

Marieta de Moraes Ferreira (CPDOC/UFRJ)
Praia de Botafogo, 190 - 1108
22253-900 - Rio de Janeiro - RJ

Vice-Presidente

Alice Beatriz Lang (CERU/SP)
Rua Laiana, 198
05470-000 - São Paulo - SP

Secretário

Elina G. Fontes Pessanha (UFRJ)
Estrada de Itaipú, 777 casa 21
24350-000 - Niterói - RJ

Virgínia de Santos Mendes (UFMG)
Rua D.Cecília, 55/602
30210-070 - Belo Horizonte - MG

Tesoureiro

Nara Azevedo Brito
Rua Humaita, 104/401
22261-001 - Rio de Janeiro - RJ

Diretores Regionais

José Miguel Arias Neto (UE Londrina)
Rua Escócia, 82
86046-390 - Londrina

José Carlos Sebe (USP)
Rua Cayawaa, 2046/132-B
01258-000 - São Paulo - SP

Luiz Carlos Lopes (UnB)
HCGN,711, Bl.J c/21 - Asa Norte
71750-700 - Brasília - DF

Marcos Fábio Montezuma (UFAC)
Travessa Ipase, 80 Centro
69900-220 - Rio Branco - AC

Antonio Torres Montenegro (UFPE)
Rua Amaragi, 149
52060-440 - Pernambuco, PE

Conselho Fiscal

Olga Rodrigues de Moraes Vons Sinson (UNICAMP)
Rua Cecília Feltrim, 459
13084-110 - Campinas - SP

Claudia Cristina de Mesquita Garcia Dias (Fundação Museus da Imagem e do Som)
Praça Vereador Rocha Leão, 231/604
22031-060 - Rio de Janeiro - RJ

Hebe Maria Mattos de Castro (UFF)
Rua Paissandu, 406/301
22210-080 - Rio de Janeiro - Rj

Conselho Científico

Dante Marcelo C. Gallian (UFSC)
Rua Dr. Gabriel dos Santos, 626/203
01231-010 - Santa Catarina

Janaina Amado (UnB)
Campus da Asa Norte
70910-900 - Brasília - DF

Carlos Alberto Alves de Souza (PUC/SP)
Rua Conj. Bela Vista 2 - quadra 13 casa 14
000000-000 - Floresta - Rio Branco - AC

Joselice Jucá - (Fundação Joaquim Nabuco)
Rua Dois Irmãos, 92
52071-440 - Pernambuco - PE

Yara Khoury (PUC/SP)
Rua Guadalupe, 88
01439-010 - Sao Paulo, SP

Referência

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE HISTÓRIA ORAL (ABHO). **Estatuto Social da Associação Brasileira de História Oral**. Rio de Janeiro: ABHO, jun. 1994. Acervo do Laboratório de História Oral da Universidade da Região de Joinville.

Sobre os(as) autores(as)

- **Alanna de Jesus Teixeira**

Graduada, mestra e doutoranda em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Técnica administrativa em Educação na UFRGS e coordenadora do Repositório de Entrevistas de História Oral.

- **Alina dos Santos Nunes**

Graduada em História pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Mestranda do Programa de Pós-Graduação em História da UFSC. Integrante do Laboratório de Estudos de Gênero e História da UFSC.

- **Andréa Casa Nova Maia**

Graduada e mestra em História pela Universidade Federal de Minas Gerais. Doutora em História Social da Cultura pela Universidade Federal Fluminense. Professora associada do Instituto de História da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Presidente da Associação Nacional de História Oral (2020-2022) e vice-presidente da International Oral History Association (2012-2014).

- **Arselle de Andrade da Fontoura**

Graduada em História pela Universidade Federal de Santa Maria. Mestra em História pela Universidade Federal de Santa Catarina. Historiadora no Arquivo Histórico de Joinville, unidade da Secretaria de Cultura e Turismo de Joinville (SC). Professora e pesquisadora da Universidade da Região de Joinville (Univille).

- **Carla Simone Rodeghero**

Graduada em História pela Universidade de Passo Fundo. Mestra e doutora em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Professora do Programa de Pós-Graduação em História da UFRGS e coordenadora do Repositório de Entrevistas de História Oral.

■ **Claudia Musa Fay**
Graduada e mestra em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). Doutora em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Professora da Escola de Humanidades da PUCRS. Coordenadora do Laboratório de História Oral do Programa de Pós-Graduação em História da PUCRS.

■ **Cristina Scheibe Wolff**
Graduada em História pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Mestra em História pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUCSP). Doutora em História Social pela Universidade de São Paulo (USP). Integrante do Laboratório de Estudos de Gênero e História da UFSC. Professora titular do Departamento de História da UFSC.

■ **Darciel Pasinato**
Graduado em História e mestre em Educação pela Universidade de Passo Fundo. Doutor em Educação pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos). Pós-doutor em Educação pela Universidade Federal de Santa Maria. Pesquisador e professor colaborador do Programa de Pós-Graduação em Educação da Unisinos.

■ **Débora Clasen de Paula**
Graduada em História pela Universidade Federal de Pelotas. Mestra em História pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos. Doutora em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Professora adjunta da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), *campus* Erechim. Coordenadora do Centro de Documentação e Laboratório de História Oral da UFFS.

■ **Eduarda Borges da Silva**
Graduada e mestra em História pela Universidade Federal de Pelotas. Doutoranda em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

■ Fabiana Pinheiro da Costa
Graduada em Pedagogia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Mestra e doutoranda em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Coordenadora do Departamento de Documentação e Memória do Instituto Cultural Judaico Marc Chagall.

■ Fernando Cesar Sossai
Graduado em História pela Universidade da Região de Joinville (Univille). Mestre e doutor em Educação pela Universidade do Estado de Santa Catarina. Professor dos cursos de História e Artes Visuais e do Programa de Pós-Graduação em Patrimônio Cultural e Sociedade da Univille. Coordena o Centro Memorial e o Laboratório de História Oral da Univille. Integrante do Grupo de Pesquisa Cidade, Cultura e Diferença, da Univille.

■ Gérson Wasen Fraga
Graduado, mestre e doutor em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Professor associado da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), *campus* Erechim. Vice-coordenador do Centro de Documentação e Laboratório de História Oral da UFFS.

■ Ilanil Coelho
Graduada em História pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Mestre em Ciências Sociais pela Universidade Federal de São Carlos. Doutora em História pela Universidade Federal de Santa Catarina. Professora do curso de História e do Programa de Pós-Graduação em Patrimônio Cultural e Sociedade da Universidade da Região de Joinville (Univille). Coordena o Centro Memorial e o Laboratório de História Oral da Univille. Integrante do Grupo de Pesquisa Cidade, Cultura e Diferença, da Univille.

■ Janine Gomes da Silva
Graduada em História pela Universidade da Região de Joinville. Mestra e doutora em História pela Universidade Federal de Santa Catarina. Integrante do Laboratório de Estudos de Gênero e História da UFSC. Professora do Departamento de História da UFSC.

■ **Jorge Luiz da Cunha**
Graduado em Estudos Sociais pelas Faculdades Integradas de Santa Cruz do Sul. Mestre em História pela Universidade Federal do Paraná. Doutor em História Medieval, Moderna e Contemporânea pela Universität Hamburg (Alemanha). Pós-doutor em História pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos. Pesquisador e professor permanente dos Programas de Pós-Graduação em Educação e em História e do Mestrado Profissional em Ensino de História da Universidade Federal de Santa Maria.

■ **José Augusto Zorzi**
Graduado, mestre e doutorando em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

■ **Lorena Almeida Gill**
Graduada em História pela Universidade Federal de Pelotas (UFPel). Mestra e doutora em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). Professora titular da UFPel e coordenadora do Núcleo de Documentação Histórica da UFPel.

■ **Luiz Augusto Possamai Borges**
Graduado em História pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Integrante do Laboratório de Estudos de Gênero e História da UFSC.

■ **Maralice Maschio**
Graduada em História pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste). Mestra em História, Poder e Práticas Sociais também pela Unioeste. Doutora em História das Religiões Evangélicas pela Universidade Federal do Paraná. Pós-doutora em Religiosidades e Meio Ambiente pela Universidade Estadual de Ponta Grossa. Docente do curso de Pedagogia da Faculdade Municipal de Educação e Meio Ambiente, *campus* Clevelândia.

Marcos Nestor Stein
Graduado em História pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste). Mestre e doutor em História pela Universidade Federal de Santa Catarina. Docente do curso de graduação em História e do Programa de Pós-Graduação em História da Unioeste. Pós-doutor em História pela Universidade Federal Fluminense. Membro do Conselho Técnico-Científico do Núcleo de Pesquisa e Documentação sobre o Oeste do Paraná. Pesquisador do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia Proprietas: História Social da Propriedade e Direitos de Acesso.

Rodrigo Ribeiro Paziani
Graduado e doutor em História pela Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", *campus* Franca. Docente do curso de graduação em História e do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Coordenador especial do Núcleo de Pesquisa e Documentação Sobre o Oeste do Paraná. Coordenador do Laboratório de Microfilmagem e Digitalização. Integrante do Grupo de Pesquisa História e Poder.

Sergio Ricardo Ferreira
Graduado em História pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Umuarama. Mestre em Educação: Políticas Educacionais pela Universidade Federal do Paraná. Professor da Faculdade Municipal de Educação e Meio Ambiente, *campus* Clevelândia.

Sulena Cerbaro
Graduada em História pela Universidade Federal de Pelotas. Mestra em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Doutoranda em História pela Universidade de Passo Fundo. Integrante do Repositório de História Oral da UFRGS.

Thaís de Jesus Ferreira
Graduada em Educação Física pela Universidade Federal do Paraná. Mestra em Dança pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Doutora em Educação também pela UFBA. Docente do curso de Pedagogia e coordenadora de Ensino, Pesquisa, Extensão e Relações com a Comunidade da Faculdade Municipal de Educação e Meio Ambiente, *campus* Clevelândia.

Imagem de capa

Marilu Trevisan
Sem título
Xilogravura
Prova do Autor
30 X 29 cm
1999

Nascida em 1938, Marilu Trevisan graduou-se em Artes Plásticas pela Faculdade de Belas Artes de São Paulo no ano de 1964. Desde 1967, tem participado de mostras coletivas e individuais no Brasil e no exterior, em países como França e Nicarágua. Já foi laureada com diversos prêmios e menções honrosas em salões de arte por todo o Brasil. Entre suas premiações, destacam-se: "Prêmio Aquisição – Xilogravura", no XXXII Salão Paulista de Belas Artes de São Paulo; "Prêmio Aquisição – Xilogravura", no XIX Salão de Arte Contemporânea de Santo André; "Prêmio Melhor Obra", no XIV Salão de Artes Plásticas de Rio Claro; e "Prêmio Especial", no II Salão de Artes Plásticas de São Bernardo do Campo.

Referência:
TREVISAN, Marilu. **Sem título**. 1999. 1 gravura, xilogravura (prova do autor), 30 X 29 cm. Acervo do curso de Artes Visuais custodiado pelas equipes técnicas do Centro Memorial e Laboratório de História Oral da Universidade da Região de Joinville (Univille).

Curadoria de capa:
Mariza Menegaro (estudante do curso de Artes Visuais da Univille. Bolsista do Centro Memorial e Laboratório de História Oral da Univille).